



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

**NEWTON FERREIRA DA SILVA**

**TRANSIÇÃO COMUNISTA E DITADURA DO PROLETARIADO NA REVOLUÇÃO  
CUBANA DE 1959**

MARÍLIA  
2015

NEWTON FERREIRA DA SILVA

**TRANSIÇÃO COMUNISTA E DITADURA DO PROLETARIADO NA REVOLUÇÃO  
CUBANA DE 1959**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Jair Pinheiro

MARÍLIA  
2015

Silva, Newton Ferreira da.  
S586t Transição comunista e ditadura do proletariado na  
Revolução Cubana de 1959 / Newton Ferreira da Silva. –  
Marília, 2015  
204 f. ; 30 cm.

Orientador: Jair Pinheiro.  
Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de  
Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2015.  
Bibliografia: f. 202-204

1. Comunismo - Cuba. 2. Cuba – História – Revolução  
- 1959. 3. Proletariado. 4. Revolucionários - Cuba. I. Título.

CDD 335.40972

NEWTON FERREIRA DA SILVA

TRANSIÇÃO COMUNISTA E DITADURA DO PROLETARIADO NA REVOLUÇÃO  
CUBANA DE 1959

Tese para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Jair Pinheiro - UNESP/Marília - PPGCS

2º Examinador: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio - UNESP/Marília - PPGCS

3º Examinador: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes - UNESP/Marília - PPGE

4º Examinador: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Paulo Alves de Lima Filho - FATEC/Mococa - CEETEPS

5º Examinador: \_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marcelo Micke Doti - FATEC/Mococa - CEETEPS

Marília, 24 de agosto de 2015.

Dedico este trabalho ao meu filho Leonardo

## AGRADECIMENTOS

Agradeço mais uma vez ao mestre e amigo Prof. Paulo Alves de Lima Filho pela longa parceria e camaradagem demonstrada desde os idos de minha graduação em Ciências Econômicas na UNESP/Araraquara. Sua presença e sabedoria foram fundamentais para que eu pudesse concluir essa longa jornada acadêmica.

Assim como foi muito valioso também todo o suporte e atenção prestados pelo orientador desta tese Prof. Jair Pinheiro, a quem registro aqui a minha mais franca gratidão. Igualmente o faço em relação ao Prof. Marcos Tadeu Del Roio, cuja participação no meu exame de Qualificação foi determinante na conformação final da tese que defendo agora: muito obrigado pelas sempre honestas e substanciosas críticas.

Nas duas viagens que fiz à insurrecta e rebelde Cuba, durante esses anos de doutoramento, tive o prazer de conhecer e conviver com pessoas que - além de serem ótimos anfitriões - muito me ensinaram sobre a história e a realidade atual da ilha de Fidel. Para mim, portanto, é importante deixar registrado nesse estudo que faço sobre a sua pátria todo o meu agradecimento. *Gracias* Jorge Enrique González Gómez, Luís Caballero, Isabel Suarez, Onaidys Martinez, Prof. Antonio Fong e Amaury. Obrigado especialmente à professora brasileira Maria do Carmo Caldas Leite, grande admiradora da Revolução de 1959 que sempre me auxiliou nos assuntos relacionados à Cuba, seja dando importantes dicas sobre o que fazer no país, seja me fornecendo farto material que outrora obtivera em uma das quase 60 viagens que já realizou ao território cubano.

Agradeço à minha companheira Cristiane por me ajudar na tão complexa tarefa de criar uma criança - graças a ela sei que o nosso filho Leonardo recebeu todo o carinho e atenção necessários, mesmo durante os períodos que o seu pai teve que se ausentar para se dedicar à pesquisa e à conclusão de seu doutorado. Obrigado também à minha mãe Francinete, ao meu pai José Bezerra e aos meus irmãos Ricardo, Wagner e Viviane. A presença de vocês em minha vida sempre foi e continua sendo muito importante.

*Está llena de tantas esperanzas  
que al beberla sabrás que tu victoria  
es como el viejo vino de mi patria:  
no lo hace un hombre sino muchos hombres  
y no una uva sino muchas plantas:  
y nos es una gota sino muchos ríos:  
no un capitán sino muchas batallas...*

**Poema "A FIDEL CASTRO", de Pablo Neruda**

*A emancipação das classes trabalhadoras tem de ser conquistada pelas próprias classes  
trabalhadoras.*

**Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores**

*Para nós, não se trata de modificar a propriedade privada, mas de aniquilá-la, não se trata de  
camuflar as contradições de classe, mas de abolir as classes, não se trata de melhorar a sociedade  
vigente, mas de fundar uma nova.*

**Marx e Engels, Mensagem à Liga dos Comunistas (1850)**

*Um Estado, seja ele qual for, não poderá ser livre nem popular.*

**Lênin, O Estado e a Revolução (1918)**

## RESUMO

No presente estudo pretende-se demonstrar que, não obstante a existência de uma teoria da transição comunista elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels, ela jamais serviu de base para qualquer movimento revolucionário autoproclamado comunista, especialmente para a Revolução Cubana de 1959, nosso objeto de análise neste trabalho. O comunismo, passível de ser construído pelos trabalhadores conscientemente organizados que buscam a sua emancipação - principalmente desde o século XX, quando as forças produtivas materiais alcançaram elevado estágio de desenvolvimento e os países, não mais isolados, podem desenvolver-se tecnológica e industrialmente sem percorrer as mesmas etapas típicas da longa e demorada formação das sociedades burgo-capitalistas modernas - nunca foi de fato o objetivo a ser alcançado pelos revolucionários cubanos que tomaram o poder no final da década de 1950 e que decretaram o caráter socialista daquela Revolução em 1961. Distantes até mesmo de cumprir os ditames básicos referentes à democratização profunda da sua sociedade ensejados pela teoria da ditadura revolucionária do proletariado de Marx (primeira etapa da transição comunista), os líderes cubanos investiram na estatização completa do país para tentar promover as transformações radicais que tirariam a maior ilha do Caribe de sua miséria estrutural legada por mais de 400 anos de colonialismo e neocolonialismo. Apesar de ter sido bem-sucedida na tarefa de promover uma melhora considerável na vida do seu povo, a Revolução de Fidel e Raul Castro ficou longe de poder ser inequivocamente o motor propulsor da construção de uma sociedade comunista e da emancipação dos trabalhadores cubanos.

Palavras-chave: Comunismo. Revolução. Cuba. Transição. Emancipação.



## ABSTRACT

In the present study is intended to demonstrate that, despite the existence of a theory of communist transition elaborated by Karl Marx and Friedrich Engels, it never was the basis for any self-proclaimed communist revolutionary movement, especially for the Cuban Revolution of 1959, our object of analysis in this work. Communism, which can be built consciously by organized workers that are seeking for their emancipation - especially since the twentieth century, when the material productive forces reached a high stage of development and countries, no longer isolated, may develop themselves technologically and industrially without traveling the same typical stages of the long and slow formation of modern capitalist societies - never was indeed the objective to be achieved by Cuban revolutionaries who seized power in the late 1950s and that decreed the socialist character of that Revolution in 1961. Far even from fulfill the basic dictates regarding the profound democratization of their society thought by Marx in his theory of revolutionary dictatorship of the proletariat (first stage of communist transition), Cuban leaders have invested in the complete nationalization of the country to try to promote the radical changes that would take away the biggest Caribbean island of its structural poverty bequeathed by more than 400 years of colonialism and neocolonialism. In spite of having been successful in the task of promoting a significant improvement in the lives of its people, the Revolution of Fidel and Raul Castro was far from being unequivocally the driving motor of building a communist society and the emancipation of Cuban workers.

Keywords: Communism. Revolution. Cuba. Transition. Emancipation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>PARTE I - Comunismo e transição comunista</b> .....	15
CAPÍTULO 1 - A sociedade comunista .....	17
CAPÍTULO 2 - Sobre as pré-condições para o advento e para a consolidação do comunismo .....	37
CAPÍTULO 3 - A transição comunista: Comuna e ditadura do proletariado.....	58
CAPÍTULO 4 - Lênin: Democracia e Ditadura sob o Estado Proletário .....	99
<b>PARTE II - Ditadura do Proletariado na Revolução Cubana</b> .....	122
CAPÍTULO 5 - O Socialismo como única opção .....	130
CAPÍTULO 6 - Estatismo e Democracia em Cuba .....	149
CAPÍTULO 7 - Fidel Castro: Voluntarismo e Humanismo Revolucionário .....	169
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	194
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	202

## Introdução

Desde o meu trabalho de conclusão do curso de Ciências Econômicas (monografia), em que estudei a alienação no trabalho em Marx nos *Manuscritos de 1844*, e muito devido à orientação do coordenador geral do IBEC (Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos - coletivo do qual sou oriundo e do qual ainda faço parte), Prof. Paulo Alves de Lima Filho, estabeleci a elaboração teórica original marxiana como a referência primeira e principal para o desenvolvimento de minhas pesquisas na área das Ciências Sociais. Desse modo, partindo da metodologia científica e da análise materialista dialética da história criada por Karl Marx, predispus-me a, posteriormente àquela graduação, continuar meus estudos acadêmicos durante o mestrado concentrando esforços sobre o pensamento do grande revolucionário argentino-cubano Ernesto Che Guevara, figura fundamental da Revolução Cubana.

Sempre interessado nos temas relativos à formação da consciência dos trabalhadores e nas possibilidades de se colocar novamente a questão da transição e da revolução comunistas em pauta, resolvi dedicar-me, uma vez no doutorado, ao estudo da teoria comunista a partir de seus dois principais formuladores, Karl Marx e Friedrich Engels. Todavia, tornou-se meu intento fazê-lo tentando verificar a sua aplicação na história, mais especificamente na história da Revolução Cubana, um dos acontecimentos mais importantes e notáveis do século passado cujo estudo já houvera tangenciado durante a minha pesquisa sobre o pensamento de Ernesto Guevara. Não só por simbolizar parte do fracasso teórico do marxismo oficial do século XX, mas por ter semelhanças na sua formação histórica colonial com o Brasil e toda a América Latina - tendo, portanto, os mesmos problemas que atingem esses capitalismo da miséria que vigoram desde sempre em nossas espoliadas plagas -, Cuba colocou-se para mim como o objeto de estudo central - junto ao candente tema do comunismo marxiano e engelsiano - sobre o qual resolvi desenvolver a pesquisa ora finalizada.

Nesse sentido, a tese que aqui se apresenta tem dois objetivos fundamentais: o primeiro é o de recolocar e restabelecer a questão teórica da transição ao comunismo a partir de Marx, Engels e Lênin, principalmente a partir dos dois pensadores alemães; o segundo é o de atestar que em Cuba tal transformação radical comunista jamais consumou-se, nem mesmo em sua primeira etapa - a imposição, pela classe (dominante) trabalhadora, da ditadura revolucionária do proletariado. Pretende-se demonstrar que a adesão da Revolução Cubana de 1959 ao comunismo é muito mais uma ação contingencial e pragmática que responde ao

contexto histórico que remete diretamente à Guerra Fria e à centenária luta do povo cubano contra o imperialismo e o colonialismo do que o resultado de uma vitória de um imaginado movimento revolucionário comunista dentro do país. Isto é, declarar o caráter socialista daquela Revolução significou apenas a necessidade de Cuba de se inserir no bloco comunista liderado pela União Soviética, única potência no mundo que poderia protegê-la de uma eventual invasão e de uma guerra aberta contra os Estados Unidos. Dessa forma, pode-se compreender porque, exceção feita às tentativas de Ernesto Che Guevara nos primeiros anos da Revolução, pouco recorreu-se à teoria revolucionária comunista com o objetivo de se tentar construir, de fato, o comunismo na ilha caribenha. O comunismo e o socialismo não eram e nunca foram algo a ser conquistado e construído por aquela revolução orquestrada pelo Movimento 26 de Julho sob a batuta do revolucionário Fidel Castro.

Naturalmente, como poderemos ver ao longo do trabalho, quase nada da elaboração teórica de Marx, Engels e Lênin pôde ser observado em Cuba durante o desenvolvimento daquela Revolução. O abandono, o desconhecimento e o desprezo pela teoria propiciaram uma situação inusitada entre os cubanos: a existência de um país (autoproclamado) socialista que, à revelia de todos os conceitos marxianos, engelsianos e leninianos concernentes à imprescindível liquidação do Estado e à imperiosa necessidade de se construir o comunismo mediante uma ditadura revolucionária do proletariado - estágio de democratização absoluta da sociedade cuja nova classe dominante seria a dos trabalhadores, criou o seu peculiar socialismo baseado na grande concentração do poder decisório e na estatização completa da vida social e econômica dos seus cidadãos.

Creemos que mesmo extemporânea, a teoria da transição comunista de Marx, Engels e Lênin possua elementos vitais à compreensão do que venha a ser a emancipação social nos fundamentos teóricos da teoria dos fundadores e, conseqüentemente, à compreensão dos eventos que se descortinaram em Cuba antes e após a sua Revolução de 1959, pois o objeto da teoria é a humanidade e não unicamente uma dimensão nacional ou temporal qualquer. No entanto, as revoluções do século XX e XXI ainda nos colocam diante de transições nacionais que se descortinaram sob cerco imperialista e sobre a terra arrasada legada pelo capitalismo da miséria colonial e neocolonial que nessas plagas se desenvolveu historicamente e por elas foi forçosamente herdado - fato que, inescapavelmente, *particulariza* a transição.

A despeito das importantes contribuições dadas a essa questão por grandes pensadores marxistas do século XX, acreditamos que esse tema possa e deva ser ainda mais aprofundado recorrendo-se aos pais do materialismo dialético, indo diretamente à fonte inspiradora de

todas as outras teorias marxistas que surgiram desde a fundação do movimento comunista por Marx e Engels. Obviamente, não temos a pretensão de fazê-lo nesse trabalho, porém, cremos que a teoria da transição comunista marxiana ainda não foi devidamente estudada e esgotada em suas potencialidades, daí nossa modesta intenção de fazê-la ressurgir isoladamente na primeira parte desta tese.

Essa opção metodológica é feita devido tanto a necessidade observada de retomar a teoria marxista da transição comunista a partir dos próprios Marx e Engels (e não de seus intérpretes) quanto porque consideramos ser inviável - por conta de tempo e de espaço - ampliar em demasia a parte especificamente teórica deste trabalho. Acreditamos que, se assim o fizéssemos, muito provavelmente uma nova e independente tese surgiria relacionando o pensamento original concernente à transição de Marx e Engels com a contribuição teórica do marxismo do século XX. Cabe ressaltar que não ignoramos ou, muito menos, menosprezamos tal contribuição, apenas acreditamos que, se nesse momento fosse trazido à tona, este fundamental debate não teria a profundidade cientificamente desejada.

Muito embora saibamos que não exista uma unidade teórica completamente harmônica entre Marx e Engels, isto é, mesmo sabendo que, a despeito da parceria intelectual de longa data, os dois não conformam um só pensamento, optamos - naturalmente devido às inúmeras aproximações que há entre as suas concepções - por, ao menos nesta específica questão teórica da transição, considerar o pensamento de ambos dentro de uma unidade (sem com isso querer dizer que os dois pensam de forma idêntica). Isto posto, será comum ao longo do trabalho, a utilização das ideias de um para complementar ou introduzir o pensamento do outro, assumindo uma hipotética interligação direta entre as suas teorias. Um teórico tão importante quanto Lênin assim o faz em sua obra *O Estado e a Revolução*, na qual reforça a ideia da conexão umbilical e da identidade que existe entre o pensamento de Marx e o de Engels concernente à categoria Estado e ao seu necessário *definhamento* no processo de transição comunista e à sua *supressão definitiva* em uma sociedade comunista. Lênin afirma que "seria um profundo erro crer numa divergência de opiniões entre Marx e Engels. Um estudo mais atento mostra que as ideias de Marx e de Engels a respeito do Estado e de seu desaparecimento são *absolutamente idênticas...*" (2005b, p. 91, itálicos meus)

Na segunda parte, levantaremos quais condicionamentos históricos e que medidas foram tomadas pela vanguarda do movimento revolucionário cubano que impediram a edificação da ditadura do proletariado naquele país. Para tanto, analisaremos a atuação das duas principais instituições que comandaram a série de transformações históricas ocorridas

em Cuba desde 1959, quais sejam, o governo revolucionário e o Partido Comunista Cubano. Líder número um do grande movimento revolucionário cubano iniciado na década de 1950 e maior influência e referencial teórico de toda essa transformação vivenciada em Cuba no período abordado, Fidel Castro terá as suas concepções e elaborações teóricas investigadas no intuito de se corroborar que, não obstante a radicalidade, o caráter francamente progressista de seu pensamento e a sua grande inteligência e ilustração, ele não possuía conhecimento teórico de cariz marxista suficiente para guiar e auxiliar a construção do comunismo ou da ditadura revolucionária do proletariado em sua tão amada pátria - na verdade, perceberemos que isto nunca foi, efetivamente, o objetivo a ser alcançado pela sua Revolução, nem mesmo quando declarou-se oficialmente o seu cunho socialista em abril de 1961.

Diferentemente de outro grande líder do movimento revolucionário, Che Guevara, que se propôs a pensar e a colocar em pauta a teoria revolucionária marxiana naquela nova sociedade que se tentava engendrar. Com um conhecimento muito superior ao de Fidel Castro e seu "populismo ultra-radical" (FERNANDES, 1979, p. 89) referente às ideias de Marx e, desde antes da Revolução Cubana, assumindo-se como comunista convicto, Guevara pôde - mormente nas questões mais gerais e amplas que versam sobre o comunismo e a transição - elaborar concepções que, se não resolviam definitivamente alguns dos problemas centrais daquele processo de transformação radical, ao menos apontavam a quilha na direção certa. É dele que virão as críticas mais contundentes ao burocratismo que já se via germinar nos primórdios da Revolução Cubana e ao comunismo supostamente vivenciado na União Soviética.

A postura proto-imperialista da URSS e o tipo de relação econômica que estabelecia com as nações do bloco socialista por ela capitaneado também eram alvos das denúncias de Che Guevara. Não obstante a sua opção teórica pelo vanguardismo, isto é, pela centralização do poder nas mãos da vanguarda revolucionária e embora tenha subestimado decisivamente o papel do estímulo material em prol do exemplo e dos estímulos morais para desenvolver a economia cubana, Guevara demonstra em linhas gerais realmente saber o que poderia ser uma sociedade comunista a partir da teoria de Karl Marx: uma livre associação de trabalhadores emancipados que, ciosa e conscientemente, organizam e comandam a produção e a vida social da comunidade a que pertencem mediante autoatividade que emana da essência criadora de seu espírito e de seu trabalho produtivo.

## Parte I – Comunismo e transição comunista

A importância da justa apreensão da teoria marxiana do comunismo se assenta no fato de que, para os filósofos alemães Karl Marx e Friedrich Engels aqui estudados, este seria o modo de produção que finalmente extinguiria a contradição axial e basilar existente na maioria das organizações sociais e econômicas ao longo de toda a história da humanidade, qual seja, a desigual relação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, cuja manifestação, no moderno sistema capitalista industrial, é observada na luta de classes entre burgueses proprietários dos meios de produção (dos meios de vida em geral) e proletários não proprietários (simples possuidores da sua força de trabalho). Portanto, para Marx, o enigma da história se desfaz com a supressão da propriedade privada e com a ascensão e o desenvolvimento da sociedade que baseia a sua produção na posse coletiva dos meios que a realizam. Ressalte-se aqui que o Marx maduro, dos escritos da década de 1860 em diante, tem a mercadoria como fulcro da existência do capital, do qual a humanidade necessita se emancipar para emancipar-se como tal. Conforme definiu Marx ainda em um dos seus escritos da juventude:

O comunismo sabe-se como reintegração ou regresso do homem a si, como supressão da auto-alienação humana... O comunismo como supressão positiva da propriedade privada (enquanto auto-alienação humana) e por isso como apropriação real da essência humana pelo e para o homem; por isso como regresso completo, consciente e advindo dentro de toda a riqueza do desenvolvimento até agora, do homem a si próprio como um homem social, i. é, humano. (...) ele é a verdadeira resolução do conflito do homem com a Natureza e com o homem, a verdadeira resolução da luta entre existência e essência, entre objetivação e autoconfirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero. Ele é o enigma da história resolvido e sabe-se como essa solução. (MARX, 1994, p.92)

Há inúmeras razões que podem nos ajudar a compreender o porquê da cada vez mais frequente aplicação e apropriação incorretas da palavra comunismo – e de suas respectivas variantes – nos dias de hoje. Longe de ser um fenômeno localizado, esse tipo de tergiversação sobre o comunismo reproduz-se em praticamente todas as esferas sociais – sejam elas reféns diretas do senso comum transmitido diuturnamente, sejam elas supostamente eruditas e ilustradas. No próprio meio acadêmico (hipoteticamente científico e comprometido com o conhecimento e com a verdade) ainda é patente uma visão deformada e tendenciosa do significado desse vocábulo. Tal fato pode ser explicado, *grosso modo*, ou por uma formação teórica lacunosa e alienada do estudioso ou por este ter interesses outros que não a emancipação da classe trabalhadora. Não são poucos os que, empenhados e determinados na

defesa do *status quo*, confundem, propositadamente ou não, conceitos totalmente antagônicos, tais como stalinismo/comunismo e capitalismo/democracia.

Partidos e países espalhados pelo mundo autointitulados comunistas que não são de fato comunistas, mais os rebotalhos de propaganda anticomunista ainda presentes tanto nos meios de comunicação de massa quanto nas mercadorias produzidas dia após dia pela indústria cultural, ajudam a reforçar uma não ideia a respeito do comunismo, o que esvazia demasiadamente o conteúdo desse candente conceito e do arcabouço teórico que o envolve e o alicerça. Partindo dessa constatação, mas tendo como objetivo maior a apreensão dos nós górdios não desatados que inviabilizaram a transição da sociedade do capital para a sociedade comunista e que decretaram a falência de todos os modelos autoproclamados comunistas do século XX, é que adveio a necessidade de retomar e relançar as bases desse sistema econômico, político e social teorizado por Karl Marx e Friedrich Engels. Apesar de não terem elaborado uma grande obra específica sobre a sociedade comunista – tal qual fez Marx com o capitalismo no livro *O capital* – os dois pensadores alemães deixaram espalhadas, ao longo de sua obra, formulações e elaborações teóricas substanciais que nos permitem uma incursão guiada ao nosso objeto em questão.

Lênin, grande leitor de Marx (embora a seu tempo a obra completa estivesse longe de ser sua conhecida) e eminente teórico da primeira revolução comunista - cuja edificação tentou organizar e concretizar em sua breve sobrevida na Rússia insurrecta a partir de 1917 -, terá os seus principais textos concernentes à transição ao comunismo também analisados na seção inicial desta pesquisa. Desse modo, esta primeira parte da tese, de caráter meramente exegético, pautar-se-á nas acepções de Marx, Engels e Lênin sobre o comunismo, concentrando-se no resgate das suas principais características (formato político, destino do Estado, organização econômica e sistema de produção) e dos limites (às vezes intransponíveis) encontrados no complexo e multifacetado processo de transição rumo a essa sociedade superior.



## Capítulo 1 – A sociedade comunista

Segundo Engels, o modo de produção comunista compreende a saciedade de todas as necessidades da população através da produção social *abundante* dos produtos e meios necessários para a sobrevivência e para o livre desenvolvimento (físico, intelectual, cultural) de toda a comunidade. As desavenças, concernentes às questões de consumo e propriedade não conseguirão encontrar lugar num sistema baseado na posse coletiva e social e na plena abundância dos víveres e dos demais produtos. "(...) todas as colônias comunistas chegam a ser, ao cabo de dez ou quinze anos de funcionamento, tão enormemente ricas que contam com maior quantidade de coisas desejáveis do que poderiam consumir, razão pela qual não há motivo algum de desavença." (ENGELS, 1845, p. 554, minha tradução)

Longe de prescrever qualquer tipo de vida estoica ou espartana - em que o consumo deve ser restrito e racionado graças a uma suposta baixa produtividade e a um pequeno volume de produção - o comunismo é, ao contrário, o sistema que, pela libertação das forças produtivas (que passam a ser sociais), propiciará o maior desenvolvimento econômico jamais visto na história da humanidade. Isto será também verdadeiro devido não só à evolução progressiva da tecnologia aplicada à produção, mas porque a anarquia produtiva do sistema de outrora e o consumo irresponsável típico da sociedade capitalista - estimulado e reproduzido pela classe burguesa - serão destronados e não ocuparão lugar nenhum na nova sociedade de produtores livremente associados.

Sobre a viabilidade e a existência real do tipo de organização econômica e social comunista, Engels reiterou as experiências vivenciadas à época por algumas comunidades criadas nos Estados Unidos e na Inglaterra. O comunismo, portanto, não era (não é) uma utopia irrealizável: "Com efeito, o comunismo, a vida e a atuação do homem em um regime de comunidade de bens, não só são perfeitamente possíveis, como têm sido postos em prática, e com o melhor dos êxitos, (...) em muitas comunidades da América e em um lugar da Inglaterra." (ENGELS, 1845, p. 554, minha tradução)

Ao descrever uma colônia comunista então existente nos EUA, Engels - baseado no relato de um viajante inglês - afirmou que ali, sob aquele tipo de organização social e econômica, ninguém trabalhava contra a sua vontade ou ficava desempregado sem desejar. Ademais, não havia penúria, nem pobres e órfãos; a polícia, desnecessária na ausência de uma classe/ Estado opressor, inexistia. Mesmo assim (ou graças a tudo isso), todos da comunidade

viviam tranquilos e satisfeitos. Afirmava Engels em 1845 no texto *Descripción de las colonias comunistas creadas en los últimos tiempos y que aún existen*:

Não há entre eles ninguém que trabalhe contra a sua vontade ou que busque trabalho em vão. Não conhecem o que são asilos e hospitais, pois não há entre eles pobres nem pessoas que sofram, viúvas ou órfãos desamparados; **não sabem o que é penúria** nem tem porque temê-la. Em nenhuma de suas dez cidades há um só gendarme ou polícia, não existem juízes, advogados ou soldados, celas nem prisões, o que não é obstáculo para que todo mundo viva tranquilo. As leis do país não regem a sua conduta e, se deles dependessem, poderiam ser todas derogadas que não lhes importariam, pois não haverá no mundo cidadãos mais tranquilos, já que *jamais um deles teve que ir preso*. Vivem, como havíamos dito, em um **regime de perfeita comunidade de bens e não conhecem o comércio e nem o dinheiro**. (ENGELS, 1845, p. 555-6, itálicos do autor, meus negritos e minha tradução)

Portanto, não havia produtos individuais que seriam trocados ou vendidos num hipotético mercado. À produção social tinham acesso todas os membros da comunidade de acordo com as suas respectivas e individuais necessidades. Comércio e dinheiro eram completamente dispensáveis nesse contexto interno dos agrupamentos comunistas.

A esse respeito, um viajante inglês chamado Finch igualmente relatou da seguinte forma o funcionamento de uma dessas colônias localizadas na cidade de *Pleasant Hill* (Estado de Kentucky, EUA):

Aqui não há senhores nem criados e menos ainda escravos: todos são livres, ricos e felizes. (...) *Cada qual recebe o que necessita dos armazéns gerais da comunidade, sem pagar nada e na quantidade necessária*. Em cada família há um diácono, encarregado de zelar para que todos disponham do que *necessitam* e de *atender*, dentro do possível, os desejos de todos. (...) O patrimônio da comunidade corre a cargo de um conselho de administração, formado por três membros, encarregado de acompanhar todos os investimentos, de dirigir os trabalhos e de comercializar com os vizinhos. E há, como é natural, vigilantes e administradores nos diversos setores de trabalho; mas todos eles têm por norma que *ninguém receba ordens de ninguém, senão que todos trabalhem livremente, por meio do convencimento*. (FINCH *apud* ENGELS, 1845, p. 555-6, itálicos de Engels, minha tradução)

Trabalha-se, portanto, a partir de uma autorresolução consciente, mediante a constatação de que a somatória dos trabalhos individuais é que garantirá uma vida digna e de abundância a todos. É com a participação efetiva de sua força de trabalho que cada produtor poderá contribuir para o aumento da produção e dos serviços sociais que beneficiarão os membros do coletivo do qual faz parte, dentro da lógica do "regime total de comunidade de bens" (p. 557). Naturalmente, para o desempenho de sua atividade livre, será prescindível a figura opressora de qualquer tipo de patrão, chefe ou senhor - bastando, para tanto, apenas o administrador que *orientará* e guiará cada atividade individual no sentido das determinações e

resoluções democraticamente aprovadas pelos próprios produtores (ou seus representantes diretos) durante as reuniões e assembleias que definem o planejamento dos próximos passos da comunidade. Sobre a colônia localizada na cidade de *Economy*, o mesmo Finch observou:

Sua grande aspiração, desde o começo, tem sido fabricar por si mesmos tudo o que necessitam, para comprar de outros o menos possível; acabaram assim fabricando mais do que o necessário; (...) em tudo o que fazem cuidam de prover-se a si mesmos abundantemente antes de vender a outros. (FINCH *apud* ENGELS, 1845, p. 559, minha tradução)

Desse modo, o fruto da produção social socializada (tanto em sua atividade produtiva como na propriedade do produto) pertence a todos, independentemente da magnitude da contribuição individual de cada um concernente ao total de valor criado naquele contexto comunal. Todos da comunidade, em todas as etapas da vida, têm direito de serem devidamente assistidos pelo grupo ao qual se encontram inseridos.

...a comunidade se compromete em prover a todos os seus membros e a suas famílias os meios necessários para atender as suas necessidades, a zelar por eles em caso de doença e velhice e, quando os pais falecerem ou se separarem da coletividade deixando nela seus filhos, a comunidade se encarregará de sua educação. (ENGELS, 1845, p. 558, minha tradução)

Ato contínuo, Finch dessa forma descreveu o funcionamento solidário e cooperativo da organização comunal - e da essencial questão da abundância - que pôde observar *in loco*:

A família recebe tudo o que necessita dos armazéns coletivos. *Dispõem de bens abundantes para todos e todos obtêm gratuitamente o quanto desejam.* Se necessitam vestido ou calçado, recorrem ao mestre alfaiate, à costureira ou ao sapateiro, que se encarregam de confeccionar-lhes a peça de acordo com o seu gosto. A carne e os demais mantimentos são distribuídos a cada família segundo o número de membros, que desfrutam de tudo *abundantemente e em excesso.* (FINCH *apud* ENGELS, 1845, p. 559, itálicos de Engels, minha tradução)

Engels finaliza a descrição das colônias comunistas reafirmando a possibilidade de existência e o grande potencial de desenvolvimento que têm essas comunidades de bens. Ademais, acaba por indicar como um modo de produção desse tipo pode contribuir para que os seres humanos não fiquem apenas trabalhando a maior parte do tempo de suas curtas vidas, assim podendo utilizar grande parte desse seu escasso recurso (tempo) para o fruir e para o livre desenvolvimento intelectual, moral, cultural e espiritual.

Vemos, pois, que a comunidade de bens, longe de ser impossível, tem conseguido prosperar em todos os intentos que até agora se propôs. E vemos também que aqueles que se agrupam no regime de comunidade, trabalhando menos, vivem melhor e dispõem de mais tempo livre para cultivar seu espírito e são homens melhores e mais morais que seus vizinhos, aferrados às suas propriedades. E tudo isto já tem podido comprovar os norte-americanos, os ingleses, franceses e belgas e grande número de alemães. São

muitos os que, em todos os países, se ocupam da difusão desta doutrina e tomam partido a favor da comunidade. (ENGELS, 1845, p. 566, minha tradução)

À guisa de ilustração e exemplo de como funcionaria um sistema de organização político não político (pois técnico, precipuamente) de uma colônia comunista, pode-se recorrer a relato feito por Engels a partir das observações de Finch na comunidade de bens de Zoar, estado de Ohio, nos Estados Unidos do século XIX. Muito embora tal estratagemas organizacional contenha uma série de características que *poderiam* ser utilizadas nas mais diversas sociedades comunistas, é necessário ressaltar que não se trata de um modelo ou esquema que *deverá* ou *será* aplicado por toda a coletividade que decida assentar a sua vida e a sua produção na comunidade de bens e de meios de produção. Como sabemos, o movimento e o dinamismo da história constituem fatores que determinam a indeterminabilidade, a complexidade e a não previsibilidade do devir histórico.

Todos que desempenham funções na comunidade são eleitos de seu seio por todos os membros dela maiores de 21 anos. Estes funcionários são: 1º *Três administradores*, um dos quais é eleito a cada ano e os três podem ser removidos a qualquer momento pelos seus eleitores. Tem por missão administrar todos os bens da comunidade e prover aos seus membros o quanto necessitarem em matéria de víveres, alojamento, vestimenta e alimento na medida em que as circunstâncias permitem e sem estabelecer diferença alguma de caráter pessoal. Nomeiam os subadministradores necessários para coordenar os distintos setores de trabalho...

2º *Um diretor*, que permanece no cargo enquanto goze da confiança da sociedade e que encabeça, como supremo funcionário, todos os assuntos coletivos. O diretor tem direito a comprar e vender e fechar contratos e transações, porém, quando se trata de negócios importantes, deve trabalhar de acordo com os três administradores.

3º *O conselho da sociedade*, formado por cinco membros, um deles abandona o seu posto a cada ano. Este conselho constitui o mais alto poder da sociedade, fixa as leis de acordo com os administradores e o diretor, vigia os demais funcionários e decide arbitrariamente os litígios, quando as partes interessadas não se mostram de acordo com as decisões dos administradores. Finalmente,

4º *O pagador*, eleito a cada quatro anos e que é o único dos membros e funcionários da coletividade que tem direito a possuir e manejar *dinheiro*. (ENGELS, 1845, p. 561, itálicos originais, minha tradução)

Com a aplicação cada vez mais intensiva da tecnologia em uma sociedade assentada na propriedade coletiva dos meios de produção, os trabalhos mais desqualificados e desvalorizados tenderiam a desaparecer - máquinas e sistemas automatizados finalmente poderiam libertar os homens desse tipo de atividade. Engels ressalta a não mais permanência de qualificação e diferenciação existentes outrora entre os vários tipos de trabalho: no comunismo, antes de mais nada, há apenas o trabalho, que não será superior nem inferior entre as suas mais diferentes atividades. Qualquer atividade produtiva que gere e agregue

valor deverá ser equanimemente avaliada socialmente, muito mais a partir do tempo despendido na sua elaboração e execução do que por outras variáveis que valorizavam principalmente o trabalho intelectual na sociedade capitalista. Asseverou o grande pensador alemão: "(...) uma vez estabelecida a comunidade, não existe mais trabalhos inferiores que, por outro lado, podem desaparecer quase em sua totalidade mediante uma melhor organização, empregando máquinas etc." (ENGELS, 1845, p. 554, minha tradução)

O trabalho humano no comunismo, então regenerado como autoatividade (atividade para si, não mais concebida por terceiros nem com seu fruto apropriado por outrem), passa a ser um dos momentos de objetivação da essência humana libertada da alienação ao capital. Doravante, os produtores proprietários, mediados pela sua atividade consciente produtiva, criarão um mundo exterior em que se identificam, pois fruto da sua imaginação e de seu labor (extinta, então, a divisão do trabalho manual e do trabalho intelectual). Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, Marx já definia:

O homem apropria-se da sua essência multilateral de uma maneira multilateral, portanto como um homem total. Cada uma das relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, saborear, pensar, sentir, querer, ser ativo, amar, em suma, todos os órgãos da sua individualidade, bem como os órgãos que são imediatamente na sua forma órgãos comunitários, são no seu comportamento objetivo, ou no seu comportamento para com o objeto a apropriação do mesmo, a apropriação da realidade humana. (MARX, 1994, p.96)

Embora ainda desenvolvendo-se sobre uma sociedade baseada no trabalho humano, este trabalho tem já, na sociedade comunista, outro caráter, não mais de obrigação e escravidão, mas sim de dever social consciente. Finda a atividade que se exerce sob o imperativo das necessidades fisiológicas mais elementares, o trabalhador finalmente se emancipa ao contribuir para a produção social de maneira não alienada, deliberada e autônoma. Conforme escreveram Marx e Engels, em 1846, no livro *A Ideologia Alemã*:

(...) na sociedade comunista [...] cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode aperfeiçoar-se no ramo que lhe apraz, a sociedade regula a produção geral, dando-me a possibilidade de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar, segundo meu desejo, sem jamais tornar-me caçador, pescador, pastor ou crítico. (MARX & ENGELS, 1987, p.47)

Dentre as principais características de uma sociedade comunista - "associação em que o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos" (MARX & ENGELS, 1998, p. 29) - em sua fase superior e desenvolvida, poderiam ser apontadas, segundo Karl Marx, aquelas referentes ao fim da oposição, tão comumente observada na sociedade capitalista, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual - fatos que

consubstanciarão a criação de uma realidade social não mais baseada no trabalho estranhado e no trabalho alienado. A relação de submissão máquina-homem deverá igualmente ser revertida na sociedade comunista à medida que o trabalho acumulado (capital, máquinas e equipamentos etc.), isto é, o trabalho morto (ou pretérito), não mais subordinar a atividade produtiva dos trabalhadores aos seus ritmos e à sua necessidade de acumulação permanente e ampliada. Toda a maquinaria e toda a tecnologia estarão subjugadas aos anseios e planos conscientes dos produtores; serão empenhadas pela sua libertação, não mais serão utilizadas para ampliar a intensidade da escravização e da exploração dos homens. "Na sociedade burguesa, o trabalho vivo constitui apenas um meio para multiplicar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado é apenas um meio para ampliar, enriquecer e incentivar a existência do trabalhador." (MARX & ENGELS, 1998, p. 22)

A nova sociedade comunista, com as suas novas relações de produção e novas possibilidades de existência, criará uma nova civilização de homens e mulheres com pensamento e consciência diversos daqueles observados entre os alienados seres sociais provenientes da sociabilidade burgo-capitalista. A transformação objetiva, material e real na sociedade (num primeiro momento mais especificamente concentrada na infraestrutura econômica) construirá os pilares que possibilitarão o surgimento de novos seres sociais com uma nova consciência. Por conseguinte, infere-se que a emancipação do trabalho e da consciência (então finalmente libertos e desalienados) não poderá partir da própria consciência, mas sim de uma nova realidade social e econômica concreta e objetivamente construída. A esse respeito, Marx e Engels sentenciaram em 1848 no célebre *Manifesto do Partido Comunista*: "Será necessária inteligência tão profunda para entender que, com a mudança das condições de vida das pessoas, das suas relações sociais, de sua existência social, também se modificam suas representações, concepções e conceitos, em suma, também sua consciência?" (1998, p. 26)

Dessa forma, a apropriação dos bens e produtos (então já todos de propriedade social e coletiva) será natural à toda população no "modo comunista de produção e de apropriação". O que se tornará inadmissível é a utilização desse tipo de posse coletiva e provisória para se explorar o trabalho de outrem. "O comunismo não retira a ninguém o poder de apropriar-se de produtos sociais; apenas suprime o poder de, através dessa apropriação, subjugar trabalho alheio." (MARX & ENGELS, 1998, p. 24 e p. 23)

Justamente a supressão da propriedade burguesa sobre os meios de vida (expressão mais moderna e completa da propriedade privada em geral) é o que propõe a teoria comunista.

O capitalismo acabou com a propriedade privada individual e estabeleceu a propriedade privada capitalista; o comunismo deve transformar essa propriedade capitalista em propriedade social, coletiva. Cabe ressaltar que não se trata da extinção da propriedade em si, mas sim da extinção e aniquilamento da propriedade capitalista - aquela propriedade de uns poucos que possibilita a submissão forçada e a escravização da maioria legalmente (jurisprudência burguesa) despossuída. Trata-se de criar uma sociedade em que a propriedade dos meios de produção e dos meios de vida seja uma realidade material cotidiana para todos e não uma quimera existente apenas para os burgueses. Já afirmavam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*: "O que caracteriza o comunismo não é a supressão da propriedade em si, mas a supressão da propriedade burguesa. (...) os comunistas podem resumir sua teoria em uma única expressão: supressão da propriedade privada. (...) fim da propriedade de classe..." (MARX & ENGELS, 1998, p. 21 e p. 24)

Finda a transição e extintas as classes sociais, o Estado e o *poder político* soçobram naturalmente frente ao advento e à consolidação da sociedade sem classes. Como sempre são utilizados para reprimir uma classe por outra e impor sua ordem, perdem a razão de sua existência e desaparecem no novo contexto social de ausência de antagonismo de classes - ou seja, se não há mais classes, não há mais Estado. Numa sociedade sem classes, o Estado é um instrumento dispensável e inútil, pois não há adversários a serem reprimidos e controlados. Conforme já asseveravam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848:

Uma vez que, no processo, desapareçam as diferenças de classe e toda a produção esteja concentrada nas mãos dos indivíduos associados, *o poder público perderá seu caráter político*. O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para dominar outra. Se, em sua luta contra a burguesia, o proletariado (...) se converte em classe dominante e, como tal, suprime violentamente as velhas relações de produção, então, junto com elas suprime os antagonismos de classes e as classes em geral e, com isso, abole a sua própria dominação de classe. (MARX & ENGELS, 1998, p.28-29, *itálicos meus*)

No que tange à organização militar em uma sociedade comunista, Marx e Engels reivindicam o fim do exército regular profissional (pois muito oneroso à sociedade) e a criação da milícia popular proletária que, a despeito do que ocorria no sistema congênere burguês, também produzirá - e não apenas consumirá - parte do que foi produzido socialmente. Haverá, portanto, o armamento da população e a transformação do caráter do exército, cujos soldados não poderão ser apenas soldados, mas igualmente deverão ser operários/trabalhadores produtivos. Entre as *Reivindicações do Partido Comunista da Alemanha*, de 1848, Marx e Engels já apontavam: "Armamento geral do povo. No futuro, os

exércitos serão simultaneamente exércitos operários, de modo que o exército deixe apenas de consumir, como no passado, mas produza além do necessário para custear a sua manutenção. Ademais, esse é um meio de organização do trabalho." (MARX & ENGELS, 2010, p.53)

Nesse sentido, Marx disserta a respeito da necessidade das novas revoluções sociais mirarem o futuro, deixando enterrado o seu passado glorioso e os seus mortos. Chegou-se a um limite e agora deve-se caminhar para frente e sem a muleta da inspiração histórica - a inspiração deve vir do futuro, da sociedade futura que se quer construir a partir desse ponto. No clássico *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de 1852, o pensador alemão asseverou:

A revolução social do século XIX não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado. As revoluções anteriores tiveram que lançar mão de recordações da história antiga para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos. (MARX, 2002b, p. 24)

Ato contínuo, Marx clama pela necessidade de se fundar um modo de produção que possibilite aos seres humanos o desenvolvimento integral de suas potencialidades; uma organização social que se locuplete de toda a capacidade humana, não restringindo o potencial total de sua energia criadora a tão-somente um único tipo de atividade produtiva ou profissão. Ademais, insiste na ideia de que não se pode garantir a reprodução social dos seres humanos com um sistema que mantém boa parte da força de trabalho apta inutilizada ou com utilização transitória e sazonal. É com um grande leque de atividades produtivas, culturais e intelectuais que homens e mulheres poderão desenvolver-se plenamente, levando a experiência da vida humana a um outro e ainda não descoberto patamar. De acordo com o que dissertou Marx em 1867 no Livro I de *O capital*:

...a indústria moderna, com suas próprias catástrofes, torna questão de vida ou morte reconhecer como lei geral e social da produção a variação dos trabalhos e, em consequência, a maior versatilidade possível do trabalhador... Torna questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma população operária miserável, disponível, mantida em reserva para as necessidades flutuantes da exploração capitalista, pela disponibilidade absoluta do ser humano para as necessidades variáveis do trabalho; substituir o indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial, pelo indivíduo integralmente desenvolvido, para o qual as diferentes funções sociais não passariam de formas diferentes e sucessivas de sua atividade. (MARX, 2006, p. 552-553)

Numa sociedade comunista, onde a produção assenta-se na propriedade coletiva dos meios de vida e está organizada a partir da livre e consciente associação de produtores, o produto total é, lógica e coerentemente, social. Isto posto, sua distribuição baseia-se na mesma



prerrogativa, variando o modo que ela se realizará a depender do nível de desenvolvimento da sociedade onde esse modo de produção se descortina. Não há mais fantasmagoria ou alienação: as relações sociais se dão entre homens emancipados que compreendem e participam conscientemente da vida social. O valor de um produto é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para fabricá-lo e não mais pelo seu preço (valor de troca). É o fim do fetiche da mercadoria e da própria mercadoria. No Livro I, de *O capital*, Marx afirmou:

Suponhamos (...) uma sociedade de homens livres, que trabalham com meios de produção comuns e empregam as suas múltiplas forças individuais de trabalho, conscientemente, como força de trabalho social. (...) Em nossa associação, o produto total é um produto social. Uma parte desse produto é utilizada como novo meio de produção. Continua sendo social. A outra parte é consumida pelos membros da comunidade. Tem, portanto, de ser distribuída entre eles. O modo dessa distribuição variará com a organização produtiva da sociedade e com o correspondente nível de desenvolvimento histórico dos produtores. (...) Neste caso, as relações sociais dos indivíduos no tocante a seus trabalhos e aos produtos de seus trabalhos continuam meridianamente claras, tanto na produção quanto na distribuição. (MARX, 2006, p. 100)

Ademais, numa sociedade comunista, o trabalho seria restringido à quantidade mínima necessária que garantisse a sobrevivência e a livre fruição e desenvolvimento dos diversos seres sociais. Inexistente o capital e a sua imanente lógica de acumulação e reprodução ampliada, não haveria mais razão para se criar mais-valia mediante extensão da jornada de trabalho necessário, ou seja, mediante trabalho excedente; a não ser que com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e garantir o nível de consumo de toda a sociedade (isto é, exceto quando se objetivasse ampliar os meios de produção ou os bens de consumo sociais).

Portanto, não se observará na organização social comunista uma ampliação da atividade produtiva (em horas ou intensidade) de cada trabalhador, pelo contrário: o intuito será diminuir a sua quantidade e transformar substantivamente a sua qualidade. Fato que será possibilitado e ampliado em sua dimensão graças ao ininterrupto desenvolvimento tecnológico (que aumenta a produtividade e diminui o tempo de trabalho dispensado por produto além de modificar a relação homem-máquina continuamente) e à inserção de todos os seres humanos aptos na grande cadeia produtiva social. Prossegue Marx:

A eliminação da forma capitalista de produção permite limitar a jornada de trabalho ao trabalho necessário. Todavia, não se alterando as demais circunstâncias, seria ampliado o trabalho necessário, por dois motivos: as condições de vida dos trabalhadores seriam mais ricas e maiores suas exigências; uma parte do atual trabalho excedente seria considerada trabalho necessário, para constituir um fundo social de reserva e acumulação. (MARX, 2006, p. 601)

Ao não eximir nenhuma classe ou grupo social apto da necessidade natural do trabalho, o coletivo de produtores-proprietários (categorias finalmente reunidas nas mesmas pessoas), teria mais tempo para dedicar-se às outras esferas de interação social fundamentais para o pleno desenvolvimento do ser humano. Por isso que o Estado e toda a sua burocracia deve soçobrar numa sociedade comunista, pois o trabalho produtivo não pode ser evitado por uma casta burocrata supostamente especial - quanto maior o aparelhamento da maquinaria estatal, mais recursos (e, portanto, mais tempo social de trabalho necessário) serão requeridos da massa trabalhadora para a sua manutenção e funcionamento. Ainda no Livro I de *O capital*:

Dadas a intensidade e a produtividade do trabalho, o tempo que a sociedade tem de empregar na produção material será tanto menor e, em consequência, tanto maior o tempo conquistado para a atividade livre, espiritual e social dos indivíduos, quanto mais equitativamente se distribua o trabalho entre todos os membros aptos da sociedade e quanto menos uma camada social possa furtar-se à *necessidade natural do trabalho*, transferindo-a para outra classe. Então a redução da jornada de trabalho encontra seu último limite na generalização do trabalho. (MARX, 2006, p. 602, itálicos meus)

A natureza é fonte primeira da riqueza e dos valores de uso. A riqueza em sua forma geral é gerada através dos próprios mecanismos e dinâmica involuntária da natureza e os valores de uso o são mediante realização exterior objetiva e racional da força de trabalho dos seres humanos (entes que, obviamente, também pertencem à natureza). Como fonte, a natureza fornece os meios e objetos sobre os quais o trabalho opera. O trabalho, portanto, que cria valor, não deixa de ser uma manifestação social da natureza - haja vista que quem o executa (através daquela exteriorização teleológica da força de trabalho) são os homens e mulheres "naturais". Assim, a natureza, fonte primeira e fundamental da riqueza e da criação de valores de uso, torna-se a condição básica para que os homens consigam criar valor mediante o seu próprio trabalho, segundo afirmou Marx, em 1875, na *Crítica do Programa de Gotha (Glosas Marginais ao Programa do Partido Operário Alemão)*:

O trabalho *não é a fonte* de toda riqueza. A *natureza é a fonte* dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana. (...) o trabalho se realiza com os objetos e os meios a ele [meio ambiente] pertinentes. (...) porque desde o princípio o homem se relaciona com a Natureza como proprietário, a primeira fonte de todos os meios e objetos de trabalho, apenas porque ele a trata como algo que lhe pertence, é que seu trabalho se torna a fonte de todos os valores de uso, de toda riqueza. (MARX, 2012, p. 23-24, itálicos originais)

Para executar o seu trabalho, o homem necessita dessas condições propiciadas pela natureza - não possuí-las significa ter que trabalhar e ser explorado por aqueles que a

usurparam e a tornaram sua propriedade privada: "...do condicionamento natural do trabalho segue-se que o homem que não possui outra propriedade senão sua força de trabalho torna-se necessariamente, *em todas as condições sociais e culturais*, um escravo daqueles que se apropriaram das condições objetivas do trabalho." (MARX, 2012, p. 24, itálicos meus)

Marx chama a atenção para o fato de que tanto o selvagem como o civilizado devem obrigatoriamente estabelecer uma relação direta com a natureza para que consigam suprir suas necessidades primárias de sobrevivência. Viveremos, inapelavelmente, sempre no reino da necessidade, pois precisamos produzir para obter os recursos que garantam a nossa reprodução social. Não obstante essa verdade inescapável, não temos que, necessariamente, nos reproduzir baseados em um sistema econômico que nos imponha (à atividade humana) a prática e o exercício da produção apenas dentro desse espectro da necessidade. A liberdade, real, verdadeira, que potencializa e realiza todas as faculdades humanas começa, de fato, quando não estamos mais entregues aos momentos/horas nas quais produzimos para nos reproduzirmos socialmente. Entretanto, mesmo ainda neste reino da necessidade - imanente a qualquer organização humana - pode-se ter uma experiência mais justa, emancipada e fiel às capacidades dos homens e mulheres trabalhadoras. No Livro III, de *O capital*, Marx asseverou:

O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, *sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção*. (...) A liberdade *nesse domínio* só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas, *esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade*. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o *reino genuíno da liberdade*, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a *redução da jornada de trabalho*. (MARX, 2008, p. 1083-1084, itálicos meus)

Assim, o trabalho excedente (observado na servidão, na escravidão e no capitalismo) não deixará de existir no comunismo, antes irá alterar-se qualitativa e quantitativamente. Primeiro porque tal excedente será apropriado socialmente e não mais privadamente (prática cristalizada no contumaz e constante roubo da mais-valia), e segundo porque, não existindo mais uma fração da sociedade vivendo improdutiva e ociosamente à custa da criação de valor alheio, toda a atividade produtiva coletiva (que assegurará a reprodução social da comunidade), será justa e equanimemente repartida entre todos os membros aptos a trabalhar. Ademais, é esse trabalho excedente - o trabalho adicional ao mínimo necessário para garantir

a sobrevivência de todos - que será acumulado como prudente medida de previdência e seguro contra eventuais dissabores futuros (causados por desastres naturais, p. ex.) e para propiciar a expansão constante das forças produtivas sociais. No Livro III, de *O capital*, Marx definiu:

Haverá sempre, necessariamente, trabalho excedente no sentido de trabalho que excede o nível das necessidades dadas. No sistema capitalista, no sistema escravista etc. reveste-se, entretanto, de forma antagônica e corresponde à mera ociosidade de fração da sociedade. Os seguros contra acidentes e a expansão progressiva do processo de reprodução, necessária e correspondente ao desenvolvimento das necessidades e ao crescimento demográfico, exigem determinada quantidade de trabalho excedente. (MARX, 2008, p. 1082)

Ao trabalho necessário estaria, portanto, subsumido alguma quantidade ou tempo de trabalho excedente que seria acumulado para fomentar a expansão dos meios de produção (imprescindível graças ao crescimento demográfico e devido à elevação do nível de consumo individual) e para salvaguardar a comunidade frente a eventuais imprevistos e dificuldades momentâneas. O trabalho excedente também seria responsável por permitir que crianças e velhos (e inaptos para o trabalho produtivo de forma geral) pudessem ser adequadamente sustentados pela sociedade organizada. Nenhum outro indivíduo será sustentado apenas com o usufruto e a expropriação de parte do produzido por trabalho alheio. A atividade produtiva é uma atividade que deve ser justamente dividida entre os membros que compõem a coletividade. Quanto maior o número de produtores ativos e quanto mais eficiente for a sua atividade, menor será o número de horas *per capita* (ou a quantidade de produto excedente) despendidas individualmente ainda sobre a lógica da necessidade. Continua Marx:

...parte do lucro, ou seja, da mais-valia ou do produto excedente que, sob o aspecto do valor, representa apenas novo trabalho adicionado, serve de fundo de seguro. (...) Esta é a única porção da mais-valia e do produto excedente, ou do trabalho excedente a qual, junto com a parte destinada à acumulação, a ampliar o processo de reprodução, teria de continuar a existir após extinguir-se o modo capitalista de produção. (...) Além do trabalho excedente em favor daqueles que, em virtude da idade, ainda não podem ou não podem mais participar da produção, não haverá mais trabalho para manter aqueles que não trabalham. (MARX, 2008, p. 1115)

Nesse sentido, os seres humanos só serão verdadeiramente livres quando o trabalho não mais se configurar unicamente como uma atividade imposta pela necessidade de sobrevivência. Deve o trabalho recuperar todas as suas outras características humanas e não ficar apenas atrelado à imperiosa necessidade de reprodução social. O trabalho deve ser, antes de qualquer coisa, uma emanção consciente da vontade criadora dos indivíduos. Ao vinculá-lo exclusivamente ao imperativo da sobrevivência e da reprodução material, a sociedade dispensa todo o complexo arcabouço evolutivo potencial envolvido diretamente com a

autoatividade (porque para si) criadora e produtiva típica dos seres humanos. "De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, [o trabalho] situa-se além da esfera de produção material propriamente dita." (MARX, 2008, p. 1083)

Assim, liberdade significa menor tempo de trabalho necessário e excedente e maior tempo para a livre busca do desenvolvimento pessoal de cada indivíduo. Entrementes, há de se ter forças produtivas cada vez mais desenvolvidas e eficientes para que, com menor tempo de trabalho possível (isto é, com o menor tempo possível dispensado no "reino da necessidade") possa se produzir os meios necessários à sobrevivência e ao fruir de todos.

A mudança de *status* do trabalho, de simples meio de sobrevivência e obrigação vital para meio *também* de autorrealização, e o aumento cada vez maior de sua produtividade - graças ao sucessivo desenvolvimento tecnológico que buscaria tanto reduzir o tempo de trabalho individual necessário quanto prover a todos de bens de consumo que impliquem numa sempre maior qualidade de vida - igualmente seriam objetivos a serem alcançados nesta etapa do comunismo. Marx assim definiu a questão na sua *Crítica do Programa de Gotha* (1875):

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual, quando o trabalho deixar de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: 'De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!' (MARX, 2012, p. 31-32, itálicos meus)

A assunção desse modo de produção superior se dará, antes de mais nada, mediante a posse coletiva e social da terra e dos meios de produção. De fato, nada poderá ser *propriedade* privada individual ou coletiva de forma definitiva, pois por propriedade entende-se, antes de tudo, algo que se espalha ao longo do tempo, algo então que não é passível de transferência universal e contínua - condição incongruente com o modo de produção e a organização social comunistas. A posse (provisória) dos meios de vida deve contrapor-se à sua propriedade (definitiva). Coletivamente, os seres humanos de cada geração serão os arrendatários zelosos de toda a natureza, responsáveis por transferir solidariamente aos seus descendentes as condições de reprodução social outrora herdadas de seus antepassados. No Livro III, de *O capital*, Marx dissertou sobre o complexo tema:

Quando a sociedade atingir formação econômica superior, a propriedade privada de certos indivíduos sobre certas parcelas do globo terrestre parecerá tão monstruosa como a propriedade privada de um ser humano sobre outro. Mesmo uma sociedade inteira não é proprietária da terra, nem uma nação, nem todas as sociedades de uma época reunida. São apenas **possuidoras**, **usufrutuárias** dela, e como *bonipatres familias* [bons pais de família] têm de legá-la melhorada às gerações vindouras. (MARX, 2008, p. 1028-1029, **negritos meus**)

Se em todas as sociedades fossem vigentes repúblicas e comunas centralizadas no trabalho e no trabalhador, em vez de concentradas nas lutas pelo poder dinástico e financeiro, as guerras não teriam motivo para ocorrer. A cooperação internacional seria o *modus operandi* fundamental da relação entre as diversas repúblicas do trabalho numa grande sociedade comunista em escala planetária. No livro *A Guerra Civil na França*, escrito por Karl Marx em 1871, podia-se ler: "...em contraste com a velha sociedade, com suas misérias econômicas e delírio político, uma nova sociedade está a desabrochar, uma sociedade cuja regra internacional será a *paz*, porque em cada nação governará o mesmo princípio - *o trabalho*." (2011, p. 25, *itálicos originais*)

Segundo Marx, não há circulação de dinheiro na sociedade que tem os seus meios de produção socializados entre todos os produtores. Estes, ao invés de receberem papel-moeda/dinheiro como meio de pagamento (recompensa), recebem vales que carregam o quanto de contribuição de cada um (em horas de trabalho) existe no total da produção social. No Livro II, de *O capital*, o pensador alemão afirmava:

Não entra em cogitação na produção socializada o capital-dinheiro. A sociedade reparte a força de trabalho e os meios de produção nos diferentes ramos de atividade. Os produtores poderão, digamos, receber um vale que o habilita a retirar dos estoques iniciais de consumo uma quantidade correspondente a seu tempo de trabalho. *Esses vales não são dinheiro. Não circulam.* (MARX, 2005, p. 406, *itálicos meus*)

O sistema de crédito capitalista, de acordo com o pensamento de Karl Marx, seria fundamental para a criação das condições ideais que propiciariam o surgimento e a consolidação do modo de produção comunista. Por um lado, o crédito tanto estimularia o desenvolvimento das forças produtivas como aprofundaria as contradições inerentes ao capitalismo; por outro, já na etapa de transição capitalista-comunista, o crédito, entre outras medidas até mais importantes de transformação radical da estrutura econômica, manter-se-ia no papel de grande fomentador e dinamizador da produção. Não obstante sua óbvia relevância na sociedade capitalista e na imediatamente pós-capitalista, o crédito, e todas as suas engrenagens e lógica pertinentes, não teria sentido nem necessidade de existência na forma

social superior de produção e associação comunista. Ainda na obra *O capital*, mas agora no Livro III, Marx asseverou:

...não há dúvida de que o sistema de crédito servirá de poderosa alavanca durante a transição do modo capitalista de produção para o modo de produção do trabalho associado; todavia, será apenas um elemento relacionado com outras grandes mudanças orgânicas do próprio modo de produção. (...) Quando os meios de produção tiverem cessado de se converter em capital (o que inclui a abolição da propriedade fundiária privada), o crédito como tal não terá mais sentido algum... (MARX, 2008, p. 803)

Num sistema de cooperação, assentado sobre a propriedade comum dos meios de produção, não há mais trocas de produtos entre os produtores e nem mensuração de seus respectivos valores unitários com o propósito de tornar esse cálculo uma qualidade e um diferencial entre os diversos bens produzidos. Não há troca porque toda a produção e todo o produto é de propriedade coletiva (social). Trabalho individual e produto individual foram transformados em trabalho total e produto social. Ato contínuo, deixa de existir a necessidade de imputar ou aferir o valor de determinado bem, pois a troca foi abolida quando o trabalho individual passou a se expressar somente pelo trabalho total e social. Na célebre e fundamental *Crítica do Programa de Gotha* (1875), Marx afirmou:

No interior da sociedade cooperativa, fundada na propriedade comum dos meios de produção, **os produtores não trocam seus produtos**; do mesmo modo, o trabalho transformado em produtos não aparece aqui como *valor* desses produtos, como uma qualidade material que eles possuem, pois agora, em oposição à sociedade capitalista, os trabalhos existem não mais como um desvio, mas imediatamente como parte integrante do trabalho total. (MARX, 2012, p. 29, itálico original, negritos meus)

Não obstante, mesmo depois do advento da nova sociedade alicerçada em modo de produção e distribuição superiores, a categoria valor (tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um bem) será ainda o maior parâmetro para se organizar a produção socializada. Conforme afirmação de Marx no Livro III de *O capital*:

...suprimido o modo capitalista de produção e mantida a produção social, a determinação do valor continuará predominando no sentido de que será mais necessário que nunca *regular o tempo de trabalho*, repartir o trabalho social entre os diversos grupos de produção e finalmente contabilizar tudo isso. (MARX, 2008, p. 1120, itálicos meus)

Quando finalmente as relações de produção comunistas forem libertadas a partir das forças produtivas desenvolvidas (até então) capitalistas, a classe trabalhadora se tornará proprietária dos meios de produção e passará a controlá-los e gerenciá-los de uma nova forma planejada e com o objetivo precípua de atender à demanda de toda a população e de cada

indivíduo tomado isoladamente. A decisão da produção - o que, quanto e como será produzido - será da alçada de todos esses novos seres sociais conscientes que participam ativamente da construção da realidade social que os envolve e os define.

Ao governar a si mesma (todos "simultaneamente encarregados da administração dos interesses comuns"), a comunidade, com efeito, não governa a si mesma (na conotação mais comum), pois ela é ela mesma e não outra. Isto é, quando as pessoas se governam, não se pode ver isto como a presença de um outro ser/instituição o realizando, haja vista que as determinações são internas e autocolocadas pela própria comunidade. A ideia de governo (principalmente aquele amparado numa maquinaria estatal) relaciona-se à posição de uma instituição externa à Comuna, que a controla e estabelece as normas e a organização da mesma. Nesse sentido, o autogoverno é o não governo (de terceiros, de membros ou seres exteriores à comunidade). Um ente só consegue governar um outro, exterior a ele. O próprio governo no comunismo é o não governo, porque não existe mais classes (nem o outro); todos fazem parte da mesma comunidade que se autogere. "Pois a questão começa com o autogoverno da comuna. (...) Quando um homem governa a si mesmo, segundo esse princípio ele não governa a si mesmo, pois ele é ele mesmo e não outro." (MARX, 2012, p. 113)

Marx não vê problemas nos processos eleitorais em si - se desvinculados de políticas classistas assentadas na divisão da sociedade em estratos econômicos diferenciados e antagônicos entre si. A eleição pode ser usada na comunidade para se escolher os mais aptos tecnicamente para administrar e fazer funcionar a coisa pública em prol do atendimento aos interesses comuns. Tal posição não redundará nem significará nenhum tipo de autoridade, poder ou domínio, sendo apenas a imputação de responsabilidade para exercício de determinada função. Além disso, não há anseio individual ou de classe a ser *representado* num suposto governo; agora, na comuna, os desejos são realizações, pois concebidos e realizados pelas mesmas pessoas. No *Resumo Crítico de Estatismo e Anarquia, de Mikhail Bakunin (1874)*, Marx definiu:

A eleição é uma forma política que existe até na menor das comunas russas... O caráter da eleição não depende desse nome, mas das *bases econômicas*, dos contextos econômicos dos eleitores; e assim que *as funções deixarem de ser políticas*: 1) não haverá mais nenhuma função governamental; 2) a repartição das funções gerais se tornará uma questão *técnico-administrativa*, que não outorga nenhum domínio; 3) *a eleição não terá nada do seu atual caráter político*. (...) Na propriedade coletiva, a chamada vontade popular desaparece e dá lugar à vontade *efetiva* da cooperativa. (MARX, 2012, p. 114, itálicos meus)



Dado o primeiro e principal passo, aquele que se refere ao domínio social coletivo definitivo dos meios de produção e dos meios de vida em geral, à humanidade será possibilitada uma existência plenamente consciente e não mais alienada. Como proprietário dos meios de produção, o homem passa a ter autonomia e controle total sobre seus atos - passa a compreender a complexa e dialética lógica que compõe a realidade que se descortina à sua frente. Ao não ter mais o seu trabalho apropriado particularmente por um capitalista, passa a contribuir direta e conscientemente para a produção coletiva e para a distribuição social. Tal participação se dá de forma consciente e voluntária e não mais de maneira imposta, porquanto agora decide e compreende o seu papel individual na produção e na sociedade como um todo.

A história do homem e a história da humanidade passam a ser construídas mediante planejamento e participação direta e consciente de cada indivíduo que conforma a grande comunidade humana. Desse modo, as leis imanentes da natureza voltam a pertencer apenas à natureza e o naturalismo não terá mais espaço e sentido nos atos que tem o intuito de compreender aquilo que é, ineludivelmente, uma determinação social e histórica e não uma construção supostamente "natural". Enfim, os homens estarão aptos a começar a escrever e vivenciar conscientemente a sua história e a história da humanidade: o fim da alienação propicia o advento do sujeito histórico plenamente sabedor e conhecedor da sua condição frente à e dentro da sociedade. Conforme asseverou Engels em *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, de 1880:

Ao apossar-se a sociedade dos meios de produção, cessa a produção de mercadorias e, com ela, o domínio do produto sobre os produtores. A anarquia reinante no seio da produção social cede o lugar a uma organização planejada e consciente. Cessa a luta pela existência individual e, assim, em certo sentido, o homem sai definitivamente do reino animal e sobrepõe-se às condições animais de existência, para se submeter às condições de vida verdadeiramente humanas. As condições que cercam o homem e até agora o dominam, colocam-se, a partir desse instante, sob o seu domínio e o seu comando e o homem, ao tornar-se *dono e senhor das suas próprias relações sociais*, converte-se pela primeira vez em senhor consciente e efetivo da natureza. As leis da sua própria atividade social, que até agora se erguiam frente ao homem como leis naturais, como poderes estranhos que o submetiam ao seu império, são agora aplicados por ele com pleno conhecimento de causa e, portanto, submetidos ao seu poderio. A própria existência social do homem, que até aqui era enfrentada como algo imposto pela natureza e a história, é, de agora em diante, *obra livre sua*. Os poderes objetivos e estranhos que até aqui vinham imperando na história, colocam-se sob o controle do próprio homem. Só a partir de então, ele *começa a traçar a sua história com plena consciência do que faz*. E só daí em diante as causas sociais postas em ação por ele começam a produzir predominantemente, e em cada vez maior medida, os efeitos desejados. *É o salto da humanidade do*

*reino da necessidade para o reino da liberdade.* (1981, p. 76-7, itálicos meus)

Ademais, diante dessa nova condição de vida - assentada na abundância da produção social e na satisfação material de toda a humanidade - torna-se factível a libertação do homem, que passa a poder dedicar-se finalmente não só ao trabalho necessário e excedente, mas também ao fruir espiritual e ao desenvolvimento cultural. Em suma, estabelecem-se as condições materiais básicas (de produção e consumo) para que se realize a emancipação dos homens e mulheres. A emancipação econômica possibilita e conduz à emancipação completa dos seres humanos (sujeitos partícipes conscientes) envolvidos na então nova realidade social construída e eternamente em construção. Assim definiu F. Engels:

A força expansiva dos meios de produção rompe as amarras com que são submetidos pelo modo capitalista de produção. Só esta libertação dos meios de produção pode permitir o **desenvolvimento ininterrupto e cada vez mais rápido das forças produtivas** e, com isso, o **crescimento praticamente ilimitado da produção**. Mas não é apenas isso. A apropriação social dos meios de produção não só **elimina os obstáculos artificiais hoje antepostos à produção**, mas põe termo também ao desperdício e à devastação das forças produtivas e dos produtos, uma das consequências inevitáveis da produção atual e que alcança o seu ponto culminante durante as crises. Além disso, acabando-se com o parvo desperdício do luxo das classes dominantes e de seus representantes políticos, **será posta em circulação para a coletividade toda uma massa de meios de produção e de produtos**. Pela primeira vez, surge agora, e surge de um modo efetivo, a possibilidade de assegurar a todos os membros da sociedade, através de um sistema de produção social, uma existência que, **além de satisfazer plenamente e cada dia mais abundantemente as suas necessidades materiais, lhes assegura o livre e completo desenvolvimento e exercício das suas capacidades físicas e intelectuais**. (1981, p. 75, itálico original, negritos meus)

À anarquia da produção observada no capitalismo será contraposto um novo sistema de cooperação e cogestão que, com a participação direta ou indireta de toda a comunidade, transformará a passada atuação política burguesa - de grupelhos interessados no favorecimento estatal dos seus representados (latifundiários, industriais, rentistas e capitalistas em geral) - em consciente atuação coletiva sobre as questões concernentes à administração da coisa pública e da produção social de bens que garantam a sobrevivência e o fruir da espécie humana e do meio ambiente, não apenas da geração atual, mas de todas as que herdarão esse novo sistema social e as riquezas naturais proporcionadas pelo planeta em que vivemos e do qual dependemos e somos parte intrínseca. Ato contínuo, parte da produção deverá ser destinada para investimentos no desenvolvimento ulterior da produção e da comunidade e parte para fruição imediata e consumo de cada indivíduo. No texto *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Engels resumizou a questão:

No dia em que as forças produtivas da sociedade moderna se submeterem ao regime congruente com a sua natureza por fim conhecida, a anarquia social da produção deixará o seu posto à regulamentação coletiva e organizada da produção, de acordo com as necessidades da sociedade e do indivíduo. (...) por um lado, apropriação diretamente social, como meio para manter e ampliar a produção; por outro, apropriação diretamente individual, como meio de vida e de proveito. (ENGELS, 1981, p. 71-2)

Com o controle e planejamento cada vez maior da produção pelos homens, o Estado vai se tornando cada vez mais supérfluo: tanto devido ao fim das classes sociais como devido ao fato de que o principal objetivo - a propriedade social dos meios de produção e o seu consequente domínio consciente - já foi concretizado pelos produtores livremente associados. "À medida que desaparece a anarquia da produção social, vai-se diluindo também a autoridade política do Estado. Os homens, donos por fim da sua própria existência social, tornam-se senhores da natureza, senhores de si mesmos, homens livres." (ENGELS, 1981, p. 79)

Desse modo, *a organização e controle políticos são subsumidos no planejamento econômico* de toda a produção social assentada em meios de produção de propriedade coletiva e nas tarefas de administração do que é público. O *fim da política*, mediante a sua apropriação pela economia e pela gestão social do que é público, seria possibilitado nesse novo e hipotético cenário a partir da constatação da desnecessidade de qualquer tipo de instituição de poder em uma sociedade comunista. Não havendo mais poder em disputa - devido à inexistência de classes sociais - os resquícios das práticas políticas de outrora deverão sem empregados como a somatória dos esforços individuais para colaborar com a administração da coisa pública e, mais especificamente, com o controle e planejamento econômico da produção social total. Na citação que segue, apõe-se uma interpretação da ideia de Saint-Simon por Engels referente à subsunção da política na economia, no sentido de que o Estado seria desmantelado institucionalmente com a estruturação de um sistema de planificação, organização e controle da produção dos bens de consumo necessários à vida humana. Asseverou Engels (1981, p. 37):

Em 1816, Saint-Simon declara que a política é a ciência da produção e prediz já a total absorção da política pela economia. E se aqui não se faz senão aparecer em germe a ideia de que a situação econômica é a base das instituições políticas, proclama já claramente a transformação do governo político sobre os homens numa administração das coisas e na direção dos processos de produção, que não é senão a ideia da "abolição do Estado", que tanto alarde levanta atualmente.

Para tanto, isto é, para ser possível a caminhada certa nesse longo e pedregoso trajeto, torna-se fundamental que tal jornada seja baseada em uma teoria revolucionária

comunista autônoma. Partido e teoria devem caminhar juntos, mas a ciência e a elaboração teórica devem *mover-se* sempre com liberdade para desenvolver-se na sua trilha independente e crítica. Em carta a August Bebel de maio de 1891, Engels escreveu sobre a importância da autonomia da teoria socialista-comunista: "Vocês - o partido - precisam da ciência socialista, e esta não pode viver sem liberdade de movimento. (...) Uma tensão, mesmo que leve, para não falar de uma ruptura entre o partido alemão e a ciência socialista alemã, seria uma desgraça e uma vergonha inomináveis." (ENGELS, 2012a, p. 75-76)

Justamente a partir dessa constatação do pensador alemão, podemos começar a especular o porquê da não disseminação mundial da teoria do comunismo como modo de produção - mesmo em suas formas mais básicas e quase primitivas (tais quais os exemplos citados por Engels referentes às colônias comunistas norte-americanas). Muito embora tenha se observado, ao longo do século XX, diversos movimentos revolucionários que adotaram os símbolos comunistas e parte do seu discurso como uma forma de se posicionar frente ao subdesenvolvimento, à desigualdade e à rapinagem imperialista, o fato é que nenhum país erigiu uma formação social minimamente aproximada daquela teorizada originalmente por Marx e Engels. Outra implicação vital daquela afirmação de Engels é a de que a teoria é, também e necessariamente, a realização de um *movimento* onde esta se desenvolva livremente, sem barreiras de qualquer tipo. Teoria e movimento como parceiras imprescindíveis de um processo mundial e essencial.

Revoluções autoproclamadas socialistas ou comunistas propiciaram diversos tipos de organização política e de desenvolvimento econômico que jamais tangenciaram as duas questões essenciais do comunismo, a saber: a organização da produção a partir de produtores livremente associados e assentados sobre propriedade (posse) direta dos meios de vida - o que, por sua vez, determinaria a inexistência da mercadoria - e a liquidação, ainda que paulatina, do "parasita estatal". Nesse sentido, Cuba é mais uma dentre várias nações que, partindo de uma revolução com ideais mormente democráticos, anti-imperialistas e de justiça social, adotou a terminologia comunista e socialista sem conseguir ser consequente e coerente com o que propugna a teoria que embasa a concepção de comunismo de Marx.

## Capítulo 2 – Sobre as pré-condições para o advento e para a consolidação do comunismo

Marx e Engels, de maneira materialista e dialética, extrapolam a delimitação conceitual imanente às doutrinas científicas ao afirmar que, antes de tudo, o comunismo é um *movimento* que revoluciona e transforma radicalmente a sociedade. “Denominamos comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual” sob real ditadura política e ideológica do liberalismo clássico. Ressalte-se aqui a palavra *real*, pois ela determina e enfatiza a noção de que qualquer processo revolucionário verdadeiro deve se descortinar e ser realizado na objetividade das relações sociais, assim como estão arraigados – com profundas raízes objetivas – o sistema do capital e sua alienação consequente. Dessa forma, “somente é possível efetuar a libertação real no mundo real e através de meios reais (...). A ‘libertação’ é uma ato histórico e não um ato de pensamento, e é efetivada por condições históricas...” (MARX & ENGELS, 1987, p.52 e p.65)

Assim, àqueles revolucionários comunistas que querem de fato mudar o mundo, transformando radicalmente o sistema econômico e social atual, caberá a árdua tarefa de tentar mobilizar a classe trabalhadora no sentido de uma fundamental e profunda revolução proletária imersos nas condições históricas contemporâneas dadas, mas nunca imutáveis: “(...) na realidade, para o materialista *prático*, isto é, para o *comunista*, trata-se de revolucionar o mundo existente, de atacar e transformar, praticamente, o estado de coisas que ele encontrou.” (MARX & ENGELS, 1987, p.66, itálicos originais)

A despeito da urgência no surgimento de uma revolução que possa suprimir a propriedade privada e todo o tipo de estranhamento e alienação das relações dos homens com os seus produtos e com a sociedade, Marx alertara, em mais de uma oportunidade, sobre como um movimento de transformação radical comunista somente poderia se concretizar e ser bem-sucedido caso as forças produtivas estivessem num estágio superior de desenvolvimento. A fim de garantir a justa repartição do produto social – com o concomitante desaparecimento da miséria e da exploração –, não bastaria apenas tomar o poder político e decretar extinta a propriedade particular dos meios que garantem a reprodução da vida humana se esses meios de produção se mostrassem incapazes de suprir as necessidades dos homens e mulheres da pretensa nova sociedade. Ainda em 1846, na primeira parte do texto *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels asseveram a esse respeito:

Este desenvolvimento das forças produtivas (que contém simultaneamente uma verdadeira existência humana empírica, dada num plano *histórico-mundial* e não na vida puramente local dos homens) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a *carência*, recomençaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida... (1987, p.50, itálicos originais)

Ressalte-se na frase supracitada o fato de Marx e Engels colocarem o pré-requisito referente ao desenvolvimento das forças produtivas como uma condição fundamental para que a humanidade possa, despendendo cada vez menos tempo com o trabalho necessário, produzir em abundância todos os bens de que necessita para ter uma vida material que possibilite a sua plena evolução espiritual e cultural. Não obstante, o fazem afirmando que o nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais deve ser mensurado ou avaliado do ponto de vista mundial ("plano histórico-mundial"), não apenas local. Isto é, mesmo colocando o prévio desenvolvimento das forças produtivas como fundamento da sociedade comunista ("forma social superior"), Marx e Engels enfatizam que o que importa de fato é poder observar como essa pré-condição está posta em determinado momento da história universal.

A crítica outrora feita à sociedade burguesa e a busca pela emancipação do trabalhador sempre se mostraram teoricamente úteis - pois assemelhavam-se aos objetivos comunistas -, porém esbarravam no limite imposto aos socialistas utópicos pela sua não compreensão do peso e da essencialidade do determinante econômico do sistema capitalista (e sua consequente implicação na consciência de classe do operariado) na configuração de um movimento realmente revolucionário, radical e transformador. "Como a evolução do conflito de classes acompanha o desenvolvimento da indústria, os socialistas e comunistas utópicos não encontram tampouco as condições materiais para a libertação do proletariado e procuram uma ciência social, leis sociais, que criem essas condições." (MARX & ENGELS, 1998, p. 37).

Desse modo, para os jovens Marx e Engels do ano de 1848, é evidente que a revolução comunista depende tanto do desenvolvimento da consciência (e da organização consequente) da massa produtora - "organização paulatina do proletariado até se constituir em classe (1998, p. 37) - quanto do desenvolvimento de condições materiais específicas da sociedade burgo-capitalista. Frente à ausência de tais condições parece ser inexecutável a escalada emancipatória comunista. No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels já dissertavam sobre as pré-condições:

As primeiras tentativas do proletariado de impor diretamente seus interesses de classe, em uma época de muita agitação, de derrocada da sociedade feudal, fracassaram necessariamente pela forma não desenvolvida do

proletariado ou pela ausência de condições materiais para a sua libertação, que são elas mesmas produtos da época burguesa. (1998, p. 37)

Da mesma forma que Napoleão Bonaparte, uma das maiores figuras históricas de sua época, não se furtou aos desígnios e contradições do tempo em que viveu ao criar e consolidar as condições necessárias para o desenvolvimento da sociedade burguesa na França e em grande parte da Europa - já havia compreendido que, isoladamente, a burguesia francesa e sua revolução teriam mais dificuldades de estabelecer e expandir a sua nova civilização -, Che Guevara, também tentou criar no continente latino-americano novas condições sociais, culturais e econômicas que pudessem consubstanciar e não obstaculizar a realização que o projeto socialista da Revolução Cubana de 1959 adotou a partir de 1961. Diferentemente do líder francês, o revolucionário argentino-cubano não conseguiu ver materializado o hipotético novo contexto que catalisaria os movimentos socialistas e as esperadas revoluções comunistas nas Américas. De acordo com o que asseverou Marx:

Napoleão, por seu lado, criou na França as condições sem as quais não seria possível desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas; além das fronteiras da França ele varreu por toda parte as instituições feudais, na medida em que isto era necessário para dar à sociedade burguesa da França um ambiente adequado e atual no continente europeu. (...) na realidade, somente hoje ela cria o seu ponto de partida revolucionário, isto é, a situação, as relações, as condições sem as quais a revolução moderna não adquire um caráter sério. (MARX, 2002b, p.22 e 25)

Portanto, é tarefa dos revolucionários comunistas, de acordo com Marx e Engels, desempenhar as iniciativas e ações que lhe foram legadas pelas gerações precedentes, nas circunstâncias objetivas e históricas construídas por aquelas. Tal qual fizeram os insurrectos da França de 1789 em relação à destruição da sociedade feudal e a fundação da sociedade burguesa. Marx assim sintetizou no texto *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852) o protagonismo daqueles franceses que cumpriram o papel atribuído que havia sido legado pelo desenvolvimento político e econômico da França até então e pela força do devir histórico: "(...) os partidos e as massas da velha Revolução Francesa, desempenharam a tarefa de sua época, a tarefa de libertar e instaurar a moderna sociedade burguesa..." (2002b, p. 22)

Sociedade burguesa esta cuja produção de riqueza e a miséria consequente somente deixará de ser um mistério para os homens quando estes assentarem a sua produção social na organização consciente e racional dos trabalhadores. Para tanto, isto é, para alcançar tal nível de produção compatível com novas, superiores e revolucionárias formas de organização social, há condições objetivas imprescindíveis que deveriam ser construídas concreta e historicamente através de longos e multifacetados processos criados e vivenciados pelos seres

humanos, entregues ao empirismo da vida produtiva cotidiana que garante a reprodução social de nossa espécie. No Livro I, de *O capital*, Marx afirmava:

A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, o processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso, precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só podem ser o resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento. (MARX, 2006, p. 101)

Desse modo, para Marx, o capitalismo apenas soçobriria frente à nova sociedade comunista de produtores livremente associados quando as suas contradições fossem desenvolvidas plenamente. Haveria que se passar por tal estágio de desenvolvimento. Marx asseverou na mesma obra: "Mas o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é o único caminho de sua dissolução e do estabelecimento de uma nova forma." (2006, p. 553)

Nesse sentido, o capitalismo, visto de uma maneira abrangente e em perspectiva histórica - pelo menos em sua fase inicial, pré-imperialista, digamos - não pode ser considerado de todo maléfico para os seres humanos, pois é a partir do seu legado de desenvolvimento das forças produtivas materiais (vislumbrado no "plano histórico-mundial"), criador da melhor e mais eficaz forma de produzir trabalho necessário e excedente, que se erguerá a nova sociedade comunista. A sociedade capitalista leva a produtividade do trabalho humano ao paroxismo, porém, como é notoriamente sabido, tal vantagem é apropriada por pequena fração da população detentora dos meios de produção e de vida - lógica que será invertida com a revolução comunista. No Livro III de sua obra máxima, *O capital*, Marx afirmou:

O capital, e este é um dos seus aspectos civilizadores, extorque esse trabalho excedente de maneira e em condições que - para o desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais e para a criação de elementos de nova estrutura superior - são mais vantajosas que as vigentes nas formas anteriores como a escravatura e a servidão. (MARX, 2008, p. 1082)

Novamente Marx reafirma a imprescindibilidade do advento de uma nova forma social mais avançada a partir do desenvolvimento das condições materiais e das forças produtivas criadas pela sociabilidade assentada nas necessidades imanentes do capital e de sua reprodução ampliada. Cabe aqui ressaltar a reiteração de Marx concernente ao fato de que tão somente a partir desse desenvolvimento da sociedade capitalista é que poderá ser realizável o comunismo. Destarte, e contraditoriamente, é a frenética busca do capitalista pela acumulação



de seu capital que criará a infraestrutura produtiva necessária e propiciadora da fundação de uma sociedade comunista. De acordo com o que Marx escreveu no Livro I de seu *O capital*:

Fanático da expansão do valor, [o capitalista] compele impiedosamente a humanidade a produzir por produzir, a desenvolver as forças produtivas sociais e a criar as condições materiais de produção, que *são os únicos fatores capazes de constituir a base real de uma forma social superior*, tendo por princípio o desenvolvimento livre e integral de cada indivíduo. (2006, p. 690, itálicos meus)

O capitalismo tem como tarefa histórica, segundo Marx, propiciar o desenvolvimento da produção social. Cumprindo essa função, prepara a sociedade para a empreitada comunista. Em *O capital*, Livro III, continua Marx:

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é a tarefa histórica do capital e o legítima. Exercendo justamente essa função, cria ele as condições materiais de forma superior de produção, sem que esteja consciente disso. (...) Sua missão histórica é o desenvolvimento implacável, em progressão geométrica, da produtividade do trabalho humano. (MARX, 2008, p. 339 e p. 342)

Isto posto, o advento de uma sociedade na qual os meios de produção se caracterizem por serem "sociais, coletivos e gerais" só poderia ocorrer quando a sociedade capitalista tivesse suficientemente desenvolvido a capacidade produtiva humana. "Essa transformação está ligada ao desenvolvimento das forças produtivas na produção capitalista e à maneira como se efetua esse desenvolvimento." (MARX, 2008, p. 344)

Assim, é neste desenvolvimento das forças produtivas materiais típico do capitalismo industrial que reside a base sobre a qual será erigida a sociedade comunista. Os processos que seriam impostos à sociedade graças aos desígnios e à lógica do capital criariam as condições necessárias para a irrupção da revolta proletária e para o desenvolvimento do comunismo. É na sociedade do capital que se desenvolvem o aumento da produtividade do trabalho (propiciado pelo intenso investimento em tecnologia) e o modo coletivo e cooperativo de produção - dois dos principais pilares de uma sociedade comunista. No livro *O capital*, Marx definiu:

Ao lado dessa centralização ou da expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se, cada vez mais, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico, a exploração planejada do solo, a transformação dos meios de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum, o emprego econômico de todos os meios de produção manejados pelo trabalho combinado, social... À medida que diminui o número dos magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração; mas cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais

numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção. (MARX, 2006, p.876)

Nesse sentido, talvez tenha faltado, de grande parte dos revolucionários marxistas do século XX, a compreensão de que um plano que visasse construir o comunismo deveria se pautar prioritariamente na diminuição paulatina do tempo de trabalho necessário e excedente levado a cabo diariamente pelos produtores então e finalmente associados. A busca pela redução da jornada de trabalho (mediante desenvolvimento tecnológico e aumento da produtividade), partindo das novas relações de produção comunistas, deveria ser a pedra de toque de tais movimentos, e não o seu contrário (aumento do tempo de trabalho). Ampliar o tempo de trabalho sem elevar a produtividade não irá gerar aumento da riqueza na sociedade. No Livro III, de *O capital*, Marx afirmou:

...depende da produtividade do trabalho, a quantidade de valor de uso que se produz em determinado tempo e, por conseguinte, também em dado tempo de trabalho excedente. A riqueza efetiva da sociedade e a possibilidade de ampliar sempre o processo de reprodução depende *não da duração* do trabalho excedente e sim da *produtividade* deste e do grau de eficiência das condições de produção em que se efetua. (MARX, 2008, p. 1083, itálicos meus)

Por isso que o aumento exponencial da produtividade do trabalho através de grande expansão capitalista prévia se conforma como elemento básico da sociedade comunista, pois é justamente este ganho em eficiência - propiciado por inovações tecnológicas recorrentes - que tornará exequível uma realidade onde os seres humanos tenham cada vez mais tempo livre para o fruir e para o desenvolvimento espiritual e intelectual. Quanto maior a produtividade, menor será o tempo de trabalho dispensado para se criar o produto necessário e o excedente (aquele que será apropriado pelo fundo social como medida de segurança ou visando um futuro investimento na expansão dos meios de produção coletivos).

Na fase de transição do capitalismo para o comunismo detonada necessariamente em um elevado estágio de desenvolvimento da produção capitalista (aferida globalmente) - a propriedade (até então privada e capitalista) tornar-se-á propriedade social dos trabalhadores. Produtores livremente associados exercendo funções sociais sobre os meios de vida de propriedade coletiva deverão ser os sujeitos históricos responsáveis por trilhar o complexo trajeto rumo à emancipação humana na sociedade comunista. Continuou Marx:

[O] resultado do desenvolvimento máximo da produção capitalista é uma fase transitória que levará o capital necessariamente a reverter à propriedade dos produtores, não mais, porém, como a propriedade privada dos produtores individuais, e sim como propriedade dos produtores na qualidade de associados, propriedade diretamente social. Nesta fase transitória todas as funções do processo de reprodução ainda ligadas até agora à propriedade do

capital se transformarão em simples funções dos produtores associados, em funções sociais. (MARX, 2008, p. 583)

As cooperativas, não obstante a ausência do confronto capital-trabalho no seu interior e a despeito de serem um protótipo do tipo de organização da produção que se objetivará na sociedade comunista ("primeira ruptura da velha forma"), emperram em limites óbvios de desenvolvimento emancipatório devido ao meio capitalista em que tentam sobreviver. Contudo, mesmo dentro do espectro de sua contraditória e limitada expansão, as cooperativas só surgem e se desenvolvem também a partir de determinado nível das forças produtivas alcançado pela expansão do sistema fabril e de crédito capitalistas. Portanto, concomitantemente, crédito e indústria capitalista acabam por sustentar o desenvolvimento das forças produtivas em geral e, mais especificamente, do moderno sistema de cooperativas que, segundo Marx, evidencia a derrocada natural da sociedade do capital quando esta alcança um avançado estágio de desenvolvimento.

Elas mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, novo modo de produção naturalmente desponha e se desenvolve partindo do antigo. Sem o sistema fabril oriundo do modo capitalista de produção, não poderia desenvolver-se a cooperativa industrial dos trabalhadores, e tampouco o poderia sem o sistema de crédito derivado desse modo de produção (...) [à medida que ele] proporciona os meios para a expansão progressiva das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. (...) as cooperativas industriais dos trabalhadores devem ser consideradas formas de *transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado...* (MARX, 2008, p. 587, *itálicos meus*)

O sistema de crédito capitalista é, igualmente, fundamental para o desenvolvimento das forças produtivas e materiais que possibilitarão a transição ao novo modo de produção assentado na propriedade coletiva dos meios de vida e na livre e consciente associação dos produtores. Ademais, é o seu crescimento exponencial que também criará contextos sociais de agudas crises econômicas em que, a partir de uma delas, pode-se irromper o processo revolucionário que iniciará a transformação radical do modo de produção e do tipo de propriedade vigentes na moderna sociedade burgo-capitalista.

O sistema de crédito, pela natureza dúplice que lhe é inerente, de um lado desenvolve a força motriz da produção capitalista, o enriquecimento pela exploração do trabalho alheio, levando a um sistema puro e gigantesco de especulação e jogo, e limita cada vez mais o número dos poucos que exploram a riqueza social; de outro, constitui a *forma de passagem para novo modo de produção*. (...) Assim, este acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, e levar até certo nível esses fatores, *bases materiais da nova forma de produção*, é a tarefa histórica do modo capitalista de produção. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises, e, em

consequência, os elementos dissolventes do antigo modo de produção. (MARX, 2008, p. 588, *itálicos meus*)

A questão mais que essencial das ineludíveis condições materiais e históricas axiais para a deflagração e desenvolvimento de um movimento realmente revolucionário que possa destruir a sociedade capitalista é mais uma vez retomada por Marx quando ele aponta a imprescindibilidade da maturação da consciência proletária - a ponto de os trabalhadores estarem deliberadamente dispostos a estabelecer novas relações de produção -, e a necessidade de se estar em um estágio mais avançado das forças produtivas materiais na sociedade do capital, como condições basilares para se iniciar um processo de transformação radical de cariz comunista de grande envergadura. Por sua vez, cumpre pontuar que Marx *também* vê a transição mundial como processo de superação do capital puxado pelos estágios dos espaços nacionais mais avançados do capital, econômica e politicamente falando, respectivamente Inglaterra e França. Ou seja, há uma aceleração da transição a partir do momento em que os estágios mais avançados se afirmam, conseguindo, desse modo, unificar mundialmente os níveis de desenvolvimento das forças produtivas.

Marx reforça o argumento da imprescindibilidade de determinadas condições históricas (e econômicas, mais especificamente) para a irrupção e o consequente desenvolvimento de uma revolução social (seja ela de caráter capitalista ou comunista) ao apontar a Inglaterra como o único país apto no século XIX para engendrar um radical processo de transformação que visasse à fundação de uma sociedade superior àquela arquitetada pelo capitalismo. Em circular enviada pelo Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores ao Conselho Federal da Suíça Romana no mês de janeiro de 1870, Marx sintetiza a posição de vanguarda da economia inglesa no cenário internacional de desenvolvimento capitalista. Segundo ele, é neste país que se encontravam as condições mais propícias para a vitória de uma revolução social da classe trabalhadora. Mesmo a França, já em avançado patamar de desenvolvimento, não poderia realizar essa tarefa histórica que cabia então exclusivamente aos ingleses. Faltavam apenas um espírito mais coletivista e o fogo revolucionário indispensável para a detonação da chama insurrecional da nação.

Embora a iniciativa revolucionária venha provavelmente da França, somente a Inglaterra pode servir como alavanca para uma revolução econômica. É o único país onde não há mais camponeses e onde a propriedade da terra está concentrada em poucas mãos. É o único país onde a forma capitalista - ou seja, o trabalho associado em larga escala sob empregadores capitalistas - invadiu praticamente o conjunto da produção. É o único país onde a grande maioria da população é constituída por trabalhadores assalariados. É o único país onde a luta de classes e a organização da classe operária através das *Trade Unions* adquiriu um certo grau de maturidade e universidade [*sic*].

Em resultado de sua posição dominante no mercado mundial, é o único país onde qualquer revolução em suas condições econômicas deverá reagir diretamente sobre o mundo inteiro. Se este país é o lugar clássico do latifundismo e do capitalismo, em virtude desse mesmo fato é também aqui que as condições materiais para a sua destruição revelam-se as mais altamente desenvolvidas. (...) Os ingleses têm todos os requisitos materiais necessários para a revolução social. O que lhes falta é o espírito da generalização e o ardor revolucionário. (MARX, 2002a, p. 286)

Nesta citação, portanto, Marx - ao referir-se às condições de desenvolvimento do proletariado na Inglaterra - acaba por elencar alguns dos requisitos fundamentais para que se possa aspirar a uma revolução liderada pela classe trabalhadora. A notar especialmente a repetição da frase "é o único país", que, por si só, já restringe, mas não impede, sob determinadas condições - entre elas a capacidade de criar as forças produtivas materiais de modo autônomo, as possibilidades de vitória de um movimento revolucionário anticapitalista em qualquer outra nação senão na pátria inglesa segundo a concepção marxiana. Concepção esta que será flexibilizada pouco antes de sua morte ao Marx analisar a potencialidade de uma revolução na Rússia. Desse modo, o trecho citado parece ineludivelmente evidenciar a complexa realidade econômica e política (proletariado consciente e organizado, ou seja, como *classe*) que deve existir como condição *sine qua non* para o estopim e o desenvolvimento da revolução dos trabalhadores. Conclui Marx que à Inglaterra deve-se destinar maior atenção por parte da Internacional graças à sua condição de vanguarda do desenvolvimento capitalista, justamente por ela comportar a sua forma mais universal: "A Inglaterra não pode ser tratada simplesmente como um país entre um número de outros países. Ela deve ser tratada como a metrópole do capitalismo." (2002a, p. 287)

Apesar de afirmar em alguns dos seus textos a existência uma suposta tendência irremediável da sociedade capitalista em rumar para o comunismo, Marx acentua e demarca claramente a *ativa* posição que deve ter a classe trabalhadora no conflituoso processo histórico que se descortina à sua frente e que pretende a tomada do poder político pelos trabalhadores para que se possa iniciar efetivamente a revolução comunista. No texto de 1871, *A Guerra Civil na França*, Marx afirmava:

...para atingir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, tende irresistivelmente, terão de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. (MARX, 2011, p. 60)

Segundo Marx, o anacronismo marcou o período em que surgiram as primeiras teorias socialistas e as primeiras revoltas dos trabalhadores, pois nem a consciência operária nem o desenvolvimento industrial capitalista haviam alcançado estágio de maturidade suficientes. À

época em que advieram aquelas primeiras teorias críticas ao modo de produção capitalista e à sociedade burguesa, não eram ainda observáveis, no solo objetivo das relações reais, as pré-condições estruturais e de consciência para o estopim revolucionário da classe trabalhadora: faltava ao capitalismo europeu - de longe, o mais avançado - e à consciência operária a chegada a um novo patamar. Conforme poderemos observar no trecho a seguir, Marx faz uma dura crítica àqueles socialistas que, a despeito das condições materiais atinentes ao grau de desenvolvimento capitalista e ao nível de consciência e organização da classe operária, creem na objetivação e realização de suas utopias socialistas - mesmo que, para tanto, tenham que recorrer à fantasia, à propaganda e a estímulos puramente ideais. Assim sintetizou essa complexa questão das pré-condições, no texto *A Guerra Civil na França*, o pensador alemão:

Todos os fundadores socialistas de seitas pertencem a um período em que as próprias classes trabalhadoras não estavam treinadas e organizadas pela marcha da sociedade capitalista o suficiente para aparecer na cena mundial como agentes históricos, e tampouco as condições materiais de sua emancipação estavam suficientemente maduras no velho mundo. Sua miséria existia, mas as condições de seu próprio movimento ainda não existiam. Os fundadores utópicos de seitas, enquanto em seu criticismo da sociedade atual descreviam claramente a meta do movimento social, a superação do trabalho assalariado com todas as suas condições de domínio de classe, *não localizavam na própria sociedade as condições materiais de sua transformação*, tampouco na classe trabalhadora o poder organizado e a consciência de seu movimento. Eles procuravam *compensar as condições históricas* do movimento com imagens fantasiosas e planos de uma nova sociedade em cuja *propaganda* viam o verdadeiro caminho da salvação. (...) Mas os dois fins últimos do movimento proclamado pelos utopistas são os fins últimos proclamados pela Revolução de Paris e pela Internacional. Somente os meios são diferentes, e as *condições reais do movimento* não estão mais encobertas por fábulas utópicas. Esses amigos protetores do proletariado são, por isso, apenas vítimas de sua própria ignorância... (MARX, 2011, p. 139-140, itálicos meus)

As pré-condições econômicas (dadas no "plano histórico-mundial"), portanto, determinam as possibilidades de uma revolução comunista da classe trabalhadora contra o *status quo*. Assim, nem sempre uma revolução radical era realizável, malgrado o eventual voluntarismo do povo armado e a servidão que era (e é) imposta diuturnamente aos trabalhadores de diversas formas e em diferentes épocas da história da humanidade. Não bastava existir a exploração e a miséria, era necessária a ascensão das condições materiais que possibilitassem a superação histórica e factual de ambas para que se tornasse exequível o projeto comunista de sociedade. Nesse sentido, Marx criticou severamente a ideia generalista e abstrata de Bakunin referente à igual possibilidade de emergência e consolidação de uma revolução radical comunista independentemente das pré-condições econômicas e materiais existentes e postas por cada época da história, como se bastasse apenas a vontade para realizá-

la. No *Resumo Crítico de Estatismo e Anarquia, de Mikhail Bakunin (1874)*, sentenciou Marx:

Ele não entende absolutamente nada de revolução social, salvo sua fraseologia política; para ele, suas pré-condições econômicas não existem. E como todas as formas econômicas existentes até hoje, desenvolvidas ou não desenvolvidas, implicam a servidão do trabalhador (seja na forma de trabalhador assalariado, camponês etc.), então ele acredita que, em todas essas formas, uma *revolução radical* é igualmente possível. (...) A *vontade*, e não as condições econômicas, é a base de sua revolução social. (MARX, 2012, p. 112-113, itálicos originais)

A extensão do trabalho no capitalismo é, antes de qualquer coisa, a intensificação da escravidão, escravidão esta que se torna ainda mais cruel quando se desenvolvem as suas forças produtivas específicas mediante inovação tecnológica e intensificação do trabalho. Não obstante, é esse desenvolvimento - cujo processo se configura assaz degradante para os trabalhadores - que, paradoxalmente, propiciará a base material sobre a qual iniciar-se-á a construção de uma nova forma superior de sociedade. As possibilidades de irrupção e consolidação de uma revolução social que parta desse princípio norteador e as chances de ela cumprir os seus desígnios ampliam-se *pari passu* à degeneração das condições de trabalho e vida dos produtores de valor da sociedade capitalista. Em sua *Crítica do Programa de Gotha*, de 1875, Marx constata:

...o sistema inteiro da produção capitalista gira em torno do aumento desse trabalho gratuito graças ao prolongamento da jornada de trabalho ou do crescimento da produtividade, uma maior pressão sobre a força de trabalho etc. (...) por conseguinte, o sistema do trabalho assalariado é um sistema de escravidão e, mais precisamente, de uma escravidão que se torna tanto mais cruel na medida em que as forças produtivas sociais do trabalho se desenvolvem... (MARX, 2012, p. 39)

Ato contínuo, Marx também coloca outras condições como pressupostos obrigatórios para a irrupção e o desenvolvimento de uma revolução comunista, dentre as quais a representatividade que deve ter o proletariado industrial na massa popular do meio urbano e os benefícios diretos e imediatos que devem ser revertidos ao campesinato quando da tomada do poder político da burguesia pelos trabalhadores organizados. Ainda na sua *Crítica do programa de Gotha*, de 1875, pode-se ler a esse respeito:

Uma revolução social radical está ligada a certas condições históricas do desenvolvimento econômico [mundial]; estas são seu pressuposto. Portanto, ela só é possível onde, juntamente com a produção capitalista, o proletariado industrial assume no mínimo uma posição significativa na massa popular. E, para que tenha alguma chance de vitória, ela tem de ser, no mínimo, capaz de fazer diretamente pelos camponeses, *mutatis mutandis*, tanto quanto a burguesia francesa fez

em sua revolução pelos camponeses franceses de então. (MARX, 2012, p. 112)

De acordo com Engels, a extinção das classes sociais, iniciada com uma revolução socialista, só se torna objetivamente exequível se o grau de desenvolvimento das forças produtivas tiverem alcançado um determinado patamar. E o avanço até tal nível concretiza-se através da prévia atuação da burguesia. Portanto, burguesia e proletariado são as duas classes fundamentais do processo revolucionário de talhe socialista. Os proletários fazem a revolução e se apropriam de toda máquina produtiva erguida sob inspiração e ganância dos burgueses. São eles, afinal, que - dentro de sua lógica e moral - estimulam e coordenam a transformação de seu dinheiro em capital e mais-valia, tendo que, para tanto, desenvolver a grande indústria mundial e fazer assim explodir o potencial e a capacidade de produção dos seres humanos. Na brochura *Questões Sociais da Rússia*, de 1875, Engels afirmava:

A revolução almejada pelo socialismo moderno é, sucintamente, a vitória do proletariado contra a burguesia e a reorganização da sociedade mediante a anulação das diferenças de classes. Para tanto, é preciso que haja não só um proletariado capaz de realizar essa revolução, mas também uma burguesia, em cujas mãos as forças produtivas da sociedade se desenvolveram a ponto de permitir a anulação definitiva das diferenças de classe. (...) *Somente em certo estágio do desenvolvimento das forças produtivas*, que até para os tempos atuais é bastante elevado, torna-se possível aumentar a produção a um nível em que a eliminação das diferenças de classe seja um verdadeiro progresso e possa ser duradoura, sem acarretar uma paralisação ou mesmo um retrocesso no modo de produção da sociedade. Porém, as forças produtivas só chegaram a esse grau de desenvolvimento pelas mãos da burguesia. Sendo assim, *a burguesia*, também nesse aspecto, *é uma condição tão necessária da revolução socialista quanto o próprio proletariado*. (ENGELS, 2013a, p. 37, itálicos meus)

Naturalmente, no trecho acima, Engels refere-se às burguesias das revoluções burguesas radicais típicas de alguns dos países capitalistas europeus do século XVIII. O desenvolvimento do capitalismo da miséria, de cariz colonial e neocolonial, nos países do terceiro mundo, trouxe à baila uma nova espécie de burguesia autóctone totalmente subordinada e submissa aos ditames de suas congêneres europeias e norte-americanas. Uma classe burguesa desse quilate, não nacionalista, mas entreguista e não desenvolvimentista (não fomentadora do crescimento econômico independente e autônomo), mas parasitária, transmuta as possibilidades aventadas por Engels quanto ao advento de uma revolução socialista consequente (isto é, assentada e construída sobre sólida base industrial e grande desenvolvimento científico e tecnológico). Nos capitalismo periféricos, a despeito do estágio relativamente desenvolvido que alcança os seus respectivos parques industriais, a tônica é sempre a mesma: emissão ininterrupta de valor para o centro capitalista e pouco (ou nenhum)



controle sobre a tecnologia usada na sua indústria (em geral incipientemente desenvolvida no setor de bens de produção). Em suma, é um tipo particular de desenvolvimento capitalista incapaz de garantir a soberania econômica dos países.

Destarte, para realizar e consolidar uma revolução e seu processo não basta apenas a vontade e a consciência do que está errado e é injusto na sociedade. Deve haver uma realidade econômica - historicamente estabelecida e materializada - que possibilite os desdobramentos de qualquer movimento que, a partir da razão, do socialismo e do humanismo, condene a existência de classes sociais e proponha o progresso da humanidade a partir da supressão delas. Novamente aqui surge inequivocamente a questão das condições econômicas como base e fator determinante para o sucesso das revoluções comunistas. Sentenciou Engels a esse respeito na sua obra *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* (1880):

A fim de que esse progresso, como todos os progressos sociais, seja viável, não basta ser compreendido pela razão que a existência de classes é incompatível com os ditames da justiça, da igualdade etc.; não basta a simples vontade de abolir essas classes - mas são necessárias condições econômicas novas. (1981, p. 73)

Muito embora fique cada vez mais evidenciado, histórica e teoricamente, a condição básica da realização de uma revolução comunista (o desenvolvimento anterior das forças produtivas), o maior parceiro intelectual de Marx alerta para o fato de que uma teoria tende a se transformar em utopia e fantasia quando ela não é criada organicamente sobre a realidade material onde pretende-se aplicá-la. A transplantação de teorias de um lugar para outro, de maneira esquemática, dificulta - e até impede - que tal intento por ela inspirado se realize concreta e conseqüentemente. No livro anteriormente citado *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Engels asseverava:

Para converter o socialismo em ciência era necessário, antes de tudo, situá-lo no terreno da realidade (...) esses meios [de transformação] não devem ser *tirados* da cabeça de ninguém, mas a cabeça é que tem de *descobri-los* nos fatos materiais da produção, tal e qual a realidade os oferece. (ENGELS, 1981, p. 44 e p.55, itálicos originais)

Para tanto, a teoria que vai guiar as pretendidas transformações deve surgir do próprio contexto histórico onde dialeticamente se tentará implementá-la. Deve ser original e autóctone para que se evite a criação de uma realidade que apenas nas palavras se assemelhe àquele ideal previamente planejado. Nesse sentido, a sentença a seguir parece prever toda a tragédia teórica do socialismo do século XX, em que dois modelos principais de revolução socialista e de sociedade comunista (o soviético e o chinês) foram estabelecidos como tipos-ideais a serem importados pelos países revolucionários de todo o mundo. A fraqueza da argumentação

revolucionária presa apenas à propaganda e ao exemplo, típicos artifícios teóricos emanados das sociedades autointituladas socialistas do século passado, também é aqui já mencionada por Engels, que continua:

Tratava-se, por isso, de descobrir um sistema novo e mais perfeito de ordem social, para implantá-lo na sociedade vindo de fora, por meio da propaganda e, sendo possível, com o exemplo, mediante experiências que servissem de modelo. Esses novos sistemas sociais nasciam condenados a mover-se no reino da utopia; quanto mais detalhados e minuciosos fossem, mais tinham que degenerar em puras fantasias. (1981, p. 35)

Em carta a Kugelmann, de 17 de abril de 1871, Marx, pela primeira vez, parece ponderar a respeito da imprescindibilidade da existência das condições materiais e econômicas para a irrupção de movimentos revolucionários, ao constatar que a história é quase sempre feita com a presença de forças contrárias à maioria das iniciativas que tentam destruir o *status quo* de sua respectiva época. Isto é, sempre há a possibilidade (mais ou menos remota) de ocorrerem mudanças sociais, a despeito da não existência dos pré-requisitos ditos fundamentais e materiais para que as transformações irrompam e se desenvolvam. Assim sintetizou o pensador alemão: "A história mundial seria na verdade muito fácil de fazer-se se a luta fosse empreendida apenas em condições nas quais as possibilidades fossem infalivelmente favoráveis." (2002a, p. 312)

Para Marx, não há e nem pode haver, nenhuma teoria histórica baseada no determinismo simplista. E isto é verdadeiro, logicamente, também para a teoria da transição comunista que se abre com a revolução proletária. Não existem esquemas ou moldes criados e observados numa época que podem ser transmutados diretamente para outra. Cada etapa ou momento de desenvolvimento histórico se desenrola sobre e a partir de seus peculiares e próprios condicionamentos. Qualquer tentativa de prender ou engessar a análise histórica e o seu devir em alguma teoria ou esquema configurar-se-á como algo não pertencente ao campo científico e imanentemente materialista-dialético da história.

Pode-se e deve-se localizar semelhanças em processos históricos análogos na tentativa de encontrar uma pedra de toque comum a ambos - que acabe por explicar e elucidar a forma de seu desenvolvimento. No entanto, tal iniciativa filosófica não pode ter como base e metodologia de investigação científica uma suposta teoria geral da história, em que o determinismo sempre impelirá a especulações a respeito de igual devir histórico para situações assumidas como similares - erro metodológico crasso, pois ambientes históricos diferentes levarão, apesar das aventadas semelhanças, a resultados históricos muitas vezes completamente diversos.

Portanto, [há] acontecimentos de uma analogia que salta aos olhos, mas que se passam em ambientes históricos diferentes, levando a resultados totalmente díspares. Quando se estuda cada uma dessas evoluções à parte, comparando-as em seguida, pode-se encontrar facilmente a chave desse fenômeno. Contudo, jamais se chegará a isto tendo como chave-mestra uma teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica. (MARX, 2013a, p. 69)

Nesse sentido, Marx ressalta que a teoria que pode ser extraída de sua obra máxima *O capital* refere-se exclusivamente ao modo de desenvolvimento capitalista da Europa ocidental. Assim, jamais pode ser compreendido como um complexo teórico geral que, de antemão, já determina cada passo da evolução histórica e econômica de todos os povos. Evidencia, portanto, que não existe teoria geral do desenvolvimento capitalista e nem, necessariamente, dos seus respectivos pressupostos, corolários e leis. Existem leis da natureza, mas nenhuma lei determinista da história. Não se pode e é incorreto, nas palavras de Marx escritas na *Carta à Redação da Otechestvenye Zapiski* de 1877,

metamorfosear totalmente o meu esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria histórico-filosófica de curso geral fatalmente imposto a todos os povos, independentemente das circunstâncias históricas nas quais eles se encontrem, para acabar chegando à *formação econômica que assegura, com o maior impulso possível das forças produtivas do trabalho social, o desenvolvimento mais integral possível de cada produtor individual*. (MARX, 2013a, p. 68, itálicos meus)

Novamente Marx, a despeito de negar uma teoria geral e determinista da história, reafirma a necessidade da construção de uma "formação econômica que assegura" o advento do comunismo e a emancipação do trabalhador. Não há como antecipar e determinar as etapas e a forma de desenvolvimento econômico em cada lugar, porém, pode-se colocar um tipo de desenvolvimento econômico como condição *sine qua non* para a solidificação e o pleno estabelecimento de uma sociedade comunista. Marx, representante máximo da teoria, dialoga com o movimento mundial de emancipação sobre as tarefas práticas do movimento russo tendo em vista as condições históricas particulares da Rússia. Eis aqui a dialética das relações da teoria e do seu movimento com as tarefas práticas dos partidos nacionais, as quais necessitam também, é claro, elucidação teórica com a ajuda da teoria, instada a debruçar-se sobre inédita questão teórica.

Marx reitera em outra oportunidade a negação do suposto fatalismo que poderia existir em sua filosofia da história do capitalismo. Na verdade, afirma o pensador alemão que ele restringe a sua elaboração teórica à gênese e ao desenvolvimento do sistema capitalista aos países da Europa ocidental. Em nenhum momento assevera que fatalmente todos os países do mundo se desenvolverão economicamente segundo o roteiro europeu (extensa e

minuciosamente descrito em *O capital*). "Portanto, restringi expressamente a 'fatalidade histórica' desse movimento [capitalista] aos países da Europa Ocidental." (MARX, 2013b, p. 89)

Segundo Marx, o capitalismo "desenvolveu de forma maravilhosa as forças produtivas da sociedade", contudo, cabe à classe trabalhadora revolucionária, impingir à classe burguesa a dissolução de seu sistema econômico ao transformar a produção capitalista em produção cooperativa e metamorfosear a sua propriedade individual e particular em posse coletiva e comunal de todos os meios de vida existentes no planeta. Desse modo, o proletariado deve "romper suas correntes e trocar a produção capitalista pela produção cooperativa e a propriedade capitalista por uma forma superior do tipo arcaico de propriedade, isto é, pela propriedade comunista." (MARX, 2013b, p. 104).

Nesse sentido, é lícito se levantar o questionamento da possibilidade de um país apropriar-se das benesses típicas do capitalismo desenvolvido (grande produtividade e produção em massa, principalmente) sem passar pelo seu imanente processo histórico de evolução e consolidação. Isto é, há outra via que possa ser percorrida para se chegar a um patamar de extensa industrialização e produção de valor? Para Marx, na Rússia das comunas rurais, isso era, de fato, uma possibilidade. Conforme afirmou em *Carta à Redação da Otechestvenye Zapiski*, de 1877: "...ela [Rússia] poderia, sem experimentar a tortura infligida por esse regime [capitalista], apropriar-se de todos os seus frutos mediante o desenvolvimento de seus próprios pressupostos históricos." (MARX, 2013a, p. 65). Em um dos esboços de *Carta a Vera Ivanovna Zaslitch*, de 1881, Marx complementa: "...o seu ambiente histórico, a contemporaneidade da produção capitalista, disponibiliza-lhe já prontas todas as condições materiais do trabalho comum em larga escala." (MARX, 2013b, p. 100)

Segundo Marx, os países atrasados não necessitam passar por todas as fases pelas quais passaram as economias mais desenvolvidas para se tornarem potências industriais. Esta possibilidade é teorizada por ele ao afirmar que a Rússia do século XIX não teria que passar por todas as etapas e estágios de desenvolvimento capitalista observados na maioria dos países da Europa ocidental. Ainda em um dos esboços da carta supracitada, Marx sentencia: "a contemporaneidade da produção ocidental, que domina o mercado mundial, permite à Rússia incorporar à comuna todas as conquistas positivas produzidas pelo sistema capitalista sem passar por seus forçados caudinos [*sic*]." (MARX, 2013b, p. 94)

É justamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que ela [Rússia] pode se apropriar de todas as *conquistas positivas* e isto sem passar

por suas vicissitudes desagradáveis. A Rússia não vive isolada do mundo moderno (...). Se os adeptos russos do sistema capitalista negam a possibilidade teórica de tal evolução, eu lhes proporia a seguinte questão: para explorar as máquinas, os barcos a vapor, as ferrovias, a Rússia foi forçada, a exemplo do ocidente, a passar por um longo período de incubação da indústria mecânica? Que eles me expliquem de novo como fizeram pra introduzir entre eles num piscar de olhos todo o mecanismo de trocas (bancos, sociedades de créditos etc.), cuja produção custou séculos ao ocidente? (MARX, 2013b, p. 89-90, itálicos originais)

Marx e Engels, no Prefácio à edição russa do Manifesto Comunista de 1882, afirmam que a tradicional organização comunal da produção, encontrada na Rússia do século XIX, poderia servir como catalisadora de transformações radicais no país desde que irrompesse na Europa ocidental uma revolução proletária que alterasse aquele sistema de produção arcaico do camponês russo para algo que compatibilizasse essa tradição coletivista com o desenvolvimento industrial capitalista já materializado em outros países europeus. Isolada e sozinha, esse potencial da comuna russa desapareceria. Somente *se aproveitasse o ambiente histórico contemporâneo* e se apoderasse do estágio momentâneo daquele desenvolvimento econômico das forças produtivas do ocidente é que essa antiga forma de organização poderia se consolidar como uma propriedade comunista de tipo superior. A condição basilar do desenvolvimento econômico, portanto, permanece como um dos axiomas fundamentais da teoria de Marx e de Engels concernente ao comunismo.

O problema agora é: poderia a *obchtchina* russa - forma já muito deteriorada da antiga posse comum da terra - transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria antes passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do ocidente?

Hoje em dia, a única resposta possível é a seguinte: se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução [*sic*] comunista. (MARX & ENGELS, 2013b, p. 125)

Engels deixa claro a impossibilidade de existência de saltos históricos que possam encurtar o caminho da *longa via* que leva à forma social superior comunista. Tal movimento teria chance de se realizar apenas caso houvesse um país na vanguarda da revolução comunista, isto é, um país que pudesse servir de exemplo de construção de uma sociedade comunista. Portanto, à Rússia do século XIX não seria possível transitar diretamente do seu capitalismo incipiente de base comunal agrário-primitiva para o comunismo. Ainda mais porque em nenhum país à época, especialmente na Europa, se pôde observar as radicais transformações ensejadas por uma revolução que estabelecesse o comunismo como uma nova forma social de produção. Convém lembrar, contudo, que à época da Revolução de 1917, a

Rússia já era a quinta potência industrial - embora dependente - da Europa, bem à frente, portanto, daquela de 1880.

Destarte, é através da metodologia materialista dialética que deve-se elaborar a teoria e a prática comunistas. Para tanto, ambas devem ser dinâmicas no intuito de poder servir aos desígnios da complexa realidade revolucionária em ebulição e mutação. Não obstante, isso não significará a ruptura com a teoria e o advento do puro pragmatismo, pois deverá ser sempre a teoria (consubstanciada materialmente pela história e seus fatos) que guiará e indicará o caminho a ser seguido no novo e inédito trajeto revolucionário de criação de uma sociedade comunista. Em suma, teoria e prática em concomitância, com determinação dinâmica e recíproca permanente. Daí a necessidade vital de garantia da plena liberdade da teoria, para resolver todas as novas questões teóricas que necessariamente surgirão. Engels sublinha no texto *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, de 1886, como a aplicação do método dialético na investigação social pode tornar a apreensão da realidade mais fidedigna e concreta:

Se em nossas investigações nos colocamos sempre neste ponto de vista, desprezaremos de uma vez para sempre o postulado de soluções definitivas e verdades eternas; a cada momento, teremos a consciência de que todos os resultados que obtemos serão forçosamente limitados e estarão condicionados às circunstâncias em que os obtemos... (ENGELS, 2012b, p. 152)

Posteriormente, Engels reafirmaria o conceito de que o comunismo deve *necessariamente* advir do capitalismo e da luta de classes por ele engendrada. Isto posto, a organização primitiva da produção russa em comunas não poderia, por si só, ser nem o ponto principal nem um catalisador que eventualmente teria o potencial de acelerar o desenvolvimento histórico no sentido do comunismo, a forma social superior teorizada por Engels e Marx. Em carta enviada a N. Danielson, de 17 de outubro de 1893, Engels assim resumiu o importante conceito:

... na Rússia, como talvez em toda parte, foi impossível desenvolver a partir do comunismo agrário primitivo uma forma social superior, se esta forma não tivesse *já existido* noutro país, podendo assim servir de modelo. Sendo dado que **esta forma superior, por toda a parte onde é historicamente possível, resulta forçosamente da forma capitalista de produção** e do antagonismo social dualista que se segue, ela não pode desenvolver-se a partir da comuna agrária primitiva **a não ser inspirando-se num exemplo existente**. Isto se a Europa Ocidental de 1860-1870 estivesse amadurecida por uma tal transformação, se esta transformação tivesse tido êxito na Inglaterra, na França etc., se tivesse sido mostrado aos russos o que se podia fazer da sua comuna que estava então mais ou menos intacta; mas o Ocidente estagnava e nem mesmo tentava uma transformação deste gênero, enquanto o capitalismo, pelo contrário, se desenvolvia num ritmo acelerado.

A Rússia encontrava-se então perante a seguinte alternativa: ou convertia a comuna numa forma de produção da qual a separavam vários estados históricos intermediários - **trabalho evidentemente irrealizável, as condições não estavam quanto a isso amadurecidas no Ocidente** - ou encaminhava-se para o capitalismo. Que lhe restava, senão a segunda solução? (ENGELS, 1979a, p. 49, itálicos originais, negritos meus)

Engels condiciona a modernização da comuna camponesa da Rússia às possibilidades de revolução proletária na Europa ocidental. Isoladamente, a tendência da propriedade comunal russa seria a de desintegrar-se, porém, havendo a possibilidade de usufruir e incorporar as técnicas de produção legadas pelo capitalismo europeu, a comuna russa poderia dar um salto histórico para alcançar - sem ter de passar pelas etapas de desenvolvimento capitalista observadas na Europa ocidental nos séculos imediatamente anteriores - um estágio avançado na sociedade comunista. Ou seja, a comuna, após a revolução comunista, não estaria condenada a desaparecer, dado que o setor industrial poderia abastecê-la com forças produtivas urbanas, preservando sua forma produtiva ancestral. Para Marx não era absolutamente imperioso destruí-la e fazê-la transitar a uma forma não comunitária, como de fato ocorreu.

Desse modo, ou os países que pretendem construir uma sociedade comunista têm o desenvolvimento técnico, econômico e industrial criados historicamente pelo sistema capitalista ou devem importar essas forças produtivas mais avançadas do local onde elas já alcançaram o desenvolvimento. Para tanto, obviamente, essa transferência de tecnologia e conhecimentos - capazes de viabilizar o salto histórico às sociedades mais atrasadas - só será realizada, segundo Engels, se as nações envolvidas tiverem realizado a sua revolução proletária. No Posfácio, de 1894, à brochura *Questões Sociais da Rússia*, Engels concluía:

...a iniciativa para uma eventual reconfiguração da comuna russa não poderá partir dela mesma, mas única e exclusivamente dos proletários industriais do Ocidente. A vitória do proletariado europeu ocidental contra a burguesia e a substituição a ela associada da produção capitalista pela produção socialmente conduzida constituem as pré-condições necessárias para alçar a comuna russa ao mesmo estágio. (ENGELS, 2013b, p. 132)

Ainda:

...o exemplo e o apoio ativo do Ocidente até agora capitalista constitui uma *condição incontornável*. Somente quando a economia capitalista tiver sido superada em sua pátria e nos países em que floresceu, somente quando os países atrasados virem atrás desse exemplo "como se faz", como se coloca as *modernas forças produtivas da indústria* a serviço da coletividade na forma de propriedade social, só então eles poderão encetar esse processo abreviado de desenvolvimento. Poderão assim fazê-lo com êxito assegurado. E isso *vale para todos os países do estágio pré-capitalista*, não apenas pra a Rússia. (ENGELS, 2013b, p.134, itálicos meus)

Vale lembrar, contudo, que a Rússia não era mais um país pré-capitalista. Lênin esforçar-se-á para demonstrar o caráter capitalista da Rússia, em especial da sua agricultura, rapidamente desenvolvido após as reformas de 1861. Observe-se que o tema do desenvolvimento capitalista da Rússia foi amplamente debatido por Marx e Engels com Danielson.

Destarte, sem acesso ao que há de mais moderno e avançado em termos de forças produtivas, a revolução comunista tem pouca ou nenhuma chance de ser bem-sucedida. O desenvolvimento industrial e econômico (autóctone ou importado de outra nação então proletária) é, segundo Engels, necessariamente, a base de sustentação sem a qual não se estrutura e se solidifica os alicerces de uma sociedade comunista.

A propriedade comum do solo é uma forma de posse que, "num certo estágio do desenvolvimento, é comum a todos os povos" afirmou Engels em 1894 no Posfácio às *Questões Sociais da Rússia* (2013b, p. 127-8) e a revolução comunista somente se desenvolverá se este seu primeiro e principal pressuposto histórico estiver colocado objetivamente na realidade, qual seja, a apropriação social (da sociedade, não mais privada) dos meios de vida (meios de produção, terra, água etc.). Prossegue Engels: "no Ocidente a solução para as contradições mediante a reorganização da sociedade tem como pressuposto a apropriação de todos os meios de produção e, portanto, também do solo, como propriedade comum da sociedade..." (ENGELS, 2013b, p. 130)

Trazendo tal elaboração teórica para o caso cubano, poder-se-ia imaginar que, com as suas próprias pernas somente, talvez não fosse de fato exequível a construção de uma sociedade comunista avançada (do ponto de vista técnico e econômico, principalmente) na ilha de Fidel e Raúl, uma vez que não havia (não há) estrutura produtiva capaz de viabilizá-la. Muito embora, como veremos mais adiante, não se trate somente de questões técnicas e científicas, mas também e de igual modo, da qualidade dessa nova força produtiva humana emancipada *através* da propriedade social e da nova liberdade política assim adquirida, essa realidade poderia talvez ter sido diferente caso a União Soviética - com o seu parque industrial desenvolvido - tivesse possibilitado e financiado a transplantação de seu avanço econômico e estrutural para Cuba. Devemos dizer *talvez*, pois o desenvolvimento das forças produtivas em Cuba contava com inúmeros e complexos problemas, embora nada impedisse plenamente o seu desenvolvimento.

Acabar com a submissão existente entre os homens, derivada dos antagonismos proprietários vs. não proprietários e burgueses vs. proletários é tarefa fundamental e condição



*sine qua non* para a construção de forma superior de sociedade não estruturada e organizada a partir da dominação econômica - e, conseqüentemente, política e cultural - de uma classe social sobre outra. A revolução econômica, proporcionada pelo primeiro momento da revolução política (tomada do poder, dos meios de vida e instauração da ditadura do proletariado) tornar-se-á a base sobre a qual poderá ser construído um novo sistema social, jurídico e político em que o Estado - a despeito da manutenção da administração e organização da coisa pública pelos seres sociais livremente associados - será liquidado junto com o desaparecimento das classes sociais.

Caberia então aos revolucionários criar a teoria - da qual temos em Marx e Engels as suas *linhas vitais* - extraindo-a da realidade concreta e específica de um país, para que ela seja capaz de guiar a transformação na forma de produzir, de apropriar-se e de trocar os produtos a partir do momento em que os meios de produção tornarem-se meios de vida social, de propriedade coletiva. Portanto, deverão criar maneiras de harmonizar essa nova forma de propriedade com novas formas de produzir (de executar a atividade produtiva em si), de se apropriar do objeto produzido e de distribuí-lo conforme as necessidades individuais e coletivas da comunidade.

### Capítulo 3 – A transição comunista: Comuna e ditadura do proletariado

Sem uma transformação radical do modo de produção, através de uma profunda "revolução econômica", a transição rumo à sociedade comunista não poderá ser completada. Deve-se revolucionar a infraestrutura econômica para que ela sirva de base real e concreta para o advento de uma nova civilização e de uma nova sociabilidade. A revolução, destarte, inicia-se com a usurpação do poder burguês pelos trabalhadores e se desenvolve durante o processo de transição e de criação da nova sociedade comunista. A revolução no modo de organizar a produção e a distribuição social (lastreada já num novo sistema de propriedade) deve ser o fundamento e o estopim das revoluções políticas, culturais, morais etc. que explodirão a partir das novas relações de produção e das novas forças produtivas finalmente libertadas e socializadas.

Muitas vezes uma revolução política (principalmente se encerrada em si mesma) não adquire o status de social. Isto se observa caso as transformações ocorridas fiquem restritas ao campo político, deixando indene e praticamente intocável a sociedade como um todo (modo de produção, institucionalidade etc.). Nas *GLOSAS CRÍTICAS AO ARTIGO "O rei da Prússia e a reforma social". De um prussiano*", escritas em 1844, Marx resumizou: "Toda e qualquer revolução dissolve a *antiga* sociedade; nesse sentido, ela é *social*. Toda e qualquer revolução derruba o *antigo poder*; nesse sentido ela é *política*." (MARX, 2010, p. 51, itálicos originais)

Naturalmente, será a revolução na sua faceta política primária (tomada e subversão do poder) que primeiro consolidar-se-á. Atingidos os objetivos de fundação e organização da nova sociedade comunista e liquidado plenamente o anterior sistema econômico, político e institucional burguês, abre-se a possibilidade histórica para que a maquinaria burocrática e o seu Estado desapareça definitivamente. Dessa maneira, o ato político é fundamental e imprescindível num processo revolucionário - é a partir dele que se abrem as possibilidades para a construção de uma nova sociedade. Contudo, uma revolução apenas política é um contrassenso e não pode ser assim denominada caso interrompa e restrinja as suas transformações à esfera política. Consequentemente, para ser chamado de revolução, um movimento deve ter radicalidade e abrangência, deve extrapolar a conquista inicial do poder. A esse respeito, Marx prosseguiu nas suas *GLOSAS CRÍTICAS* de 1844:

A revolução como tal - a derrubada do poder constituído e a *dissolução* das relações antigas - é um *ato político*. No entanto, sem revolução o *socialismo* não poderá se concretizar. Ele necessita desse ato *político*, já que necessita

recorrer à *destruição* e à *dissolução*. Porém, quando tem início a sua *atividade organizadora*, quando se manifesta o *seu próprio fim*, quando se manifesta a sua *alma*, o socialismo se desfaz do seu invólucro *político*. (MARX, 2010, p. 52, itálicos originais)

Eis, na citação imediatamente acima, uma rara (talvez única) passagem em que Marx, ainda em 1844, aos 26 anos, define o socialismo como um sistema econômico e social. Desfazer-se do seu "invólucro político" parece sugerir aquela ulteriormente mais desenvolvida ideia de Marx tangente à liquidação do Estado (aqui denominado socialista) na nova e recém consolidada sociedade comunista. O fim da fase transitória, portanto, coincidiria com o início de uma nova atividade organizadora já desenvolvida sobre bases comunistas de produção e sociabilidade.

A tomada do poder estatal é fundamental para que a classe trabalhadora possa, mediante utilização da maquinaria governamental, impor e consolidar o seu domínio sobre a burguesia. A chegada ao poder político dos produtores, por conseguinte, intensifica a luta de classes: "...o primeiro passo da revolução dos trabalhadores é a ascensão do proletariado à situação de classe dominante...". (MARX & ENGELS, 1998, p. 27) Nessa condição, devem os trabalhadores usar sua primeira vitória política para radicalizar o processo revolucionário em direção à construção das bases objetivas da nova sociedade comunista que se almeja fundar e que já se vislumbra no horizonte proletário. Concentrar os meios de produção nas mãos dos produtores e aumentar seu potencial produtivo são duas medidas imprescindíveis. A ditadura revolucionária do proletariado deverá levar a cabo tais medidas de maneira arbitrária e impositiva, até porque a burguesia não permitirá, pela sua postura contrarrevolucionária e reacionária, que tais transformações se desenvolvam pacificamente, de acordo com o que afirmaram Marx e Engels no *Manifesto Comunista*:

O proletariado vai usar seu predomínio político para retirar, aos poucos, todo o capital da burguesia, para concentrar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado - quer dizer, do proletariado organizado como classe dominante - e para aumentar a massa das forças produtivas o mais rapidamente possível. (...) Naturalmente, isso só pode ocorrer, de início, por meio de intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações burguesas de produção... (MARX & ENGELS, 1998, p. 27 e p. 28)

O início do levante revolucionário comunista pelos trabalhadores deve se dar, obrigatoriamente, a partir dos seus respectivos territórios nacionais. "...a luta do proletariado contra a burguesia - não pelo seu conteúdo, mas pela forma - é em primeira instância nacional. O proletariado de cada país tem que derrotar, antes de tudo, sua própria burguesia." (MARX & ENGELS, 1998, p. 19). No entanto, os proletários, quando da chegada ao poder, não necessitam exorcizar a questão nacional e a pátria - apenas não devem utilizar tais

conceitos como o fazia a burguesia chauvinista. Indubitavelmente, a causa dos trabalhadores é universal entre a classe dos oprimidos de todo o mundo, todavia esse fato não os impede de organizarem-se nacionalmente na primeira etapa da revolução (até porque a ideia de nação já está plenamente estruturada e objetivada nas sociedades modernas - os trabalhadores terão que contar com seus efeitos sobre as consciências e sobre os atos políticos). Faz parte da ideia de tomar o Estado burguês utilizá-lo contra a própria burguesia, mas então com um novo caráter e com toda sua anterior institucionalidade transformada. Afirmaram Marx e Engels ainda no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848:

Os trabalhadores não têm pátria. Não se pode tomar uma coisa que não possuem. Porém, ao conquistar o poder político, ao se construir em classe dirigente nacional, o proletariado precisa se constituir ele mesmo em nação; assim, ele continua sendo nacional, embora de modo algum no sentido burguês. (MARX & ENGELS, 1998, p. 26)

Desde os seus primeiros escritos, Marx e Engels já ressaltam a ideia de que os proletários revolucionários e os comunistas jamais devem abrir mão da radicalidade de seu movimento. Em mensagem enviada à Liga dos Comunistas em março de 1850, eles afirmam que meias-soluções e reformas não cabem, pois deve-se objetivar a transformação profunda e radical que impulsionará a construção e a fundação de uma nova sociabilidade - baseada e assentada na propriedade coletiva dos meios de produção. Nesse sentido, *não basta transformar a propriedade privada particular individual em propriedade estatal*, há que se organizar a produção mediante a posse coletiva dos meios de produção. "Para nós, não se trata de modificar a propriedade privada, mas de aniquilá-la, não se trata de camuflar as contradições de classe, mas de abolir as classes, não se trata de melhorar a sociedade vigente, mas de fundar uma nova." (MARX & ENGELS, 2010, p. 64)

Em uma carta a Weydemeyer de 5 de março de 1852, Marx ilumina novamente a questão da transição ao comunismo ao colocá-la como *o período da ditadura do proletariado*: "a luta de classes *conduz* necessariamente à *ditadura do proletariado*, (...) esta mesma ditadura constitui o período de transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes..." (MARX & ENGELS, 1979, p. 31, *italicos originais*). Como se pôde perceber aqui, assim como em toda a concepção de Marx, à fase de transição do capitalismo para o comunismo não foi imputado o nome de *socialismo*. Dessa forma, podemos asseverar que não pertence a Marx a definição do socialismo como um sistema econômico e social intermediário (de transição) entre a sociedade burguesa e a comunista, fato esse de enorme significado teórico e prático para toda a fase posterior, de finais do século XIX até os nossos dias.

Marx faz algumas críticas às revoluções proletárias do século XIX que muito bem poderiam também ser apontadas para as revoluções autoproclamadas socialistas dos dois séculos seguintes. O movimento revolucionário parece não saber mais como se desenvolver até começar a retroceder sem se aperceber. Tal fato muito provavelmente vem ocorrendo devido ao abandono da teoria (esteja ela já elaborada ou ainda a ser elaborada), de modo que se pôde observar uma série de oportunidades históricas perdidas no século XX quando os trabalhadores, de alguma forma, assumiram o poder estatal, mas não souberam reinventá-lo e transformá-lo numa instituição que catalisasse as mudanças necessárias rumo à construção de uma sociedade comunista. Acabaram, desse modo, apenas por reforçar o papel do Estado ao invés de liquidá-lo mediante processo radical de transformação social - o que é um retrocesso. A esse respeito, observava Marx no já citado *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852):

(...) as revoluções proletárias, como as do século XIX, se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez, (...) parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso... (MARX, 2002b, p. 25)

A condição de não proprietário dos meios de produção é o fator fundamental a determinar a miséria e a exploração a que os trabalhadores estão submetidos no cotidiano do sistema capitalista. Portanto, o nó górdio da emancipação humana somente poderá começar a ser desfeito quando se iniciar o processo de transformação radical da base econômica dominada pela propriedade privada. Não poderá existir nenhum ente externo monopolizador dos meios de trabalho, e, conseqüentemente, muito menos o Estado deverá sê-lo em uma sociedade comunista. A emancipação econômica, condição *sine qua non* para a emancipação humana, não ocorrerá se os meios de vida (de reprodução da vida) não pertencerem direta e verdadeiramente aos trabalhadores. Um movimento revolucionário deve ser o meio para que a classe trabalhadora alcance essa condição de independência, emancipada. Nos Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores, esboçados por Marx entre 21 e 24 de outubro de 1864, podia-se ler a esse respeito:

(...) a sujeição econômica do homem que trabalha para o monopolizador dos meios de trabalho, isto é, das fontes de vida, repousa no âmago da servidão em todas as suas formas, de toda miséria social, degradação mental e dependência política; (...) a emancipação econômica das classes trabalhadoras é, portanto, o grande fim ao qual todo movimento político deve estar subordinado como meio... (MARX, 2012, p. 79)

Há fases e etapas a serem vivenciadas e construídas pela classe trabalhadora nesta transição comunista, longo interregno iniciado com a Comuna (a ditadura revolucionária do

proletariado) e "concluído" com o comunismo. Para tanto, é mister a criação de novas condições objetivas de produção que tornem efetivas e reais as novas relações (livres e associadas) de produção entre os então emancipados trabalhadores. Há que se criar, conseqüentemente, novas leis econômicas que representem, de fato, toda a nova organização social comunista, o que demandará tempo e esforço consciente dos produtores. Os meios de trabalho e os meios de vida devem ser socializados (liberados daquela forma privada de propriedade) para que os produtores deixem de trabalhar para os donos dos meios de produção. Possuir coletivamente esses meios é a primeira e mais importante transformação econômica para tornar realizável concretamente a associação livre e cooperada dos produtores. Marx demonstra claramente, na citação que se segue, extraída do primeiro rascunho de *A Guerra Civil na França*, de 1871, a complexidade e a profundidade do processo de transformação radical pelo qual passará a sociedade que aspira ao comunismo.

As classes trabalhadoras sabem que têm de passar por diferentes fases da luta de classe. Sabem que a substituição das condições econômicas da escravidão do trabalho pelas condições do trabalho livre e associado só pode ser o trabalho progressivo do tempo (essa *transformação econômica*), que isso requer não apenas uma mudança na distribuição, mas uma *nova organização da produção* - ou, antes, requer a liberação (desobstrução) das formas sociais de produção no atual trabalho organizado (engendrado pela indústria atual), libertando-as dos grilhões da escravidão, de seu atual caráter de classe - e o estabelecimento de sua harmoniosa coordenação nacional e internacional. Elas sabem que essa obra de regeneração será continuamente atrasada e impedida pela resistência de direitos adquiridos e direitos de classe. Elas sabem que a atual "ação espontânea das leis naturais do capital e da propriedade fundiária" só pode dar lugar à "ação espontânea das leis da economia do trabalho livre e associado" mediante um *longo processo de desenvolvimento de novas condições*, tal como ocorreu com a "ação econômica das leis da escravidão"...sabem, ao mesmo tempo, que grandes passos podem ser dados desde já pela *forma comunal de organização política* e que é chegada a hora de iniciar esse movimento para elas mesmas e para o gênero humano. (MARX, 2011, p. 131-132, itálicos meus)

Convém atentarmos, no extenso trecho supracitado, a ausência de qualquer menção a uma eventual vanguarda que comandaria a revolução e guiaria os trabalhadores no seu caminho em direção à sociedade comunista. Outrossim, não se fala em "Estado comunista" nem muito menos em "Estado socialista" ou "Estado proletário". A forma de organização política pós-capitalista na transição comunista é a Comuna, controlada efetivamente pelo povo - sem burocracia, ostentação e nem alienação, tal como ocorrera na história da luta de classes até então.

Ao discorrer sobre os objetivos da grande Comuna de 1871, Marx afirmava que, através dela, os trabalhadores parisienses pretendiam realmente subverter de forma integral a

ordem burgo-capitalista, tornando realidade uma série de anseios cultivados há décadas pelo proletariado, mas sempre impedidos e sabotados de realizar-se devido ao sistema do capital e à condição *sine qua non* de sua existência, a saber, a produção de mercadorias e a sua lógica de acumulação. Dentre esses desejos, desponta a tão esperada conquista da propriedade comunista, que tornaria os trabalhadores verdadeiramente proprietários. Porém, proprietários em novos termos, em uma propriedade que seria individual e coletiva ao mesmo tempo, pois propriedade social. A sociedade burguesa e seus próceres defendem e assentam a viabilidade da civilização na propriedade privada, mesmo que esta não seja realidade para a maioria absoluta da população. Ao acabarem com a propriedade privada (de poucos) - típica do modo de produção capitalista, os trabalhadores no poder conseguem fazer de todos, proprietários de fato. Assim, é com a extinção da propriedade privada que a propriedade (ou posse) se torna algo concreto para todos os produtores. Ainda na obra *A Guerra Civil na França*, Marx afirmaria:

... a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos. Ela visava a expropriação dos expropriadores. Queria *fazer da propriedade individual uma verdade*, transformando os meios de produção, a terra e o capital, hoje essencialmente meios de escravização e exploração do trabalho, em *simples instrumentos do trabalho livre e associado*. Mas isso é o comunismo, o 'irrealizável' comunismo! (MARX, 2011, p. 60, itálicos meus)

Em correspondência enviada a Kugelman, em 17 de abril de 1871, Marx ratificaria a importância transcendental da Comuna de Paris para a história do proletariado e para o devir do movimento comunista: "A luta da classe operária contra a classe capitalista e seu domínio entrou em nova fase com a batalha de Paris. Sejam quais forem os resultados imediatos, um novo ponto de partida de importância mundial foi conquistado." (MARX, 2002a, p. 313)

Isto posto, a Comuna de Paris era, para Marx e Engels, um processo revolucionário francamente comunista, cujos atores principais - os trabalhadores em geral e os proletários em particular - tinham plena noção do que buscavam alcançar com aquele movimento de grande apelo popular. "Eles proclamaram clara e conscientemente como sua meta a emancipação do trabalho e a transformação da sociedade!" (MARX, 2011, p. 139)

Ademais, conforme o que escreveu mais tarde Engels na Introdução de 1891 à *Guerra Civil na França* de Karl Marx, o tipo de organização dos trabalhadores arquitetado e praticado durante os dias comunais de Paris preparava a base para a transição rumo à sociedade comunista. As associações cooperativas de cada uma das fábricas ou unidades de produção interligariam todos os trabalhadores do país (e, quiçá, do mundo) numa grande liga dos

produtores. Ressalte-se aqui o fato de tal movimento deslindar-se numa das principais cidades da Europa, cuja grande indústria não era, de modo algum, um fenômeno incipiente.

...em 1871, a grande indústria já deixara - mesmo em Paris, o principal centro da produção artesanal - em tal medida de ser um caso excepcional que o *de longe mais importante decreto da Comuna* instituiu uma organização da indústria de larga escala, e mesmo na manufatura, que não se baseava apenas na associação dos trabalhadores em cada fábrica, mas também devia combinar todas essas associações em uma grande liga; em suma, uma organização que, como Marx afirmara na *Guerra Civil* com plena correção, *acabaria por conduzir ao comunismo...* (ENGELS, 2011, p. 195, itálicos meus)

Muito embora constata-se o importante e fundamental papel do governo revolucionário (comandado já pelos trabalhadores após vitória política inicial contra a burguesia) no longo e complexo processo de construção da sociedade comunista, cabe aqui ressaltar que, desde os primeiros momentos em que estiver sob a liderança do proletariado, o aparato estatal e toda a sua imanente institucionalidade, legada pela sociedade do capital, deve ser essencialmente transformada. Isto significa que o Estado não poderá simplesmente trocar de mãos, antes terá que ser completamente reconfigurado - desnecessário mencionar novamente que alcançado o estágio superior da sociabilidade humana ele se esvai junto com as classes sociais. "Mas a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para os seus próprios fins." (MARX, 2011, p. 54)

Mais ou tão importante que tomar o poder é transformar radicalmente a estrutura estatal centralizada legada pela burguesia em um instrumento e um meio através do qual os trabalhadores possam vencer as classes contrarrevolucionárias e preparar as bases para o desenvolvimento de uma produção associada e livre dentro de uma sociedade comunista. A máquina burocrático-militar burguesa deve ser destruída em proveito de um novo tipo de institucionalidade liderada e posta em funcionamento pela classe dos produtores que tomaram o Estado e que agora inverteram o sentido da subjugação que existia entre capitalistas e operários a partir dele.

A primeira condição para a manutenção do poder político é *transformar a maquinaria e destruí-la...* a classe operária não pode simplesmente se apossar da maquinaria estatal tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios objetivos. O instrumento político de sua escravização não pode servir como instrumento político de sua emancipação. (MARX, 2011, p. 169, itálicos meus)

Portanto, não basta substituir as pessoas, deve-se sim destruir o antigo sistema estatal e construir/organizar um novo, livre "de um exército permanente, uma burocracia hierárquica,



uma polícia e um clero obedientes e uma magistratura servil" que tantos recursos sociais consomem e que tão eficazmente subjagam os não-proprietários do sistema. (MARX, 2011, p. 169). No trecho a seguir, extraído de carta enviada a Kugelmann em 12 de abril de 1871, Marx reitera a ideia que sugeriu no *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e que viria a desenvolver mais plenamente no texto *A Guerra Civil na França*: a necessidade vital do proletariado destruir o Estado burguês e criar o seu próprio aparato governamental de controle e gestão da coisa pública durante o processo de transição rumo ao comunismo.

Se você olhar o último capítulo de meu *O 18 Brumário* verá que digo que a próxima tentativa de revolução francesa não será mais, como antes, de transferir a máquina burocrática militar de uma mão para outra, e sim de *esmagá-la*, e isto é essencial para qualquer revolução popular no continente. (MARX, 2002a, p. 310, itálicos originais)

A ditadura do proletariado não poderia, desse modo, utilizar o aparato estatal e sua respectiva organicidade legada pelo capital; deve sim criar um novo sistema de organização da coisa pública que, posteriormente, enquanto instituição repressora, também perderá o sentido da existência, desaparecendo na sociedade comunista. Nesse sentido, apossar-se do Estado e "quebrá-lo", transformando radicalmente o seu caráter e o seu formato, deve ser a primeira tarefa revolucionária da classe trabalhadora quando do assalto ao poder durante a insurreição proletária. No texto já aqui mencionado, de *A Guerra Civil na França*, Marx sentenciara: "Todas as revoluções, assim, apenas aperfeiçoaram a maquinaria estatal, em vez de se livrar desse *pesadelo sufocante*." (MARX, 2011, p. 126, itálicos meus)

Portanto, não basta apenas tomar o Estado e mudar o seu foco - antes acumulação de capital (facilitador) para a classe dominante de então e, depois da revolução, Estado voltado para a distribuição igualitária da riqueza produzida: mais do que inverter o sentido e o objetivo de sua existência, é fundamental que o Estado burguês seja desarticulado e destruído.

Não obstante a óbvia relevância do ato político de conquista do poder pela classe operária, cabe aqui ressaltar que tal movimento é apenas um meio para se alcançar a transformação radical principal, qual seja, a revolução no modo de produção. Não tem sentido o proletariado estar no poder e, concomitantemente, ainda reproduzir relações de produção baseadas na exploração de um homem por outro e arraigadas na destruição irresponsável e irracional dos finitos recursos naturais. Isto significa que sem a libertação econômica dos trabalhadores, de nada terá adiantado a permanência no poder político.

De fato, este terá de servir para que aquela emancipação econômica objetiva seja construída e, dessa forma, seja destruída a base sobre a qual se assenta a dominação de uma

classe por outra. Ao extinguir-se a propriedade privada dos meios de produção e com o consequente fim da diferença entre proprietários e não proprietários, todos os trabalhadores serão proprietários e todos os proprietários trabalhadores. Prossegue Marx na *Guerra Civil na França*:

A dominação política dos produtores não pode coexistir com a perpetuação da escravização social. A Comuna, portanto, devia servir como alavanca para desarraigar o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência de classes e, por conseguinte, da dominação de classe. Com o trabalho emancipado, todo homem se converte em trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe. (MARX, 2011, p. 59)

Evidencia-se, desse modo, a necessidade de promover a liquidação do caráter capitalista-exploratório do trabalho cotidiano a partir da extinção da propriedade particular dos meios de produção que, no capitalismo, são meios através dos quais realiza-se e perpetua-se a escravidão do produtor e o domínio burguês. Prossegue Marx: "O que o proletariado tem a fazer é transformar o atual caráter capitalista desse trabalho organizado e desses meios centralizados de trabalho, transformá-los de meios de dominação e exploração de classe em formas de trabalho livre e associado e em meios sociais de produção." (MARX, 2011, p. 134)

O governo dos trabalhadores, poder decisório da maioria organizada em democracia direta sobre o aparato estatal, onde o legislativo se confunde com o executivo e se estabelece sobre o aparelho executivo (então já subordinado às determinações emanadas pelos trabalhadores organizados), é o meio através do qual os trabalhadores deverão destruir o capitalismo e construir a sua plena emancipação enquanto seres sociais conscientes e livres. Sentenciou Marx no primeiro rascunho do texto já mencionado *A Guerra Civil na França*: "O governo da classe trabalhadora é proclamado como uma guerra do trabalho contra os monopolistas dos meios de trabalho, contra o capital." (MARX, 2011, p. 140)

No que concerne às forças militares regulares, Marx alerta e clama para que estas sejam desmontadas em prol da organização de milícias populares formadas pelos produtores emancipados. Essa medida tanto aliviaria os cofres públicos - evitando o desperdício contínuo de recursos sobre um setor improdutivo - como igualmente impediria a manipulação dessas forças tradicionais por um grupo ou por um governante que quisesse usurpar o poder coletivo e democrático para impor uma nova velha forma de opressão sobre os produtores. Cabe aqui ressaltar que o pensador alemão coloca essa medida como condição fundamental para viabilizar a economia da nação e, assim, poder proporcionar os necessários melhoramentos sociais concretos e inadiáveis. Naturalmente, isso poderia ser mais ou menos realizado em sua

plenitude a partir de condições históricas específicas, nas quais a sobrevivência nacional não se sentisse permanentemente ameaçada por potencia imperial capitalista muito mais poderosa.

Bastaria ao povo organizar essa milícia em uma escala nacional e ele estaria livre dos exércitos permanentes; essa é a primeira *conditio sine qua non* econômica para todos os melhoramentos sociais, eliminando de uma vez essa fonte de taxas e do endividamento estatal e esse constante perigo de usurpação governamental do domínio de classe - seja do domínio de classe regular ou de um aventureiro fingindo-se salvador de todas as classes... (MARX, 2011, p. 129)

A ação que visaria à destruição do legado estatal burguês concentrar-se-ia principalmente nas instituições cujas funções - francamente repressivas - obstaculizariam a expansão da revolução e da consciência emancipada da classe produtora. Nos demais setores (aparte, então, principalmente, o exército, a polícia e a escola controlada no passado pelo Estado capitalista) haveria a recolocação, via eleição - revogável a qualquer tempo - de novos e verdadeiros representantes dos desígnios populares. "A força governamental de repressão e autoridade sobre a sociedade seria, assim, quebrada em seus órgãos meramente repressivos, e onde houvesse legítimas funções a preencher, estas não seriam exercidas por um corpo superior à sociedade, mas pelos próprios agentes responsáveis da sociedade." (MARX, 2011, p. 173)

Destarte, os trabalhadores devem tomar o poder e utilizar a estrutura estatal e militar contra seus adversários burgueses até derrotá-los definitivamente. Para tanto, o Estado deveria cair e ser restaurado com sua nova faceta, onde o seu (novo) adversário passaria a ser a burguesia. Findo o capitalismo (e suas instituições) e evidente a inexistência de classes sociais no novo regime comandado e controlado pelos trabalhadores, o Estado e toda sua maquinaria deve ruir quase que naturalmente frente à nova realidade social emancipada e consciente dos indivíduos enfim libertos da alienação e do jugo capitalista. Na Introdução de 1891 à *Guerra Civil na França*, de Karl Marx, Engels assevera: "...o poder repressivo do governo centralizado até então existente, o poder do exército, da polícia política e da burocracia (...) assumido por todo novo governo como um conveniente instrumento e usado contra seus adversários, precisamente este poder devia cair por toda parte..." (2011, p. 195)

Nesse sentido, os trabalhadores deveriam operar a antiga maquinaria estatal através de nova organização e novo formato. Ainda nessa Introdução, Engels definiria o Estado e sua condição pós-tomada do poder político pela classe dos produtores:

Na realidade, porém, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, e isso vale para a república democrática não menos que para a monarquia; na melhor das hipóteses, ele é um mal que

o proletariado vitorioso herda na luta pelo domínio de classe e cujos piores aspectos o proletariado, assim como a Comuna, não pode evitar eliminar o mais prontamente possível, até que uma nova geração, crescida em *condições sociais novas* e livres, seja capaz de remover de si todo este *entulho estatal*. (ENGELS, 2011, p. 197, itálicos meus)

Essa urgência em acabar definitivamente com o Estado burguês moderno se justifica pelo diagnóstico que Marx faz concernente aos malefícios provocados pela sua existência e ação ao longo da breve história do capitalismo. Ao exigir um enorme aparelhamento e burocracia para viabilizar o seu funcionamento, o Estado acaba por usurpar grande parte da riqueza social produzida por aqueles que justamente ele tem de reprimir e controlar, os trabalhadores. Assim, então envolvidos pelo monstro que eles próprios alimentam, os proletários tentam sobreviver no emaranhado burocrático-policial-militar estatal burguês tão útil ao capital e às suas eternas e iminentes necessidades de reprodução ampliada, mas tão deletério às suas vidas, conforme afirmou Marx em *A Guerra Civil na França*:

A máquina estatal centralizada, [...] com seus onipresentes e complicados órgãos militares, burocráticos, clericais e judiciários, constringe (estrangula) a sociedade viva tal qual uma jiboia (...). Tal maquinaria concentrou-se na criação de imensos exércitos permanentes, uma multidão de vermes estatais e enormes débitos nacionais. (MARX, 2011, p. 125 e p. 126)

A posição de Marx referente ao parasitismo e ao desserviço prestado pelo Estado à classe dos produtores fica ainda mais evidente quando o filósofo alemão aponta as causas que provocaram o advento e a criação dessa instituição na modernidade, a saber: primeiro para liquidar com a dispersa organização econômica feudal e todos os seus entraves inerentes que obstruíam a evolução do negócio burguês; segundo para impor seu domínio de classe sobre o povo trabalhador, utilizando diversos mecanismos de toda parafernália estatal para consolidar o novo *status quo* capitalista. Continua Marx:

Esse poder estatal é, na verdade, uma criação da classe média, primeiramente como um meio para eliminar o feudalismo, depois como um meio para esmagar as aspirações emancipatórias dos produtores, da classe trabalhadora. (...) Ele serviu às classes dominantes como um meio de subjugação e corrupção. Ganhou novas forças a cada nova mudança. Serviu como instrumento para suprimir toda sublevação popular e esmagar as classes trabalhadoras depois de estas terem sido combatidas e usadas para assegurar a transferência do poder estatal de uma parte de seus opressores para outra. (MARX, 2011, p. 127)

Segundo Marx, a grande novidade da Comuna parisiense foi a destruição desse Estado burguês, que culminou com a retomada pelo povo de sua vida social - até então usurpada pelo poder estatal, "essa força organizada da escravização do trabalho...". (MARX, 2011, p.127) Assim foi possível, objetivamente, que o controle da sociedade fosse reassumido por cada cidadão, sem a presença ou intermediação daquele ente opressor. A vida social pôde voltar a

ser organizada e planejada pelos seres sociais que dela fazem parte. A Comuna, nesse sentido, foi a "reabsorção, pela sociedade, pelas próprias massas populares, do poder estatal como suas próprias forças vitais em vez de forças que a controlam e subjagam, constituindo sua própria força..." (MARX, 2011, p.129)

Independentemente do caráter do Estado (imperial, democrático-burguês, constitucional ou autocrático), ele, conforme Marx, deveria ser aniquilado desde o início do processo de transição; primeiro para se criar a Comuna e a ditadura do proletariado - órgãos de governo e organização coletiva mais afeitos aos objetivos proletários, segundo porque já se configuraria sem utilidade em uma eventual sociedade em que não há classes sociais nem, conseqüentemente, dominação de classe.

Foi, portanto, uma revolução não contra essa ou aquela forma de poder estatal, seja ela legítima, constitucional, republicana ou imperial. Foi uma revolução contra o Estado mesmo, este *aborto sobrenatural da sociedade*, uma reassunção, pelo povo e para o povo, de sua própria vida social. Não foi uma revolução feita para transferi-lo de uma fração das classes dominantes para outra, mas para destruir essa *horrenda maquinaria da dominação de classe* ela mesma. (MARX, 2011, p. 127, itálicos meus)

As diversas comunas organizadas pelo território do país dispensariam a existência de qualquer tipo de Estado, haja vista que essa instituição tem, imanentemente, como tarefa precípua e principal razão de existir, a subjugação de uma classe em benefício de outra. Na verdade, essa falsa neutralidade estatal burguesa e toda sua burocracia parasitária deveriam ser destruídas em concomitância com a criação de um governo central que teria poucas, mas importantes, responsabilidades e seria, obviamente, formado por agentes comunais eleitos e demissíveis a qualquer tempo. A organização da sociedade em comunas criaria um cenário ideal para o desaparecimento do Estado e de toda sua máquina burocrática sugadora dos valores produzidos pela classe trabalhadora. O Estado burguês, alimentado e sustentado pelos trabalhadores, seria desarticulado e liquidado para assim, finalmente, não existir nenhuma instituição ou classe que impeça o livre e autônomo desenvolvimento dos produtores associados. Nesse sentido, a sociedade comunista é uma sociedade sem Estado, mas não sem governo. Marx, na citação que se segue, extraída da sua obra *A Guerra Civil na França*, sintetiza a nova condição do antigo Estado em uma sociedade comunista:

As poucas, porém, importantes, funções que ainda restariam para um governo central não seria suprimidas, como se divulgou caluniosamente, mas desempenhas por agentes comunais e, portanto, responsáveis. A unidade da nação não seria quebrada, mas, ao contrário, organizada por meio de uma constituição comunal e tornada realidade pela *destruição do poder estatal*, que reivindicava ser a encarnação daquela unidade, independente e situado

acima da própria nação, da qual ele não passava de uma *excrecência parasitária*. (MARX, 2011, p. 58, itálicos meus)

Caberia ao governo transitório comunal, portanto, a destruição de duas das maiores fontes de gastos de um Estado, a saber: o exército permanente e o funcionalismo estatal. Desaparelhar o governo é fundamental para que os recursos ali empenhados fossem alocados em benefício real e direto dos trabalhadores e porque o Estado perderia sua condição de existência, qual seja, a luta entre duas classes que tentam utilizá-lo para impor sua dominação. Sentenciou Marx (2011, p.59): "O regime comunal teria restaurado ao corpo social todas as forças até então absorvidas pelo parasita estatal, que se alimenta da sociedade e obstrui o seu livre desenvolvimento." Ainda:

Esse Poder Executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais de meio milhão de tropas regulares, esse tremendo corpo de parasitas que envolve como uma teia o corpo da sociedade [...] e sufoca todos os seus poros... (MARX, 2002b, p. 125)

Com efeito, deverão ser os proletários os grandes protagonistas do processo de liquidação do Estado, de seu centralismo burocrático e de sua opressão organizada. Independente da forma do Estado, ele carrega, como algo imanente à sua condição de existência, a função de subjugar os seres sociais, alienando-os todos da participação consciente e verdadeiramente democrática na vida socializada.

Somente os proletários, inflamados por uma nova missão social a ser cumprida em nome de toda a sociedade, a *missão de eliminar todas as classes e a dominação de classe*, eram os homens que podiam *quebrar o instrumento dessa dominação de classe*: o Estado, o poder governamental centralizado e organizado, a usurpar a posição de senhor ao invés de ser servo da sociedade. (MARX, 2011, p. 128, itálicos meus)

Na sentença acima, e também em outras passagens, pode-se observar que Marx não chega a qualificar o termo Estado, adjetivando-o com as palavras "burguês" ou "moderno". Fato este que nos indica que se trata de uma manifestação contrária a qualquer tipo de Estado. Assim como o Estado burguês, até a própria ditadura democrática do proletariado, organizada dentro de um aparato estatal (ainda que profundamente revolucionado), teria os dias contados, haja vista que soçobriaria com o comunismo e com a reapropriação da vida social pelos seres sociais. Na transição, portanto, o Estado - antes instrumento clássico de dominação da burguesia - tornar-se-ia instrumento servil aos ditames dos produtores organizados e associados, que, com o desenvolvimento comunista e a liquidação da reação burguesa, não necessitariam mais de sua intermediação para organizar e planejar, eles mesmos, a sua vida coletiva.

Na própria experiência francesa observada no período da sublevação proletária de 1871, a administração estatal, da coisa pública, ficou plenamente sob o controle da Comuna (isto é, sob o controle de legítimos representantes da classe trabalhadora). Nessa situação, não existia nenhuma vantagem ou ganho de status por se exercer uma função governamental. Ali, cada trabalhador executava algo que lhe foi delegado pela maioria e, para tanto, recebia o mesmo salário dessa maioria operária que o elegeu. Uma vez eleito para o cargo, poderia ter o seu mandato revogado a qualquer momento pelos seus eleitores. Privilégios e tratamento diferenciado foram abolidos do sistema de organização e gerenciamento da coisa pública. Funcionários de todos os ramos da administração poderiam ser substituídos caso não se portassem como verdadeiros agentes (práticos, executores) dos desígnios da comunidade. Cabe aqui ressaltar que todos os servidores públicos deveriam ser eleitos, até mesmo aqueles vinculados ao sistema judiciário. "Tal como os demais servidores públicos, os magistrados e juízes deviam ser eletivos, responsáveis e demissíveis." (MARX, 2011, p. 57)

A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária. A Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo. (...) Dos membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha que ser remunerado com *salários de operários*. Os direitos adquiridos e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos dignitários. As funções públicas deixaram de ser propriedade privada dos fantoches do governo central. Não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna. (MARX, 2011, p. 56-57, *itálicos originais*)

O autogoverno provincial e comunal deveria substituir a centralização do poder estatal de outrora, consolidando a Comuna como estrutura política básica e comum a todos os vilarejos, bairros etc. Isto significa que, a despeito da existência de um órgão central de governo, as pequenas ou grandes comunas provinciais teriam total independência em relação a ele ao mesmo tempo em que, através de seus participantes da plenária nacional, fariam parte desse governo central (mas, ressalte-se, não centralizador). Ao descrever, na citação a seguir, o experimento político vivenciado naqueles dias da Comuna de Paris, Marx parece fincar as bases teóricas do que seria a forma política mais coerente e consequente para o proletariado revolucionário no poder que busca construir a sociedade comunista.

Uma vez que o regime comunal estava estabelecido em Paris e nos centros secundários, o antigo governo centralizado também teria de ceder lugar nas províncias ao *autogoverno dos produtores*. No singelo esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, consta

claramente que *a comuna deveria ser a forma política* até mesmo das menores aldeias do país... Às comunidades rurais de cada distrito caberia administrar seus assuntos coletivos por meio de uma assembleia de delegados com assento na cidade central do distrito, e essas assembleias, por sua vez, enviariam deputados à delegação nacional em Paris, sendo cada um desses delegados substituídos a qualquer momento e vinculado por *mandat impératif* (instruções formais) de seus eleitores. (MARX, 2011, p. 57-58, *itálicos meus*)

Dessa maneira, em uma sociedade organizada com base em comunas, as eleições ganham um outro caráter à medida que os cidadãos trabalhadores aclamados e escolhidos pelo povo nas urnas como seus representantes podem ser retirados do cargo a qualquer hora, assim como, para permanecerem no posto, devem ser fiéis emissários/delegados reprodutores das ideias daqueles que o escolheram - a sua função é representar, e com restrições às suas idiossincrasias, os anseios e as opiniões de um grupo de pessoas que convivem com eles na mesma comunidade. Pode-se inferir daí que as eleições e o sistema representativo político típicos da democracia burguesa não serão completamente alijados no período de transição liderado pelas comunas de trabalhadores. Na verdade, serão aperfeiçoados no intuito de se construir uma *verdadeira democracia* representativa - realidade política distante para todos os plutocráticos países capitalistas que vivem uma indefectível ditadura do capital nos dias de hoje.

Em lugar de escolher uma vez a cada três ou seis anos quais os membros da classe dominante que irão atraiçoar [*misrepresent*] o povo no Parlamento, o sufrágio universal serviria ao povo, constituído em comunas, do mesmo modo que o sufrágio individual serve ao empregador na escolha de operários e administradores para seu negócio. (...) geralmente sabem colocar o homem certo no lugar certo, e se nessa escolha cometem um erro, sabem repará-lo com presteza. (MARX, 2011, p. 58)

Marx, na citação a seguir, volta a reafirmar a possibilidade do advento de eleições de novo tipo na experiência revolucionária da Comuna, onde novos personagens, a maioria apenas conhecidos das classes trabalhadoras, passam a representar fielmente os anseios e as deliberações do povo que os elegeu. Além disso, expõe de maneira sucinta a estrutura da democracia reformada sob a influência dos proletários franceses. Sentencia também, no trecho reproduzido, ser a Comuna de Paris a maior revolução do século XIX.

Apoiada em sua organização militar existente, Paris formou uma federação política de acordo com um plano muito simples. Este consistia na aliança de todas as guardas nacionais, postas em conexão umas com as outras *pelos delegados* de cada companhia, que nomeariam, por sua vez, os delegados dos *batalhões*, que por seu turno nomeariam os delegados gerais, gerais de legiões, cada um a representar um bairro e a cooperar com os delegados dos 19 outros bairros. Esses 20 delegados, escolhidos pela maioria dos batalhões da Guarda Nacional, compunham o *Comitê Central* que em 18 de março iniciou a maior revolução do século e que ainda conserva seu lugar na atual



luta gloriosa de Paris. Nunca houve eleições tão seletivas, nunca delegados representaram tão plenamente as massas das quais eles provinham. (MARX, 2011, p. 124-125, itálicos originais)

Desse modo, na Comuna, as eleições deixaram de ter um caráter simplesmente homologatório, em que os trabalhadores participavam de um processo decisório fraudulento e a classe dominante burguesa - através deste artifício político - apenas utilizava as massas para cancelar e legitimar um sistema totalmente dominado por ela e distante da realidade da maioria. Nas organizações comunais, o sufrágio universal cumpre a sua função precípua de possibilitar a livre escolha dos representantes legítimos e fiéis que representarão as diversas comunidades de produtores espalhadas pela nação.

O sufrágio universal, que fora até então abusado - seja servindo para a sanção parlamentar do Sagrado Poder Estatal, seja como um joguete nas mãos das classes dominantes, tendo sido exercido pelo povo apenas uma vez em muitos anos a fim de sancionar o (para escolher os instrumentos do) domínio parlamentar de classe -, é adaptado aos seus propósitos reais: escolher, mediante as Comunas, seus próprios funcionários para a administração e legislação. (MARX, 2011, p. 129-130)

Os atos de legislar a respeito e de administrar a coisa pública igualmente ganham novo significado a partir da organização comunal. À medida que a nova atividade social em si, os servidores que a desempenham e as próprias eleições que os colocaram nas funções públicas, assumem um caráter de fato responsável e fidedigno aos propósitos para os quais foram escolhidos - e dos quais podem ser retirados a qualquer tempo -, a antiga burocracia estatal burguesa, com a sua opulência, favorecimentos e corrupção imanentes, se esvai e é liquidada pela verdadeira forma democrática de se gerir o que é de uso e propriedade coletivas.

Portanto, não haveria mais aquela noção de que somente um grupo especial de pessoas capacitadas poderia administrar o supostamente complexo e misterioso Estado. Tratam-se de funções tão importantes e simples quanto àquelas atinentes diretamente à produção, não podendo - conseqüentemente - terem um status diferente ou uma remuneração não equivalente àquela percebida por todo o povo trabalhador.

Cai a ilusão de que a administração e o governo político seriam mistérios, funções transcendentais a serem confiadas apenas a uma casta de iniciados - parasitas estatais, sicofantas ricamente remunerados e sinecuristas ocupando altos postos... Elimina-se a hierarquia estatal de cima para baixo e substituem-se os arrogantes senhores do povo por servidores sempre removíveis, uma responsabilidade de mentira por uma responsabilidade real, uma vez que eles passam a agir continuamente sob supervisão pública. Eles são pagos como operários... Toda a fraude dos mistérios e pretensões do Estado foi eliminada por uma Comuna que consistia em sua maior parte de simples trabalhadores (...) executando seu trabalho publicamente, de maneira simples, sob as circunstâncias mais difíceis e complicadas, e o fazendo (...) por umas poucas

libras, agindo à luz do dia, sem nenhuma pretensão à infalibilidade... Fazendo das funções públicas - militares, administrativas, políticas - *funções de trabalhadores reais* em vez de atributos ocultos de uma casta treinada. (MARX, 2011, p. 130, itálicos do autor)

Marx rechaça, a todo o momento, a ideia de que uma vanguarda qualquer ("corpo superior") seria supostamente mais capaz do que os trabalhadores em geral na gestão do negócio público. Concepção antagônica em relação ao que se pôde observar no século XX, onde se tornou comum que o debate entre comunistas e socialistas descambasse para a 'evidência' da incapacidade dos proletários em se autoadministrar. A escolha livre dos cidadãos por meio do sufrágio seria a única forma de se ter representantes interessados e responsáveis na administração da coisa pública e das questões pertinentes a toda comunidade. Não poderia existir nenhuma esfera governamental que não fosse ocupada por trabalhadores eleitos pela maioria e com mandatos revogáveis a qualquer momento.

A Comuna consistia de conselheiros municipais (...) escolhidos pelo sufrágio de todos os cidadãos, responsável e revogável em curto prazo. A maioria desse corpo era naturalmente formado de operários ou representantes reconhecidos da classe trabalhadora. (...) Os agentes policiais, em vez de serem agentes do governo central, tinham de ser os servidores da Comuna, tinham de realizar seu trabalho por salários de operários. Os juizes também tinham de ser eleitos, substituíveis e responsáveis. *A iniciativa em todas as matérias da vida social estava reservada à Comuna. Em uma palavra, todas as funções públicas, mesmo aquelas que caberiam ao governo central, eram executadas pelos agentes comunais e, portanto, estavam sob o controle da Comuna.* (MARX, 2011, p. 172-173, itálicos meus)

As Comunas, portanto, deveriam ser auto-operantes e autogovernadas, assim como suas eleições deveriam expressar deliberadamente os seus objetivos.

...as funções estatais sendo reduzidas a algumas poucas funções para fins nacionais gerais.

Tal é a *Comuna - a forma política da emancipação social*, da libertação do trabalho da usurpação dos monopolistas dos meios de trabalho, sejam estes meios criados pelos próprios trabalhadores ou dados pela natureza. (MARX, 2011, p. 131, itálicos originais)

Podemos inferir, pelo exposto até aqui, que a Comuna não é o "fim acabado" da sociedade comunista - até porque nenhuma sociedade chega a um hipotético formato final, uma vez que as transformações são sucessivas e ininterruptas na história. É sim, antes, o meio pelo qual os produtores podem construir aquela sociedade superior ao acabar com o antagonismo e a luta entre as classes e ao propiciar o desenvolvimento econômico primordial para tanto. A Comuna é a forma política através da qual os produtores preparam e constroem cotidianamente - através da luta de classes e da radical transformação econômica - a

sociedade comunista, sem classes sociais e sem antagonismos econômicos entre os seres humanos.

A Comuna, constituída após tomada do aparelho estatal burguês, deve fundar uma República Social a partir da qual instaurará a ditadura democrática e revolucionária do proletariado. Extirpados da maquinaria estatal burguesa os parasitas do sistema, inicia-se a construção e a organização de uma sociedade que tem como primeiro e último objetivo alcançar o bem comum e o fim da injustiça. Para tanto, terá que lançar mão de medidas que *economicamente* também desalojem os capitalistas e os proprietários de terra do poder. Apontará a quilha na direção certa ao determinar a propriedade coletiva dos meios de produção e dos meios de vida em geral. A organização comunal da República Social possibilitará o avanço rumo à sociedade comunista a partir da transição pós-capitalista guiada pelo poder proletário ainda institucionalizado (em novo formato).

...uma república só é possível na França e na Europa como uma "República Social", isto é, uma república que desapropria o capital e a classe dos proprietários rurais da máquina estatal para que esta seja assumida pela Comuna, que declara francamente que a "emancipação social" é o grande objetivo da República e, assim, garante essa transformação social pela organização comunal. (MARX, 2011, p. 137)

A classe trabalhadora utilizará as instituições da República Social, fundada e governada pela Comuna, para, através dela, acabar com qualquer tipo de ente ou instituição que despoticamente oprima uma classe social ao mesmo tempo que representa e é o braço armado de uma outra (classe antagônica àquela). Portanto, deve-se quebrar o Estado burguês, colocando em seu lugar a Comuna que, cumprida a sua função e extinta as classes sociais, não desaparecerá plenamente, antes será transformada mediante perda de seu conteúdo repressivo. Afirmou Marx (2011, p. 183): "os operários querem a República não mais como uma modificação política do velho sistema do domínio de classe, mas como os meios revolucionários para suprimir o próprio domínio de classe." A conquista do poder político e a instauração de uma "República Social" pelos trabalhadores é então o meio através do qual se construirá a nova sociedade comunista. Não é o fim do processo, mas apenas o seu início.

Ato contínuo, a Comuna constitui-se para, em primeiro lugar, garantir que as rédeas da revolução fiquem nas mãos da classe que realmente a põe em movimento. Com a Comuna, a maquinaria estatal burguesa é substituída pela maquinaria estatal proletária, cuja função precípua e inexorável é criar as condições econômicas, políticas e culturais para o florescimento de novas relações de produção consoantes com a sociedade comunista e com a emancipação dos seres humanos.

O novo elemento é que o povo, após o primeiro levante, não desarmou a si mesmo e entregou o poder nas mãos dos velhacos republicanos das classes dominantes; ao constituir a Comuna, tomaram o comando da revolução em suas próprias mãos (...) substituindo a maquinaria estatal, a maquinaria governamental das classes dominantes, por uma maquinaria estatal própria. (MARX, 2011, p. 138)

Portanto, num primeiro estágio - e graças aos determinantes históricos legados por séculos de desenvolvimento social assentado no poder governamental de classe, não se poderia abolir, como querem os anarquistas, o Estado (no caso, burguês) e todo seu aparelhamento do dia para a noite. Ao contrário, deve-se tomar a frente de todo esse aparato para garantir a vitória política e militar da revolução: só então, subsequentemente, passar a propiciar as condições materiais econômicas necessárias ao desenvolvimento de uma nova sociedade - esta sim comunista e já sem a instituição Estado, haja vista a inexistência de classes a serem subjugadas.

A Comuna, *mutatis mutandi*, representa então para os trabalhadores emancipados o que o Estado moderno (com toda sua burocracia, exército e controle) representa para a burguesia à medida que ambos têm o objetivo de utilizar essas instituições/organizações para consolidar o seu domínio sobre a classe antípoda. A diferença primordial é que, por meio da Comuna, busca-se a libertação da classe trabalhadora e o fim das classes sociais; já com o Estado burguês objetiva-se a manutenção do *status quo* capitalista e toda sua imanente exploração.

Podemos dizer então que, para Marx, com a Comuna inicia-se o processo de libertação dos produtores e de desalienação do trabalho. A Comuna, o governo da maioria, é a ditadura democrática e revolucionária do proletariado e a partir dela - isto é, com os produtores no poder político - é que o processo revolucionário comunista de transformação radical da sociedade pode começar a se desenrolar na realidade material objetiva. A Comuna, a despeito de ser avançada forma de organização política - que já indica com fortes traços a forma de governo da coisa pública que poderá ser construída numa sociedade comunista, é o primeiro passo onde, mediante uma nova organização social, consegue-se encetar as primeiras mudanças exigidas pelas classes trabalhadoras.

Assim como a máquina e o parlamentarismo estatal não são a vida real das classes dominantes, mas apenas os órgãos gerais organizados de sua dominação - as garantias, formas e expressões políticas da velha ordem das coisas -, assim também a Comuna não consiste no movimento social da classe trabalhadora e, portanto, no movimento de uma regeneração geral do gênero humano, mas sim nos meios organizados de ação. A Comuna não elimina a luta de classes, (...) mas ela fornece o meio racional em que essa luta de classes pode percorrer suas diferentes fases da maneira mais racional

e humana possível. Ela pode provocar violentas reações e revoluções igualmente violentas. Ela inaugura a *emancipação do trabalho* - seu grande objetivo -, por um lado, ao remover a obra improdutiva e danosa dos parasitas estatais, cortando a fonte que sacrifica uma imensa porção da produção nacional para alimentar o monstro estatal, e, por outro lado, ao realizar o verdadeiro trabalho de administração, local e nacional, por salários de operários. Ela dá início, portanto, a uma imensa economia, a uma reforma econômica, assim como a uma transformação política. (MARX, 2011, p. 131, itálicos originais)

Daí podermos inferir que a chamada primeira fase (ou primeiro estágio) do comunismo é, de fato, a Comuna, a organização comunal, e não o tão decantado e disseminado *socialismo* - termo quase nunca utilizado por Marx para definir um modo de produção ou uma sociedade de transição capitalista-comunista.

Nem mesmo um hipotético planejamento *estatal* seria necessário, pois o controle e a planificação pertenceriam tão somente aos produtores associados e livres, distantes de qualquer tipo de eventual intermediação institucional. A produção cooperativa local teria completa consonância com a então organizada e planificada produção nacional. Esta, por ter sido pensada de acordo com as necessidades do povo, não estaria exposta às intempéries típicas do sistema econômico mercantil capitalista."...as sociedades cooperativas unidas devem regular a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a assim sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas que são a fatalidade da produção capitalista..." (MARX, 2011, p. 60)

A educação comunal também tornou-se livre, acessível e gratuita a todos e passou a ter independência frente ao Estado (então Comuna) e à Igreja, de modo que estas instituições tenderiam a perecer na mesma intensidade em que se origina a sociedade sem classes e livre da dicotomia essência-aparência. Se ainda há Estado, este não pode ter ingerência sobre sindicatos, partidos ou escolas dos trabalhadores. A ciência, em geral, e a teoria da revolução comunista, especificamente, não poderiam (não podem) estar atrelados a qualquer tipo de governo ou instituição. Além disso, somente num ambiente de livre pensamento será possível a elaboração teórica livre que, livremente, poderá desenvolver-se e criticar a práxis revolucionária cotidiana.

Todas as instituições de ensino foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo purificadas de toda uma interferência da Igreja e do Estado. Assim, não somente a educação se tornava acessível a todos, mas a própria ciência se libertava dos grilhões criados pelo preconceito de classe e pelo poder governamental. (MARX, 2011, p. 57)

Na própria transição comunista, ainda na fase de tomada e consolidação do poder político e econômico, portanto, os trabalhadores já devem organizar um sistema educacional

mais complexo que compreenda e estimule o desenvolvimento das múltiplas capacidades humanas. "Mas não há dúvida de que a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático, nas escolas dos trabalhadores." (MARX, 2006, p. 553)

Somente com a emancipação dos seres humanos, conduzida pela classe produtora que consegue ir além da obrigatoriedade (necessidade vital e inescapável) do trabalho, é que pode-se vislumbrar uma ciência que sirva, efetivamente, como um mecanismo que promova a desalienação e o desenvolvimento da humanidade em sua totalidade. Na nova sociedade superior, onde homens e mulheres associam-se livre e conscientemente, a ciência deixa de ser a arma de uma classe para subjugar a outra e o cientista deixa o servilismo e o pragmatismo imoral de lado para desenvolver uma práxis social e coletiva emancipatórias, não mais concentrada apenas nos seus objetivos egoístas e clientelistas de outrora.

...somente a classe trabalhadora pode (...) converter a ciência de instrumento de dominação de classe em uma força popular, converter os próprios homens de ciências de alcoviteiros do preconceito de classe, parasitas estatais ávidos de cargos e aliados do capital em livres agentes do pensamento! A ciência só pode desempenhar seu papel genuíno na República do Trabalho. (MARX, 2011, p. 136-137)

Para os comunistas alemães, incluindo Marx e Engels principalmente, deve-se buscar o objetivo principal da coletivização da propriedade dos meios de produção e, conseqüentemente, da extinção das classes sociais, encarando os desafios materiais interpostos cotidianamente pelo desenvolvimento histórico. Há fases intermediárias de diversas complexidades e magnitudes que impedem e inviabilizam qualquer tipo de salto mortal direto para uma sociedade comunista plenamente desenvolvida. O voluntarismo e a vontade, separados das condições reais dadas pela materialidade econômica, política e cultural, têm pouco efeito catalisador ou transformador no curso da história.

Os comunistas alemães são comunistas porque passam por todos os estágios intermédios e compromissos, os quais não são feitos por eles mas pelo desenvolvimento histórico, tendo sempre claramente diante dos olhos o objetivo final que perseguem sem cessar: a abolição das classes e a instauração de uma sociedade onde já não exista a propriedade privada do solo e dos meios de produção.<sup>1</sup>

O chamado governo proletário da transição não poderá (nem conseguirá) desaparecer enquanto ainda houver uma classe antagônica à classe trabalhadora. Ele será utilizado para a aplicação de medidas que consubstanciem o poder dos trabalhadores e as novas formas de

---

<sup>1</sup> O Programa dos refugiados blanquistas da Comuna. *Der Volkstaat*. 26 de junho de 1874. In: MARX, K. & ENGELS, F. *A comuna de Paris*. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1979. p. 28.

organização da produção assentadas na propriedade comum dos meios de trabalho e dos meios de vida. Ademais, será o principal órgão coletivo de organização da resistência dos produtores à contrarrevolução burguesa. O Estado, já com nova configuração e caráter, será o meio utilizado pelo proletariado para impor a sua vitória política à burguesia e para dar início à sua vitória econômica, consolidada apenas com o estabelecimento do comunismo. O grande momento da emancipação econômica dos produtores, finalmente conquistada, possibilitará, por total falta de utilidade, o desaparecimento do Estado. Ao serem extintas as classes sociais - a partir da coletivização dos meios de produção e da supressão do capital -, o Estado, por total falta de função, esvai-se naturalmente e por conta própria. No *Resumo Crítico de Estatismo e Anarquia, de Mikhail Bakunin (1874)*, Marx afirmava a esse respeito:

...enquanto as outras classes, especialmente a capitalista, ainda existirem, enquanto o proletariado lutar contra elas (pois com seu poder de governo seus inimigos são dados, e a velha organização da sociedade ainda não desapareceu), ele tem de aplicar meios violentos, portanto, meios de governo; enquanto ele próprio ainda for classe e as condições econômicas sobre as quais repousa a luta de classes e a existência das classes ainda não tiverem desaparecido e tiverem de ser violentamente extirpadas do caminho ou transformadas, seu processo de transformação será acelerado por meios violentos. (MARX, 2012, p. 111)

Para Engels, toda revolução significa grandes alterações nas estruturas de poder relacionadas às classes sociais e, por isso mesmo, todas elas são, obrigatoriamente, sociais. A revolução comunista coloca a classe trabalhadora na posição em que esta pode comandar a transformação radical de toda sociedade em direção ao comunismo à medida que vai modificando a correlação das forças em conflito que lutam para conquistar ou manter o aparato estatal. Os comunistas querendo conquistá-lo para utilizá-lo contra a burguesia contrarrevolucionária e para fazê-lo estiolar-se e desaparecer posteriormente; os burgueses lutando pelo seu domínio (do Estado) para a manutenção do *status quo* de sua classe. Engels assim a definia, no ano de 1875, em sua *Literatura de Refugiados (V)*: "Toda revolução efetiva é social, na medida em que alça uma nova classe ao poder e lhe permite remodelar a sociedade à sua feição." (ENGELS, 2013a, p. 43)

Em Carta a August Bebel, de março de 1875, Friedrich Engels salienta o antagonismo imanente que existe entre Estado e liberdade, ao afirmar que se há ainda Estado, ele existe apenas para subjugar os inimigos da classe que está no seu controle. Portanto, seria usado temporariamente pelos proletários como um instrumento para a destruição da classe burguesa e consolidação da sociedade comunista - situação em que o Estado dissolver-se-ia por si só e desapareceria. Desse modo, o Estado só existe em uma formação social que é dividida em

classes. Para a classe trabalhadora é fundamental estar no seu comando, não obstante o fato de que a transformação não será encerrada nesse ponto, mas sim encetada. Com o antigo Estado burguês tomado pela ditadura revolucionária do proletariado inicia-se o processo de transição rumo à sociedade sem classes (e, por conseguinte, sem Estado), o comunismo.

Não sendo o Estado mais do que uma instituição transitória, da qual alguém se serve na luta, na revolução, para submeter violentamente seus adversários, então é puro absurdo falar de um Estado popular livre: enquanto o proletariado ainda *faz uso do Estado*, ele o usa não no interesse da liberdade, mas para submeter os seus adversários e, a partir do momento em que se pode falar em liberdade, o Estado deixa de existir como tal. Por isso nossa proposta seria substituir, por toda parte, a palavra Estado por *Gemeinwesen* [comunidade], uma boa e velha palavra alemã, que pode muito bem servir como equivalente do francês *commune* [comuna]. (ENGELS, 2012a, p. 56, itálicos originais)

A sugestão de Engels, concernente à mudança do termo que designa a nova instituição proletária responsável pelo governo da coisa pública durante o período transitório, não é de forma alguma despropositada. Ela se ancora na percepção de que o Estado é, antes de qualquer coisa, o Estado moderno e burguês e por isso, ao ser tomado pelos trabalhadores, deve não só ter alterado radicalmente as suas características, mas sim também a própria palavra que o define. *Grosso modo*, é com este sentido que o epíteto *comuna* surge e se estabelece (principalmente graças à histórica experiência do proletariado francês no poder durante a Comuna de Paris de 1871) para Marx e para Engels como o termo mais apropriado para definir o governo popular dos trabalhadores durante a ditadura revolucionária do proletariado. A classe trabalhadora havia encontrado, diante daquelas condições históricas, a forma política (a nova forma de governo), compatível com sua luta pela emancipação econômica dos trabalhadores. Definiu Marx: "Eis o verdadeiro segredo da Comuna: era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a *forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho*." (MARX, 2011, p. 59, itálicos meus)

Logo abaixo, ao falar do período de transição da sociedade capitalista para a comunista, Marx, novamente, não o cita como "socialismo", afirmando apenas que o Estado, neste ínterim, deve se tornar o *instrumento* principal através do qual os trabalhadores subjugarão a burguesia e começarão a trilhar a rota que levará a sociedade ao comunismo. Surge aqui um dos conceitos principais e mais candentes de todo o pensamento marxiano, a ditadura revolucionária do proletariado. Assim asseverou Marx na *Crítica do Programa de Gotha* (1875): "Entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político



de transição, cujo Estado não pode ser senão a *ditadura revolucionária do proletariado*." (MARX, 2012, p. 43, itálicos originais)

Na nossa conhecida Introdução de 1891 ao clássico texto de Marx sobre a Comuna de Paris (*A Guerra Civil na França*), Engels afirmava, peremptoriamente, que aquela experiência dos trabalhadores franceses no poder foi sim o que Marx já havia definido anteriormente como ditadura do proletariado. Fato que amplia ainda mais a importância da análise dessa jornada proletária, de curta duração, no poder na França do século XIX e que joga luz - a partir de uma realidade concretamente vivenciada - nesta teoria tão cara aos dois pensadores alemães. Nesse sentido, ao ter acesso ao relato de Marx daquela heroica experiência revolucionária, podemos estar diante de um esboço de modelo de transição possível da sociedade capitalista para a sociedade comunista. Engels assim relacionou a experiência histórica da Comuna de Paris à teoria da ditadura do proletariado: "E eis que o filisteu alemão foi novamente tomado de um saudável terror com as palavras: ditadura do proletariado. Pois bem, senhores, quereis saber como é esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Tal foi a ditadura do proletariado." (ENGELS, 2011, p. 197)

Marx já houvera alertado para a necessidade de se levar em consideração - quando se especula e se teoriza a respeito do que seria e de que como funcionaria uma sociedade comunista - o fato de que o comunismo deveria ser, obrigatoriamente, construído sobre bases capitalistas e a partir das heranças legadas pela sociabilidade criada pela burguesia - isto é, ele não se desenvolveria, desde os seus primórdios, sustentado em pilares genuinamente de talhe comunista. Na *Crítica do Programa de Gotha*, escrita em 1875, mas somente publicada cerca de quinze anos depois, Marx sintetizava:

Nosso objetivo aqui é uma sociedade comunista, não como ela se *desenvolveu* a partir de suas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba de *sair* da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu. (MARX, 2012, p.29, itálicos originais)

Assim, na fase de transição, transcorrida sobre essa herança e estrutura capitalistas, a organização do trabalho em um novo formato comunista ainda não é exequível nem observável totalmente. Isto significa que os produtores continuarão recebendo algum tipo de recompensa e remuneração na mesma proporção do quanto produziram e criaram de valor. Obviamente que, dado o novo contexto de transformação radical da sociedade em processo, tal transição ocorrerá com limitações na sua fria aplicabilidade - fato que impedirá a identificação imediata desse tipo de troca observada na sociedade de transição ao comunismo

com a troca efetuada de maneira contumaz e regular na sociedade capitalista. Em uma sociedade de trabalho e consumo mais racionais tende-se a trabalhar somente o suficiente para se consumir somente o necessário. Ademais, inversamente do que ocorre nas relações de produção capitalistas, o trabalhador receberá de fato, neste interregno, o equivalente integral (deduzido o *quantum* necessário à reprodução social e aos cuidados dos inválidos) da sua contribuição individual à produção social, fazendo com que, finalmente, o direito burguês seja cumprido sem engodo nem apropriações de valor alheio de forma misteriosa, tal como afirmou Marx na sua *Crítica do Programa de Gotha*.

A mesma quantidade de trabalho que ele deu à sociedade em uma forma, agora ele a obtém de volta em uma outra forma. (...) no que diz respeito à distribuição desses meios entre os produtores individuais, vale o mesmo princípio que rege a troca entre mercadorias equivalentes (...) Conteúdo e forma são alterados, porque, sob as novas condições, ninguém pode dar nada além de seu trabalho e, por outro lado, nada pode ser apropriado pelos indivíduos fora dos meios individuais de consumo. (...) Por isso, aqui, o *igual direito* é ainda, de acordo com seu princípio, o *direito burguês*, embora princípio e prática deixem de se engalfinhar... (MARX, 2012, p. 30, itálicos originais)

Ao menos, a despeito do que ocorre na ordem burguesa, o trabalhador passa a receber *de fato* o equivalente à sua contribuição individual para o total produzido; a equivalência é real, não artifício para a prática da espoliação, base de existência do capital e de sua acumulação. O princípio, assim, não é letra morta, pelo contrário, ele é vivido na prática e em sua plenitude. Não obstante essa conquista objetiva, o igual direito burguês não pode ser o igual direito da sociedade comunista, pois acaba tratando como iguais os desiguais e remunerando/compensando individualmente cada produtor independentemente das suas condições materiais e sociais mais imediatas. Ignorar as necessidades especiais e específicas de cada indivíduo é ignorar o contexto histórico que as engendrou.

Assim, a fórmula desigual sintetizada na ideia de que quem conseguir trabalhar mais terá acesso a mais bens de consumo, deve ser paulatinamente descartada durante a transição comunista, pois não há consideração, nessa prerrogativa burguesa, do que propiciou socialmente as diferenciações entre as capacidades produtivas de cada indivíduo. Igualmente, tal receituário vilipendia o fato de que todos são trabalhadores e, numa sociedade sem classes, não poderão mais beneficiar-se individualmente graças a um suposto talento natural. Prosseguiu Marx:

Apesar desse progresso, esse *igual direito* continua marcado por uma limitação burguesa. O direito dos produtores é proporcional a seus fornecimentos de trabalho... Esse igual direito é direito desigual para trabalho desigual. (...) reconhece tacitamente a desigualdade dos talentos

individuais como privilégios naturais e, por conseguinte, a desigual capacidade dos trabalhadores. (MARX, 2012, p. 30 e p.31, itálicos originais)

O que se espera atingir, na verdade, é uma sociedade pautada no direito igual para trabalho desigual e no trabalho igual para direito desigual. Não se pode aplicar padrões de medida típicos dos princípios do direito burguês a indivíduos desiguais, sob pena de não se considerar todos os aspectos que os diferenciam (e a origem deles). O direito, portanto, para ser justo deve ser desigual. No caso hipotético entre trabalhadores que têm filhos e são casados e outros que não estão nessa situação, deve haver diferenciação e tratamento desigual, a despeito do volume de trabalho individual adicionado por cada um à produção total da sociedade, pois os dois encontram-se em condições de sobrevivência diversas. A contrapartida e a recompensa pelo trabalho empregue em prol da coletividade será obrigatoriamente diferente haja vista a situação familiar e as necessidades mais imediatas de cada produtor. Observava Marx ainda em sua *Crítica do Programa de Gotha*:

...um trabalhador é casado, o outro não; um tem mais filhos que o outro etc. etc. Pelo mesmo trabalho e, assim, com a mesma participação no fundo social do consumo, um recebe, de fato, mais do que o outro, um é mais rico do que o outro etc. Afim de evitar todas essas distorções, o direito teria de ser não igual, mas antes desigual. (MARX, 2012, p. 31)

Esse tipo de reprodução da falaciosa lógica do direito burguês, que busca remunerar os trabalhadores de acordo com a sua produção individual, ignorando as condições e o contexto em que isso ocorre e desprezando a situação familiar e pessoal do produtor, seria ainda observada na primeira etapa da sociedade comunista em construção. Somente numa fase posterior e superior poder-se-ia, finalmente, consolidar o *justo direito desigual*. Para tanto, a transformação primeira e fundamental é aquela relacionada ao modo de produção - não será o direito que criará a nova sociedade e sim a nova sociedade (alicerçada em nova estrutura de produção e em novas relações de produção) que criará o novo direito desigual.

Nesse sentido, há por Marx a explicitação do condicionamento imposto pela totalidade e não apenas pela estrutura econômica (variável principal, mas não única) na determinação do advento de um novo ser social e de uma nova sociabilidade balizada em novos valores. Marx consegue demonstrar, portanto, que pensa a sociedade comunista forjada no plano real e objetivo (sobre a estrutura capitalista), pois não a imagina assentada em nuvens e nem com um poder de desenvolvimento endógeno e autônomo supostamente (e supra-historicamente) inerente a ela mesma. Conforme asseverou o pensador alemão:

Mas essas distorções são inevitáveis na *primeira fase da sociedade comunista*, tal como ela surge, depois de um longo trabalho de parto, da sociedade capitalista. O direito nunca pode ultrapassar a forma econômica e

o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade. (MARX, 2012, p. 31, itálicos meus)

Note-se que o fato de, nesta citação e praticamente em toda sua obra, Marx não usar o termo "socialista" (ou "socialismo") para denominar a primeira fase da sociedade comunista ou a etapa de transição ao comunismo - conceito comumente observado em grande parte dos escritos dos pensadores marxistas do século XX. Em uma afirmação de Engels, encontrada no clássico *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, fica claro igualmente como o termo socialismo é, antes de tudo (mas não necessariamente apenas isto), a definição de determinada corrente teórica. Um conjunto teórico que surge tanto como fruto daquela realidade material da Revolução Industrial quanto é herdeiro do Iluminismo do século XVIII:

Pela sua forma teórica, porém, o socialismo começa a apresentar-se como uma continuação, mais desenvolvida e mais consequente, dos princípios proclamados pelos grandes pensadores franceses do século XVIII. Como toda *teoria nova*, o *socialismo*, embora tivesse suas raízes nos fatos materiais econômicos, teve de ligar-se, ao nascer, às ideias existentes. (ENGELS, 1981, p. 28, itálicos meus)

Tal qual o sistema jurídico, a própria questão de como será distribuído o produto do trabalho não é a questão-chave, a despeito de sua inquestionável relevância; é secundária, pois derivada de outros determinantes fundamentais, como aquele já extensamente citado concernente a quem cabe a propriedade dos meios de produção. A distribuição não é uma variável que independe da estrutura de produção, muito pelo contrário, é diretamente condicionada por ela. É na esfera da produção que, *a priori*, devem descortinar-se as transformações radicais que visam tornar justa a distribuição da riqueza produzida socialmente. Portanto, o início de uma verdadeira transformação que objetiva a construção de uma sociedade comunista, com a justa distribuição do produto social, tem que desencadear-se a partir da mudança do tipo de propriedade dos meios de produção e dos meios de vida em geral da sociedade. A propriedade privada deve ser extinta e ir se extinguindo em prol da posse coletiva e do controle total dos meios de produção pelos trabalhadores - essa é a diretriz número um da revolução comunista; a alteração no modo de distribuição ocorrerá quase que espontaneamente após efetivadas aquelas medidas estruturais básicas iniciais. Como se sabe, a derradeira obra de Marx na qual estes temas da transição estão postos é a já citada *Crítica do Programa de Gotha*, de 1875.

...foi em geral um erro transformar a assim chamada *distribuição* em algo essencial e pôr nela o acento principal.

A distribuição dos meios de consumo é, em cada época, apenas a consequência da distribuição das próprias condições de produção; contudo, esta última é uma característica do próprio modo de produção. O modo de

produção capitalista, por exemplo, baseia-se no fato de que as condições materiais de produção estão dadas aos não trabalhadores sob a forma de propriedade do capital e de propriedade fundiária, enquanto a massa é proprietária somente da condição pessoal de produção, a força de trabalho. Estando assim distribuídos os elementos da produção, daí decorre por si mesma a distribuição dos meios de consumo. Se as condições materiais de produção fossem propriedade coletiva dos próprios trabalhadores, então o resultado seria uma distribuição dos meios de consumo diferente da atual. (MARX, 2012, p. 32-33, *itálico original*)

Esse tipo de teoria que prioriza e centraliza as mudanças apenas na fase de distribuição do que foi produzido reflete uma concepção herdada pelo socialismo vulgar da economia política burguesa clássica.

O socialismo vulgar (e, a partir dele, por sua vez, uma parte da democracia) herdou da economia burguesa o procedimento de considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção e, por conseguinte, de expor o *socialismo como uma doutrina*<sup>2</sup> que gira principalmente em torno da distribuição. (MARX, 2012, p. 33, *itálicos meus*)

Para construir a sociedade comunista, portanto, o proletariado tem que eliminar o caráter capitalista da produção de mercadorias mediante exploração do trabalho alheio, além de findar com a expropriação, alienação e estranhamento imanentes à atividade, ao seu produto e também ao próprio trabalhador. Deve agir na base produtiva e econômica do sistema no intuito de que as transformações subsequentes tenham materialidade para ganhar ressonância e solidificarem-se: "...o proletariado é revolucionário diante da burguesia, porque, sendo ele mesmo fruto do solo da grande indústria, busca eliminar da produção o seu caráter capitalista, o qual a burguesia procura perpetuar." (MARX, 2012, p. 34)

Desse modo, os trabalhadores devem realizar essas transformações necessárias à emancipação de sua classe de maneira autônoma e consciente, sem nenhum tipo de organização ou instituição que possa sujeitá-los e supostamente comandá-los na sua trajetória revolucionária. Daí depreende-se, em primeiro lugar, que não há espaço e nem o porquê da existência de nenhum tipo de Estado ou congêneres com a consolidação de uma sociedade comunista. Tendo que ser tolerado e transformado na tomada do poder político, o Estado soçobrará naturalmente, segundo Marx, quando os homens e as mulheres passarem a se organizar e a organizar a coisa pública de maneira livre e distante da velha forma de aparelhamento estatal burguês. O Estado tem que perecer, junto com o reino das mercadorias, ao passo que se eleva a força produtiva coletiva dos trabalhadores e suas novas forças produtivas a si subordinadas (não ao Estado). Para tanto, está em Marx que as novas forças

---

<sup>2</sup> Socialismo como uma doutrina ou conjunto teórico crítico ao *status quo* burguês e capitalista - este é, a meu ver, o significado desse conceito tão caro à Marx e Engels.

produtivas devem ser propriedade direta dos trabalhadores, força produtiva essencial, expressão particular da humanidade.

Ao revolucionar-se, a sociedade deve querer garantir a real conquista de um novo conteúdo, não aceitando que apenas transformações superficiais se descortinem sobre o antigo Estado que a controlava. Busca-se, portanto, uma transformação social radical e não uma simples mudança (quicá retrocesso) no caráter do Estado. A construção de iniciativas comunistas, por conseguinte, não deve se pautar e ter como base nenhum tipo de relação de sujeição ou subordinação com um Estado pretensamente fomentador do desenvolvimento econômico e social. Cooperativas e novas formas de trabalho solidárias e não alienadas devem ser construídas autônoma e criativamente pela classe trabalhadora no processo revolucionário. Na *Crítica do Programa de Gotha*, Marx censura o modelo inspirado nas ideias de Lassalle, que superestima o papel do Estado como agente da transformação social. "A organização socialista do trabalho total, em vez de surgir do processo revolucionário de transformação da sociedade, surge da 'subvenção estatal', subvenção que o Estado concede às cooperativas de produção 'criadas' por *ele*, e não pelos trabalhadores." (MARX, 2012, p. 40, itálico original)

Marx continua a criticar o destaque que se dá à ação do Estado no programa pretensamente revolucionário inspirado por Lassalle, ao afirmar que as 'superstições' democrática e estatal só ajudam a manter as teorias socialistas e o comunismo (marxiano) distantes da realidade operária. "Apesar de toda sua estridência democrática, o programa está totalmente infestado da credulidade servil no Estado..." (MARX, 2012, p. 46). Nesse sentido, Engels também queria que os lassalleanos "renunciassem à panaceia universal da assistência estatal, ou ao menos que a reconhecessem apenas como uma *medida transitória e secundária*, entre tantas outras possíveis." (ENGELS, 2012a, p.52, itálicos meus).

Caso permita que a realidade econômica seja pelo Estado conduzida, a classe trabalhadora atestará definitivamente que não está no comando da sociedade e nem está preparada para tanto. As vantagens obtidas pelo desenvolvimento tecnológico e pelo aumento da produtividade industriais só poderão redundar plenamente em constantes benefícios e melhores condições de vida para os trabalhadores quando estes forem, coletivamente, os proprietários dos meios de trabalho e de vida. Para isso, a classe trabalhadora deve tomar o poder político da conservadora e reacionária classe burguesa. Estar no poder político é o primeiro passo; o segundo é emancipar-se economicamente e acabar com a divisão da sociedade em classes (principalmente a existente entre proprietários e não proprietários). "(...)

um povo trabalhador que, ao apresentar essas exigências ao Estado, expressa sua plena consciência de que não só não está no poder, como não está maduro para ele!" (MARX, 2012, p.40)

O caráter revolucionário da reorganização do trabalho e da criação de cooperativas somente pode se evidenciar e se objetivar na hipótese em que esse tipo de subversão e transformação radical da produção seja comandado, elaborado e executado pelos trabalhadores - sem subordinação ao Estado (que deve soçobrar no estágio superior do comunismo, segundo Marx) ou à burguesia (classe despojada do poder econômico e político pela revolução proletária).

Nesse sentido, começar a revolução comunista dentro de um país específico - não dando ao movimento, ao menos inicialmente, uma característica mundial - não implica a participação do Estado burguês nessa empreitada da classe trabalhadora. Para Marx, não deve existir na primeira (na verdade, nem em nenhuma) fase de transformações radicais - aquela ainda em âmbito nacional - nenhum tipo de subvenção ou 'ajuda' estatal burguesa. A emancipação dos trabalhadores não pode ser jamais uma concessão, seja do Estado burguês ou de sua burguesia.

O fato de que os trabalhadores queiram criar as condições da produção coletiva em escala social e, de início, em seu próprio país, portanto, em escala nacional, significa apenas que eles trabalham para subverter as atuais condições de produção e não tem nenhuma relação com a fundação de sociedades cooperativas subvencionadas pelo Estado! No que diz respeito às atuais sociedades cooperativas, elas *só* têm valor na medida em que são criações dos trabalhadores e independentes, não sendo protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses. (...) a emancipação das classes trabalhadoras tem de ser conquistada pelas próprias classes trabalhadoras... (MARX, 2012, p.41 e p. 79, *itálico original*)

Na verdade, antes de qualquer coisa, o Estado burguês herdado pelos trabalhadores revolucionários deve ter a sua forma e o sentido de suas ações alterado plenamente: em vez de oprimir a classe trabalhadora, deve passar a submeter-se a ela e ao seu desígnio principal, qual seja, a constituição de uma sociedade sem classes (e, por consequência, sem Estado). "A liberdade consiste em converter o Estado, de órgão que subordina a sociedade em órgão totalmente subordinado a ela..." (MARX, 2012, p.42)

Sobre as funções do Estado numa sociedade superior, não capitalista, Marx afirma ser esta uma questão deveras complexa, cuja resposta não pode ser simplificada utilizando apenas fraseologias que contenham o binômio povo-Estado. Deve-se recorrer à ciência para se

teorizar a respeito das transformações que se pretende concretizar objetivamente. Ainda na *Crítica do Programa de Gotha*, podia-se ler:

Pergunta-se, então, por que transformações passará o ordenamento estatal numa sociedade comunista?(...) Essa pergunta só pode ser respondida de modo científico e não é associando de mil maneiras diferentes a palavra povo à palavra Estado que se avançará um pulo de pulga na solução do problema. (MARX, 2012, p. 43)

O camponês também poderá ter que ser submetido aos desígnios da ditadura revolucionária do proletariado caso a produção agrícola ainda esteja assentada sobre várias e pequenas propriedades de proprietários individuais. Onde já existir o típico trabalho assalariado capitalista - conjuntura em que grandes proprietários e arrendatários empregam agricultores nas suas vastas terras - a transição para a propriedade coletiva será mais facilmente exequível, haja vista o ganho imediato que tamanha transformação provocará na realidade dos trabalhadores do campo. Portanto, a transição dependerá da situação do campesinato, do tipo de reação que ele provavelmente terá frente à revolução encetada pelos trabalhadores do meio urbano. Os camponeses, "ampla massa de produtores não diretamente envolvida na luta entre capital e trabalho" (MARX, 2011, p.56) - especialmente no século XIX, poderão ser incentivadores e ativos participantes das mudanças propostas ou poderão tornar-se mais um entrave a ser ultrapassado pelo proletariado industrial. Prossegue Marx:

Isto é, onde o camponês existe maciçamente como proprietário privado, onde ele forma uma maioria mais ou menos considerável, como em todos os Estados do continente europeu ocidental, onde ele não desapareceu e foi substituído pelo trabalhador agrícola diarista, como na Inglaterra, têm-se os seguintes casos: ou ele impede e faz fracassar qualquer revolução dos trabalhadores, como ocorreu até hoje na França, ou o proletariado (pois o camponês possuidor não pertence ao proletariado e, onde ele mesmo, por sua situação, pertence a essa classe, não acredita que faça parte dela) tem, como governo, de tomar medidas por meio das quais o camponês sinta que sua situação está claramente melhor, medidas que podem trazê-lo, portanto, para o lado da revolução, mas que, em essência, facilitam a transição da propriedade privada do solo para a propriedade coletiva, de modo que o camponês realize essa transição por si só pela via econômica; porém, não se pode golpear de uma vez o camponês, proclamando a abolição do direito de herança ou a abolição de sua propriedade; esta última só é possível onde o arrendatário capitalista oprime os camponeses e o verdadeiro cultivador da terra é tão proletário e assalariado quanto o trabalhador urbano e, portanto, tem os mesmos interesses que ele *imediatamente...* a propriedade de parcelas tampouco pode ser fortalecida aumentando-se as parcelas por meio da simples anexação das propriedades maiores às terras dos camponeses... (MARX, 2012, p. 111-112, *italico original*)

Dessa forma, de acordo com Marx, onde já houver relações capitalistas no campo, a transição para a propriedade comum dos meios de produção (terra, o principal) se dará de forma mais imediata à medida que a condição de explorado do camponês é análoga a do



proletariado fabril - ambos detentores apenas de sua força de trabalho. Onde a produção agrícola é centrada na figura do (pequeno) proprietário produtor, tal transição não poderá ser imposta - a revolução, ainda em seus primórdios, já deverá demonstrar objetivamente os ganhos e benesses desse movimento radical para aqueles agricultores donos de suas terras. A transição para a propriedade coletiva deverá ocorrer a partir da observação de ganhos econômicos reais para o proprietário individual e para a comunidade a que pertence.

Quando imagina e teoriza sobre a relação da Comuna com o campesinato, Marx não o faz asseverando a imprescindibilidade da organização coletiva do trabalho no campo. Mais importante é garantir a liberdade, a independência e o fim da exploração a que os camponeses estão submetidos no sistema do capital. O produtor rural, soçobrado o modo de produção capitalista, seria um proprietário real da terra (mesmo que de forma coletiva e transitória), não tendo-a apenas nominalmente, pois a maior parte de seu trabalho deixaria de ser tomado dele através da expropriação estatal, comercial e capitalista. Desse modo, é muito melhor para os trabalhadores rurais a posse real dos frutos do seu trabalho do que a propriedade ilusória da sua terra, pois, quando obrigatoriamente subsumidos ao sistema capitalista, os camponeses têm de ceder a maior parte da sua produção para o Estado e para o comerciante. Os benefícios diretos, objetivos e materiais trazidos pela organização comunal fariam dos camponeses mais um grupo aderente aos ideais e ao governo da Comuna. Camponeses proprietários e não proprietários só teriam a ganhar com o governo comunal e a sua iniciativa de findar com a propriedade privada dos meios de produção. Continua Marx, agora no texto de 1871, *A Guerra Civil na França*:

Se a Comuna, como mostramos, é o único poder que pode lhe trazer imediatamente grandes benefícios mesmo em suas atuais condições econômicas, ela é a *única forma de governo* que pode assegurar-lhe a transformação de suas atuais condições econômicas, protegendo-o por um lado da expropriação do proprietário fundiário, por outro lado poupando-o da aniquilação, do esgotamento e da miséria em que ele se encontra sob o *véu ilusório da propriedade*; só ela pode converter sua propriedade nominal da terra em *propriedade real* de seus frutos e de seu trabalho e conjugar os avanços da moderna agronomia - que respondem a anseios sociais e o ameaçam diariamente como uma força hostil - com a manutenção de sua posição como um produtor realmente independente. Ao ser *imediatamente beneficiado pela Comuna*, o camponês não tardaria a confiar nela. (MARX, 2011, p. 135, itálicos meus)

Portanto, sob a Comuna, o produtor rural pode até perder a sua (nominal, protocolar) propriedade particular (de terras e meios de produção em geral) à medida que objetiva-se a consolidação da reprodução social sobre bases coletivas de propriedade dos meios de vida, porém o camponês será finalmente o proprietário real dos frutos do seu trabalho, coisa que

não é no capitalismo, pois o produto por ele elaborado acaba sendo-lhe quase que inteiramente tomado pelo parasita estatal e pela usura burguesa. Desta hipotética nova situação do campesinato, surge complexa questão: os camponeses preferem manter a ilusão da propriedade privada dos meios de produção (quando, por rara felicidade, conseguem essa condição) e a expropriação quase total dos frutos do seu trabalho ou preferem dividir livremente com outros produtores - na verdade, com toda a sociedade - a propriedade (posse) coletiva e transitória (porque deverá ser legada às próximas gerações) dos meios de vida para assim - e tão-somente assim - serem proprietários reais de todo valor por eles produzidos?

...a propriedade camponesa mesma tornou-se nominal, deixando ao camponês a ilusão de propriedade e o expropriando dos frutos de seu próprio trabalho. A competição dos grandes produtores rurais, a taxa de sangue, a taxa estatal, a usura das hipotecas urbanas e os numerosos pequenos furtos do sistema judiciário que o cercam por todos os lados degradaram-no à posição de um *ryot* [lavrador] hindu... (MARX, 2011, p. 134-135)

Para se efetuar verdadeiras transformações de cariz revolucionário, é imprescindível que tais mudanças sejam uma necessidade econômica, ao mesmo tempo que encontrem o ambiente histórico mais propício para serem executadas. Deve haver um anseio consciente da coletividade somado à conjuntura histórico-material favorável: "...para que o trabalho coletivo possa suplantar na agricultura propriamente dita o trabalho parcelheiro - fonte da apropriação privada -, fazem-se necessárias duas coisas: a necessidade econômica e as condições materiais para efetivá-la." Daí depreende-se diretamente a importância da coletivização do trabalho a partir da socialização dos meios de produção: é essa a técnica de produção que viabilizará a apropriação comum de todo valor criado pela atividade dos trabalhadores (apropriação coletiva da riqueza social). Obviamente que tal posição não será conquistada a partir de um decreto, mas sim como processo político e econômico tendente às formas comunistas mais apropriadas à emancipação da classe. Trata-se, conforme Marx escreveu em 1881, do "retorno da sociedade moderna a uma forma superior do tipo mais arcaico - a produção e a apropriação coletivas." (MARX, 2013b, p. 98 e p. 99)

Marx reitera o papel do Estado *comandado pelos trabalhadores* (a nova classe dominante) como a grande instituição organizadora tanto da resposta política e militar àquela fração da burguesia renitente na aceitação da nova ordem proletária quanto das novas formas de relação de produção que ensejam a criação de uma nova economia, não mais baseada na exploração de um homem pelo outro. Fato este que, por si só, redundará no desaparecimento das classes sociais e significará a 'natural' extinção do, então sem utilidade, Estado. Com a vitória final dos trabalhadores - isto é, completada a transição para a sociedade comunista,

desaparece (deixam de existir) as classes sociais e o Estado. Não há mais exploração nem luta contra ela, daí o novo caráter prescindível do aparato estatal controlador e opressor. Podemos depreender, desse modo, que Karl Marx acaba por reafirmar o duplo papel do governo proletário da transição, a saber: repressão da contrarrevolução e organização/viabilização da transformação econômica.

(...) os proletários, em vez de combater individualmente as classes economicamente privilegiadas, adquiriram força e organização suficientes para empregar meios comuns de coerção contra elas; porém, eles só podem empregar *meios econômicos* que suprimam seu próprio caráter assalariado, portanto seu caráter de classe; com sua vitória total chega ao fim, por conseguinte, sua dominação, uma vez que seu caráter de classe [desapareceu]. (MARX, 2012, p. 113, itálicos meus)

A ditadura revolucionária do proletariado permanecerá à frente do governo enquanto existir o fundamento econômico (propriedade privada) sobre o qual se assenta a produção e que permite a permanência do antagonismo classista ainda na sociedade em transição. Posteriormente, não havendo mais classes, não haverá mais dominação nem seu instrumento para impor tal domínio, o Estado. "...a dominação de classe dos trabalhadores sobre as camadas sociais do velho mundo que lutam contra ele só pode existir enquanto não for eliminada a base econômica da existência de classes." (MARX, 2012, p.115)

Ato contínuo, na fase de transição, novas e velhas formas políticas convivem juntas enquanto os proletários e o seu Estado não estão completamente livres da institucionalidade burguesa e das relações de produção capitalistas. Assim que estiverem, o Estado (sem nenhuma classe a ser subjugada e estabelecida a produção sobre a propriedade coletiva dos meios de trabalho e de vida) perde o seu sentido de existência e se esvai com a consolidação da sociedade comunista. Ademais, é nesse complexo e multifacetado interregno existente entre o capitalismo e o comunismo que se descortinará a luta entre as classes que fatalmente irá determinar o formato da nova sociedade sem classes. O Estado opressor, instrumento da ditadura revolucionária do proletariado, será usado episodicamente durante a transição porque necessário para a imposição da derrota política e econômica à burguesia - lógica e compreensivelmente conservadora e defensora do *status quo* por ela criado.

Como o proletariado, durante o período de luta para derrubar a antiga sociedade, ainda age com base na antiga sociedade e, por conseguinte, continua a se mover entre formas políticas que mais ou menos pertenciam àquela sociedade, ele ainda não encontra, durante esse período, sua constituição definitiva e emprega meios para a sua libertação que, depois dessa libertação, deixam de existir... (MARX, 2012, p.116)

A revolução que derrubará o capitalismo e promoverá a superação do capital, colocando fim à propriedade privada, é, de acordo com Engels (1981, p. 79), "a missão histórica do proletariado moderno". Para o pensador alemão, o socialismo científico é a teoria do *movimento* revolucionário que, enquanto *movimento*, necessita de uma teoria *dinâmica* que consiga desvendar as suas leis e tendências de forma *dialética* e materialista (isto é, acompanhando os fatos históricos e sociais concretos que transmutam continuamente a multifacetada e complexa sociedade humana do capital), elaborando verdades absolutas não absolutas (pois absolutas durante determinado tempo ou instante apenas: tão-somente enquanto lidas, compreendidas e inseridas em determinada materialidade histórica), mas momentâneas (pois investigações e pesquisas ulteriores sempre podem, igualmente, aumentar o grau de aproximação da ciência com a realidade). Destarte, existe sim a verdade, mas não a absoluta. Porque verdade absoluta é um conhecimento estático e linear e, ineludivelmente, o progresso e o desenvolvimento da história humana e de seu saber não são nem lineares e nem muito menos estáticos. Definiu Engels na obra *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*:

A realização deste ato, que redimirá o mundo, é a missão histórica do proletariado moderno. E o *socialismo científico*, expressão teórica do *movimento proletário*, destina-se a pesquisar as condições históricas e, com isso a natureza mesma deste ato, infundindo assim à classe chamada a fazer essa revolução, à classe hoje oprimida, a consciência das condições e da natureza da sua própria ação. (1981, p. 79, itálicos meus)

Ao serem nacionalizadas ou estatizadas na "primeira etapa do comunismo", as empresas não perdem necessária e automaticamente o seu caráter capitalista. Porém, esse passo *pode* ser essencial como mediação das transformações futuras, segundo Engels, desde que outras condições fundamentais para tanto - solidariedade revolucionária de países avançados economicamente, por exemplo - surjam concomitantemente e desde que, igualmente, saiba-se o que fazer a partir da estatização dos meios de produção pelo governo proletário. Não basta tomar os meios de vida da iniciativa privada empresarial capitalista e não transformar radicalmente as relações e as formas de produção e, subsequentemente, de distribuição - nesse sentido, a elaboração teórica e o planejamento deverão cumprir um papel central. Em suma, não se trata apenas de mudar o proprietário dos meios de produção e do produto final. A esse respeito, asseverava Engels no trabalho *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*:

...as forças produtivas não perdem a sua condição de capital ao converter-se em propriedade das sociedades anônimas e dos trustes ou em propriedade do Estado. No que se refere aos trustes e sociedades anônimas, é palpavelmente

claro. Pelo seu lado, o Estado moderno não é nem mais que uma organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições exteriores gerais do modo capitalista de produção contra os atentados, tanto dos operários como dos capitalistas isolados. *O Estado moderno, qualquer que seja a sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado.*<sup>3</sup> (...) *A propriedade do Estado sobre as forças produtivas não é solução do conflito,* mas abriga já no seu seio o meio formal, o instrumento para chegar à solução. (ENGELS, 1981, p. 70, itálicos meus)

Ao partir para a estatização dos meios de produção, Engels afirma que o próprio Estado burguês já indica as primeiras medidas a serem tomadas pelos trabalhadores ao conquistar o poder político. Ressalta igualmente que essa deverá ser a última decisão de um hipotético recém-conquistado Estado burguês, que passará, a partir de então, por radicais transformações que visem a organização das Comunas e da ditadura proletária da transição. O Estado proletário - a ditadura revolucionária do proletariado - do último estágio do processo de transição comunista, por sua condição de completa inutilidade (em uma sociedade sem classes sociais a serem oprimidas por um poder constituído com esse objetivo maior), acaba "naturalmente" desaparecendo. Quando o Estado representar todos os cidadãos de fato, ele deixa de existir - o que não significa o abandono da organização social da produção e a administração zelosa da coisa pública. A extinção efetiva do Estado, portanto, é fruto antes de um movimento e de um processo histórico do que o resultado de um hipotético ato legislativo tomado pelos proletários em plenária. Diante dessa constatação, reafirma-se a imperiosa e decisiva participação do sujeito na construção histórica e, mais especificamente, na construção da sociedade sem classes e sem Estado - o comunismo. No mesmo texto, continuava Engels:

[O capitalismo,] ao forçar cada vez mais a conversão dos grandes meios socializados de produção em propriedade do Estado, já indica por si mesmo o caminho pelo qual deve produzir-se essa revolução. O proletariado toma nas suas mãos o Poder do Estado e começa por converter os meios de produção em propriedade do Estado. Mas, nesse mesmo ato, destrói-se a si próprio como proletariado, destruindo toda a diferença e todo o antagonismo de classes, e com isso o Estado como tal. (...) Quando o Estado se converter, finalmente, em representante efetivo de toda a sociedade, tornar-se-á por si mesmo supérfluo. Quando não existir nenhuma classe social que precise ser submetida; quando desaparecerem, juntamente com a dominação de classe, juntamente com a luta pela existência individual, engendrada pela atual anarquia da produção, os choques e os excessos resultantes dessa luta, nada mais haverá para reprimir, nem haverá necessidade, portanto, dessa força especial de repressão que é o Estado. O primeiro ato em que o Estado se manifesta efetivamente como representante de toda a sociedade - a posse dos

---

<sup>3</sup> Em carta a Theodor Friedrich Cuno, de 24 de janeiro de 1872, Engels ratifica essa categorização do Estado ao afirmar que "o poder do Estado não é mais que a organização que as classes dominantes, proprietárias e capitalistas, se serviram para preservar seus privilégios...". In: MARX, K. & ENGELS, F. *A comuna de Paris*. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1979.

meios de produção em nome da sociedade - é ao mesmo tempo o seu último ato independente como Estado. A intervenção da autoridade do Estado nas relações sociais torna-se supérflua num campo após o outro da vida social e cessará por si mesma. O governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será abolido, extingue-se. (ENGELS, 1981, p. 72-3)

Os meios de produção devem se tornar progressiva e efetivamente sociais e o modo de produção e apropriação dos produtos deve estar em completa consonância com esse primeiro e irrevogável corolário do comunismo. Nesse contexto, a produção social passa a ser controlada conscientemente e toda maquinaria industrial - até então sempre utilizada para aumentar o grau de exploração capitalista e a miséria crescente do operário - passa a significar finalmente a sua libertação daquele trabalho excedente que outrora era apropriado privadamente pelos proprietários dos meios de produção. Novamente Engels:

Essa solução só pode residir em ser reconhecido de um modo efetivo o caráter social das forças produtivas modernas e, portanto, em harmonizar o modo de produção, de apropriação e de troca com o caráter social dos meios de produção. Para isso, não há senão um caminho: que a sociedade, abertamente e sem rodeios, tome posse dessas forças produtivas, que já não admitem outra direção a não ser a sua. Assim procedendo, o caráter social dos meios de produção e dos produtos, que hoje se volta contra os próprios produtores, (...) será posto em vigor com plena consciência pelos produtores... (ENGELS, 1981, p. 71)

Engels ressalta a importância do conhecimento teórico e científico para que se possa agir sobre a espetacular força de produção capitalista, ao enfatizar a necessidade de a conhecermos profundamente e assim podermos utilizá-la no intuito de atender aos desígnios dos seres sociais conscientes da nova sociedade - nunca, porém, nos esquecendo de que a principal força produtiva são os trabalhadores, cuja transformação em *classe* é condição *sine qua non* para o andamento da transição comunista. Portanto, o estudo, a teoria e a pesquisa livres e autônomas são fundamentais para permitir aos homens o conhecimento dessa força produtiva gigantesca surgida recentemente na história da humanidade, mas que pouco serviu para emancipá-la até agora. Na verdade, funciona como um poder invisível que, através de processos destrutivos e criativos, erige um mundo quase indecifrável - em todas as esferas de relação social - frente à maioria dos seres humanos.

As forças ativas da sociedade atuam, enquanto não as conhecemos e contamos com elas, exatamente como as forças da natureza: de modo cego, violento e destruidor. Mas, uma vez conhecidas, logo que se saiba compreender a sua ação, as suas tendências e os seus efeitos, está nas nossas mãos sujeitá-las cada vez mais à nossa vontade e, por meio delas, alcançar os fins propostos. Tal é o que ocorre, muito especialmente com as gigantescas forças modernas da produção. Enquanto resistirmos obstinadamente a compreender a sua natureza e o seu caráter - e essa compreensão se opõe o modo capitalista de produção e os seus defensores -,

essas forças atuarão apesar de nós, e dominar-nos-ão... (ENGELS, 1981, p. 71)

Assim, o esforço teórico deve submeter o voluntarismo prático e idealista mediante o desvendamento do funcionamento da sociedade capitalista de modo geral e de suas respectivas peculiaridades históricas e culturais observadas em um sem-número de localidades de maneira particular e específica ao redor do mundo, propiciando então a consecução da transformação radical e conseqüentemente comunista da sociedade. A teoria deve dissecar esse sistema e nos apontar como proceder para que ele seja destruído em sua essência, porém sem a liquidação do seu componente material industrial fundamental para a reprodução de nossa espécie.

Na longa citação a seguir, extraída de carta enviada a ph. Van Patten em 18 de abril de 1883, Friedrich Engels reafirma a sua concepção (e a de Marx) relacionada à necessária, mas paulatina, destruição do Estado - instituição burguesa clássica que, num primeiro momento pós-insurreição proletária bem-sucedida, deve ainda servir como fundamental instrumento de ataque e repressão à contrarrevolução inevitável do sistema do capital. Conforme já descrito acima, ao contrário da crença anarquista, o primeiro passo da revolução não é a tomada e a imediata liquidação do Estado. Como ainda será muito útil no processo de transição rumo à sociedade comunista (esta sim sem classes e nem Estado), essa instituição legada pela burguesia não deve ser descartada na primeira etapa da revolução, a chamada fase das Comunas e da ditadura revolucionária do proletariado. A classe trabalhadora transformará o seu caráter e a utilizará como ferramenta imprescindível para a destruição da burguesia e para a construção de uma sociedade em que não mais viceje a cisão entre proprietários e não proprietários.

Desde 1845, Marx e eu pensamos que *uma* das conseqüências finais da futura revolução proletária será a extinção progressiva das organizações políticas designadas pelo nome de *Estado*. Desde sempre, o fim essencial deste organismo foi manter e garantir, pela violência armada, a submissão econômica da maioria trabalhadora pela restrita minoria afortunada. Com o desaparecimento desta restrita minoria desaparece igualmente a necessidade de um poder armado de opressão, ou Estado. Mas, ao mesmo tempo, sempre pensamos que, para chegar a este resultado e a outros, ainda bem mais importantes da futura revolução social, a classe operária tem de primeiramente se apoderar do poder político do Estado, a fim de esmagar com ele a resistência da classe capitalista e reorganizar as estruturas sociais. É o que já se pode ler no *Manifesto Comunista* de 1847 [*sic*], capítulo II. (ENGELS, 1979b, p. 41, *itálicos originais*)

Em mais uma crítica ao anarquismo, Engels evidencia novamente a dupla importância fulcral do Estado para os proletários revolucionários, a saber: consolidação do poder operário

mediante imposição da derrota aos contrarrevolucionários burgueses (fazendo uso da estrutura estatal recém tomada) e encaminhamento e organização das próximas fases da revolução social em curso - estas sim que deverão propiciar, efetivamente, a criação de uma nova sociedade sem classes e assentada sobre novas bases produtivas e de propriedade. Assim como Marx igualmente asseverou, Engels ressalta a necessidade de se efetuar grandes transformações nesse Estado da transição (da ditadura do proletariado) para que ele consiga cumprir com fidelidade e a contento os desígnios da revolução comunista dos trabalhadores encetada com a insurreição que permitiu sua posse e controle pelos então não proprietários organizados. Na mesma Carta enviada a ph. Van Patten, continuava Engels (1979b, p. 41):

Os anarquistas põem as coisas em desordem. Declaram que a revolução proletária deve *começar* por abolir a organização política do Estado. Ora, a única organização de que o proletariado dispõe depois de sua vitória é precisamente o Estado. É certo que **este Estado tem de sofrer alterações muito consideráveis** antes de poder cumprir suas novas funções. Mas destruí-lo, neste momento, seria destruir o único organismo graças ao qual o proletariado vitorioso pode precisamente fazer valer o domínio que acaba de conquistar, esmagar seus adversários capitalistas e **empreender a revolução econômica da sociedade**, na ausência da qual todas as possibilidades de vitória poderão resultar numa nova derrota ou num massacre geral dos operários, como foi o caso da comuna de Paris. (Itálico original, negritos meus)

No Programa de Erfurt (1891), do Partido Social Democrata alemão, a noção de uma vitória política prévia ao movimento que transformará profundamente a estrutura econômica de um país, também se mostra recorrente. O proletariado deve tomar o Estado e transformá-lo em uma ditadura dos trabalhadores no intuito de derrotar os inimigos da classe e começar a construção dos pilares da sociedade comunista - sem classes, sem exploração e sem Estado. "A luta da classe trabalhadora contra a exploração capitalista é necessariamente uma luta política. A classe trabalhadora não pode conduzir suas lutas econômicas nem desenvolver os seus direitos políticos sem tomar posse do poder político."<sup>4</sup> No *Manifesto Comunista* de 1848, Marx e Engels reafirmam a necessidade imperiosa dos produtores tomarem o poder da classe burguesa ao colocá-la como o objetivo mais imediato a ser atingido pelo proletariado. "O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo dos demais partidos proletários: a constituição do proletariado em classe, a derrubada do domínio da burguesia, a conquista do poder político pelo proletariado." (1998, p. 21)

Ao fazer um contraponto às ideias anarquistas de M. Bakunin, Engels, em Carta a N. Danielson de 17 de outubro de 1893, asseverara, de maneira insofismável, que o primeiro

---

<sup>4</sup> PROGRAMA DE ERFURT (1891). In: MARX, K. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.



passo da construção de uma sociedade comunista é, com efeito, a apropriação pelos trabalhadores do Estado burguês e não a sua destruição imediata. Na verdade, segundo Marx e Engels, o Estado nunca será destruído, antes irá soçobrar e extinguir-se naturalmente quando inserido em novo contexto histórico que não contemple mais a predominância e posteriormente a existência de classes sociais e seus subsequentes antagonismos. Caberá ao proletariado organizado tomar esse grande instrumento de repressão capitalista, disciplinador da submissão ao sistema do capital, para fazê-lo funcionar contra o seu criador e a favor de sua histórica vítima, a classe trabalhadora. A tese anarquista da revolução social que destrói e liquida o Estado assim que ele é tomado dos próceres do capital não se assenta e nem se concretiza em nenhuma realidade histórica palpável. Elevar o Estado como o maior e principal inimigo a ser destruído demonstra o caráter meta-histórico da clássica concepção do anarquismo. A transformação radical e essencial do modo de produção e do modelo econômico é o fato mais importante e determinante das novas configurações históricas e somente poderá ser levado a cabo com uma grande revolução social iniciada com a tomada do Estado burguês, nesse contexto ainda muito útil às planificações comunistas futuras. Será o antigo Estado capitalista, radicalmente transformado e comandado pela classe trabalhadora, que impingirá a derrota final ao sistema do capital. Sentenciava Engels na referida Carta a Danielson:

...suprimido o capital, concentração dos meios de produção nas mãos de um pequeno número, o Estado cairá por si mesmo. A diferença é essencial: a supressão do Estado sem uma revolução social prévia é um absurdo, porque a supressão do capital é justamente uma perturbação social e implica uma transformação completa da produção. (ENGELS, 1979a, p. 12)

De acordo com o que vimos anteriormente neste trabalho, uma revolução comunista de fato somente pode ser encetada a partir do momento em que o poder político é tomado da burguesia pela classe trabalhadora e a propriedade social e coletiva dos meios de produção é objetivada e materializada na realidade, ganhando forma e dinamismo no novo movimento econômico da produção assentada então sobre esta base comunal radicalmente transformada. A nova condição da propriedade (não mais privada e que, portanto, também não admite mais a apropriação privada dos produtos a partir dela e sobre ela engendrados) deverá refletir-se material, cultural e espiritualmente em todas as esferas de convívio social, sendo o modo de produção e distribuição os primeiros a serem profundamente transformados sobre essa nova base de organização social da produção.

Desse modo, para a teoria, o fim do capitalismo propiciará - e será propiciado - pelo advento, agora em novo e superior formato, de um forma de organização social arcaica

assentada na posse social dos meios que garantem a reprodução e o fruir da espécie humana, qual seja, o comunismo. A sua reassunção será realizada, conforme já afirmado anteriormente neste texto por Marx, "com o retorno das sociedades modernas ao tipo 'arcaico' da propriedade comum..." (2013b, p. 91).

É assim que, na Rússia da segunda década do século XX, ocorreria finalmente a primeira grande revolução que tinha o franco objetivo de construir essa sociedade comunista pensada e teorizada por Marx e Engels. Em situação histórica de expansão rápida do capital monopolista, com suas novas e fantásticas contradições engendradas pelo desenvolvimento do capitalismo de então, e apoiado na teoria dos dois pensadores alemães - não obstante a sua disposição a compreender a particularidade do então incipiente desenvolvimento capitalista russo (vale dizer não tão incipiente assim, como já afirmamos anteriormente) -, Vladimir I. Lênin, máxima liderança política e teórica dos bolcheviques, produziu importante legado teórico a respeito da problemática da transição ao comunismo a partir de débeis e frágeis forças produtivas materiais.

## Capítulo 4 – Lênin: Democracia e Ditadura sob o Estado Proletário

Sendo fiel à máxima de Marx que diz que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores, Lênin reafirma a impossibilidade de se dar saltos históricos e pular etapas durante o complexo e multifacetado processo de desenvolvimento e formação da consciência comunista (ou ao menos mais avançada e progressista) da classe trabalhadora. Nesse sentido, não basta existir uma vanguarda ilustrada revolucionária que à frente do movimento de transição ao comunismo arraste as massas para que estas, cegamente, cumpram os objetivos concebidos pelos supostamente mais avançados - ideológica e teoricamente - intelectuais da revolução. Não se constrói uma transformação radical no modo de produção sem a participação consciente dos trabalhadores, isto é, sem que eles queiram autônoma e deliberadamente, através de suas próprias autorresoluções, fazê-lo, sem que estes se transformem em *classe*.

Na verdade, as transformações que se pretende edificar (assim como o ritmo e a profundidade dos respectivos processos que levam a essas mudanças) deverão ser sempre objetivamente definidos e determinados pelos próprios trabalhadores. Caberá àquela vanguarda teórica da revolução proletária - quiçá organizada em um ou vários partidos revolucionários - apenas alertar e orientar a massa dos camponeses e operários em direção do trajeto e das diretrizes que miram e levam à construção da sociedade comunista e da sua emancipação econômica. Conforme asseverou Lênin no texto *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, de 1918, ao citar um exemplo retirado do movimento revolucionário russo, do qual era a liderança principal:

Ao fazer aprovar a lei de socialização da terra - lei cuja "alma" é a palavra de ordem de usufruto igualitário da terra -, os bolcheviques declaram do modo mais preciso e definido: essa ideia não é nossa, nós não estamos de acordo com essa palavra de ordem, mas consideramos nosso dever fazê-la aprovar, pois é uma reivindicação da esmagadora maioria dos camponeses. E a ideia e as reivindicações da maioria dos trabalhadores devem ser *superadas por eles mesmos*; não é possível "abolir" tais reivindicações nem "saltar" por cima delas. Nós, bolcheviques, *ajudaremos* o campesinato a superar as palavras de ordem pequeno-burguesas, a *passar* o mais rápido e facilmente possível dessas palavras de ordem para as socialistas. (2005a, p. 201, itálicos originais)

O grande revolucionário e teórico marxista russo evidencia a importância do chamado período de transição comunista ao apontar que não bastará apenas tomar o poder político, constituir o "Estado proletário" (assim nomeado por ele, diferentemente de Marx) e decretar a socialização/coletivização dos meios de produção - é fundamental, e tal complexo processo

demandará tempo e grande esforço coletivo consciente, que essas transformações radicais sejam efetivadas, de fato e materialmente, em toda a realidade social objetiva atingida pela força do movimento revolucionário. Construir, na materialidade do cotidiano econômico e social, o Estado e a economia proletárias (também aqui, denominação própria de Lênin) é tarefa precípua e inescapável do proletariado organizado como classe dominante que pretende transitar ao comunismo.

Para tanto, reitera-se que a tomada do poder da burguesia, a constituição do Estado proletário e a imposição da coletivização dos meios de produção e de vida (antes privados) é tão-somente a primeira parte do gigantesco e monumental esforço histórico que deve ser feito pelos trabalhadores que objetivam a criação de uma sociedade sem classes e onde não se observe mais a produção de mercadorias. E tamanho processo ainda terá que ser edificado e construído em um contexto de extrema beligerância e insegurança graças aos achaques e ataques da classe burguesa reativa à implantação do projeto comunista pelos trabalhadores organizados. Conforme apontou Lênin:

(...) com exceção de casos muito raros e especiais, não se pode suprimir os exploradores de um só golpe. Não se pode expropriar de um só golpe todos os latifundiários e capitalistas de um país de uma certa extensão. Além disso, a expropriação por si só, como ato jurídico ou político, está muito longe de resolver o problema, porque é necessário *desalojar* de fato os latifundiários e os capitalistas, *substituir* de fato a sua administração das fábricas e das propriedades agrícolas por outra administração, operária. (2005a, p. 149, itálicos originais)

Ainda:

A transição do capitalismo para o comunismo constitui toda uma época histórica. Enquanto ela não terminar os exploradores continuam a manter a esperança da restauração, e essa *esperança* transforma-se em *tentativas* de restauração. (2005a, p. 150, itálicos originais)

Nesse sentido, Lênin reforça os componentes político e econômico inerentes às funções do novo Estado revolucionário: submissão da classe contrarrevolucionária burguesa com a imposição do poder proletário e preparação da sociedade de transição para o novo modo de produção comunista em construção que almeja a conquista da emancipação dos trabalhadores e que já se tenta vislumbrar no horizonte histórico. "O derrubamento da burguesia só é realizável pela transformação do proletariado em classe dominante, capaz de dominar a resistência inevitável e desesperada da burguesia e de organizar todas as massas trabalhadoras exploradas para um novo regime econômico." (LÊNIN, 2005b, p. 44)

O Estado burguês deve ser dominado e tomado pelos trabalhadores para ser aniquilado e destruído em prol do novo Estado proletário (que, na concepção leniniana, não seria nada

mais do que a própria "ditadura revolucionária do proletariado" teorizada por Karl Marx). Este, por sua vez, deverá começar, progressiva e paulatinamente, a definhar tão logo se consolide o seu estabelecimento como instituição responsável por reprimir a contrarrevolução dos capitalistas e por organizar a longa trajetória (emancipação econômica, principalmente) de transição ao comunismo e edificação da sociedade comunista. Alcançado o objetivo, isto é, conformada e materializada uma sociedade sem classes sociais, o Estado sucumbe definitivamente. Quanto mais próximo do comunismo, mais obliterado e com menos significado e funções se torna o então Estado proletário que, necessária e vagarosamente, deve extinguir-se por completo até dar lugar a um outro tipo de organização da vida social e de administração da coisa pública, pautadas e fundamentadas apenas no atendimento da comunidade e não mais, como outrora, na representação de uma classe dominante que utilizava o aparato estatal para oprimir a classe dominada e impor, através do controle ideológico e da violência, o seu modo de produção baseado na exploração de um homem pelo outro. Asseverou Lênin (2005b, p. 46):

(...) essas lições nos fazem ver no Estado o órgão de dominação de uma classe e nos levam necessariamente à conclusão de que o proletariado não poderá derrubar a burguesia sem primeiro ter conquistado o poder político, sem primeiro ter assegurado sua própria dominação política e se ter 'organizado em classe dominante' e erigido em Estado - e esse Estado proletário começará a definhar logo em seguida à sua vitória, porque, numa sociedade onde não existam os antagonismos de classes, o Estado é inútil e impossível.

Ao descrever o tipo de Estado que passaria a existir durante o processo de transição do capitalismo ao comunismo, levado a efeito e encetado com a tomada da institucionalidade burguesa pelos trabalhadores, Lênin ressalta que o novo Estado proletário - reinventado a partir e sobre o Estado burguês então aniquilado - deveria possuir duas faces: uma democrática e uma ditatorial. A primeira para atender aos anseios de transformação radical da classe trabalhadora no poder (reorganização da produção e da distribuição visando a preparação de sua emancipação econômica definitiva) e a segunda para garantir a derrota militar dos contrarrevolucionários burgueses. De acordo com a afirmação do comunista russo na brochura *O Estado e a Revolução*, de 1917 (LÊNIN, 2005b):

Na realidade, esse período é, inevitavelmente, o de uma luta de classes extremamente encarniçada, revestindo uma acuidade ainda desconhecida. O Estado dessa época deve ser, pois, um Estado democrático (para os proletários e não-possuidores em geral) inovador e um Estado ditatorial (contra a burguesia) igualmente inovador. (p. 51)

Ainda:

(...) a ditadura de uma classe é necessária, não só a toda sociedade dividida em classes, em geral, não só ao proletariado vitorioso da burguesia, mas ainda em todo o período histórico que separa o capitalismo da 'sociedade sem classes', do comunismo. A passagem do capitalismo para o comunismo não pode deixar, naturalmente, de suscitar um grande número de formas políticas variadas, cuja natureza fundamental, porém, será igualmente inevitável: a ditadura do proletariado. (p. 51-2)

Sobre a definição de ditadura - e, mais especificamente, da ditadura revolucionária do proletariado - Lênin não tergiversa ao afirmar peremptoriamente que esta se assenta na violência e na ausência de democracia. Todavia, o faz ressaltando que a violência e a vedação de participação nos processos democráticos são impostas apenas aos membros da classe antípoda daquela que se encontra com o poder político e que conta com os mecanismos para impor a sua coerção e coação organizadas e institucionalizadas. Isto é, dentro de uma sociedade de transição do capitalismo para o comunismo, onde impera uma ditadura revolucionária do "Estado proletário" (com a classe trabalhadora enfim como classe dominante a subjugar a classe dominada burguesa), encontrar-se-ão duas realidades: a completa ausência de democracia para os burgueses concomitante ao mais absoluto e pleno desenvolvimento democrático da sociedade para os trabalhadores que deverão participar ativamente como protagonistas das radicais transformações encetadas pela tomada do poder.

Desse modo, pode-se observar (historicamente inclusive) que sempre - pelo menos até a construção definitiva do comunismo, sua imaneente ausência de classes e de Estado - coexistirão sincronicamente processos democráticos e ditatoriais em todas as sociedades que se assentam na divisão de classes; o que seria novo no Estado proletário é o fato da maioria não proprietária, explorada desde as calendas, se tornar a classe dominante responsável por usar a nova máquina estatal reformulada para reprimir a burguesia, então classe dominada. Em suma, sempre se pôde constatar, na história daquelas sociedades divididas em classes de proprietários e não proprietários, a existência simultânea de democracia e ditadura. A primeira vivenciada apenas entre e pela classe dominante e vedada à classe dominada que, por sua vez, é controlada e organizada mediante processos não democráticos e eminentemente baseados na imposição da força e da violência, ou seja, na imposição de uma ditadura levada a efeito pelo Estado. A esse respeito continuou Lênin, agora no texto *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky* escrito em novembro de 1918:

(...) a ditadura não significa necessariamente a supressão da democracia para a classe que exerce essa ditadura sobre as outras classes, mas significa necessariamente a supressão (ou uma restrição significativa, o que é também uma das formas de supressão) da democracia para a classe sobre a qual ou contra a qual se exerce a ditadura. (2005a, p. 133)

Ainda:

A ditadura é um poder que se apoia diretamente na violência e não está amarrado por nenhuma lei. A ditadura revolucionária do proletariado é um poder conquistado e mantido pela violência do proletariado sobre a burguesia, um poder que não está amarrado por nenhuma lei. (2005a, p. 134)

Segundo Lênin, a existência da democracia somente é possível em alguma forma de Estado. Isto posto, se não há Estado, não há democracia. Quando o assim chamado por Lênin "Estado proletário" da transição comunista definhava e desvanecia naturalmente (portanto não sendo abolido, como deve ser o Estado burguês da primeira etapa da Revolução comunista), a quase plena democracia - até então vivenciada e praticada dentro do seu escopo - também pereceria. Destarte, a democracia não é uma categoria universal, que pode ser praticada em qualquer tipo de sociedade, pois é imprescindível que a organização social que a pleiteie se assente na figura de um Estado para que ela possa se desenvolver. Na fase de transição ao comunismo, que necessariamente deve ser organizada e construída pela classe trabalhadora mediante sua participação intensiva e direta no novo governo proletário (engendrado dentro da ditadura revolucionária do proletariado), a democracia alcançaria a sua plenitude. Lênin, no opúsculo de 1917, *O Estado e a Revolução*, assim asseverou a respeito dessa sua definição:

Todos nós sabemos que a forma política do "Estado" é, então, a plena democracia. Mas nenhum dos oportunistas, que impudentemente desvirtuam o marxismo, concebe que Engels se refira à "letargia" e à "morte da democracia". À primeira vista, parece estranho, mas só é incompreensível para quem não reflete que a democracia também é Estado e, por conseguinte, desaparecerá quando o Estado desaparecer. Só a revolução pode "abolir" o Estado burguês. O Estado em geral, isto é, a plena democracia, só pode "definhar". (2005b, p. 38)

Ato contínuo, de acordo com Lênin, pode se abolir o Estado burguês (mediante revolução socialista e tomada do poder pelos trabalhadores), mas o mesmo não pode ser feito com a organização estatal conduzida pela ditadura revolucionária do proletariado, que deverá imprescindivelmente obliterar-se e desaparecer *pari passu* à evolução e consolidação do processo de transição comunista que concretiza a existência de uma sociedade sem classes, sem Estado e sem mercadoria.

A república democrática, conforme cria Lênin, pode e deve ser a forma política de organização do proletariado no poder - é através dela que os trabalhadores construirão a nova sociedade comunista no longo processo de transição iniciado com a tomada do poder dos burgueses e de seus representantes e com a imposição da força revolucionária da ditadura da classe trabalhadora aos contrarrevolucionários de então. Não obstante, essa nova instituição

estatal, por mais democrática e progressista que seja, ainda é Estado e, portanto, deveria soçobrar com a consolidação do comunismo na história. Para o marxista russo, tergiversações sobre um hipotético "Estado livre do povo" somente apresentam sentido para os oportunistas que, diferentemente dos socialistas e comunistas, propagam a crença em algum tipo de Estado igualitário e *plenamente* democrático. Assim asseverou Lênin (2005b, p. 39, itálicos meus):

(...) era uma fórmula oportunista, pois exprimia não só uma democracia burguesa mal disfarçada, como também, a incompreensão da *crítica socialista do Estado em geral*. Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andariamos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática. (...) Um Estado, seja ele qual for, não poderá ser livre nem popular.

Para Lênin, somente uma revolução violenta destituirá a burguesia de seu Estado e de toda sua institucionalidade imanente em favor de um Estado de novo tipo, chamado pelo comunista russo de "Estado proletário". Este, por sua vez, deverá desaparecer naturalmente ao serem concretizadas e evidenciadas as novas relações sociais trazidas no bojo da nova civilização e do novo modo de produção comunistas que começarão a ser material e historicamente construídos na ocasião da derrubada da democracia burguesa.

A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a *abolição de todo e qualquer Estado*, só é possível pelo 'desaparecimento'. (...) isto é, constituído de tal forma que comece sem demora a definhar e que não possa deixar de definhar... (LÊNIN, 2005b, p. 41 e p. 42, itálicos meus)

De acordo com Lênin, tal processo deverá ocorrer lentamente e de maneira espontânea. São as gerações vindouras principalmente que, nascidas e inseridas desde sempre na mais avançada e completa democracia engendrada pelo Estado proletário em transição para o comunismo, poderão prescindir naturalmente do Estado e de sua notável democracia. Desenvolvendo-se em uma sociedade sem classes e sem antagonismos econômicos - pois já não se encontra um homem que seja por outro explorado - os indivíduos poderão habituar-se ao *modus vivendi* de sua livre comunidade sem nenhum tipo de repressão ou coação: diante da inexistência das contradições advindas do modo de produção, não haverá razão para revolta ou indignação, pois a harmonia social estará assentada num sistema de produção justo e promotor da igualdade social e não mais na exploração que tanto indigna os trabalhadores de hoje e os fazem ser reprimidos quando decidem sublevar-se contra a espoliação capitalista. Conforme explicou Lênin:

A expressão "o Estado definha" é muito feliz porque exprime ao mesmo tempo a lentidão do processo e a sua espontaneidade. Só o hábito é que pode



produzir esse fenômeno, e sem dúvida o há de produzir. Já vemos, em torno de nós, com que facilidade os homens se habituem a observar as regras indispensáveis da vida social, contanto que nelas não haja exploração, e que não havendo nada que provoque a indignação, o protesto, a revolta, nada necessite de repressão. (2005b, p. 96)

O Estado proletário, e a sua respectiva ditadura revolucionária que garantirá a vitória e a consolidação da revolução comunista, só poderá desaparecer totalmente quando completada a transição, isto é, no momento histórico em que não mais existir classes sociais, etapa em que a classe trabalhadora - então já toda a população - tiver concretizado a sua emancipação econômica a partir do desenvolvimento pleno tanto das relações de produção comunistas quanto das forças produtivas humanas e materiais. Diante desse contexto, o Estado (sempre violento e propenso à coação da classe que não se encontra no seu domínio) perde o sentido de existência pois sem função na nova organização social e econômica da comunidade.

Nem na sociedade comunista a democracia (necessariamente e sempre de classe) tornar-se-á uma "democracia pura". Antes desse suposto ponto de inflexão ela e o Estado definharão até a sua completa extinção: vivendo conforme o seu livre-arbítrio e o comunitariamente aceito dever social, todo indivíduo em sociedade estará apto a participar das decisões (e das suas subseqüentes execuções práticas) concernentes ao planejamento econômico da comunidade e de sua administração técnica (não política e não burocrata) e o fará de forma tão autônoma e consciente - e ainda com tamanha frequência e naturalidade - que esta atitude configurar-se-á num novo hábito adquirido por todo o povo. Isto posto, com o advento e estabelecimento definitivo do ser social como sujeito histórico ativo e desalienado, torna-se desnecessária e sem função quaisquer tipos de Estado e de seus respectivos sistemas políticos (democracia, ditadura, monarquia etc.). Conforme Lênin escreveu em *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*:

(...) não se pode falar de "democracia pura" enquanto existirem *classes* diferentes, se pode falar somente de democracia *de classe*. (...) A história conhece a democracia burguesa, que vem substituir o feudalismo, e a democracia proletária, que vem substituir a burguesa. (...) na sociedade comunista a democracia, modificando-se e tornando-se um hábito, *extingui-se-á*, mas nunca será democracia "pura". (2005a, p. 139, itálicos originais)

Nesse sentido, não haverá democracia pura durante o período de transição orquestrado pela ditadura revolucionária do Estado proletário porque, obrigatoriamente, a classe burguesa reacionária estará afastada desse processo - a ela somente restando aceitar as imposições e restrições impostas à sua liberdade pela classe dominante (dos trabalhadores) que está no poder. A democracia pura só terá base material e histórica de existência justamente quando não tiver mais funções e motivos para existir, isto é, quando na sociedade não se observar

mais a divisão da população em diferentes classes. Na ausência de classes e de Estado, desaparece naturalmente qualquer tipo de sistema político, inclusive a democracia pura.

Prossegue Lênin no mesmo texto:

O que é um traço necessário, uma condição obrigatória da ditadura, é a repressão *violenta* dos exploradores como classe e por conseguinte, a *violação* da democracia pura, isto é, da igualdade e da liberdade *em relação* a essa classe. (...) o proletariado não pode vencer *sem quebrar a resistência* da burguesia, *sem reprimir pela violência os seus adversários*, e onde há "repressão violenta", onde não há "liberdade", *naturalmente não há democracia*. (2005a, p. 152, itálicos originais)

Cabe aqui ressaltar que a limitação da liberdade e a imposição de seus desígnios de forma violenta por parte da classe trabalhadora no poder (se assim for necessário), deve ocorrer somente em relação à sua classe antípoda (capitalistas). Dentro da classe dominante deve vigorar a mais avançada democracia possível, para assim elevar o nível de consciência e de participação das massas no longo e pedregoso processo que visa a construção de uma sociedade comunista. Ato contínuo, na ditadura revolucionária do operariado a democracia deve ser levada ao paroxismo para a classe dos trabalhadores, exclusivamente para a classe dos trabalhadores. A magnitude da violência e da repressão impostas aos burgueses dependerá, inequivocamente, da história de cada país e de cada revolução - não há uma regra geral ou um modo de operação padrão a ser prescrito para um Estado cujos proletários combatem na busca por sua emancipação. Sobre a candente questão da particularidade de cada movimento revolucionário, Lênin asseverou:

Em que países, em que condições específicas nacionais de um ou outro capitalismo será aplicada (exclusiva ou predominantemente) uma ou outra limitação, *violação da democracia para os exploradores*, é uma questão que depende das condições específicas nacionais de um ou outro capitalismo, de uma ou outra revolução. (...) *Os soviets são a forma russa da ditadura proletária*. (2005a, p. 152 e p. 153, itálicos meus)

Segundo Lênin, um dos objetivos principais da organização dos trabalhadores (e da população em geral) em soviets, na Rússia revolucionária da segunda década do século XX, era aprofundar ao máximo a democracia proletária na sociedade para propiciar à massa o desenvolvimento de sua consciência política e de seu grau de participação nos assuntos a ela referentes direta ou indiretamente. Através dos soviets (conselhos proletários) buscava-se dar autonomia política à classe trabalhadora: era mediante este exercício democrático-político que os trabalhadores se preparariam e preparariam a sociedade - mediante emancipação econômica e transformação radical do modo de produção - para o comunismo. Destarte, a democratização de todos os aspectos da vida social deveria ser o *leitmotiv* do novo Estado proletário. Há que se entregar o processo de desenvolvimento da sociedade nas mãos do

proletariado organizado, pois somente ele poderá ser o sujeito histórico de sua própria revolução, da revolução que finalmente emancipará o trabalho do capital e da mercadoria. De acordo com Lênin (2005a):

Os soviets, diga-se de passagem, constituem precisamente uma forma e um tipo de democratismo infinitamente superior porque, unindo e arrastando para a política *a massa dos operários e dos camponeses*, são o barômetro mais próximo do "povo" (no sentido em que Marx falava em 1871 de verdadeira revolução popular), o barômetro mais sensível do desenvolvimento e do crescimento da maturidade política, das massas. (p. 193, itálicos originais)

Continua Lênin:

Mas o Estado tipo Comuna, o Estado soviético, diz aberta e francamente a *verdade* ao povo, declarando que é a ditadura do proletariado e do campesinato pobre, atraindo para si precisamente com essa verdade dezenas e dezenas de milhões de novos cidadãos, embrutecidos sob qualquer república democrática, que são arrastados para a política, *para a democracia*, para a administração do Estado e dos soviets. (p. 195, itálicos originais)

A democracia como norte primeiro da revolução social e o seu conseqüente e ininterrupto processo de desenvolvimento não redundará, necessariamente, segundo Lênin, em um tipo de sociedade "socialista"; porém, o grande revolucionário russo teoriza que é o seu aprofundamento (da democracia) que poderá provocar essenciais mudanças políticas e econômicas que poderão, estas sim (em conjunto com a própria democratização), levar os países à transformações cada vez mais radicais de cariz comunista. Portanto, se se busca a criação do comunismo, deve-se prioritariamente investir na democratização completa e absoluta da sociedade. Naturalmente, tal processo só poderá ser encetado no estágio da revolução social em que o proletariado se constituir como a classe dominante no poder do então recém fundado "Estado proletário". De forma dialética, Lênin expõe a importância do desenvolvimento da democracia e o seu papel na evolução da sociedade:

*Desenvolver a democracia até o fim*, procurar as formas desse desenvolvimento, submetê-las à prova prática etc., eis um dos problemas fundamentais da luta pela revolução social. Considerada isoladamente, nenhuma democracia dará o socialismo, mas, na vida, a democracia nunca será "considerada isoladamente", mas sim "em conjunto", e exercerá a sua influência sobre a economia, cuja transformação precipitará, sofrendo também ela a influência do desenvolvimento econômico etc. Tal é a lógica da história viva. (2005b, p. 87, itálicos meus)

Assim, a democracia se põe como princípio primeiro e pedra de toque fundamental do desenvolvimento basilar da sociedade comunista, a sociedade sem Estado e sem democracia (sem política), pois finalmente desnecessária de tão obviamente vivenciada no cotidiano.

Como não haverá mais política nem Estado, logicamente não existirão modelos e sistemas políticos. Sobre esse aparente paradoxo, Lênin afirmou (2005b, p. 90): "(...) esquece-se que a supressão do Estado é igualmente a supressão da democracia e que o desaparecimento do Estado é o desaparecimento da democracia."

No Estado proletário, instituído sobre as ruínas do destruído Estado burguês, alcança-se o mais alto patamar da vida democrática possível - a democracia, enfim, é vivenciada plenamente pela classe trabalhadora então no poder, então dominante. A limitada e seletiva democracia burguesa é substituída pela universal e completa democracia proletária. O Estado, portanto, de tão democrático e fidedignamente popular deixa de ser Estado (na acepção clássica marxista da instituição criada com o objetivo principal de ser o instrumento de repressão de uma classe por outra): condição que se solidifica ao se construir uma nova sociedade em que, assentada em um novo modo de produção, não se observa mais a existência de classes sociais. O Estado e a sua institucionalidade são dispensáveis por não serem mais necessários em uma realidade social em que não existam mais classes sociais e em que cada indivíduo pode intervir e contribuir diretamente com a administração do que é público e com o planejamento econômico da sociedade. Nas palavras de Lênin:

Assim, a Comuna 'contentava-se', por assim dizer, em substituir a máquina do Estado quebrada por uma *democracia mais completa*: supressão do exército permanente, *elegibilidade e amovibilidade de todos os funcionários*. Na realidade, ela 'contentava-se', assim, em substituir - obra gigantesca - certas instituições por outras instituições essencialmente diferentes. (...) a democracia, realizada tão *plenamente* e tão metodicamente quanto é possível sonhar-se, tornou-se proletária, de burguesa que era; o Estado (essa força destinada a oprimir uma classe) transformou-se numa coisa que já não é, propriamente falando, o Estado. (...) É neste sentido que o Estado começa a definhir. Em lugar de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionários civis, chefes do Exército permanente), *a própria maioria pode desempenhar diretamente as funções do poder político*, e, quanto mais o próprio povo assumir estas funções tanto menos se fará sentir a necessidade desse poder. (2005b, p. 57, itálicos meus)

Por conseguinte, a Comuna não deve ser formada por um grupo especialmente imbuído de definir as normas e regulamentos sociais; deve ser sim formada por trabalhadores que legislarão e executarão eles mesmos (juntamente com a sua comunidade) as tarefas sociais que atingem toda a sociedade. Destarte, não há apenas os chamados parlamentares, pois todo o povo auto-organizado será considerado o grande parlamento - "A Comuna devia ser uma assembleia, 'não parlamentar, mas trabalhadora', ao mesmo tempo legislativa e executiva" (LÊNIN, 2005b, p. 60). Não pode haver uma casta especializada nos negócios públicos - mesmo aqueles representantes eleitos mediante sufrágio universal deverão

continuar atrelados ao seu trabalho convencional e produtivo enquanto colaboram, recebendo os mesmos salários dos demais trabalhadores, com a administração da coisa pública.

Continuou Lênin:

Esse parlamentarismo venal e putrefato da sociedade burguesa, substitui-o a Comuna por instituições onde a liberdade de discussão e de exame não degenera em intrujice; os próprios mandatários devem trabalhar e eles mesmos fazer executar as suas leis, verificar os resultados obtidos e responder diretamente perante os seus eleitores. As instituições representativas são mantidas, mas já não há parlamentarismo como sistema especial, como divisão do trabalho legislativo e executivo, como situação privilegiada dos deputados. Não podemos fazer ideia de uma democracia, mesmo proletária, sem instituições representativas, mas podemos e devemos realizá-la sem parlamentarismo... (2005b, p. 61)

Em consonância com a ideia de Marx referente à permanência dos pleitos eleitorais - porém com novo caráter e embasamento - na primeira etapa do comunismo (a fase da transição) e na própria sociedade comunista em si, Lênin, portanto, não descarta o sistema de representação como uma das formas a serem assumidas em um imaginado sistema pós-capitalista. O que não significa a simples transmutação do sistema político burguês para a democracia proletária, tão-somente alterando os membros que compõem os antigos órgãos diretivos tradicionais da comunidade. Não só estes serão transformados radical e essencialmente, como a revolução econômica primeira propiciada pela ascensão proletária ao poder - aquela que abole a propriedade privada dos meios de produção e retira o cunho mercantil da força de trabalho - determinará fatalmente a criação de uma institucionalidade mais afeita aos objetivos da ditadura da classe trabalhadora recém apoderada no Estado. Nesse sentido, mesmo que inevitavelmente tenha-se que se utilizar do sistema representativo e das eleições, a democracia proletária, assentada então em outras bases econômicas e em novas relações de produção, consolidar-se-á como o ápice do democratismo que pode ser vivenciado pelos trabalhadores em um contexto histórico onde ainda exista o Estado.

Na posição de classe dominante, os trabalhadores podem criar uma organização da administração pública muito mais simples em relação àquela institucionalidade complexa, hierarquizada e burocrata típica do Estado democrático e parlamentar burguês. Sem hierarquia e sem burocracia - além da revogabilidade da eleição de qualquer representante escolhido em qualquer momento - garante-se um sistema político com participação popular muito mais efetiva e real. Assevera Lênin (2005b, p. 62), nomeando a primeira etapa da revolução comunista - a etapa da transição, de "socialismo": "O socialismo simplifica as funções da administração do 'Estado', permite que se suprima a 'hierarquia', reduzindo tudo a uma

*organização dos proletários em classe dominante*, que empregue, por conta da sociedade inteira, operários, contramestres e guarda-livros." (itálicos meus).

Ainda de acordo com Lênin, nesse processo de transição do capitalismo para o comunismo, os trabalhadores devem assumir diretamente a administração e a própria execução dos diversos trabalhos nas novas empresas, agora sociais. Inspirados e organizados pelo Estado proletário e protegidos pela população armada, os operários devem levar a cabo o pleno funcionamento industrial e o seu contínuo desenvolvimento. Não dispensando os conhecimentos técnicos oriundos da produção capitalista e convocando para o trabalho os profissionais necessários em cada setor, o proletariado consolida-se como classe dominante ao estender necessariamente essa sua condição à economia e ao sistema político da comunidade. No livro *O Estado e a Revolução* do revolucionário russo, pode-se ler concernente a esta questão:

Organizemos a grande indústria, segundo os modelos que o capitalismo oferece. Organizemo-la nós mesmos, operários, seguros de nossa experiência operária, impondo uma disciplina rigorosa, uma disciplina de ferro, mantido pelo poder político dos trabalhadores armados; (...) tal é a nossa tarefa proletária, *tal é o modo por que deve começar a revolução proletária*. (...) o mecanismo da empresa social está pronto. Uma vez derrubado os capitalistas, uma vez quebrada, pela mão de ferro dos operários armados, a resistência de seus exploradores, uma vez demolida a máquina burocrática do Estado atual, estaremos diante de um mecanismo admiravelmente aperfeiçoado, livre do "parasita", e que *os próprios trabalhadores, unidos, podem muito bem pôr em funcionamento*, contratando técnicos, contramestres e guarda-livros e pagando-lhes, a todos, pelo seu trabalho, como a todos os funcionários 'públicos' em geral, um salário de operário. (2005b, p. 63-4, itálicos meus)

As funções e cargos anteriormente considerados especiais no sistema hierarquizado de produção capitalista (tais como os relacionados à gerência, supervisão e contabilidade) perdem essa característica na chamada empresa social, onde passam a ser executados por todos os trabalhadores da fábrica em sistema de turno e rodízio. Deixam, portanto, de ser considerados especiais e passíveis de execução somente por *experts*, fato que incidirá diretamente no salário - não mais especial - a ser pago equanimemente a todos os trabalhadores. Estando a serviço do Estado proletário, independentemente da função exercida (administrativa ou relacionada diretamente à produção), todos os operários deverão receber como recompensa direta o mesmo valor de salário daquele auferido pela média do operariado que trabalha no setor industrial.

Suprimindo, desse modo, o chamado *funcionalismo* (regime de organização do trabalho onde cada um tem uma função específica - e salário específico - dentro da grande

cadeia produtiva social e também no setor de administração pública), há a ruptura com a divisão social do trabalho - o que não impede a adoção de uma única profissão pelo trabalhador, não obstante as inúmeras possibilidades que passam a se apresentar a ele doravante - e com todas as deformações daí decorrentes típicas da especialização excessiva das funções, que, natural e igualmente, será abolida no mesmo processo que implodirá a clássica divisão capitalista entre trabalho manual e trabalho intelectual. Nesse sentido, na própria administração do Estado proletário ou na elaboração dos produtos nas indústrias, caberá sempre a todos os trabalhadores a dupla responsabilidade - agora indissociável - da criação e da execução de seus objetivos. À totalidade da comunidade caberá as atividades administrativas, executivas e criativas; entretanto, todo esse processo somente se afigurará exequível quando, finalmente, a classe trabalhadora passar a organizar, administrar e planejar ela mesma - além de executar - a produção industrial e a gestão do seu sistema econômico e social. Lênin, em *O Estado e a Revolução*, assim sentenciou:

Esse programa, aplicado na base da grande produção, acarreta, por si mesmo, o 'desaparecimento' progressivo de todo o funcionalismo, o estabelecimento gradual de um regime inteiramente diferente da escravidão do assalariado, um regime onde as funções, cada vez mais simplificadas, de fiscalização e contabilidade, serão desempenhados por todos, cada qual por seu turno, tornando-se depois um reflexo para finalmente, desaparecer, na qualidade de funções especiais de uma categoria especial de indivíduos. (2005b, p. 63)

As funções estatais, na época burguesa tão complexas e burocratizadas, deverão - desde o estabelecimento do proletariado como classe dominante apossada do poder político - ser simplificadas em sua execução e facilitadas no seu acesso e na sua compreensão. Este seria o caminho que possibilitaria a qualquer indivíduo da população a participação direta, por meio de revezamento e eleição, na administração, fiscalização, organização e execução das tarefas de cunho público. Conseguindo chegar a tal ponto de maturidade e de desenvolvimento político, já não haveria mais política e nem Estado: a atuação dos sujeitos históricos conscientes estaria concentrada apenas e tão-somente nas questões técnicas de gestão dos espaços públicos e comunais. "De fato, para aniquilar o Estado, é preciso transformar as funções do Estado em funções de fiscalização e registro tão simples que estejam ao alcance da enorme maioria da população e, em seguida, de toda a população." (LÊNIN, 2005b, p. 87)

Uma revolução popular de fato, somente encontrará meios de realizar-se em um contexto em que inexista a máquina burocrática e militar estatais, pois é a burocracia e o exército, cumprindo as suas funções precípua - de afastar o povo do poder real e oprimir

aqueles que se levantam contra o *status quo* - a eles atribuída pela classe capitalista e pelo seu respectivo Estado, que devem dificultar e impedir a participação popular (camponeses e operários) no processo de definição dos desígnios de sua própria vida em sociedade. A burocracia burguesa e a sua força policial e militar existem para trancar, atravancar e bloquear qualquer tipo de verdadeira e direta participação democrática da população na democracia burguesa (ditadura dos capitalistas) institucionalizada sobre esses dois pilares essencialmente antidemocráticos.

Lênin, novamente inspirado pelas formulações teóricas marxianas e engelsianas, reafirma a necessidade de destruir o Estado burguês, sua burocracia e seu exército. "O primeiro imperativo de qualquer revolução vitoriosa - Marx e Engels o sublinharam muitas vezes - foi destruir o velho exército, dissolvê-lo e substituí-lo por um novo." (2005a, p. 178) Não obstante, torna-se evidente para o líder dos bolcheviques que a defesa armada, agora exercida não mais pelo exército da burguesia mas pelo proletariado em armas, é condição fundamental para garantir o sucesso do processo de desenvolvimento revolucionário comunista. Cercado e assediado por inimigos estrangeiros e nacionais, os trabalhadores não deverão (não poderão) abrir mão das armas para defender a sua revolução proletária. O que não significa a manutenção das forças armadas herdadas da sociedade do capital: dentro da noção de que o Estado burguês deve ser destruído em prol do estabelecimento do Estado proletário - com a sua ditadura revolucionária que organizará a transição ao comunismo - encontra-se essa afirmação de Lênin que enfatiza a imprescindibilidade da liquidação do militarismo criado pela e para a burguesia. "A revolução consiste em que o proletariado demole o 'aparelho administrativo' e o aparelho do Estado inteiro para substituí-lo por um novo, isto é, pelos operários armados." (LÊNIN, 2005b, p. 118)

Assim, dentre as principais transformações que devem advir com a tomada do poder pela classe trabalhadora, encontra-se aquela pertinente à imediata dissolução das forças armadas criadas e financiadas pela burguesia e pelo seu Estado. Por mais complicada que se configure a fase em que a revolução proletária em curso permaneça ainda sem uma forte organização popular armada, é fundamental que se desorganize e se aniquile as antigas formações militares - moral e ideologicamente manietadas aos objetivos dos capitalistas - em prol da construção paulatina, através do próprio desenrolar da guerra civil, de uma nova força armada popular e revolucionária. Nesse sentido, os operários armados que conseguiram tomar o poder da burguesia jamais devem depor as suas armas, pois neles está refletido o ponto de viragem que marca o renascimento de uma nova organização militar de cariz proletário e



popular. Tal organização que deveria, ineludivelmente, se expandir cada vez mais - ao menos no período de recrudescimento do embate com os contrarrevolucionários - por intermédio da expansão das milícias formadas entre a população. Conforme sentenciou Lênin:

(...) nenhuma grande revolução prescindiu nem pode prescindir da "desorganização do exército". Porque o exército é o instrumento mais empedernido de apoio ao velho regime, o baluarte mais endurecido da disciplina burguesa e de apoio à dominação do capital, da manutenção e da formação da submissão e da subordinação servis dos trabalhadores ao capital. A contra-revolução nunca tolerou nem podia tolerar a existência de operários armados ao lado do exército. (...) Os operários armados eram o germe de um exército *novo*, a célula organizativa do *novo* regime social. (...) A nova classe social que sobe ao poder nunca pôde nem pode agora conseguir esse poder nem consolidá-lo sem decompor por completo o antigo exército...; sem passar por um período muito difícil e doloroso sem qualquer exército (a grande revolução francesa passou também por esse período doloroso); sem formar gradualmente, em uma dura guerra civil, o novo exército, a nova disciplina, a nova organização militar da nova classe. (2005a, p. 178, itálicos originais)

Outrossim, pode-se depreender deste ponto que, não importando as condições de agressão externa e interna que deverá enfrentar um país em convulsão social que aspira àquela transformação radical de talhe comunista, o exército regular e a burocracia estatal devem ser extintos com a ascensão concomitante de um sistema de defesa assentado totalmente em milícias populares armadas e numa democracia cada vez mais profundamente alinhavada em todo o tecido social - desde as fábricas e os campos até o governo revolucionário. Governo este que nunca deverá ser formado ou entregue somente a uma vanguarda supostamente mais capacitada para comandar os processos de defesa e desenvolvimento da revolução. A revolução proletária dos trabalhadores, como já dizia Marx e reafirmava Lênin, deve ser obra dos próprios trabalhadores: "lutaremos pela destruição de toda a velha máquina do Estado, a fim de que o proletariado se torne, ele próprio, o governo." (LÊNIN, 2005b, p. 121)

A questão essencial é saber se a velha maquinaria governamental (ligada à burguesia por milhares de fios, emperrada e rotineira) será conservada ou será destruída e substituída por uma nova máquina. A revolução não deve resultar em que a classe nova comande e governe por meio da velha máquina de Estado, mas em que, depois de ter destruído essa máquina, comande e governe por meio de uma nova máquina: eis a ideia fundamental do marxismo... (LÊNIN, 2005b, p. 118)

Conforme já mencionado nesta seção do trabalho, não haverá no comunismo a necessidade de existir sistemas políticos de qualquer tipo - nem o chamado 'democrático' - pois mesmo este sistema político mais avançado implica ainda alguma forma de relação de poder e imposição desse poder sobre outrem (especificamente, no sistema democrático, o poder da maioria sobre a minoria). Imagina-se e pretende-se que na sociedade comunista

todos os indivíduos façam livremente e conscientemente o que quiserem e desejarem sem a utilização de qualquer recurso de coação ou imposição. O ser social reflexivo, crítico e consciente do comunismo agirá de acordo com o que é manifestamente melhor para a comunidade e para ele. O ser individual torna-se, efetiva e materialmente, o ser gregário, com práticas coletivistas e solidárias. Conforme assinalou Lênin:

Nosso objetivo final é a supressão do Estado, isto é, de toda violência, organizada e sistemática, de toda a coação sobre os homens em geral. (...) em consequência, desaparecerá toda necessidade de recorrer à violência contra os homens, à submissão de um homem a outro, de uma parte da população à outra. Os homens, com efeito, habituar-se-ão a observar as condições elementares da vida social, sem constrangimento nem subordinação. (2005b, p. 90)

Nesse sentido, o que Lênin propõe - inspirado nas ideias de Marx e de Engels - é primeiro a tomada do poder da burguesia pelo proletariado insurrecto e a sua constituição como classe dominante; conquanto seja notório que se os trabalhadores não detiverem concretamente a propriedade direta dos meios de produção, nunca serão plenamente dominantes. Nessa posição, deve aprofundar a democracia para a classe trabalhadora e radicalizar a repressão e o aniquilamento da minoria contrarrevolucionária burguesa. No processo de transição deve consolidar o Estado proletário (e a sua democracia de novo tipo, aparentemente para Lênin sem propriedade direta dos meios de produção) e destruir o Estado burguês. Ato contínuo, deve avançar a tal ponto o processo democrático por aquele Estado proletário engendrado que - obviamente assentado nas profundas transformações do modo de produção que garantirão a emancipação do trabalho e a revolução econômica - a democracia (ou o sistema político em geral e o democrático especificamente) encontrará condições de perecer junto ao Estado. Doravante, a vida dos indivíduos não será mais limitada ou condicionada por qualquer espécie de coação ou imposição baseadas na força ou em ameaças - a atitude de todos estará arraigada nas tradições e na cultura, fundamentalmente libertárias, de sua comunidade. Segundo Lênin (2005b, p. 96),

Só na sociedade comunista, quando a resistência dos capitalistas estiver perfeitamente quebrada, quando os capitalistas tiverem desaparecido e já não houver classes, isto é, quando não houver mais distinções entre os membros da sociedade em relação à produção, só então é que "o Estado deixará de existir e se poderá falar em liberdade". Só então se tornará possível e será realizada uma democracia verdadeiramente completa e cuja regra não sofrerá exceção alguma. Só então a democracia começará a definir - pela simples circunstância de que, desembaraçados da escravidão capitalista, dos horrores, da selvageria, da insânia, da ignomínia sem nome da exploração capitalista, os indivíduos se habituarão pouco a pouco a observar as regras elementares da vida social, de todos conhecidas e repetidas, desde milênios, em todos os mandamentos, a observá-las sem violência, sem

constrangimento, sem subordinação, sem esse aparelho especial de coação que é o Estado.

Ainda:

A ditadura do proletariado, período de transição para o comunismo, instituirá pela primeira vez uma democracia para o povo, para a maioria, esmagando ao mesmo tempo, impiedosamente, a atividade da minoria, dos exploradores. Só o comunismo está em condições de realizar uma democracia realmente perfeita, e, quanto mais perfeita for, mais depressa se tornará supérflua e por si mesma se eliminará.

György Lukács, grande estudioso da obra de Lênin e eminente pensador marxista húngaro do século XX, igualmente colocava a destruição do Estado burguês como tarefa fundamental e determinante de uma revolução que aspirava à construção do comunismo. Para ele, o aparelho burguês estatal-burocrático deveria ser aniquilado em prol de um novo Estado proletário que teria como tarefa precípua liquidar totalmente (militar, cultural, política e economicamente) a classe burguesa e preparar o caminho para a transição comunista que irá emancipar os trabalhadores:

A opressão da burguesia, a destruição de seu aparelho estatal, a eliminação de sua imprensa etc. é uma necessidade vital da revolução proletária, porque a burguesia, após suas primeiras derrotas na luta pelo poder estatal, não renuncia ao restabelecimento de seu papel dominante no plano econômico e político e permanece muito tempo como a classe mais poderosa (...) Ele tem de aniquilar a burguesia economicamente, isolá-la politicamente, destruí-la e submetê-la ideologicamente. (LUKÁCS, 2012, p. 83)

Lukács evidencia a complexidade de todo o processo de transformação radical que *pode* ser encetado com a tomada do poder pelos trabalhadores armados ao afirmar que não basta esta primeira grande conquista para que um novo aparelho estatal proletário seja edificado em detrimento do pretensamente liquidado Estado burguês. Com efeito, tomar da burguesia o seu principal instrumento de coação e repressão da classe trabalhadora é fundamental, todavia, somente este grande ato, não redundará naturalmente na construção de um Estado proletário que organizará a longa jornada dos trabalhadores rumo à sua completa emancipação mediante advento e consolidação do comunismo.

Destarte, a revolução de fato deve iniciar-se após a tomada do Estado burguês - jamais sendo interrompida nesta primeira etapa. Para tanto, isto é, para que a revolução dos trabalhadores possa cumprir os seus desígnios comunistas, é essencial que o proletariado - então classe dominante - , trilhe democrática e conscientemente esse longo e atribulado trajeto por ele mesmo (obrigatoriamente) concebido, arquitetado e colocado em marcha. Ato contínuo, o sistema de conselhos proletários (formado por camponeses, operários e soldados)

torna-se - junto à Comuna - a organização propulsora e desencadeadora de todas as grandes e radicais transformações vislumbradas na perseguição do horizonte comunista.

Ademais, é indispensável que os trabalhadores compreendam que a conquista do Estado burguês é apenas uma fase da grande guerra do trabalho contra o capital e que a correlação de forças, independente do que possa parecer, ainda tende favoravelmente à burguesia - graças ao apoio financeiro e militar que receberá de suas congêneres de outros países - neste primeiro estágio revolucionário. Assim, os proletários devem compreender que está apenas no seu nascedouro o complexo processo que *destruirá* a sociedade burguesa e que *criará* a sociedade comunista, sendo eles próprios os protagonistas da concepção e da execução desse seu devir histórico. Essas elaborações teóricas de Lukács encontram-se sintetizadas na longa citação que se apresenta a seguir:

Mas seria ainda mais perigoso se, por exemplo, surgisse no proletariado a ideia de que, com a conquista do poder estatal, a luta de classes chegou ao fim ou, no mínimo, a uma trégua. O proletariado precisa entender que a conquista do poder estatal é *apenas uma fase* dessa luta. Após a conquista do poder estatal, a luta torna-se ainda mais encarniçada, e não se pode dizer de modo algum que as relações de força se deslocaram de modo decisivo a favor do proletariado. Lênin não cansa de repetir que a burguesia é a classe mais poderosa, mesmo no início da república dos conselhos, mesmo após sua expropriação econômica e enquanto é oprimida politicamente. Mas as relações de força se deslocaram, na medida em que o proletariado conquistou *uma nova e poderosa arma* para sua luta de classes: *o Estado*. Sem dúvida, o valor dessa arma, sua capacidade de destruir a burguesia, de isolá-la, de aniquilá-la, de atrair para o seu campo as outras camadas da sociedade, educando-as para colaborar com o estado dos trabalhadores e dos camponeses, de organizar efetivamente o próprio proletariado como classe dirigente, tudo isso não é dado automaticamente com a conquista do poder, tampouco o estado se desenvolve necessariamente como meio de luta a partir da simples conquista do poder estatal. O valor do Estado como arma para o proletariado depende daquilo que o proletariado será capaz de fazer com ele. (2012, p. 85, itálicos originais)

Dentre as várias funções do *Estado proletário da transição* (categoria leniniana), aquela concernente ao fomento da participação popular nas decisões de assuntos coletivos aparece, talvez, como a que pode ser a base sem a qual se torna impossível o desenvolvimento de uma sociedade formada por trabalhadores emancipados, associados e livres. É nesta etapa, da *ditadura revolucionária do proletariado* (Marx e Engels), que o processo de democratização da sociedade deve ser levado ao seu ponto mais elevado. Os trabalhadores, estimulados e educados a participar da vida política de sua comunidade, passarão a integrar-se definitivamente ao seu meio social como sujeitos históricos ativos e conscientes.

Justamente nesse complexo processo de transição - que se inicia com a tomada do aparelho estatal burguês pela classe trabalhadora - é que deve surgir no proletariado a genuína vontade de construir uma sociedade comunista, pois somente a própria classe trabalhadora poderá realizar a obra que a libertará de sua escravidão milenar. Nesse sentido, o envolvimento político e democrático dos trabalhadores com as questões pertinentes à economia da comunidade e à administração da coisa pública é o responsável pela pavimentação do longo caminho que proporcionará o advento do comunismo como modo de produção e organização social da humanidade - ou de, ao menos, uma parcela dela que queira viver e se reproduzir socialmente sobre bases comunais. Segundo Lukács (nitidamente inspirado em Lênin e na Revolução Russa), para tanto, isto é, para viabilizar a realização dessa participação dos proletários nas decisões sobre o devir de sua comunidade, o sistema de organização comunal em conselhos proletários - conjunto de trabalhadores atuantes nos processos decisórios do Estado proletário - configurava-se como sustentáculo fulcral e imprescindível do radical movimento de transformação em marcha. Através desses agrupamentos, os trabalhadores diretamente definiriam os rumos que seriam seguidos pela sociedade e pela revolução.

Assim, com a ajuda do sistema dos conselhos, o proletariado como Estado dá continuidade à mesma luta travada anteriormente por ele pelo poder do Estado e contra o poder estatal capitalista. (...) Sua forma estatal também deve servir para superar didaticamente a apatia e a fragmentação dessas camadas, *educando-as para a ação, para a participação autônoma na vida do Estado*. Uma das funções mais importantes do sistema de conselhos é conectar entre si todos os momentos da vida social que o capitalismo dissocia. E, quando houver essa dissociação na consciência das classes oprimidas, ele deve lhes mostrar a conexão entre esses momentos. O sistema de conselhos forma, por exemplo, uma unidade inseparável de economia e política; desse modo reúne a existência imediata dos homens, seus interesses cotidianos imediatos etc. às questões decisivas da coletividade. (2012, p. 83, *itálicos originais*)

Destarte, através dos conselhos proletários, os trabalhadores poderão auto-educar-se e participar democraticamente da resolução dos problemas e das tomadas de decisões que afetam cada um individualmente enquanto membros da comunidade. Além de demonstrar na prática a relação da vida individual com a vida em sociedade, expondo e fazendo ser inteligível o que é *totalidade* para todos os trabalhadores, o sistema de conselhos garante a potencial participação de todos os cidadãos nos processos decisórios mais importantes da coletividade, evitando assim que uma pretensa vanguarda revolucionária iluminada passe a comandar burocraticamente o aparato estatal proletário. A burocracia dificulta e acaba por

impedir a participação popular e o desenvolvimento do processo de democratização plena da sociedade. Prossegue Lukács (2012, p. 84):

O sistema de conselhos procura, por toda parte, conectar a atividade dos homens com as questões gerais do Estado, da economia, da cultura etc., lutando para que a administração de todas essas questões não se torne privilégio de uma camada burocrática fechada, isolada do conjunto da vida social. Porque [n]o sistema de conselhos, o Estado proletário torna a sociedade consciente da inter-relação real de todos os momentos da vida social...

Ao se referir ao impacto da Revolução de Outubro de 1917 na vida política do proletariado russo e partindo de uma análise fielmente materialista dialética, o grande pensador italiano e líder comunista Antonio Gramsci, também exalta e descreve o sistema de organização dos trabalhadores em conselhos (os sovietes) como uma ferramenta muito importante do intenso processo de democratização que se deslindava naqueles primeiros momentos revolucionários pós-czarismo. É recorrente, na valiosa descrição de Gramsci contida no texto *A Utopia Russa*, de 25 de julho de 1918, a concepção do devir histórico e da revolução como um grande processo de desenvolvimento da sociedade e dos membros que a compõem mediante "progressão da consciência" e da "capacidade de organização da sociedade russa".

Ressalta o poder formador e educativo da participação das massas nas decisões das questões comuns por via dos conselhos proletários - momento de fazer-se real (de transformar-se em prática) a consciência em desenvolvimento da classe trabalhadora que, por intermédio desse novo e até então inédito tipo de intervenção nas resoluções dos problemas coletivos do cotidiano, eleva o seu conhecimento da realidade e a sua consciência a um patamar ainda mais alto. Para Gramsci, destarte, as grandes transformações para os trabalhadores propiciadas pela Revolução Russa - mudanças radicais, que apontavam para a emancipação política do proletariado urbano e rural - não tiveram (e nem teriam) que aguardar um suposto e prévio desenvolvimento das forças produtivas materiais, pois a classe trabalhadora passou efetivamente ao comando político e econômico da sociedade. Conforme asseverou:

Na Rússia, a livre afirmação das energias individuais e associadas esmagou os obstáculos das palavras e dos planos preestabelecidos. A burguesia procurou impor o seu domínio e falhou. *O proletariado assumiu a direção da vida política e econômica e realiza a sua ordem.* (...) O socialismo é um devir, um desenrolar de *momentos sociais cada vez mais ricos de valores coletivos*. O proletariado constrói a sua ordem criando instituições políticas que garantem a liberdade deste desenvolvimento, que assegurem a permanência do seu poder.

Ainda:

Todos os trabalhadores podem fazer parte dos Sovietes, todos os trabalhadores podem influir para modificá-los e torná-los mais expressivos das suas vontades e de seus desejos. A vida política russa orienta-se de maneira a coincidir com a vida moral, com o espírito universal da humanidade russa. Há uma contínua troca entre essas fases hierárquicas: um indivíduo rude educa-se na discussão para a eleição do seu representante; ele controla esses organismos porque os tem sob a sua observação, à beira dele num mesmo território. *Adquire assim o sentido da responsabilidade social, torna-se cidadão ativo ao decidir os destinos do seu país.* (GRAMSCI, 1918, itálicos meus)

No texto *Sobre a cooperação*, publicado pela primeira vez nos dias 26 e 27 de maio de 1923 no *Pravda*, jornal oficial do Partido Comunista da União Soviética, Lênin estabelecia a recriação do aparelho estatal e a chamada revolução cultural como as duas tarefas primordiais e fundamentais à Rússia naquele momento histórico. Nesse sentido, chegou a afirmar que aquele Estado, tomado da burguesia através da guerra revolucionária pelo proletariado russo, não tinha nenhum sentido para ainda existir durante a transição *socialista* que ali se deslindava. Segundo o grande líder revolucionário, o aparato estatal burguês só tem funcionalidade para a classe que historicamente o engendrou e se beneficiou de sua instrumentalização política e militar.

Quanto à "revolução cultural", Lênin a coloca como condição *sine qua non* para a continuidade da revolução socialista russa, pois enxerga que é a partir de uma grande transformação cultural e educacional do povo de seu país que tornar-se-ia possível mudar as concepções dos trabalhadores (principalmente camponeses) e as suas relações com a atividade produtiva e com a propriedade dos meios de vida (terra em primeiro lugar) no sentido de algo mais aderente às práticas socialistas, que, nesse caso, seria o trabalho por meio de cooperativas. Conforme Lênin (2013) dissertou:

(...) na realidade, o centro de gravidade do trabalho se reduz hoje à obra cultural. À nossa frente se colocam duas tarefas principais, que representam toda uma época. Uma é a tarefa de refazer nosso aparato, que agora não serve para nada em absoluto e que tomamos integralmente da época anterior; não conseguimos refazê-lo seriamente em cinco anos de luta e não podíamos consegui-lo mesmo. A segunda de nossas tarefas consiste em nosso labor cultural entre os camponeses. E este labor cultural entre os camponeses persegue precisamente como objetivo econômico a organização de cooperativas. Se pudéssemos organizar em cooperativas toda a população, já estaríamos com os dois pés no solo socialista. Mas esta condição, a de organizar toda a população em cooperativas, leva aparelhada em si tal grau de cultura dos camponeses (precisamente dos camponeses, como de uma imensa massa) que essa completa cooperação é impossível sem toda uma revolução cultural. (...) Hoje não é suficiente esta revolução cultural para chegarmos a nos converter em um país completamente socialista, mas essa

revolução cultural apresenta incríveis dificuldades para nós, tanto no aspecto puramente cultural (pois somos analfabetos) como no aspecto material (pois para sermos cultos é necessário certo desenvolvimento dos meios materiais de produção, se precisa de certa base material). (p. 168-9, minha tradução)

Quando trata das condições de subdesenvolvimento econômico russo, apontando a revolução cultural dos trabalhadores como primeira etapa para revertê-lo (já sobre bases de atividades cooperativas tipicamente socialistas, pois praticadas em novo contexto que viabiliza essa nova característica do cooperativismo), Lênin aproxima-se da concepção de Che Guevara na Revolução Cubana onde, *mutatis mutandis*, frente a problemas semelhantes concernentes ao não desenvolvimento da economia e da consciência de classe dos trabalhadores de Cuba (mormente trabalhadores do campo também), propugnava a conscientização do proletariado mediante educação e acesso à cultura e ao conhecimento.

O despertar desta nova consciência propiciaria novas e mais avançadas relações de produção (solidárias e coletivistas) que, por sua vez, seriam fundamentais para o desenvolvimento das forças produtivas materiais. Naturalmente, percebe-se que essa argumentação de Guevara não é acompanhada por uma outra condição basilar para o estabelecimento do Estado proletário segundo Lênin: o extensivo e intensivo processo de democratização de toda a sociedade para que, efetivamente, a revolução dos trabalhadores seja obra dos próprios trabalhadores.

Em uma proposição que faz ao XII Congresso do Partido Comunista da Rússia, no dia 23 de janeiro de 1923, Lênin já diagnosticara com apreensão o fato do antigo Estado burguês ainda estar muito presente na institucionalidade da Rússia Soviética da época. Observa que, com os passos que foram dados desde outubro de 1917, ainda não se podia afirmar que o aparelho estatal da burguesia havia sido liquidado em prol do novo Estado proletário que democraticamente organizaria a ditadura revolucionária dos trabalhadores em direção à sociedade comunista. Portanto, uma condição fundamental para o estabelecimento dos pilares que sustentariam a transição ao comunismo, qual seja, a edificação de um novo tipo de Estado, ainda não estava colocada de fato para os russos revolucionários. Conforme asseverou Lênin (1979, p. 8):

Nosso aparelho estatal, exceto o Comissariado do Povo para Relações Exteriores, representa em sua maior parte uma sobrevivência do antigo aparelho, que apenas em grau mínimo foi modificado de forma mais ou menos séria. Foi apenas retocado ligeiramente em seu aspecto exterior, mas nos demais aspectos conserva tudo que caracterizava nosso antigo aparelho de Estado.



Em outro texto, de 2 de março de 1923, *Mais vale pouco porém bom*, a questão fundamental do desenvolvimento das forças produtivas mostra-se central para Lênin também, pois é um dos objetivos a serem alcançados *no processo* de transição comunista que desencadeou-se num país majoritariamente formado por camponeses e de economia assentada na baixa produtividade da agricultura.

(...) poderemos, mediante um regime estrito de economias no Estado, conseguir que toda a poupança, por insignificante que seja, se ponha ao serviço do desenvolvimento de nossa grande indústria mecanizada, da eletrificação, da extração hidráulica da turfa, para terminar a construção da central hidro-elétrica de Volkov, etc. (...) Estaremos, ademais, em condições de viver, ao nível de um país de pequenos camponeses, dessa austeridade generalizada, mas que alcançaremos um desenvolvimento em permanente ascenso até a grande indústria mecanizada. (LÊNIN, 1979, p. 26-7)

Assim, o desenvolvimento prévio das forças produtivas materiais não era - nem nunca poderá ser - uma condição para a irrupção do complexo processo de construção do comunismo, pois tal desenvolvimento pode (e deve, para os países atrasados industrialmente) realizar-se *pari passu* com todas as outras transformações radicais ensejadas por uma revolução verdadeiramente comunista.

Na verdade, a única condição prévia e obrigatória para a construção de uma sociedade comunista é o desejo e a participação objetiva, ativa e consciente dos trabalhadores nesse processo de emancipação econômica e política de sua classe. Compreender o que é e organizar autônoma e voluntariamente a vida em Comunas é o fator preponderante e determinante para o advento do comunismo. Naturalmente, a busca pelo desenvolvimento industrial e tecnológico deverá ocorrer em concomitância, pois um dos grandes objetivos dos trabalhadores em uma sociedade comunista é poder viver com abundância dos bens que necessita, empregando cada vez *menos trabalho necessário* para garantir uma situação de confortável reprodução social e de desenvolvimento cultural a todos os membros da comunidade. Inicialmente, para tanto, o comunismo deve ganhar os corações e as mentes dos trabalhadores de todo o mundo.

## Parte II - Ditadura do Proletariado na Revolução Cubana

Reiterando a pedra de toque fundamental do pensamento revolucionário marxiano, sintetizada na frase extraída dos Estatutos da Internacional que sentencia que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, Antonio Gramsci - grande pensador e comunista italiano da primeira metade do século XX - apreende e define, no texto *A Revolução contra O capital* (abril de 1917), a vontade e a ação coletiva dos homens como os verdadeiros e principais motores das transformações históricas. Isto é, para a irrupção e desenvolvimento de uma revolução comunista, muito mais importante do que as forças produtivas materiais terem atingido um determinado patamar de desenvolvimento é o fato de os homens livres e conscientes optarem, democrática e deliberadamente, por estabelecer novas relações de produção no intuito de edificar o comunismo em sua sociedade.

Nesse sentido, são as forças produtivas humanas que se configuram como primeiro e primordial determinante que definirá as possibilidades de construção de uma sociedade comunista. A ação dos homens na história, a partir de sua vontade consciente, despertada pela consciência comunista, é que poderá criar o devir histórico comunista. Gramsci asseverou a esse respeito:

E esse pensamento não situa nunca como fator máximo da história os fatos econômicos por si só, senão sempre o homem, a sociedade dos homens, dos homens que se reúnem, se compreendem; desenvolvem através desses contatos (cultura) uma vontade social, coletiva e entendem os fatos econômicos, os julgam e os adaptam à sua vontade até que esta se converta em motor da economia, em modeladora da realidade objetiva, que então vive, se move e adquire o caráter de matéria telúrica em ebulição, canalizável por onde a vontade queira e como a vontade queira. (GRAMSCI, 2013, p. 306, minha tradução)

Ato contínuo, ainda segundo Gramsci, aquelas pré-condições apontadas por Marx e Engels como necessárias para o *pleno estabelecimento* de uma sociedade comunista podem ser construídas pelos próprios trabalhadores revolucionários durante a fase de transição - não se configurando assim, a ausência de forças produtivas materiais desenvolvidas, como um impedimento ao empreendimento comunista. Em que pese a sua importância mais que essencial em uma sociedade comunista (plenamente objetivada na realidade material e cultural de uma comunidade) - afinal, é o desenvolvimento industrial e tecnológico que reduzirá o tempo de trabalho necessário que garante a reprodução social dos seres humanos - o desenvolvimento prévio das forças produtivas materiais e mecânicas não pode ser aventado como um fator que impossibilite a revolução e o devir comunistas. Mais importante para o

processo revolucionário é a vontade consciente do proletariado em viver e erigir uma nova sociabilidade comunista. Portanto, a força produtiva humana é a força fundamental e o maior determinante das transformações radicais que poderão ser descortinadas na sociedade.

Ademais, do ponto de vista mundial, as forças produtivas materiais já atingiram um patamar que possibilita à revolução proletária comunista a sua consolidação. Nenhum país que resolva construir uma sociedade comunista hoje deverá ter que passar por todos os estágios políticos e principalmente econômicos de desenvolvimento histórico pelos quais passaram a Europa e os Estados Unidos para consolidarem a sua industrialização e o seu sistema capitalista. Gramsci faz a mesma afirmação quando se refere ao observado na Revolução Russa de 1917:

(...) se servirá [o povo russo] das experiências capitalistas ocidentais para colocar-se em pouco tempo à altura da produção do mundo ocidental. (...) O proletariado russo, educado de um modo socialista, começará sua história **partindo do estágio máximo da produção** ao que chegou a Inglaterra de hoje, porque, posto que tem que começar, começará pelo o que em outros países já está consumado, e dessa consumação receberá o impulso para atingir a **maturidade econômica** que, segundo Marx, é a **condição necessária para o coletivismo. Os revolucionários mesmos criarão as condições necessárias para a realização completa e plena de seu ideal.** Irão criá-las em menos tempo do que foi necessitado ao capitalismo. (...) Será, em princípio, o coletivismo da miséria, do sofrimento. Porém, essas mesmas condições de miséria e sofrimento teriam sido herdadas por um regime burguês. O capitalismo não poderia fazer *imediatamente* na Rússia mais do que poderá fazer o coletivismo. (GRAMSCI, 2013, p. 308, itálicos originais, tradução minha e negritos meus)

Ao traçar um paralelo entre a situação da Rússia e da Europa do século XIX com a situação de Cuba e da URSS no século XX, poderíamos ser levados a pensar que, ao contrário da Rússia e sua grande dificuldade estrutural de dar o salto histórico em direção a uma forma social e econômica superior (das comunas primitivas ao comunismo desenvolvido - este assentado em desenvolvida e moderna estrutura industrial), a ilha caribenha insurrecta em 1959 teria um exemplo na sociedade contemporânea de pretensa sociedade comunista, o que, supostamente, facilitaria e viabilizaria a sua apenas breve passagem por estágios intermediários da história econômica antes de alcançar os cimos luminosos do comunismo.

No entanto, a parceria política e econômica com os soviéticos (e sua sociedade idealmente e pretensamente comunista) não levou a sociedade cubana nem mesmo à massiva industrialização realizada na Rússia pós-Revolução de 1917. Inserida em uma espécie de divisão internacional do trabalho do bloco socialista, à Cuba restou apenas a função de fornecer matérias-primas e insumos básicos (mormente açúcar) ao chamado Império

Soviético. Note-se que também não podemos afirmar que a industrialização cubana teria de se espelhar em qualquer outra, mas, ao contrário, poderia por si só descobrir a via mais adequada, rápida e socialmente eficaz de multiplicar as forças produtivas *em sintonia com a revolução tecnológica em curso naquele período*.

Ademais, mesmo que conseguisse espelhar a realidade soviética de desenvolvimento econômico em seus domínios, decerto não seria construída em Cuba uma sociedade comunista - tal como não foi feito na própria URSS, que inventou um tipo de pós-capitalismo supercontrolado pelo Estado (proprietário direto absoluto dos meios de produção) e se desenvolveu assentada numa feroz autocracia (especialmente no período stalinista). Desse modo, o modelo soviético, mesmo que fosse aplicado em Cuba, jamais serviria para a construção da forma social superior comunista, fato que coloca os revolucionários cubanos em condições extremamente desfavoráveis para a construção do comunismo: não havia saber teórico aprofundado de tradição comunista e marxista na ilha (nem tampouco fora dela, a tomar como exemplo o amplo debate promovido por Che Guevara no início da década de 1960, onde se definiriam os destinos sociais e econômicos de Cuba), não existiam condições de desenvolvimento econômico e industrial pretéritas eventualmente legadas pela burguesia defenestrada do poder em 1959 e, finalmente, não existia, de fato, nenhum exemplo de sociedade comunista que pudesse realmente servir como referência para as radicais transformações que objetivavam uma pequena parte dos revolucionários liderados por Fidel Castro e simbolizados em primeiro plano pelo citado Ernesto Che Guevara.

Nesse sentido, pode-se imaginar como Cuba, por sua única e exclusiva iniciativa, pudesse saltar de um estágio econômico agrário-exportador dependente e de cariz neocolonial para o comunismo, forma superior de sociedade onde vige a livre associação de trabalhadores emancipados que, conscientemente, contribuem para a reprodução da vida social de toda a comunidade da qual fazem parte. *Grosso modo*, poderíamos ser levados a pensar na existência de tão-somente duas possibilidades à Cuba insurrecta de 1959: ou dedicar-se a um extensivo e intensivo desenvolvimento industrial (provavelmente capitalista) dentro de suas fronteiras; ou então, auxiliada pela nação autoproclamada comunista russa, dar o salto direto ao estágio superior de desenvolvimento econômico e tecnológico, já à época supostamente vivenciado pelos soviéticos. Contudo, seria de se esperar que ambas soluções se mostrassem inexequíveis com o passar do tempo e que uma terceira, infelizmente, mal fosse colocada em pauta como uma provável via de desenvolvimento econômico e social emancipado e autônomo para o país.

Na primeira hipótese, os cubanos não teriam capacidade financeira para desenvolver a sua industrialização e a sua economia de modo soberano, pois dependeriam de grandes quantidades de capital estrangeiro; constatação que, por si só, bastaria para comprometer o desenvolvimento industrial autônomo de Cuba. Teriam acesso ao financiamento externo tão somente sob uma série de condições impostas pelos credores internacionais, que utilizariam a sua posição para organizar o desenvolvimento econômico cubano atrelado aos seus interesses. Desse modo, impingiriam à ilha caribenha um papel de figurante na grande divisão internacional do trabalho do bloco capitalista.

A segunda hipótese aventada, concernente ao caminho de desenvolvimento de Cuba a partir da década de 1960, se mostra (se demonstrou empiricamente e se materializou historicamente) - irrealizável. Irrealizável porque, por um lado, a URSS não criou, não construiu, uma sociedade comunista (que poderia ser um modelo a ser usado como parâmetro e guia pelo povo de Fidel) e porque, por outro lado, à Cuba também foi imposto o papel de simples produtor e exportador de matéria-prima (principalmente açúcar) dentro da divisão internacional do trabalho do bloco socialista. Aos cubanos não foi possibilitada sequer as condições de avançar no mesmo sentido de um grande projeto de industrialização como aquele vivenciado e realizado pela Rússia soviética da primeira metade do século XX.

Uma terceira alternativa para uma comunidade que hipoteticamente objetivava, de maneira indefectível e resoluta, construir uma sociedade comunista, não foi em nenhum momento da Revolução trazido à tona. A busca da construção do comunismo, isto é, da emancipação dos trabalhadores, nunca foi de fato o que o movimento revolucionário liderado por Fidel Castro almejou, não obstante a recalcitrante utilização de terminologias que aludissem ao principal sistema social antagônico àquele engendrado pelo capital. Conquanto tivesse um incipiente e miserável desenvolvimento econômico e industrial e embora o seu proletariado fosse formado mormente por trabalhadores do campo, a revolução comunista em Cuba não se realizou, primordialmente, porque a classe trabalhadora cubana e os próprios revolucionários não estavam imbuídos do objetivo de criar um novo tipo de organização social a partir de Comunas, coletivos de trabalhadores emancipados que livremente regem a sua produção e vida social. Nesse sentido, a primeira e principal pré-condição para que se inicie a transição comunista - cuja síntese encontra-se na célebre frase escrita por Marx em 1864 por ocasião da elaboração dos Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores, "a emancipação das classes trabalhadoras tem de ser conquistada pelas próprias classes

trabalhadoras" -, não estava colocada no solo histórico sobre o qual a vanguarda e o proletariado cubano lutaram pela sua Revolução redentora.

O desenvolvimento das forças produtivas materiais e da tecnologia aplicada à máquinas e equipamentos que garantam a abundância de bens e uma vida confortável a toda uma comunidade é, como Marx e Engels muitas vezes afirmaram, condição *sine qua non* para a plena consolidação de uma sociedade comunista, mas não necessariamente são pressupostos para a existência de um movimento de trabalhadores que escolham viver sobre bases comunais a partir da propriedade social dos meios de produção. Isto significa que para criar uma sociedade comunista basta que os trabalhadores queiram fazê-lo; não precisam irremediavelmente esperar o desenvolvimento das forças produtivas materiais chegar a um determinado patamar dentro de seu país ou comunidade.

São as forças produtivas não materiais (humanas) e as suas relações de produção que devem estar em um estágio superior - o que se refletiria na consciência e na *práxis* da classe trabalhadora - para que os homens decidam e procedam eles mesmos à organização da vida em sociedade em Comunas. A transição ao comunismo concluir-se-á, assim se concretizando e se estabelecendo a sociedade comunista por completo, quando os trabalhadores emancipados - e de forma emancipada - tiverem propiciado suficiente desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico da sociedade que assegure que todos os membros da comunidade poderão dedicar o menor tempo possível de suas vidas ao indelével trabalho necessário. Em Cuba houve apenas um extensivo e intenso reaparelhamento e redimensionamento do Estado, que passou a ser comandado por um governo revolucionário formado pela vanguarda do movimento que liderou a tomada do poder em 1959.

Jorge Edwards, diplomata e escritor chileno, afirmou em livro biográfico sobre o seu amigo particular Pablo Neruda que, em alguns encontros que pôde ter com a mãe de Che Guevara em Paris no início do ano de 1964, surpreendeu-se com o relato crítico e sincero de Célia Serna a respeito do que já se podia considerar como tendências stalinistas à burocratização naqueles primórdios da Revolução Cubana. Assim afirmou:

Surpreendentemente, a versão que ela trazia das coisas de Cuba oscilava entre a discussão, a reticência e a severidade ou a crítica mais sincera. Era, podíamos dizer, tal como se vislumbrava em suas palavras, uma crítica "de dentro da esquerda" a uma revolução que tendia a se burocratizar, a se estancar, a adquirir vícios próprios do stalinismo. (EDWARDS, 1993, p. 116)

Segundo Edwards (1993, p. 117), o grande poeta comunista chileno Pablo Neruda "insistia em seus comentários particulares que a revolução era muito imatura, retórica,

esquerdista" e que, ademais, o movimento revolucionário estava demasiadamente centrado na figura personalista de Fidel Castro. Essa concentração do poder nas mãos de uma só pessoa, longe de ser um resultado "natural" da competência e da genialidade de Castro - que supostamente teria se visto "obrigado", pois mais preparado, para assumir o poder decisório em Cuba pós-Revolução - foi, na verdade, algo a que se chegou graças à liquidação deliberada da influência de outros partidos e agrupamentos políticos levado a cabo por Fidel. Pode-se pensar que Castro tenha procedido dessa forma para garantir que o caráter progressista daquele movimento revolucionário não se perdesse na mesquinhez da política cotidiana, mesmo assim não se pode ignorar a paulatina centralização do poder que foi alvo o Estado cubano, cada vez mais alijado dos movimentos sociais ou partidos que não participaram diretamente da insurreição popular liderada pelo Exército Rebelde que catapultou o ditador Fulgêncio Batista do poder no primeiro dia de 1959. "Neruda me explicaria anos mais tarde, em particular, que Castro, na sua luta pelo poder pessoal, fora obrigado a destruir o antigo partido [Comunista de Cuba], um dos mais fortes e melhor organizados de toda a América Latina." (EDWARDS, 1993, p. 117)

Em que pese a preocupação de Pablo Neruda com as distorções e descaminhos que desde cedo se podia constatar na Revolução Cubana, o poeta chileno não deixava de acreditar, segundo afirma o seu biógrafo Jorge Edwards, que um futuro promissor estava destinado à insubmissa ilha caribenha: "Os erros, os excessos, as arbitrariedades, o personalismo de Fidel e até a presença de Fidel passariam, e a revolução, por sua vez, era um grande acontecimento histórico, superior às circunstâncias e às pessoas, estando destinada, impoluta, formidável a permanecer." (EDWARDS, 1993, p. 117-8)

Ao imaginar a decepção que um trabalhador chileno teria ao confrontar aquela realidade cubana na qual ele estava imerso havia alguns meses cumprindo, no período que ia de 7 de dezembro de 1970 até 22 de março de 1971, missão diplomática designada pelo então presidente do Chile Salvador Allende, o embaixador e romancista Jorge Edwards traça um panorama desalentador da maior ilha do Caribe comandada por Fidel Castro desde a Revolução de 1959:

Pensei que um trabalhador chileno do cobre, um trabalhador de Chuqui ou de El Teniente, teria tido decepções mais graves que as minhas ao ver o absentismo, o trabalho voluntário convertido em imposição, em horas extraordinárias não pagas, as caras contrariadas, sombrias, nas filas de Havana Velha, entre o chão ruinoso das ruas, os muros descascados, os vidros das janelas quebrados. (EDWARDS, 2006, p. 333, minha tradução)

A destacar-se também nesta sua citação a deformação ocorrida no programa de trabalho voluntário, um dos principais projetos concebidos por Che Guevara enquanto este compunha o estado-maior do movimento revolucionário cubano. Trabalho voluntário este que acabou se transformando, segundo Edwards, em trabalho compulsório não pago - uma imposição do governo ao proletariado frente à sua não adesão aos altissonantes apelos daquela revolução autoproclamada socialista. Assim, se o "homem novo" não advém, se não há revolução cultural que leve a classe trabalhadora a optar deliberadamente por trabalhar em prol do Estado, este se encarregará - e tem meios para tanto - de subverter a sua vontade (ou falta de), então vista como uma atitude "contrarrevolucionária".

Na sintética análise que faz a partir de um relato de um economista chileno que trabalhou na gestão econômica de Cuba nos primeiros anos da Revolução, Edwards já adianta muitos dos problemas que, por não solucionados com o passar do tempo, tornaram-se determinantes da crise crônica e estrutural que se pôde observar na economia da ilha no decorrer das décadas. Entre esses problemas, salta à vista - por ser fruto de uma das principais convicções do presidente do Banco Central e Ministro das Indústrias, Ernesto Che Guevara - a insistência no chamado estímulo moral como meio de alavancar a produtividade dos trabalhadores cubanos. Convicção ou concepção teórica esta - concernente ao papel central dos estímulos eminentemente morais - que não pertence e nem tem origem em Marx. Pelo contrário, o pensador alemão trata de escrever sobre a importância de se mostrar ao proletariado (mais especificamente ao camponês) os ganhos materiais que poderão ser proporcionados para todos caso se altere fundamentalmente as formas de propriedade e de organização da produção: ou seja, é também buscando uma melhora imediata nas condições de vida e de trabalho que os proletários (urbanos e rurais) podem e devem, de forma legítima e - por que não? - moralmente correta, revolucionar as suas próprias vidas. Conforme o relato de Edwards (2006):

O entusiasmo pela revolução cubana o fez alistar-se nos primeiros tempos para cooperar na gestão econômica do novo regime. Ao cabo de dois ou três anos viu que o mundo da economia estava errado: o sistema de *incentivos puramente morais* ia conduzir ao absentismo e à queda na produção; as previsões dos administradores cubanos eram entusiasmadas, mas careciam de todo realismo; se iniciavam projetos gigantescos, sem uma base sólida de sustentação... Em poucos anos, segundo X. [o economista chileno], a economia açucareira e toda a agricultura da ilha entrariam necessariamente em um período de crise aguda. (p. 353-4, tradução e itálicos meus)

Ao contrário do que propugnava Lênin já nos primórdios da década de 1920, quando claramente objetivava que a Revolução Russa conseguisse ser bem-sucedida na construção da



longa e sinuosa estrada que levaria o povo russo ao comunismo a partir de uma grande revolução cultural que deveria alterar a relação e a consciência dos trabalhadores com os meios de produção socializados e com a sua própria atividade produtiva, e também discordando frontalmente da concepção de Che Guevara que estabelecia o advento do homem novo como primeiro objetivo da Revolução Cubana, Fidel Castro - segundo transcrição de conversa que Jorge Edwards teve com ele em março de 1971 (época em que o embaixador chileno cumpria deveres diplomáticos em Cuba a serviço do governo do então presidente Salvador Allende) - afirmava que somente naquele momento, 12 anos após o início do processo revolucionário, é que, finalmente, poder-se-ia começar a revolução cultural em Cuba.

Uma revolução que, segundo Fidel, desbancaria definitivamente a cultura burguesa em prol da cultura socialista. Chama a atenção também, no trecho citado a seguir, a centralização do poder no Estado e, mais especificamente (unicamente, quiçá), na figura de Castro. Movimentos sociais - e a própria história - parecem então represados pelo Estado e pelo militarismo que, à superfície, se materializam como os senhores do tempo e do espaço (culturais, políticos, econômicos etc.). Conforme afirmou Fidel Castro em entrevista que teve com Jorge Edwards narrada no livro *Persona non grata*, publicado pela primeira vez em 1973:

Até agora não havíamos tido tempo em Cuba, frente a uma imensidão de tarefas revolucionárias que exigiam nossa atenção imediata, de nos preocupar com os problemas da cultura. Pois bem, começaremos a trabalhar seriamente na criação de uma cultura popular, de uma cultura do povo e para o povo. (...) todos os países socialistas chegaram em algum momento de seu desenvolvimento à etapa que iniciamos agora. A União Soviética antes e há pouco tempo a China, com a revolução cultural... Não há nenhum país socialista que não tenha passado por uma etapa assim, uma etapa de suplantação da velha cultura burguesa, que sempre conseguia sobreviver depois da Revolução, pela nova cultura do socialismo. (EDWARDS, 2006, p. 332-3, minha tradução)

Igualmente relevante nesta citação é o parâmetro que Fidel Castro coloca para Cuba seguir no desenvolvimento de sua ulterior revolução cultural: URSS e China. Depreende-se dessa sua asserção que não havia, pelo visto, por parte de Castro nenhuma grande reflexão ou crítica concernente aos sistemas socialistas chineses e soviéticos. Não havia crítica ao socialismo real e nem tampouco a vontade e a imaginação para se criar um novo modelo de sistema social de talhe genuinamente comunista em Cuba, não obstante a falta de opção colocada pela conjuntura histórica àquela Revolução que buscava, acima de tudo, um desenvolvimento social e econômico justo e soberano para a sua população.

## Capítulo 5 - O Socialismo como única opção

Segundo o grande sociólogo brasileiro marxista Florestan Fernandes, mesmo sem ter atingido um nível de desenvolvimento industrial, tecnológico e econômico condizente com uma sociedade comunista plenamente desenvolvida, a revolução "socialista" (anticapitalista, por definição) pode irromper e iniciar o longo processo de construção do comunismo a partir de débeis estruturas legadas por um parco e incipiente desenvolvimento capitalista prévio. Para que isto se realize, os trabalhadores, livremente associados, deverão, imprescindivelmente, criar e executar os planos da sociedade em transição - concernentes à inescapável expansão da produção e da produtividade - ao mesmo tempo em que revolucionam e transformam radicalmente as relações de poder, as relações de produção, as formas de propriedade e a cultura, com vistas à conformação da sua nova sociedade comunista e de um novo tipo de civilização por consequência. O processo revolucionário é, por isso mesmo, multifacetado, sincrônico e imanentemente dialético - não há etapismo: se se quiser ver etapas na revolução comunista, tão-somente se poderá fazê-lo tentando enxergá-las (as etapas) umas sobrepostas e concomitantes às outras dentro de um dialético movimento de autodeterminação recíproca entre elas. Com efeito, não há etapismo na construção histórica comunista - os processos radicais de transformação (da cultura e da base material que garante a reprodução social dos indivíduos) podem e devem ocorrer ao mesmo tempo, cada um deles determinando e sendo determinado pelos demais movimentos coetâneos. Conforme definiu Florestan Fernandes (1979, p. 53, *itálicos originais*):

A revolução crescerá como revolução na medida em que *o socialismo for sendo criado*. Não poderia ser de outra maneira (e note-se: a criação de uma base material adequada faz parte da atividade construtiva dos seres humanos empenhados coletivamente na produção social do homem socialista, da sociedade socialista e da civilização socialista).

Ato contínuo, o exercício da atividade produtiva a partir de uma nova realidade material (principalmente no que concerne a apropriação coletiva e social dos meios de vida e de produção) altera radicalmente a perspectiva do trabalhador, que passa a estabelecer outras formas de relações de produção e de relação com a sua comunidade, todas elas provenientes do novo papel que o trabalho adquire na sociedade dita socialista.

(...) com o socialismo, a própria matriz das atitudes, comportamentos e valores altera-se estruturalmente... A propriedade coletiva, por exemplo, modifica a compreensão da produção, da produtividade, do controle do trabalho, da economia de materiais, de "remuneração", de solidariedade, etc., dos trabalhadores. (FERNANDES, 1979, p. 214)

Segundo Florestan Fernandes, durante a segunda metade do século passado, não era mais possível a nenhuma revolução que se desencadeasse na periferia capitalista - especificamente na América Latina - realizar as tarefas republicanas básicas observadas nas clássicas revoluções burguesas do século XVIII e XIX: a ideologia burguesa que as viabilizou e as engendrou era, já no século XX, letra morta. Daí deriva o fato de que não teve outra opção a Revolução Cubana senão tentar conquistar o *status quo* burguês tradicional (democracia, soberania e desenvolvimento social e econômico autônomo) mediante um movimento anticapitalista, pois já ficava evidente que aquele capitalismo da miséria cubano não poderia atender a todas demandas radicais que o movimento revolucionário de 1959 trazia em seu bojo. Ou seja, não havia classe capitalista desejosa de empreender uma revolução republicana para a conquista da plena soberania econômica e política nacional. Desse modo, no século XX, nos países capitalistas periféricos, não havia possibilidade de transformações profundas dentro e a partir da ordem burguesa estabelecida, pois esta viu a sua consciência social estiolar-se e obliterar-se no decorrer da história.

(...) não existem mais condições estruturais e dinâmicas para associar a mudança social progressiva às "revoluções dentro da ordem". (...) Portanto, a ideologia burguesa não chegou ao fim, ela se esgotou no contexto do confronto entre o capitalismo monopolista da era atual e as grandes revoluções proletárias do século XX. Em seu célebre estudo sobre o imperialismo, Lênin apanhou os principais sintomas dessa decadência da consciência social burguesa. (...) Em contraposição, Cuba não é somente o único país da América Latina no qual a consciência social burguesa entrou em colapso irreversível. (...) Parecia que a revolução ficaria interrompida em um patamar burguês, nacional-democrático e de "reforma capitalista do capitalismo". No entanto, isso não aconteceu. *Dentro de uma sociedade capitalista neocolonial, não havia como levar a revolução para diante dentro do capitalismo.* Ela deslocou e esmagou a burguesia, nacional e estrangeira, porque para liberar a nação e para criar um estado democrático soberano ela tinha de converter-se em uma revolução contra a ordem, ou seja, anticapitalista." (FERNANDES, 1979, p. 9 e 10, itálicos meus)

Ao descrever a revolução socialista cubana, Florestan Fernandes traz à tona um conceito que se refere ao tipo de socialismo que teria de ser desenvolvido necessariamente nos países subdesenvolvidos industrial e economicamente nos quais emerge esse processo revolucionário propositor de uma nova ordem e de um novo modo de produção. Como é sabido, a revolução nestes países - Rússia, China e Cuba, por exemplo - se predispôs a construir o comunismo sobre bases capitalistas não desenvolvidas, de modo que coube então ao "socialismo" (aqui entendido por Florestan como a fase de transição do capitalismo à sociedade comunista), isto é, à classe trabalhadora desses países, a árdua tarefa de realizar a acumulação de riqueza original capaz de viabilizar a industrialização e o crescimento

econômico dessas nações que se insurgiram contra o sistema do capital. Para tanto, isto é, para "vencer o subdesenvolvimento pelo socialismo" (p. 7), um complexo e difícil processo deveria ocorrer em concomitância ao desenvolvimento de uma nova civilização comunista a partir do estabelecimento de novas formas de propriedade, novas relações de produção e de, precipuamente, um novo modo de produção. Conforme asseverou Florestan Fernandes no seu estudo *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*, de 1979:

Ora, na cadeia dos elos mais frágeis, pela qual surgiu e se expandiu o "socialismo difícil" (ou socialismo de acumulação), Cuba foi o país no qual as *condições difíceis* se mostraram de *modo mais difícil* (...) [onde] não é a "herança positiva do capitalismo" que dá vida ao crescimento gradual e complicado de formas socialistas de organização da economia, da sociedade e do estado - é a sua inexistência, a **necessidade amarga de partir de um ponto zero**, de uma "pré-transição", que infunde à irrupção do socialismo uma força construtiva tão grande. (p. 6 e 10, itálicos originais, negritos meus)

Florestan Fernandes sintetiza na citação a seguir qual era a situação econômica e social legada à Cuba revolucionária pelos séculos de colonialismo espanhol e décadas de neocolonialismo imperialista ianque. Ao fazê-lo, o sociólogo brasileiro, também dá a dimensão do árduo desafio que se interpunha àqueles cubanos que, imaginava-se, ousavam tentar criar uma nova civilização (alicerçada num novo modo de produção) a partir de uma débil base material. Tamanho salto histórico, segundo Fernandes, tão-somente seria exequível e realizável se vários processos revolucionários de desenvolvimento (industrial, econômico, cultural, político) fossem deslindados e postos em marcha concomitantemente para, de forma mútua e imanentemente imbricada, determinarem-se em uma complexa e multifacetada expansão anticapitalista. De acordo com Florestan Fernandes (1979, p. 97):

Com a vitória de sua revolução de liberação nacional, Cuba conquistou a liberdade de chegar ao socialismo. O grande problema que teve de enfrentar, nas décadas de 1960 e 1970, consistiu naturalmente em *como passar de uma acumulação capitalista neocolonial e ultrapredatória para uma acumulação socialista originária*. (...) Como construir as bases materiais e sociais da transição para o socialismo num país que se vira reduzido, do modo mais completo e com todas as deformações imagináveis, a uma economia de um só produto e de um só mercado? Apesar do desenvolvimento alcançado pelo capitalismo, por sua natureza neocolonial ele não deixou uma herança que servisse, mesmo precariamente, de ponte para essa passagem. *Cuba teria de enfrentar várias revoluções interdependentes e sucessivas* para abrir seu caminho. (itálicos meus)

Esta "acumulação socialista originária", que deveria ser processada numa espécie de fase de pré-transição, observada e necessária no "socialismo difícil" ou no "socialismo de acumulação" - típicos das revoluções proletárias irrompidas em países capitalistas dependentes miseráveis e subdesenvolvidos -, facultaria a construção do comunismo a partir

de uma infraestrutura econômica e industrial incipiente e, até mesmo, praticamente inexistente. Esta teoria contrasta, portanto, com uma visão mecanicista sobre o arcabouço teórico da transição comunista de Marx e Engels, que estabelece ser o pleno desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo uma condição inegociável para o advento e a construção de uma sociedade comunista, de modo que esta acaba por - arbitrária e anti-historicamente - decretar, *ex ante*, inviável qualquer tipo de empreendimento histórico proletário que proponha a construção do comunismo sobre débeis bases materiais.

Na verdade, tal limitada abordagem da concepção marxiana e engelsiana concernente ao comunismo e às formas de construí-lo concretamente na sociabilidade objetiva dos homens e mulheres, ignora os limites imanentes e intrínsecos a qualquer teoria social (pois são baseadas, *a priori*, na observação dos movimentos históricos já desenrolados em uma determinada realidade social); fato este que acaba por impossibilitar a sua aplicação (da teoria social) de forma abrangente e dentro do espectro da totalidade. Por "parar no tempo" e no seu espaço (o das economias capitalistas mais modernas), essa compreensão da teoria marxiana impede a apreensão das mais diversas particularidades - Cuba dentre elas - de possíveis (prováveis) novos caminhos da transição ao comunismo.

Nesse sentido é que Florestan Fernandes afirma que aquelas condições objetivas e subjetivas, descritas nas rasas e restritas interpretações do pensamento de Marx como etapa prévia necessária ao estopim da revolução comunista, podem ser criadas no desenrolar do processo revolucionário de cariz socialista. De fato, a vital condição objetiva para a construção do comunismo é a vontade e o empenho da classe trabalhadora em querer criar uma nova sociabilidade de homens e mulheres emancipados. As forças produtivas humanas – e o seu grau de consciência comunista - são mais importantes para a determinação do vir a ser comunista e proletário do que o nível de desenvolvimento imediato das forças produtivas materiais mecânicas e tecnológicas no momento da revolução. De acordo com Marx, como já vimos, o fundamental é a apropriação direta dos meios de produção pela classe trabalhadora, a expropriação dos exploradores, base de uma nova sociabilidade do trabalho, a partir da qual seriam *adicionadas novas forças produtivas diretamente sociais*. Asseverou o sociólogo marxista brasileiro:

Ora, esse "socialismo difícil" mostrou-se, em Cuba, mil vezes mais difícil. Não é que não existissem as célebres "condições objetivas e subjetivas" da revolução socialista. Estas *são criadas pelos seres humanos ao produzirem coletivamente a vitória da revolução socialista. É estranha e obsoleta a obsessão mecanicista de um debate que nunca teve razão de ser*. A ideia de que um extenso e profundo desenvolvimento capitalista prévio é

indispensável ao êxito da revolução socialista faz parte de arraigados mitos europeucêntricos [*sic*] de nossa época. (...) Portanto, ela parte de seus próprios problemas [a revolução socialista], nos quais se incluem a ruína de extensas massas humanas e a escassez extrema de recursos, seja para acelerar o desenvolvimento econômico, seja para fomentar os padrões socialistas de equidade sem destruir a continuidade e o progresso da revolução. (...) *A "abundância" não é nem poderia ser o critério essencial da passagem para o socialismo!* (1979, p. 97-8, itálicos meus)

Além de ser à época a única opção para que Cuba pudesse construir uma sociedade mais democrática, mais justa e menos desigual - conforme os anseios populares refletidos na pauta de reivindicações do Movimento 26 de Julho liderado por Fidel Castro - o socialismo igualmente se colocou como a nova organização social a ser construída pela candente Revolução Cubana graças às contingências históricas que faziam parte do pano de fundo sobre o qual se descortinava o movimento de mudança estrutural daquela sociedade em ebulição. Dentre os principais componentes desse cenário mundial e regional que implicavam a adesão cubana ao socialismo-comunismo, os mais relevantes estão concentrados na chamada Guerra Fria, iniciada ao fim da II Guerra Mundial (1939-1945) com a divisão do globo em dois blocos de influência políticos e econômicos antagônicos, liderados pela potência capitalista Estados Unidos de um lado e pela potência dita comunista URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) de outro.

A particularidade concernente à histórica postura imperialista e bélica dos Estados Unidos para com Cuba (distante apenas 140 quilômetros do estado norte-americano da Flórida), especialmente logo após as primeiras medidas tomadas pelo governo revolucionário que tomou o poder em 1959<sup>5</sup> e que procedeu às profundas reformas na economia e na sociedade cubanas, será mais um fator fundamental a impactar nessa conjuntura geopolítica em que o tradicional patriotismo do povo da maior ilha do Caribe empurrará o seu país para o socialismo da União Soviética. Historicamente, nacionalismo e patriotismo foram bandeiras da direita na Europa, mas ganharam nova significação nos movimentos revolucionários (necessariamente anti-imperialistas) deslindados em uma América Latina que se libertava do passado colonial e se desenvolvia em constante contradição com os EUA: "as contradições da América Latina com os Estados Unidos levaram ao nacionalismo, que na Europa constituiu expressão política da direita, a manifestar-se, em países daquela região, como força de

---

<sup>5</sup> Em 17 de maio de 1959 é proclamada a primeira Lei de Reforma Agrária. Em 1960, os EUA impõem o bloqueio econômico parcial à Cuba e, em 1961, organizam e financiam uma invasão mercenária ao país (Baía dos Porcos). Nesses eventos iniciava-se o processo de esgarçamento definitivo na relação entre as duas nações e a aproximação de Cuba ao chamado bloco soviético.

esquerda, mesmo quando usou a retórica do nazifascismo." (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 36)

No contexto internacional que remetia à Guerra Fria encampada pelos dois blocos antagônicos citados, a opção pela soberania nacional e por um desenvolvimento social e econômico autônomo de Cuba só poderia encontrar aderência ideológica e apoio no comunismo soviético. Por isso, muito menos do que por uma hipotética tradição marxista-comunista que de fato não existia entre os guerrilheiros do Exército Rebelde e do Movimento 26 de Julho (ambos liderados por Fidel Castro), que, nas condições históricas dadas à época da revolução, à Cuba não restou alternativa - caso quisesse ser fiel aos seus desígnios revolucionários de independência real e de desenvolvimento soberano - que não aquela atrelada ideologicamente ao espectro comunista russo. Conforme afirmou Luiz Alberto Moniz Bandeira em seu livro *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina* (2009):

no caso de Cuba, o nacionalismo, em meio à Guerra Fria, evoluiu para o comunismo, de modo que Fidel Castro pudesse defender a soberania nacional e preservar as mudanças econômicas e sociais que afetaram os interesses norte-americanos. (p. 36)

Ainda:

Dadas as suas causas e consequências, ela [Revolução Cubana] foi um fenômeno da América Latina, cujo nacionalismo, que se manifestara em larga medida sob formas nazifascistas durante os anos de 1930 e 1940, influiu cada vez mais para a esquerda e mesmo se identificou com o comunismo, como no caso de Cuba, em virtude da contradição entre os dois polos do poder internacional durante a Guerra Fria. A União Soviética, naquelas condições, afigurou-se como a única força capaz de contrapor-se ao predomínio dos Estados Unidos... Essa manifestação do nacionalismo, sob as formas do nazifascismo ou do comunismo, em diversos países latino-americanos, demonstrou a necessidade de reavaliar os conceitos de esquerda e direita, dado que tais tendências ideológicas importadas da Europa miscigenaram-se e modificaram-se não apenas no conteúdo mas também e até mesmo nos objetivos a que se propuseram, ao expressar, concretamente, outras condições econômicas, sociais e políticas. (p. 35)

Nesse sentido, o ser comunista (ao determinar o caráter socialista da Revolução Cubana em 1961), significava, antes de qualquer coisa, ser independente e anti-imperialista e não necessariamente ser conhecedor e adepto da criação de uma sociedade comunista em que homens e mulheres livremente associados organizam, de maneira emancipada e consciente, a reprodução social e a vida em comunidade, tal qual preconizaram com primazia Marx, Engels e Lênin. O comunismo e o socialismo (*stricto sensu*) passam a estar presentes apenas na retórica revolucionária, como forma de delimitação e definição ideológica das pretensões

daquela revolução que eclodiu e tentava se afirmar a pouco menos de 100 milhas da maior potência bélica que a humanidade conheceu.

O Partido Comunista de Cuba - organização que se superporá a todas as demais organizações revolucionárias pré-existentes, inclusive ao próprio partido comunista, que já existia com outro nome, muito influente e que havia sido muito crítico com respeito ao processo revolucionário, convém assinalar -, assim como o governo revolucionário, visavam o desenvolvimento nacional soberano e independente, descolado da centenária espoliação imperialista que vinha do norte. Naqueles idos de 1960 isso significava, erroneamente ou não, ser adepto do comunismo, haja vista a então existente configuração de forças políticas, econômicas e militares no planeta. Isto posto, torna-se passível de compreensão a inexistência da teoria comunista como ponto de partida e guia das mudanças radicais que foram descortinadas em Cuba pela vanguarda da Revolução. O que sempre se buscou, o que sempre serviu como bússola à Revolução Cubana, foi um desenvolvimento econômico do país, de forma política soberana, que possibilitasse à ilha caribenha solucionar os inúmeros problemas sociais legados por mais de 400 anos de exploração colonial, neocolonial e imperialista. Desse modo, poder-se-ia garantir a execução das tarefas republicanas e democráticas que propiciassem o acesso universal da população à saúde, educação, trabalho digno e a uma boa qualidade de vida.

Com efeito, nunca se buscou construir em Cuba uma sociedade comunista de fato. O comunismo estava nas prédicas que tentavam animar a população a participar daquele grande processo de transformação radical da sociedade cubana; todavia, não estava (tampouco existia) enquanto formulação teórica marxiana-engelsiana ou leniniana que deveria balizar e respaldar a construção do devir comunista. Mais do que um desprezo à teoria, cujos fundamentos da transição comunista de Marx já não faziam parte do marxismo oficial, e a conseqüente intolerância às críticas demonstrada pela vanguarda da Revolução, é a falta do objetivo explícito, do querer construir uma sociedade essencial e realmente comunista, que determina a não construção do comunismo ou da ditadura revolucionária do proletariado em Cuba. Nem a vanguarda guerrilheira que estava no poder (que também era a vanguarda teórica), nem muito menos os trabalhadores cubanos, tinham o claro objetivo de transitar para uma sociedade comunista: não estava dentro do seu escopo, apenas surgia deformada teoricamente no discurso revolucionário que queria propiciar, inegavelmente, inúmeras melhorias à vida dos cubanos e a de vários outros povos espalhados pelo mundo.



Imersos naquela dual correlação de forças que era então imposta pelo mundo envolvido em uma guerra "fria", agir contrariamente aos ditames e imposições do império ianque significava uma quase automática adesão ao bloco comunista, grande e único antípoda do bloco capitalista liderado e manipulado pelos EUA. Assim, ser nacionalista e anti-imperialista no século XX - em meio às caças às bruxas de McCarthy e à intensa propaganda anticomunista engendrada franca ou sub-repticiamente pela máquina publicitária dos EUA e dos seus parceiros títeres - denotava filiação comunista, por mais que o país insurgente não desejasse consciente e objetivamente iniciar a transição ao comunismo e não obstante o fato de que na própria URSS não se vivia verdadeiramente em uma sociedade comunista - nem mesmo se encontravam na primeira etapa do processo de construção do dessa nova civilização (pois novo modo de produção, nova política, nova cultura, nova moral e novos homens e mulheres) - antes estagnavam em uma espécie de pós-capitalismo por desconhecer como prosseguir a transição ao comunismo como emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores.

Para o historiador Moniz Bandeira (2009), que acredita que a Revolução Cubana é "inquestionavelmente o maior acontecimento da América Latina no século XX" (p. 37), o fato de ter entre seus principais líderes um comunista e estudioso do marxismo, Ernesto Che Guevara, e um neófito na mesma matéria, Fidel Castro, não seria suficiente nem tampouco redundaria necessariamente e desde o início em uma empreitada frontalmente de busca da objetivação e construção do comunismo em Cuba, isto é, em uma via de transformação revolucionária autoproclamada comunista daquele movimento comandado por ambos. Na verdade, a Revolução Cubana se encaminhou nesse sentido devido ao momento em que se realizava (Guerra Fria) e graças à histórica espoliação da América Latina pelas potências coloniais ibéricas seguidas pelos norte-americanos que, nem mesmo após a tomada do poder pela vanguarda guerrilheira, atenuaram os seus achaques contra o povo que queria se libertar do seu jugo imperial.

Dispostos a seguir em frente no processo de revolução da sociedade cubana e diante da impossibilidade de realizá-la sem romper com os EUA (que tentavam de todas as formas impedir aquelas mudanças iniciais propiciadas pelo movimento revolucionário), não restou outra alternativa ao novo governo senão radicalizar todo aquele processo de transformação. Caso aceitassem as imposições e sabotagens estadunidenses, de forma alguma conseguiriam realizar as tarefas republicanas essenciais que ainda hoje se constituem como uma grande vitória do irreverente povo cubano. Na profundidade que se queria levar a Revolução, não

obrigatoriamente criando uma sociedade comunista - quiçá apenas nacional-democrática com grande desenvolvimento social e econômico não desigual -, os cubanos acabaram tendo que aderir ao bloco econômico e político antagônico ao dos Estados Unidos e à sua esfera de poder. Sob a agressiva e rapinante sombra ianque, os revolucionários cubanos jamais alcançariam as conquistas na magnitude almejada por ocasião da refundação de sua república. Segundo Moniz Bandeira (2009, p. 37, *itálicos meus*):

A Revolução Cubana foi autóctone, teve um caráter nacional e democrático e, embora alguns de seus líderes, como Ernesto Che Guevara e o próprio Fidel Castro, acolhessem, em pequena medida, ideias marxistas, não era inevitável que ela se desenvolvesse a ponto de identificar-se com a doutrina comunista e sua forma de governo.

Ainda:

A implantação de um regime segundo o modelo dos países do Leste Europeu foi uma *contingência histórica*, como resultado de uma política empreendida não pela União Soviética, mas pelos Estados Unidos, que, sem respeitar os princípios da soberania nacional e da autodeterminação dos povos, não aceitaram certos atos da revolução, como a reforma agrária, e transformaram contradições e interesses nacionais em um problema Leste-Oeste. (...) a radicalização da Revolução Cubana na mesma direção foi uma forma de assegurar suas conquistas e defender a nação cuja soberania os Estados Unidos ameaçaram.

Não obstante ter no horizonte este nobre objetivo, aquele nacionalismo anti-imperialista inicial que inspirava e norteava o movimento guerrilheiro revolucionário cubano transformou-se ao chegar ao poder em um socialismo-comunismo *a la* URSS, muito distante prática e teoricamente do que o propugnado originalmente por Marx e Engels e, *a posteriori*, por Lênin. De acordo com Moniz Bandeira (2009, p. 38), a Revolução Cubana "pôde desenvolver-se na direção de um socialismo vinculado ao modelo e aos interesses da União Soviética. (...) apenas transferiu a dependência de Cuba, em face dos Estados Unidos, para a União Soviética." Segundo o autor, isto se deu graças, majoritariamente, àquela contingência histórica concernente à Guerra Fria e graças à relação de exploração e submissão impingida aos cubanos décadas a fio pelos EUA. Cabe aqui ressaltar que, de qualquer forma, foi através desse "seu" socialismo (livremente inspirado pela experiência e pela teoria comunista soviética) que a Revolução Cubana conseguiu proporcionar uma evidente melhoria nas condições de vida à maior parte de sua população. Moniz Bandeira também traz à tona a inspiração stalinista do regime cubano ao apontar o caráter propagandístico e acrítico das ciências sociais produzidas durante o chamado período socialista nas duas nações parceiras:

(...) a bibliografia cubana é muito pobre. Os livros, carregados de estereótipos ideológicos e jargões, caracterizam-se, na imensa maioria, pelo

caráter propagandístico, o que reflete o grande atraso e indignação que as ciências sociais sofreram em todos os países que adotaram os padrões políticos e culturais do stalinismo vigentes na União Soviética. (2009, p. 41)

Prossegue Moniz Bandeira, no trecho que segue, evidenciando a ausência do componente teórico-político marxista-comunista entre os líderes do principal organismo que participou, como protagonista, da guerrilha urbana e rural que desencadeou a Revolução Cubana, qual seja, o Movimento 26 de Julho. Não havia de fato (ou havia muito pouca) tradição marxista e operária (operariado era minoria em meio a uma população majoritariamente formada por camponeses, ou melhor, assalariados rurais) na vanguarda nem na base popular que sustentava a insurreição catalisada por Fidel Castro e seus guerrilheiros.

A Revolução Cubana, que Castro qualificara como socialista, fora realizada não por um partido supostamente operário, constituído sob as normas do chamado centralismo-democrático e rotulado de comunista, mas pelo M-26-7, uma organização composta sobretudo por elementos das classes médias, que, no curso da guerra de guerrilhas, passaram a incorporar ao Exército Rebelde camponeses e trabalhadores rurais, os *guajiros*, em benefício dos quais realizaram a reforma agrária. (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 331)

Assim como em Moscou<sup>6</sup>, dentro do governo estadunidense também era sabido que Fidel Castro não tinha a intenção de fomentar uma revolução comunista de fato em Cuba, e que o componente essencial da ideologia que o guiava e era o *leitmotiv* da Revolução Cubana encontrava-se na questão da autoafirmação nacional soberana e no desenvolvimento econômico e social independente, liberto de qualquer tipo de tutela espoliadora imperialista. Isto posto, na visão do assistente especial do presidente John Kennedy, Arthur Schlesinger Jr., ainda em maio de 1961, eram os próprios EUA que "empurravam" Cuba para o bloco socialista ao sabotar e tentar impedir as reformas sociais e econômicas almejadas por aquele movimento revolucionário em curso. De acordo com o que asseverou Moniz Bandeira:

Em memorando ao grupo de trabalho encarregado da questão de Cuba, Schlesinger também observou que Castro continuava a ser percebido, na maior parte do mundo, como, essencialmente, um nacionalista de esquerda, sem dúvida agressivo e emocional, mas devotado à autoafirmação nacional e *propulsado para o comunismo unicamente graças à vista curta e as políticas imperialistas dos Estados Unidos*. (2009, p. 341-2, *itálicos meus*)

Carlos Olivares, vice-ministro das Relações Exteriores de Cuba, em visita ao chanceler brasileiro Afonso Arinos de Melo Franco na cidade do Rio de Janeiro, no mesmo maio de 1961, afirmou a este - segundo documentação oficial desclassificada obtida pelo escritor e historiador Moniz Bandeira - "'categoricamente' que seu país não desejava ser

<sup>6</sup> Em reunião de cúpula ocorrida em Viena entre John Kennedy e Nikita Kruchev, em 04 de junho de 1961, o líder russo teria proferido a seguinte sentença: "Castro não é comunista, mas a política dos EUA poderá fazê-lo." (*apud* MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 339)

comunista e que o 'enfeudamento econômico ao Bloco Soviético' provinha exclusivamente do isolamento forçado pelos Estados Unidos'." (p. 350)

Em conversa direta e privada com outro assistente especial do presidente estadunidense John Kennedy em 18 de agosto de 1961, por ocasião da Conferência de Punta del Leste, Che Guevara afirmou a Richard Goodwin que ele era o único da vanguarda guerrilheira da Revolução Cubana que possuía maiores conhecimentos concernentes à teoria marxista. Assim narrou essa entrevista Moniz Bandeira: "Na conversação com Goodwin, Guevara confirmou que os dirigentes da Revolução Cubana não tinham formação teórica marxista, sendo ele, Guevara, o único que possuía maiores leituras nesse campo." (2009, p. 364)

Segundo Moniz Bandeira, Fidel Castro aderiu ao socialismo e ao marxismo porque, além de perceber que as radicais transformações que almejava para Cuba não seriam alcançadas no espectro do regime capitalista, quis colocar, estrategicamente e da maneira mais clara possível, o lado em que ideologicamente encontrava-se a sua revolução, para assim - inserido no grande jogo de xadrez geopolítico mundial desenhado pela Guerra Fria - poder contar com a proteção e apoio (militar e financeiro) do bloco socialista do qual passava a fazer parte. Todavia, *tentava* construir essas relações com a toda poderosa URSS sem perder a autonomia e a soberania concernente aos desígnios de sua política interna e externa.

Depois de proclamar o caráter socialista da revolução cubana, ele [Fidel Castro] aderiu, publicamente, ao marxismo-leninismo, como forma de colocar o problema de Cuba com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, a fim de tornar irrecusável a proteção soviética contra a virtual intervenção militar dos Estados Unidos.<sup>7</sup>

Muito embora não tivesse conseguido impedir a implementação do bloqueio econômico ocidental liderado e imposto pelos EUA em relação à Cuba<sup>8</sup> - o que, por sua vez, dificultava e tornava ainda mais cara e necessária a ajuda soviética aos cubanos, a estratégia de Fidel Castro, concernente ao alinhamento de seu país ao bloco socialista com o objetivo de diminuir as chances de outras potenciais invasões ianques, acabou, depois do episódio em

---

<sup>7</sup> Este texto citado foi extraído de uma folha não paginada do livro de Moniz Bandeira (2009). Trata-se da seção de fotos da publicação, que está inserida entre as páginas 485 e 487 da obra mencionada.

<sup>8</sup> Em 30 de outubro de 1960, os Estados Unidos proibem todas as exportações à Cuba, exceto gêneros alimentícios e remédios. No dia 16 de dezembro do mesmo ano, o presidente norte-americano Dwight Eisenhower decreta a interrupção da importação do açúcar cubano (em 7 de fevereiro de 1962 todas as importações provenientes do solo cubano seriam proibidas). Finalmente, depois de romperem relações diplomáticas e consulares com Cuba e fechar a sua embaixada na capital Havana em 3 de janeiro de 1961, os EUA, agora sob o governo de John Kennedy, impõem o bloqueio econômico total da ilha no dia 3 de fevereiro de 1962.

*Playa Girón* na Baía dos Porcos em abril de 1961, por surtir o efeito esperado. O próprio presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, em reunião com alguns chefes de Estado da América Central ocorrida em abril de 1963 na Costa Rica, evidenciava a nova condição do litígio estadunidense com o regime castrista agora já completamente inserido e admitido no bloco comunista liderado pela União Soviética.

Em reunião com eles, em San José da Costa Rica, [Kennedy] explicou-lhes que a questão de Cuba se tornara parte integrante da Guerra Fria, não sendo mais concebível a sua invasão, não só pelas repercussões desfavoráveis para os Estados Unidos no continente, como também pelos problemas que acarretaria ao Ocidente em outras partes do mundo e pelos riscos de eclosão de nova crise, cujo desfecho poderia ser a guerra termonuclear global. (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 537)

Na sua primeira visita oficial à URSS, em viagem que, segundo Moniz Bandeira, "teve profundo impacto sobre os rumos da Revolução Cubana" (2009, p. 538), Fidel Castro parece que aceitou retribuir a proteção e a ajuda soviéticas prestadas à Cuba durante os primeiros anos de seu governo revolucionário. Neste longo interstício passado em terras russas (27 de abril a 5 de junho de 1963), Castro teve que acatar a proposta de Kruchev referente à função que Cuba doravante passaria a ter na divisão internacional do trabalho no bloco socialista, a saber: a de mera produtora e exportadora de matérias-primas e bens básicos - principalmente açúcar, em cujo mercado mundial poderia se estabelecer como uma nova potência, criam os líderes soviéticos. Para tanto, segundo os russos, deveria abrir mão de seu projeto de industrialização e passar a concentrar todos os esforços da economia nacional no objetivo de aumentar a produção e a produtividade do setor açucareiro. Teria que ser desse modo, através da geração de seus próprios recursos financeiros a partir da produção do açúcar em larga escala - e não contando com o investimento direto da União Soviética -, que Cuba deveria tentar realizar a sua tão necessária e almejada industrialização.

Nesse sentido, passaria a URSS a protagonizar o mesmo papel que os EUA desempenharam até o final da década de 1950 no sistema econômico cubano enquanto maiores compradores das *commodities* produzidas durante muito tempo na ilha caribenha. Os russos alardeavam que essa especialização na produção do açúcar geraria os melhores resultados para a economia cubana, ignorando, obviamente, a tragédia que significaria para o país a sua não industrialização e a sua permanência na posição de dependência em relação a uma superpotência mundial. Conforme afirmou Moniz Bandeira (2009):

Em consequência dos entendimentos com o governo soviético, para enfrentar as dificuldades econômicas com que Cuba se defrontava, Castro foi

compelido a abandonar o projeto de rápida industrialização<sup>9</sup>, acalentado por Guevara, e, reorientando suas diretrizes, voltar à ênfase na produção da cana-de-açúcar. Os técnicos soviéticos convenceram-no de que a concentração de esforços na agricultura (não apenas na cana-de-açúcar) permitiria elevar mais rapidamente o padrão de vida da população. A implementação desta política evidentemente induziria Cuba a estabelecer com a União Soviética um relacionamento econômico do mesmo tipo neocolonial mantido com os Estados Unidos até 1960... Kruchev, aparentemente, convencerá-o de que Cuba, cujo déficit comercial com a União Soviética já oscilava entre US\$ 150 milhões e US\$ 200 milhões, devia reerguer-se como potência açucareira, a fim de que tivesse condições de *sustentar seu desenvolvimento, com base nos esforços e recursos locais*. (...) Em síntese, Kruchev traçara as perspectivas para o futuro de Cuba e indicara-lhe o lugar que ela deveria ocupar no mundo comunista, permanecendo como produtora de açúcar, o que fora até então como colônia informal dos Estados Unidos. (p. 539-40, itálicos meus)

Ainda:

O governo soviético queria, realmente, que Castro tanto normalizasse as relações de Cuba com os Estados Unidos quanto renunciasse ao projeto de industrialização, ao menos nos termos ambiciosos que ele e Che Guevara pretendiam, e resgatasse a produção da cana-de-açúcar, que decaíra de 6,7 milhões de toneladas métricas, em 1961, para 4,8, em 1962, e 3,8, em 1963, como força motriz do desenvolvimento. (p. 542)

Com efeito, a União Soviética não tinha condições financeiras ideais que a possibilitasse ajudar mais intensamente Cuba, tampouco tinha desenvolvido a contento o seu parque tecnológico a ponto de poder subsidiar e patrocinar o esperado desenvolvimento da industrialização em Cuba. Os produtos, máquinas e equipamentos que os soviéticos fabricavam eram, em geral, precários e de baixa qualidade; sempre muito inferiores quando comparados aos similares produzidos dentro do bloco capitalista. Imersa nas profundezas pantanosas da Guerra Fria - e na interminável corrida armamentista (sem linha de chegada à vista) por aquele conflito bipolar engendrada - a URSS concentrou-se em desenvolver principalmente a sua indústria bélica (com iminentes custos sociais e econômicos altíssimos) e o setor de bens de produção, fatos que acabaram por inviabilizar, e até mesmo impedir, um maior apoio financeiro e uma maior colaboração tecnológica (avançada no bloco soviético em outros ramos industriais, que não nas indústrias de bens intermediários e de bens básicos para o consumo) da Rússia em relação à Cuba.

A partir de 8 de setembro de 1964, quando o Uruguai fechou a sua representação diplomática em Havana, apenas o México, dentre os países latino-americanos, manteve as

---

<sup>9</sup> Entre as iniciativas que deveriam ser abortadas a partir desse novo entendimento de Fidel e Kruchev, estava o Plano Quadrienal (1962-1965). Elaborado pelo então presidente da JUCEPLAN Regino Boti, projetava uma industrialização rápida para Cuba mediante um orquestrado processo de substituição das importações. O Plano era tão arrojado que se pretendia com ele conseguir desenvolver na ilha os setores metalúrgicos, de produtos químicos e até mesmo automobilístico. Cf. Moniz Bandeira, 2009, p. 542.

relações diplomáticas com Cuba. Diante de tal isolamento econômico, comercial e político, Fidel Castro não viu outra alternativa para o desenvolvimento de sua pátria senão homologar o acordo comercial que havia esboçado com a URSS ainda em abril de 1963, ocasião de sua visita ao país eslavo. Desse modo, ratificou-se e concretizou-se a iniciativa da Rússia de estabelecer um papel fixo e menor (de dependência) à Cuba dentro da divisão internacional do trabalho no bloco socialista por ela orquestrado e liderado. Ato contínuo, ruiu o audacioso plano de industrialização de Cuba, encampado principalmente por Che Guevara, que via no desenvolvimento industrial do país um processo vital para sua autonomia e para o sucesso da Revolução de 1959:

É isso que tem que ser feito. Ficar consciente de que o trabalho é o mais importante. Perdoem-me se eu insisto tantas vezes, mas é que sem trabalho não há nada. Toda a riqueza do mundo, todos os valores que a humanidade possui não são nada mais do que trabalho acumulado. Sem isso não pode existir nada. Sem o trabalho extra para criar mais excedente para novas fábricas, para novas instalações sociais, o país não avança. E por mais fortes que sejam os nossos exércitos, estaremos sempre com o ritmo de crescimento lento... (GUEVARA, 2004, p. 275-6)

À maior ilha do Caribe passou a restar novamente, tal como outrora, a função de simples produtora de açúcar para a exportação em troca de praticamente todos os bens manufaturados que eram necessários à vida da população à época - bens estes que, malgrado os sonhos e os grandes projetos dos albores da Revolução, permaneceriam sendo importados de uma potência estrangeira. Sobre esse tema, Moniz Bandeira assim dissertou:

E este completo isolamento não deu ao governo revolucionário alternativa senão depender mais e mais da União Soviética, com a qual Castro firmara em janeiro [de 1964] um acordo comercial, que sepultou definitivamente a possibilidade de promover a rápida industrialização do país, considerada por Che Guevara necessária à emancipação da economia nacional, objetivo estratégico da Revolução Cubana. (...) Este acordo, a ratificar os entendimentos de abril de 1963, definiu o destino de Cuba, dentro da divisão internacional do trabalho do Bloco Socialista, na condição de monoprodutora de açúcar e importadora de bens de consumo, como sempre fora, transferindo apenas sua condição de dependência dos Estados Unidos para a União Soviética, que fez um excelente negócio, pois teria de gastar duas vezes mais a fim de obter a mesma quantidade daquele produto, a partir da beterraba. (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 559)

Parece-nos, portanto, que, ironicamente e por caminhos imprevisíveis, Cuba acabou, neste caso, mais colaborando financeiramente com o regime soviético do que o contrário. Ao incentivar a monocultura da cana-de-açúcar como forma de desenvolver a economia cubana, a URSS demonstrou pouco conhecimento da realidade de seu novo parceiro comercial, assim como limitada e estreita visão concernente à teoria econômica do desenvolvimento. Não obstante, ao receitar a Fidel Castro esse velho e amargo remédio oriundo do doce açúcar

cubano, os soviéticos confessam incrível incapacidade financeira e científico-tecnológica de promover a industrialização e o crescimento econômico em Cuba. As condições internas da economia soviética e do seu desenvolvimento industrial sugerem que o bloco socialista não tinha os meios necessários (capital e tecnologia principalmente) para financiar uma empreitada tão grande quanto a industrialização massiva de uma nação com o histórico de subdesenvolvimento e miséria como o encontrado em Cuba. Em suma, a União Soviética já estava deveras envolvida com os seus próprios problemas econômicos e sociais quando a Revolução Cubana apareceu no horizonte da história da humanidade.

Lênin (1979), em nota de 31 de dezembro de 1922 sobre o chamado problema das nacionalidades da URSS, já evidenciava que, para uma nação internacionalista de fato, o mais importante em relação aos países menores era portar-se de uma maneira solidária, em que a nação mais poderosa estabelece relações econômicas e políticas desiguais no sentido de beneficiar aquela outra mais frágil.

Portanto, o internacionalismo por parte da nação opressora, ou assim chamada "grande" (...) deve consistir, não apenas com relação à igualdade formal das nações, mas também numa *desigualdade que compense*, por parte da nação opressora, da grande nação, a desigualdade que se manifesta praticamente na vida. (p. 59, itálicos meus)

Ainda:

Eis aqui porque, no caso considerado, o interesse fundamental da solidariedade proletária e, portanto, da luta de classe proletária, exige que não observemos jamais uma atitude puramente formal com relação ao problema nacional, mas que tenhamos sempre em conta a diferença obrigatória na atitude do proletário de uma nação oprimida (ou pequena) para com a nação opressora (ou grande). (p. 60)

Como vemos, Lênin postula o oposto do que se observou na relação econômica de subserviência entre a União Soviética e a subdesenvolvida Cuba recém revolucionada: ao invés de receber o auxílio (técnico e financeiro) para desenvolver-se e tornar-se autônoma e plenamente soberana, à ilha caribenha restou um papel menor de simples produtora e fornecedora de açúcar dentro da grande divisão internacional do trabalho existente entre os membros componentes do chamado bloco socialista liderado pelos russos.

Segundo Moniz Bandeira (2009), o próprio Che Guevara conseguia atestar essa flagrante incapacidade financeira e técnica da URSS em ajudar tanto os países já revolucionados e autoproclamados socialistas quanto aqueles que porventura poderiam passar a integrar o bloco oriental liderado pelos soviéticos:



Ele [Guevara] não via alternativa a não ser a luta armada para a libertação dos povos do Terceiro Mundo, mas se dava conta de que a União Soviética, não podendo dar à Cuba, um país pequeno, uma ajuda suficiente, não teria condições de sustentar um país como o Brasil, se ali uma revolução socialista ocorresse. (p. 574)

Ainda:

Cuba, porém, já lhe [à URSS] custava compromissos de crédito no valor de US\$ 300 milhões, mais cerca de US\$ 750 milhões de déficit no seu balanço de pagamentos, não lhe interessando, portanto, que outros regimes revolucionários se instalassem na América Latina. (p. 571)

A dependência de Cuba em relação à União Soviética se tornou tão profunda que a sociedade cubana entrou em colapso após o mundo assistir à liquidação do bloco socialista (em que a ilha de Fidel estava inserida como simples produtora de açúcar) no início da década de 1990. Decidir, em meados dos anos 1960, pelo cancelamento do projeto de industrialização - concebido por Che Guevara e apoiado inicialmente e de maneira fervorosa pelo próprio Castro - por "sugestão" e/ou imposição dos russos, colaborou decisivamente na conformação do quadro catastrófico vivenciado em Cuba a partir de 1991, época que convencionou-se chamar de "Período Especial". Fidel Castro, em longa entrevista-livro concedida ao jornalista e escritor francês Ignacio Ramonet, no primeiro lustro do século XXI, assim sintetizou o caos ao qual foi levada Cuba a partir da implosão do bloco econômico e político liderado pelos soviéticos:

O país sofreu um golpe devastador quando, de um dia para o outro, aquela potência desmoronou e nos deixou sozinhos, e perdemos todos os mercados do açúcar e deixamos de receber mantimentos, combustível e até a madeira para fazer os caixões para nossos mortos. Ficamos sem combustível de um dia para o outro, sem matérias-primas, sem alimentos, sem higiene, sem nada. E todos pensavam: "Isso tudo vai desmoronar". (...) Nossos mercados e fontes de abastecimento fundamentais desapareceram abruptamente. O consumo de calorias e proteínas se reduziu quase à metade. (RAMONET, 2006, p. 332)

Não obstante esta tragédia anunciada, Fidel Castro, ao reconhecer que a economia cubana estava em uma situação razoável durante a parceria estabelecida com a União Soviética mesmo diante do grande bloqueio norte-americano, parece atestar, na afirmação seguinte que faz a Ignacio Ramonet, uma concordância e até mesmo uma adesão ideológica àquela divisão internacional do trabalho no bloco socialista que atribuía à Cuba o subalterno e menor papel de simples produtora de açúcar para exportação em troca de todos os outros produtos (manufaturados ou não) necessários para o funcionamento do país e para a sobrevivência da população. O ímpeto industrializante de outrora estiolara-se no pragmatismo das necessidades cotidianas e no vilipêndio pela teoria revolucionária comunista marxiana. De

acordo com Fidel: "A situação econômica, mesmo sob o bloqueio, era suportável no sentido de que matérias-primas, combustível, uma quantidade importante de alimentos e de outras coisas eram seguras, nosso açúcar era vendido a um preço razoavelmente favorável... Mas tudo aquilo mudou." (RAMONET, 2006, p. 409)

De fato, a agricultura em larga escala de produtos básicos (alimentos) acabou também - por incrível que pareça, apesar das condições climáticas e de solo favoráveis - não se desenvolvendo em face dessa completa dependência do fornecimento estrangeiro. Diante da imposição de um bloqueio econômico cada vez mais duro impetrado pelo todo-poderoso império estadunidense desde os primeiros anos da Revolução, talvez Cuba devesse ter insistido na realização, ainda que parcial, do seu pretérito plano de industrialização nacional. Obviamente, insistir na monocultura do açúcar não era uma boa ideia para um país que, bloqueado pela maior potência bélica e econômica da história, era totalmente dependente da segunda maior potência já vista até então sobre o planeta Terra.

Nesse sentido, haveria, talvez, dois determinantes essenciais que ajudariam a explicar a saída de Che Guevara do governo revolucionário cubano em abril de 1965. O primeiro e principal fator está relacionado à derrota da política econômica voltada à industrialização, concebida e propugnada por ele como grande pedra de toque do desenvolvimento de Cuba. Conforme vimos, a adesão cada vez maior de Fidel Castro ao regime soviético fez desmoronar o ainda incipiente plano de desenvolvimento industrial do país. Diante de inúmeras dificuldades financeiras causadas pelo bloqueio econômico orquestrado pelos EUA, Castro viu a dependência de Cuba só se avolumar, o que acabou por redundar na aceitação dos termos (monocultura da cana-de-açúcar) estabelecidos pelos russos para que fosse possibilitada a sua entrada no chamado bloco socialista.

Em desacordo com o rumo tomado pela Revolução que ajudara a realizar, mas não disposto a abandoná-la, Guevara passou a se preparar e a se organizar para, de algum outro modo, continuar auxiliando a sua expansão e desenvolvimento: optou por tentar abrir outras frentes insurrecionais pelo mundo que pudessem dividir e enfraquecer o poderio de destruição estadunidense naquele momento tão fortemente concentrado sobre Cuba no continente americano. Segundo Moniz Bandeira (2009, p. 579),

Cuba caíra na mais completa dependência em relação à União Soviética, tendo de ajustar-se às suas diretrizes econômicas e políticas. Ademais, ele [Guevara] estava convencido, àquela altura, de que espriar a outros países a luta anti-imperialista era o modo mais eficaz de ajudar a própria Revolução Cubana.

Frente à falta de perspectiva de se industrializar intensivamente Cuba, Che Guevara não conseguiu vislumbrar outra alternativa que pudesse viabilizar a transição comunista na ilha, o que, por mais contraditório que possa parecer, o aproxima do pensamento de Charles Bettelheim e outros que preconizavam no início dos anos 1960 o prévio desenvolvimento das forças produtivas materiais como condição *sine qua non* para que se pudesse transitar ao comunismo.

Apoiando-se mormente nos *estímulos morais* para alavancar o desenvolvimento industrial cubano, *em detrimento dos estímulos materiais* - que demonstrariam clara e objetivamente quais seriam os ganhos reais e imediatos dos trabalhadores com aqueles radicais processos de transformação que então se deslindavam em Cuba -, e face ao fracasso de seu plano de industrialização (minado pelo bloqueio econômico estadunidense e pela falta de adesão a essa iniciativa revolucionária cubana por parte da URSS), Che Guevara viu na abertura de novas frentes de batalha uma possível solução para o impasse vivido na ilha caribenha.

Diferente do que observou na URSS, Che queria erigir uma sociedade em que os trabalhadores tivessem plena consciência do que estavam fazendo e que, por isso mesmo, não necessitariam de estímulos materiais que os incitassem a quaisquer atitudes revolucionárias. Segundo Guevara, o entendimento da importância de uma determinada tarefa e a ampliação da consciência via educação e exemplo da vanguarda, seriam fatores suficientes para que homens e mulheres sentissem a Revolução e se dedicassem a ela pelo dever moral que compreendia. (DA SILVA, 2013, p. 31)

Ainda:

Che chega a afirmar que os problemas existentes no processo de transição socialista em Cuba (dentre eles baixa produtividade, baixo nível de conscientização das massas, burocratismo e inicial desenvolvimento infraestrutural) nunca seriam solucionados aumentando os estímulos materiais da classe trabalhadora em geral. (DA SILVA, 2013, p. 142)

A questão da predominância do estímulo moral - "Estímulo material direto e consciência são termos contraditórios, em nosso conceito" (GUEVARA, 1982a, p. 190) - é também confissão de desconhecimento do caráter vital da apropriação direta dos meios de produção, situação na qual os ganhos de produtividade e de novas forças produtivas transformam-se em forma natural de desenvolvimento e, portanto, em nova moral. O homem novo adquiriria sua nova moral, entretanto, para Che, *fora* do âmbito da propriedade *direta* dos meios de produção, através de nova *disciplina* no trabalho *alienado ao novo Estado*, o que o aproxima, sim, das ideias de Lênin sobre o assunto. Conforme asseverou Guevara:

O trabalho voluntário é a expressão genuína da atitude comunista perante o trabalho, em uma sociedade onde os meios fundamentais de produção são propriedade social [...]. O trabalho voluntário é uma escola criadora de consciência, é o esforço realizado na sociedade e para a sociedade como contribuição individual e coletiva, e vai formando esta alta consciência que nos permite acelerar o processo de passagem para o comunismo.<sup>10</sup>

O tema da democratização de toda a sociedade, resultante de um apoderamento direto da população cubana sobre os meios de vida socializados (não apenas estatizados) e sobre a administração da coisa pública (em novo formato) de maneira consciente, autônoma e desburocratizada não surgiu como uma possível via de desenvolvimento comunista de Cuba ao comandante Guevara. Conquanto se reconheça a óbvia e fundamental importância das forças produtivas materiais altamente desenvolvidas para a consolidação e existência plena de uma sociedade comunista, o fator humano, materializado na vontade livre e consciente dos trabalhadores que se realiza em dado solo histórico, é, indubitavelmente, o determinante primeiro para que uma revolução que aspira ao comunismo possa ser encetada.

Em sua elaboração teórica da transição comunista, Guevara assentou-se em pilares (estímulos morais, exemplos da vanguarda e industrialização) que não são os determinantes de uma revolução comunista, mas sim podem ser as marcas de uma nova civilização criada por homens novos de outras gerações já estruturadas sobre o comunismo e sua nova sociabilidade. Ignorou assim o fato de que o primeiro objetivo - fundamental, essencial e definidor - da revolução comunista, consiste em fazer com que essa transição - a construção de uma nova civilização - seja obra consciente dos próprios trabalhadores, então e finalmente sujeitos de sua própria história. Tal objetivo que se mostrou na realidade, como poderá ser visto no capítulo seguinte, muito distante de ser concretizado na estatizada e pouco democrática Cuba de Fidel.

---

<sup>10</sup> Comunicado elaborado em agosto de 1964 no Auditório da CTC – Central Sindical dos Trabalhadores de Cuba e firmado pelos Ministérios das Indústrias, do Açúcar, da Justiça e pela própria CTC por ocasião da criação do plano de emulação para o semestre seguinte. Cf. GUEVARA, Ernesto Che. Uma Atitude Comunista frente ao Trabalho. In: *Textos Econômicos para a Transformação do Socialismo*. São Paulo: Edições Populares, 1982b, p.80.

## Capítulo 6 - Estatismo e Democracia em Cuba

Ao mesmo tempo em que reconhece os óbvios e inegáveis avanços conquistados pela Revolução Cubana concernentes à efetiva republicanização de sua sociedade e do seu Estado (este que foi ampliado com o intuito de propiciar serviços públicos gratuitos e de qualidade a todos os cidadãos do país), na já citada obra de Florestan Fernandes se assinala que tal processo foi elaborado e realizado pelo governo revolucionário de forma centralizada e sem contar com a participação direta da população em sua concepção e em sua administração. Fato este que por um lado acabou por criar toda uma institucionalidade que beneficiava diretamente o povo cubano, mas que, por outro, e graças a sua estrutura burocrática, mantinha o poder decisório sobre esse aparato estatal afastado da massa.

O acesso a sistemas de saúde e de educação universais pela classe trabalhadora de Cuba (algo inédito nos quase 500 anos de história da maior ilha do Caribe e na maior parte da América Latina) não redundou nem foi levado a cabo mediante um processo de democratização profunda de sua sociedade em que cada indivíduo poderia atuar como sujeito histórico ativo e consciente na construção de um esperado devir revolucionário comunista. Não obstante os reconhecidos avanços e melhorias na qualidade de vida da população trabalhadora, continuara restando a esta o papel de simples executora do que era concebido pela vanguarda posta à frente do governo e da burocracia estatal - algo que pode dificultar a perenidade da Revolução e a manutenção de suas conquistas. Um processo de viés socialista-comunista apenas e tão-somente pode ser realizado pela classe trabalhadora, que deve construir deliberada e autonomamente a sua emancipação com as suas próprias mãos. Asseverou Fernandes no livro *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*, de 1979:

O que se fez em matéria de inovação institucional, *antes e depois* da opção pelo socialismo<sup>11</sup>, é algo espantoso. Serviços públicos e órgãos governamentais de grande envergadura foram criados, revistos e reformulados ao longo dos últimos vinte anos, um fecundo corpo de leis *ad hoc* foi elaborado, todo um aparato governamental foi montado, o que explica *porque* a "pérola do império" se converteu tão depressa numa república socialista florescente. **Aí está o que de melhor produziu a obra revolucionária**, embora nem tudo esteja isento de falhas, de limitações ou dos males da improvisação. Acresce que esse complexo institucional cresceu

---

<sup>11</sup> Em 16 de abril de 1961, Fidel Castro afirmou, em discurso que fez no sepultamento das vítimas do bombardeio ao aeroporto de Havana feito por aviões da CIA, que "Esta es la revolución socialista y democrática de los humildes, con los humildes y para los humildes". Foi a primeira vez que se proclamou publicamente o caráter socialista da Revolução Cubana. Em 1º de maio do mesmo ano, o líder máximo da Revolução reitera a sua proclamação anterior ao sentenciar que Cuba é uma "república socialista".

como uma **tecnologia administrativa altamente centralizada**... (p. 198, itálicos originais, negritos meus)

Segundo as concepções de Lênin e de Che Guevara, as grandes transformações políticas de talhe socialista e comunista não necessariamente deveriam ser antecipadas por um desenvolvimento prévio das forças produtivas materiais-industriais da sociedade em revolução. Para ambos - mais especificamente para Lênin, agora citado por Florestan Fernandes -, nas revoluções ditas socialistas, podia-se observar uma *autonomização* do componente político da sociedade, o que é o mesmo que afirmar que neste tipo de insurreição anticapitalista as relações de produção podem (e devem) estar em um patamar mais avançado do que o desenvolvimento industrial e econômico do país. A "autonomia do político" também pode ser compreendida como a possibilidade de se avançar no processo (político) de ampla e total democratização da sociedade em uma velocidade maior do que aquela observada no difícil processo (econômico) de desenvolvimento da infraestrutura industrial-tecnológica que será fundamental para a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à garantia da reprodução da vida em sociedade e, por conseguinte, para o advento definitivo e pleno do comunismo.

Na verdade, é justamente essa posição mais avançada da consciência e da participação política dos trabalhadores - atuando de forma direta e efetivamente democrática na esfera produtiva e nos afazeres pertinentes à administração da coisa pública - que poderá catalisar o desenvolvimento da economia (da indústria e da tecnologia) da comunidade que se pretende em marcha rumo à sociedade comunista. "Saltos históricos", portanto, se tornam possíveis (e necessários) em uma revolução comunista cuja esfera política já esteja, de fato, centrada e partindo da participação democrática dos trabalhadores sobre os desígnios da sua comunidade.

Às revoluções comunistas se impõem, portanto, diferenciadas dinâmicas de desenvolvimento, essencialmente diferentes do relativo *etapismo* observado nas clássicas revoluções burgo-capitalistas que liquidaram o mundo feudal para instituir a ordem do capital. Isto é, quando a classe trabalhadora consciente está ineludivelmente no comando de um processo revolucionário, o desenvolvimento histórico tende a se descortinar em velocidade e ritmo totalmente diferentes do que observou-se na dinâmica da formação do capitalismo, o que, por sua vez, possibilita a criação de um devir histórico de emancipação do proletariado a partir de um roteiro jamais vivenciado ou concebido em outra época. A esse respeito, atestou Fernandes (1979):

Lênin foi o primeiro a observar a autonomia do político no contexto de uma revolução socialista. No próprio fluxo da implantação do regime soviético, ele percebeu que o controle do poder pela maioria conferia aos revolucionários a possibilidade de levar a revolução até o fim e até o fundo. De fato, em contraste com a revolução burguesa, a revolução proletária não cresce pelo solapamento gradual da ordem preexistente. (...) Isso explica a autonomia do político em termos muito elásticos e muito amplos - não certamente para "fazer qualquer coisa" mas para ajustar a revolução a ritmos históricos que não são previsíveis de antemão (ou seja, que não são antecipados pela *via teórica*, pois a revolução libera forças sociais acumuladas que fixarão o patamar histórico a ser atingido). (p. 10, itálicos originais)

Como a teoria social é elaborada mediante observação das experiências e processos históricos - vide análise de Marx sobre a sociedade capitalista a partir da Revolução Industrial e sobre a ditadura revolucionária do proletariado a partir dos acontecimentos descortinados na Comuna de Paris de 1871 - não havia, supostamente, nenhum conjunto teórico que pudesse servir como guia daquele inédito processo revolucionário liderado por Lênin na Rússia das décadas de 1910-1920. Isto se constataria graças principalmente à sua *particularidade* de ser uma economia subdesenvolvida formada majoritariamente por camponeses, ademais alvo de ataques impiedosos de forças contrarrevolucionárias internas e externas e, devido a essa particularidade, as tarefas da revolução democrático-burguesa só poderem ser resolvidas pelo proletariado revolucionário. Não obstante, Lênin - diferentemente de Che Guevara e Fidel Castro - tentou extrair o possível da teoria da transição comunista de Marx e Engels no intuito de obter algum tipo de auxílio teórico que de alguma forma orientasse e apontasse o caminho para a difícil condução das massas russas insurrectas em direção à sua emancipação via revolução comunista.

Para tanto, e tentando ser completamente fidedigno à concepção marxiana, Lênin aferrou-se a dois princípios (ou ditames) extraídos por Marx da experiência proletária comunista francesa de 1871, quais sejam, a imperiosa necessidade de destruição do Estado burguês e a criação de um novo aparato estatal proletário governado pela nova classe dominante dos trabalhadores que, democraticamente (*condição sine qua non*), deveriam, eles mesmos, construir a sua emancipação completa. Ato contínuo, a imposição da ditadura aos contrarrevolucionários e a democratização plena e irrestrita de toda a sociedade são duas tarefas que podem ser aplicadas a qualquer revolução verdadeiramente comunista, independentemente do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da nação insurrecta.

Contudo, cabe aqui ressaltar, que a condição vital para a realização da verdadeira revolução social - a propriedade direta dos meios de produção pelo proletariado revolucionário e o conseqüente surgimento do trabalho coletivo consciente e planejado pelos próprios trabalhadores - é esquecida por Lênin. A questão é postergada em função da suposta necessidade imediata de permanência de trabalho alienado para a criação de uma base material moderna subordinada ao novo autodenominado Estado proletário, categoria inexistente em Marx. O não tratamento desse vital momento da transição ao comunismo, como não poderia deixar de ser, terá as mais nefastas conseqüências para o transcorrer da revolução russa.

Logo após reiterar a ideia de Marx e Engels referente à imperiosa necessidade de liquidar o aparato estatal construído pela e para a burguesia e tomado à força pela classe trabalhadora revolucionária e sua vanguarda, Florestan Fernandes afirma que, no caso específico da Revolução Cubana, essa destruição do Estado herdado da burguesia deve ter um grau de profundidade e extensão ainda maiores, haja vista os componentes neocoloniais e antidemocráticos que o caracterizavam e eram parte imanente dele. A ausência de uma revolução democrático-burguesa clássica, tal como a francesa iniciada em 1789, impregnou o Estado capitalista dependente e miserável cubano com uma série de ranços burgueses, com traços medievais e discricionários que deveriam ser extirpados concomitantemente à liquidação do aparelho burocrático-estatal construído outrora pela classe dominante de Cuba. Nas palavras de Fernandes:

As instituições básicas do estado preexistente têm de ser destruídas. Qualquer que seja a posição teórica tomada diante da questão do estado, uma coisa é óbvia: o estado democrático burguês precisa ser destruído. Ora, o desmantelamento do aparato estatal herdado tinha de ir muito mais longe, na medida em que ele preservava estruturas coloniais ou neocoloniais de caráter antinacional e antidemocrático. (1979, p. 181)

Não obstante a clareza do pré-requisito supracitado concernente à obrigatória liquidação do Estado, um amplo processo de estatização foi observado em Cuba no período revolucionário: através desse mecanismo buscava-se delegar a administração pública a quem de direito (fazendo com que a população assumisse todos os afazeres públicos) e universalizar as conquistas obtidas pela Revolução. Não se soube nem se tentou criar uma nova maneira de atingir esses dois importantes objetivos a não ser apelando ao inchaço e ao aumento das funções do Estado. Não se recorre às Comunas, aos conselhos proletários ou a qualquer outro tipo (quicá inédito na história) de organização social para viabilizar a (nova) vida em



sociedade: ou seja, o espectro do Estado (e, conseqüentemente, da burocracia) não é ultrapassado. Conforme afirmou Fernandes (1979, p. 203, *itálicos originais*):

Em termos operativos, a organização do poder popular desencadeou um amplo processo de estatização em Cuba. Sem pôr em dúvida o caráter socialista dessa experiência, é preciso reconhecer que ela envolve um socialismo de forte mediação estatal (como já ocorreu quando a revolução atingiu a economia, agora que ela afeta o *governo da sociedade*, não é aos indivíduos e à sociedade que se recorre, mas ao estado).

A centralização política e econômica no Estado cubano evidenciou-se e tomou forma inicialmente a partir do modo como foram conduzidas as primeiras grandes reformas propostas pelo governo revolucionário, dentre elas a mais importante foi a Reforma Agrária. Ao observá-la, pode-se perceber como o aparato estatal burocrático de Cuba acabaria se consolidando necessariamente como o intermediador universal de qualquer atividade produtiva ou ato político da população do país. E, quanto maior era a pressão e os ataques desferidos pelos estadunidenses, mais se intensificava a tendência à concentração do poder e à progressiva e completa estatização da vida social dos cidadãos cubanos. Conforme asseverou Moniz Bandeira (2009):

Com a decisão de não redistribuir imediatamente a totalidade dos latifúndios expropriados pela reforma agrária e de criar, ao lado de cooperativas, as *Granjas del Pueblo*, dedicadas, principalmente, à pecuária e ao cultivo de arroz, o governo revolucionário estabeleceu, porém, as premissas sociais de um *forte setor estatal, percebido como base para qualquer transformação econômica com sentido socialista*. Este passo foi acentuado e acelerado na medida em que as contradições com os Estados Unidos se intensificaram, como consequência, sobretudo, das sanções econômicas que a administração Eisenhower começara a impor... (p. 332, *itálicos meus*)

O próprio comandante Fidel Castro tenta explicar sumariamente o processo que o fez nacionalizar cada vez mais a economia de Cuba ao apontar os inimigos da Revolução (leia-se Estados Unidos) como os responsáveis pela estatização da indústria, do comércio e da agricultura da ilha. Afirmou, na entrevista que concedeu à Ignacio Ramonet, que cada ato do governo revolucionário, no sentido de tornar propriedade do Estado as diversas fábricas e campos espalhados pelo país, se deu como uma resposta a algum tipo de medida unilateral tomada pelas potências estrangeiras contra a Revolução Cubana ainda em seus primórdios.

(...) porque nossos adversários começaram a tomar medidas, e nós contramedidas, e, quando fomos ver, todas as principais indústrias haviam sido nacionalizadas... A cada medida contra nós, a resposta que tínhamos era intervir num grande número de indústrias, no níquel, nas centrais açucareiras, em todas as indústrias... (RAMONET, 2006, p. 238-9)

A estatização de toda a economia cubana, comandada por Fidel Castro logo nos primeiros anos da Revolução, acabou por redundar - inspirada que era pelos modelos

soviéticos stalinistas - muito mais em uma profunda burocratização e centralização do seu controle e planejamento do que significou um eventual primeiro passo no processo de democratização plena da vida dos cidadãos cubanos. Esse processo de estatização da sociedade cubana foi assim descrito sumariamente por Moniz Bandeira (2009, p. 329, *itálicos meus*):

Com efeito, Castro destruíra a iniciativa privada e a economia de mercado, bases do capitalismo, na medida em que estatizara, ao longo de apenas 18 meses de revolução, mais de 75% da indústria do país, inclusive a produção e o comércio do açúcar, os recursos minerais, o sistema bancário, o comércio interno e o comércio exterior, os meios de transporte e de comunicação, bem como os serviços públicos. Esse fato possibilitou que a Junta Central de Planejamento (JUCEPLAN), criada no segundo semestre de 1959 e subordinada ao Conselho de Ministros, passasse a controlar e a dirigir a economia de Cuba, *centralizando as decisões, segundo o modelo stalinista de planificação econômica.*

O processo de estatização, que muitas vezes recebe o nome de socialização ou coletivização de forma incorreta (como no trecho reproduzido a seguir do livro de Moniz Bandeira) - porquanto não é necessário estatizar algo para socializá-lo ou coletivizá-lo e uma vez que socialização e coletivização são termos que denotam uma participação/inserção efetiva e com capacidade decisória da maior parte da população sobre o que passa a ser, real e inequivocamente, social e coletivo (não estatal) -, ocorreu de forma intensa na economia cubana da década de 1960, atingindo todas as esferas e setores da produção local. Moniz Bandeira assim descreveu a sequência de medidas tomadas pelo governo revolucionário que estatizaram quase que por completo a economia e a vida em Cuba:

Uma vez superada a crise dos mísseis, o programa revolucionário, em dezembro de 1962, adquirira novo ímpeto, com a nacionalização total do comércio de roupas, calçados e ferragens (...) que assim impulsionou o grau de socialização [*sic*] em Cuba muito além do que existia em vários países do Bloco Soviético... Em meados de 1963, conforme o presidente Oswaldo Dorticós anunciou, a socialização naquele país, além de abarcar a totalidade do comércio exterior, já abrangia mais de 90% da produção industrial e 50% das áreas de cultivo e das pequenas empresas. (...) Destarte, ao fim daquele ano<sup>12</sup>, a socialização da economia cubana já atingia 2/3 das terras cultiváveis, e a proporção era ainda maior nos demais setores da economia. Isto significava que apenas 30% da agricultura e 25% do comércio varejista (em sua maioria vendedores ambulantes) continuavam em mãos particulares, enquanto o Estado passara a controlar, virtualmente, todo o resto da economia. Este processo de coletivização [*sic*], que permitiu ao Estado, na condição de proprietário de 70% das terras aradas, promover maior especialização de certas *fincas* na produção açucareira, realizou-se com extraordinária velocidade (cinco anos) e alcance, sem, entretanto, os

---

<sup>12</sup> Após a promulgação em 13 de outubro de 1963 de outra Lei de Reforma Agrária que confiscava as terras com mais de 67 hectares e que acabou eliminando a propriedade dos agricultores médios.

conflitos sangrentos ocorridos em outros países socialistas... (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 546-7)

Isso evidencia com nitidez a tendência à concentração das decisões políticas e econômicas junto ao Estado cubano, personalizado na figura centralizadora de Fidel Castro. O pragmatismo, imposto pela conjuntura econômica subdesenvolvida sob forte bloqueio norte-americano, além das pressões militares diretas e indiretas mediante sabotagens e ataques de todo tipo do maior império bélico da história contra a pequena nação da América Central, aliado ao desconhecimento teórico crônico e à intolerância a qualquer tipo de crítica à Revolução, conformaram um sistema político errante e antidemocrático que acabou gerando, por sua vez, uma economia desastrosa. Economia esta diferenciada em relação ao período pré-revolucionário não pela esperada derrota imposta ao subdesenvolvimento secular, mas sim pela sua estatização e, por que não, personalização quase completa de seu sistema. A respeito do contínuo processo de estatização da sociedade cubana durante a década de 1960, Moniz Bandeira agregou ainda os seguintes dados:

(...) Castro, em março [de 1968], empreendeu o que chamou de "ofensiva revolucionária", mediante a estatização de todo o setor comercial do varejo, cerca de 25% ainda em iniciativa privada, atingindo 58.012 negócios, desde oficinas mecânicas de automóvel até pequenas lojas, restaurantes, bares e vendedores ambulantes de sanduíches e sorvetes, além da maior parte dos 2% a 5% da indústria que restaram em mãos privadas e todo o transporte. (...) Apenas as parcelas pertencentes aos camponeses, abarcando 30% das terras, e uma reduzida parte dos transportes, que os proprietários diretamente exploravam, permaneceram como únicas formas de propriedade privada. (...) Cuba passou a ser o país comunista com a mais alta percentagem de propriedade estatal, em torno de 90%. (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 601-2)

De fato - e insofismavelmente - os meios de produção e de vida em Cuba tiveram o seu caráter privado e particular revogados pela Revolução. Não obstante, todos eles passaram a ser considerados propriedade coletiva e social *por intermédio* do seu novo proprietário, o Estado. Como a esse processo de estatização não se seguiu um movimento de democratização da sociedade cubana, em que as massas assumiriam o poder diretamente de tudo que fosse coletivo e de propriedade social, a esse único proprietário universal, o Estado, coube organizar, administrar e controlar ele mesmo, de maneira centralizada e burocratizada, todo o sistema econômico cubano e toda a produção rural e industrial de Cuba, o que criou o aparente paradoxo de uma *economia coletivizada que não é regida pela coletividade* que a sustenta e a gera. O trabalho alienado, portanto, permanece, assim como todas as categorias mercantis que necessariamente acompanham, antes de mais nada, o sistema do capital.

Estatizar fábricas e terras como etapa inicial de um longo processo de socialização dos meios de vida e de produção, com vistas ao apoderamento direto e coletivo deles pela então classe dominante trabalhadora é diferente de estatizar para que o proletariado supostamente exerça o seu poder *através* do Estado. Caso o processo de estatização se encerre em si mesmo, não se tornando apenas uma etapa para que se viabilize a apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores, será observado apenas uma burocratização de todo o aparato estatal, que permanecerá como *meio* para a atuação política, econômica e cultural da população. Isto é, o Estado passa a ser o intermediário e o dinamizador de todas as relações de produção e, agigantado, impede a realização da livre associação dos trabalhadores para que - eles mesmos - organizem a produção social e a administração da coisa pública, tal como também já ocorrera na Rússia. Em suma, a estatização pode ser o primeiro passo de um grande processo de centralização do poder na sociedade ou pode se tornar a primeira etapa do movimento que busca edificar a emancipação dos trabalhadores.

Cabe aqui ressaltar que, na primeira etapa do comunismo, em que viceja a ditadura revolucionária do proletariado enquanto acaba-se de destruir o Estado burguês, Marx não propõe a reestatização da sociedade sobre bases proletárias com a construção de uma burocracia e de um Estado proletário hipoteticamente assemelhado em suas funções, mas diferente na sua essência e objetivos, àquele Estado que o precedeu. Na verdade, deve-se buscar um tipo de organização política dos trabalhadores que possibilite e acelere o processo de estabelecimento e consolidação da sociedade comunista. A estatização da administração pública e dos serviços públicos caminha na contramão do que foi pensado por Marx para uma sociedade de transição que aspira a emancipação dos seres humanos e a construção do comunismo.

O assim chamado por Lênin de *Estado proletário* teria então como função, nesse sentido, destruir militar, econômica e politicamente a fatia contrarrevolucionária da classe burguesa - e a forma mais eficaz de fazê-lo é destruindo o seu aparato estatal, daí a importância transcendental desse ato - além de preparar e pavimentar o caminho (não pela estatização) que os trabalhadores autônoma e conscientemente trilharão a partir do profundo processo de democratização vivenciado na ditadura do proletariado, a sua ditadura. Ademais, um processo de estatização tende imanentemente a burocratizar a sociedade mantendo afastados os trabalhadores do exercício do seu poder real. Deve-se encontrar outros meios de administrar a coisa pública e a produção social mais atinentes ao novo papel protagonista de

sujeitos históricos livremente associados assumidos pela classe trabalhadora após a revolução que a catapultou à condição de classe dominante.

Florestan Fernandes, igualmente, desde o início vê o processo revolucionário cubano como uma revolução vinda de cima, evidenciando o protagonismo da vanguarda política (formada pela então vanguarda guerrilheira) na condução das radicais transformações vivenciadas na ilha a partir de 1959, não obstante o papel importante que atribui à massa revolucionária que empurra o movimento para a frente:

...graças à sua vitória, os guerrilheiros emergiram como uma vanguarda revolucionária vitoriosa e tinham de confrontar-se com os papéis políticos decorrentes. (...) A "guerrilha militar" permitira chegar a conquista do poder. A "guerrilha política" começara então, como uma típica *revolução a partir de cima*. (...) a revolução a partir de cima se organizava e se convertia em realidade. (FERNANDES, 1979, p. 86 e 87, itálicos originais)

O exército rebelde, núcleo guerrilheiro fundamental da Revolução Cubana, tornou-se rapidamente o principal elaborador das políticas econômicas e sociais do novo regime. A administração pública em geral e o controle da execução das medidas revolucionárias pensadas e organizadas por este estado-maior foram igualmente centralizadas na vanguarda político-guerrilheira. "Ao converter-se em equivalente do *partido da revolução*, o exército rebelde erigiu-se no 'estado dentro do estado', servindo como catalisador das decisões políticas de maior alcance e, também, como núcleo infra-estrutural das funções governamentais." (FERNANDES, 1979, p. 181, itálicos originais)

Florestan Fernandes acreditava que a centralização do poder do governo revolucionário nas mãos da vanguarda guerrilheira (Fidel Castro à frente, sempre) era um processo aceitável e até "natural" no contexto do desenvolvimento da Revolução Cubana e da transição socialista na visão dos líderes do movimento. A democratização plena da sociedade cubana poderia ser encetada ulteriormente através da concepção e da prática de novas formas políticas socialistas.

Mesmo o excesso de centralização constituía um processo revolucionário e de transição. E a principal tarefa política do governo revolucionário, depois de garantir sua legitimidade como emanação da vontade da maioria do povo cubano e de assegurar a vitória da revolução, definia-se na sondagem e na descoberta das formas políticas que o poder da maioria deveria assumir posteriormente, em uma fase mais avançada de transição para o socialismo. (FERNANDES, 1979, p. 182)

Ademais, ainda segundo Florestan Fernandes, havia uma percepção entre os dirigentes cubanos da época de que o poder da maioria da população em Cuba dos anos 1960-70 estava devida e plenamente exercido mediante a figura política de Fidel Castro, não obstante o

reconhecimento do autor de que a Revolução Cubana estava entrando numa fase mais construtiva concernente à transformação do tipo de participação por mobilização (esporádica e eventual) para um tipo de participação popular efetiva (orgânica e socialista). "O que tem realidade é um *poder real* da maioria, o qual pode ser identificado com Fidel Castro, representado por ele, etc.; e esse poder real é um poder da maioria, pela maioria e para a maioria, que só pode objetivar-se em uma pessoa em termos condicionais e institucionais." (1979, p. 185, itálicos originais)

Parecia, por conseguinte, que o movimento revolucionário não tinha condições de ser acelerado e dinamizado através e a partir da ação do proletariado da ilha caribenha. Por não ter - ao menos nos primeiros anos revolucionários - estabelecido laços suficientemente consistentes com a vanguarda do movimento, os trabalhadores deveriam permanecer aguardando instruções e orientações desta última que, desde 1962, passaria a estar estruturada nas Organizações Revolucionárias Integradas (ORI), compostas pelo Movimento 26 de Julho, pelo Partido Social Popular (então partido comunista de Cuba) e pelo Diretório Revolucionário (DR), ligado historicamente ao Diretório Estudantil Revolucionário. Conforme asseverou Fernandes:

Já que era impraticável acelerar a história "por baixo", por falta de liames institucionais entre a classe revolucionária e a vanguarda revolucionária no poder, cumpria avançar depressa na articulação das forças revolucionárias que podiam agir, construtivamente, através do governo e das ORI, de cima para baixo. (1979, p. 185-6)

Nesse sentido, pode-se constatar uma superestimação do papel da vanguarda e do Partido enquanto supostos e esperados dinamizadores e dirigentes do processo revolucionário. A questão do Partido e da institucionalização da vanguarda, que deveria contar com a participação de novos trabalhadores rigidamente selecionados, torna-se o foco central a ser desenvolvido na iniciativa de democratizar plenamente a sociedade cubana através da revolução em curso. Na verdade, parece haver mais atitudes - por parte do governo revolucionário - no sentido de estimular a participação dos trabalhadores em organismos de vanguarda do Partido ligados a ele (governo), buscando ampliar a proporção de proletários nessas instituições, do que efetivamente atitudes que estimulem a criação de organizações orgânica e restritamente compostas por camponeses e operários a partir de seu local de trabalho. Isto pôde ser observado mais uma vez quando, em outubro de 1965, Fidel Castro procede à refundação do Partido Comunista de Cuba, que substituirá o seu congênere criado em 1963, PURS - Partido Unido da Revolução Socialista, e o antigo partido comunista de Cuba, PSP - Partido Social Popular, que existia desde antes da Revolução de 1959.

Em boa linguagem dialética, isso quer dizer que a revolução, que transcendera à sua órbita histórica ao optar pelo socialismo, seis anos depois forçará a mão de modo estritamente político para impor a primazia da consciência comunista e da simultaneidade dos dois estágios. Ainda é uma aceleração da história no melhor estilo da "revolução desde o poder". (...) O PCC surge, no contexto histórico, ainda como uma tentativa de resolver, *para sempre*, os dilemas postos pela mobilização e participação das massas de uma forma orgânica na construção do socialismo. (...) Como as soluções anteriores (das ORI e do PURS), também se tinha em mente os problemas da "ligação com as massas" e do "centralismo democrático". Só que, em 1965, o governo revolucionário pensava ter reunido todas as condições necessárias para que a experiência com o PCC transcorresse em um patamar mais frutífero, ao mesmo tempo de aceleração da revolução e de aceleração da história. (1979, p. 188-9, itálicos originais)

Ato contínuo, pouco se fala num hipotético sistema de conselhos proletários que devessem, eventualmente orientados por um Partido, de fato comandar as revoluções dentro da Revolução Cubana. Um processo verdadeiro de democratização proletária de talhe comunista-socialista da sociedade não pode, conforme exposto por Marx, Engels e Lênin, ter como eixo o Estado e o Partido (onde se concentra a vanguarda revolucionária): antes deve ter como origem e raiz os trabalhadores organizados e associados livremente em suas bases comunitárias. Caberá ao Partido tentar contribuir com o processo de transformação ora em voga mediante orientação, formação e educação dos trabalhadores organizados, pois são eles - tão somente eles - que poderão construir (se assim quiserem, obviamente) a sua emancipação política, econômica, cultural, total no contexto de uma sociedade comunista. De acordo com o que foi asseverado por Lênin logo acima, em trecho extraído do texto *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, os trabalhadores não podem pular etapas, não é essa a função da vanguarda ou do Partido, pois é a classe trabalhadora que ditará o que será transformado, de que maneira e em que velocidade. Nesse complexo processo, guiado quiçá pela vanguarda teórica comunista (concentrada no independente e autônomo Partido), é que poderá surgir a consciência e a emancipação do novo sujeito histórico do comunismo - caso este se encontre *fora* do âmbito da propriedade dos meios de produção, onde tal consciência comunista se formaria naturalmente.

Pode-se afirmar que a Revolução Cubana foi negligente nos seus primeiros anos no que concerne à problemática da transformação radical de seu sistema político no sentido da liquidação definitiva do aparato estatal burguês e na concomitante fundação de um Estado proletário em que, ineludivelmente e de fato, os trabalhadores se colocassem como classe dominante. Processos de passagem do poder real decisório para a classe trabalhadora mediante a democratização extensiva e intensiva de toda aquela sociedade que hipoteticamente aspirava ao comunismo foram, de fato, relegados ao segundo plano, enquanto

a vanguarda guerrilheira comandava pelo alto - pois cria-se mais capacitada do que os camponeses e operários para tanto - as mudanças, principalmente de cariz econômico, engendradas pela revolução autoproclamada socialista.

A despeito da concepção de Lênin, que sempre ressaltava a importância mais que essencial da participação coletiva da população por meio dos conselhos proletários em tudo que lhe dizia respeito, e em que pese a teoria de Marx que subestima o papel de uma vanguarda supostamente mais preparada para conduzir o processo revolucionário em prol da participação consciente, diuturna, orgânica e revezada de cidadãos da plebe e do proletariado nos processos decisórios da comunidade, Cuba opta por postergar qualquer tipo de medida que caminhasse na direção de um enfraquecimento do papel de sua vanguarda revolucionária.

Distante do exercício diário da democracia real em seu local de trabalho e também em meio à sua coletividade, coube ao proletariado cubano atuar naquele processo de transformações radicais de sua sociedade apenas se mobilizando a partir das orientações e desígnios passados pelo governo revolucionário. Este, por sua vez, pôde manter essa linha de atuação - sempre apelando à ideologia, ao exemplo de si mesmo (da vanguarda) e ao patriotismo revolucionário tão caro ao povo cubano - sem ser questionado enquanto a economia do país atingia níveis de evolução satisfatórios. Dispensando os artifícios típicos dos estímulos materiais, o centralismo burocrático cubano apostava todas as suas fichas nos estímulos morais como forma de convencer a população a participar na *execução* dos planos por ele elaborados, configurando muito mais uma espécie de ditadura revolucionária da vanguarda guerrilheira do que a ditadura revolucionária do proletariado concebida por Marx e Engels. Conforme asseverou Florestan Fernandes (1979):

A aceleração da revolução, por sua vez, desprende-se do solo histórico e gravita no terreno da ideologia pura ou da doutrinação política...O *Estado revolucionário*, como formação política, é perigosamente negligenciado. A presunção tácita dominante é a de que a revolução conta com tempo para resolver os seus problemas nessa frente. Sabia-se que havia uma cirurgia penosa a ser feita. Mas acreditava-se, também, que o melhor seria deixá-la para mais tarde, quando existiriam condições econômicas mais vantajosas para desatá-la. Ora, o Estado revolucionário não era mais que um conglomerado. Isso iria tornar-se transparente, de maneira dramática, pela crise da safra de 1970, que não foi crise agrícola, mas política e administrativa. Ela pôs a nu que o Estado revolucionário não existia como tal e que a tarefa mais urgente da revolução consistia em trabalhar na construção desse estado. (...) O que quer dizer que a revolução demorou quase quinze anos para passar da problemática da *organização do partido* para a problemática da *organização do estado*. (p. 189-190, itálicos originais)

Ainda:



Na medida em que o governo revolucionário concentrou em si todas as funções do estado e em que o PCC não suplantou a sobrecarga política resultante sobreveio uma pane no motor da revolução. Raul Castro colocou a questão em termos da necessidade de uma passagem do "centralismo burocrático" para o "centralismo democrático", o que revela como foi pequeno o terreno ganho entre 1965 e 1970 através da reorganização partidária... (p. 190-1)

Assim, ao concentrar o poder do Estado e a administração pública exclusivamente na vanguarda revolucionária (formada, quase que obrigatoriamente, apenas por membros do PCC), o governo comandado por Fidel Castro acabou por inviabilizar tanto o processo de democratização da sociedade cubana (com a "entrega" ou a passagem do poder real decisório ao seu povo e não a uma casta burocrática, como acabou ocorrendo) quanto esvaziou o papel do partido revolucionário em sua função precípua, a saber, orientação e formação da classe trabalhadora que deveria participar daqueles processos radicais de transformação que se pretendiam encetar a partir da tomada do poder de Fulgêncio Batista pelo Exército Rebelde em 1959.

Ato contínuo, ao ser assoberbado e dominado completamente pelos burocráticos e comezinhos afazeres cotidianos inerentes à administração pública do Estado, ao Partido Comunista, "centro das decisões do país" (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 40), não restaria mais tempo e vitalidade para pensar e interferir criticamente naquela convulsionada realidade que se deslindava à sua frente. O burocratismo e a centralização do poder na vanguarda liquidaram as possibilidades de se criar em Cuba uma ditadura revolucionária do proletariado (em que vige sincronicamente a plena democracia para os trabalhadores e a ditadura às classes contrarrevolucionárias) por não viabilizar o exercício efetivo, consciente e direto do poder e da participação populares; assim como transformaram o partido da revolução (o PCC) em um simples organismo administrativo do aparato estatal dito socialista. Em suma, Partido e classe trabalhadora tiveram seus papéis e funções transfiguradas e deformadas no processo de consolidação do governo revolucionário cubano que se queria e se punha como engrenagem fundamental daquela suposta revolução socialista. Nesse sentido, a Revolução Cubana, segundo Florestan Fernandes (1979),

não gerou o seu "grande partido revolucionário da vanguarda dos trabalhadores" e o seu sucedâneo mais definitivo só aparece em 1965, sem conseguir as condições que, colocando-o acima das massas e do estado, o convertessem no fio condutor do processo revolucionário nos dois níveis, unidos por seu intermédio e nas suas mãos. A situação se impõe, por isso mesmo, a indagação: como se processa a coordenação e a condensação das forças revolucionárias produzidas pela desagregação do antigo regime de classes e *que entidade* orienta a aplicação do elemento político daí resultante na construção da sociedade nova? (p. 194, itálicos originais)

Isto é, haja vista a inexistência dessa função no Partido Comunista de Cuba (o Partido da Revolução Cubana), qual seja, a de ser o fio condutor do processo revolucionário que deveria guiar aquele movimento em direção às transformações de cariz comunista (mediante mobilização popular e criação teórica independente e crítica), que organismo ou entidade acabou por assumir esses atributos? Naturalmente, o próprio governo revolucionário formado majoritariamente por membros do Partido, este que, deformado e com responsabilidades mais administrativas e burocráticas do que de realizar a revolução, passou a gerir a sociedade cubana com tímida e pontual participação da classe trabalhadora. No fundo, a classe trabalhadora era apenas informada a respeito das novas medidas que foram concebidas pelo governo revolucionário. A participação popular se reduzia - após assimilação e compreensão das massas executoras - à incorporação e à implementação das diretrizes (econômicas, políticas, culturais etc.) passadas pela vanguarda no poder. Interação propositiva, efetiva, orgânica e rotineira do povo organizado com o governo era praticamente inexistente, muito menos na posição de classe dominante - cabia à população mobilizar-se e realizar o que foi decidido pelo poder central. "Na prática, porém, a relação entre 'unidade de comando' e 'liberdade de discussão' reduzia-se a uma função de esclarecimento pedagógico, pelo qual o segundo fator se diluía no primeiro." (FERNANDES, 1979, p. 200)

Ideologicamente, a Revolução Cubana pôde avançar (e avançou) conforme as oportunidades e contingências históricas que eram colocadas à sua frente. A despeito dessa radicalização ideológica materializada no discurso da vanguarda principalmente, à teoria e ao sistema político-social (ditadura do proletariado), que deveriam também se desenvolver no mesmo diapasão da ideologia revolucionária e que embasariam conceitual e materialmente aquele processo de transformação radical já antevisto no discurso, não foi destinada a atenção necessária. Debates teóricos, que eventualmente aconteciam, permaneciam no espectro do debate, sem penetrar as ações do cotidiano da Revolução. Igualmente, não havia em Cuba uma tradição teórica marxista-comunista que pudesse servir como fonte de inspiração para aquelas transformações, assim como tampouco foi destinada à teoria um *status* especial no momento em que proclamou-se o caráter socialista daquele movimento revolucionário. Desse modo pontuou esta candente questão o sociólogo Florestan Fernandes:

Isto posto, é preciso reconhecer que os *debates teóricos*, em Cuba, foram apenas... debates teóricos. (...) [A Revolução] avançou tanto na linha das oportunidades que se criou um prolongado divórcio entre a forma política, os conteúdos políticos-ideológicos e os alvos políticos concretos por ela adquiridos. (...) na esfera da ideologia, a revolução *correu solta* (tanto no célebre "debate econômico" como na doutrina da simultaneidade dos dois

estágios). A forma política, porém, só avançou concretamente nas medidas práticas, intrínsecas à coletivização, às nacionalizações, à ação direta do governo revolucionário sobre a estruturação da economia, à redução do consumo e à expansão dos serviços fornecidos à população. (...) O que importa assinalar é que **não ocorreu um esforço criativo para engendrar uma teoria revolucionária** adaptada a essas condições de eclosão histórica do período de transição, que propusesse as contradições emergentes e a política para enfrentá-las... (1979, p. 220-1, itálicos originais, negritos meus)

Na ausência de participação popular decisiva e direta que impactasse o debate sobre os rumos da Revolução e o seu próprio dever objetivo de forma geral e diante da inexistência de uma teoria que pudesse consubstanciar o movimento revolucionário da classe trabalhadora cubana, a vanguarda optou por mobilizar as massas (e fazê-las cumprir o decidido e planejado pelo governo - que seria, hipoteticamente, o melhor para elas) mediante uma radicalização contínua do discurso. O peso do componente motivacional-moral fica mais uma vez evidente nesta síntese de Florestan Fernandes quando ele escreve sobre o "universo mental da revolução cubana, que converteu a superação constante em incentivo moral e em pré-requisito da psicologia revolucionária." (1979, p. 6)

Sem recursos teóricos que acompanhassem o rápido desenvolvimento da então descolada ideologia, pôde-se observar o crescimento de uma dicotomia permanente entre a realidade revolucionária e o discurso revolucionário. Portanto, ao invés de possibilitar a ascensão das formas mais avançadas de democratização da sociedade mediante advento efetivo de uma ditadura revolucionária do proletariado, em que a classe trabalhadora se tornasse, inequivocamente, a classe dominante, o governo cubano utilizava o expediente ideológico-discursivo para poder permanecer no comando daquele processo revolucionário que partia "de cima". No campo imaterial da ideologia, os problemas eram todos postos e resolvidos, não obstante o atraso político e teórico objetivos daquela autoproclamada revolução socialista.

Com efeito, a vanguarda arvorou-se a realizar algo que não tinha capacidade nem meios de fazê-lo: primeiro não tinha cabedal teórico que a amparasse e a orientasse no longo trajeto de construção de uma sociedade comunista - além disso, os líderes do movimento no poder ignoravam, com exceção de Che Guevara, a teoria sobre o tema da transição concebida por Marx, Engels e Lênin; segundo, fator que deriva naturalmente do anterior, o governo revolucionário não contava com a participação consciente e arbitrária do proletariado para a elaboração e execução das atividades que objetivavam a emancipação dos trabalhadores via transição ao comunismo. Segundo Florestan Fernandes, aquele "extremismo ideológico" servia para que a vanguarda pudesse continuar no comando do processo revolucionário com o

suporte e o aval das massas, mas sem a direta participação (de concepção, elaboração e decisão) delas. Os trabalhadores e o povo cubano em geral deveriam, após devidamente informados sobre as necessidades da sua sociedade pelos chefes de seu Estado - cuja ideologia acabavam por compartilhar após serem orientados e formados para tanto - apenas executar o concebido e pensado pela vanguarda. Florestan Fernandes (1979, p. 221-2, *itálicos originais*) asseverou a esse respeito:

Penso que se deve indagar, luckasianamente, qual era a função revolucionária do *extremismo ideológico* que floresceu em Cuba, aparentemente desligado da situação concreta e em evidente conflito com ela. (...) consistia em *conquistar as mentes e os corações*, em transformar toda Cuba em um novo e formidável exército rebelde. Não se tratava de "militarizar" Cuba e os cubanos, como tantos intérpretes superficiais entendem. Mas de mobilizar e de engajar o povo cubano, com todo o vigor possível e de modo persistente, nas duas batalhas em curso: a sobrevivência de Cuba e a reconversão da economia e a implantação de um padrão de desenvolvimento socialista.

Ainda:

Essa interpretação explicita o significado histórico-sociológico do discurso ideológico da revolução. Ele não se vincula, nem no ponto de partida nem no ponto de chegada, à criação de um espaço histórico de expansão do socialismo como forma econômica, social e política. Ele nasce e se esgota em algo prévio: *o grau de liberdade da ação revolucionária "a partir de cima"*. Por seu intermédio, o governo revolucionário pretendia alcançar uma quase total autonomia de decisão e um crédito de confiança sem limites. A dialética da utopia, em suma, articulava-se à dialética do real, só que a vanguarda revolucionária e o governo que ela constituía se antecipavam aos movimentos concretos, muito mais lentos, da história.

Uma participação mais efetiva e direta da população só passou a ser viabilizada (sempre foi estimulada mediante chamamentos morais-patrióticos e via mobilização episódica) tardiamente pelo governo revolucionário. Distantes das massas e de um verdadeiro partido da revolução, os dirigentes governamentais comandavam, pelo alto e de maneira pouco democrática (para quem supõe-se estar construindo uma sociedade comunista a partir de uma ditadura do proletariado), todo aquele processo revolucionário encetado em janeiro de 1959. Portanto, na ausência de um partido revolucionário e da participação real e democrática daquela classe que deveria ser a dominante num processo de revolução socialista ou comunista, a vanguarda guerrilheira, que tomou o poder do ditador Fulgêncio Batista, acaba ficando com ele ao concentrar as decisões sobre as mudanças esperadas pelos cidadãos cubanos em suas mãos dentro da estrutura governamental organizada por Fidel e seu séquito. Conforme afirmou Florestan Fernandes (1979, p. 195):

Primeiro, a vanguarda revolucionária conquistou o poder, monopolizou o governo revolucionário e dirigiu com autonomia total a marcha batida na direção do socialismo, só depois disso decidiu organizar-se como um forte partido da revolução. Segundo, as classes trabalhadoras e as populações pobres lançaram-se com entusiasmo ao apoio direto da revolução, defenderam-na ativamente com o trabalho, a solidariedade política e o risco militar, só depois disso tudo (e inclusive da socialização política produzida pelas organizações sociais e de massas criadas pelo governo revolucionário) encontraram abertas as portas que conduziam à incorporação ultra-seletiva no partido da revolução.

Desse modo, somente após a criação e a consolidação do Partido da Revolução Cubana (PURS em 1963 e PCC em 1965) é que, paulatinamente (pois havia rigoroso processo seletivo para aqueles trabalhadores que queriam neles ingressar) ao proletariado foi permitida a participação - via Partido Comunista - nos desígnios e futuro de sua revolução. Tentativas de construir e institucionalizar um sistema político que contasse com uma mais direta e efetiva participação popular foram observadas de fato apenas a partir de 1974 (como experiência em uma província) e de 1976 (quando juridicamente incorporadas à então nova Constituição Nacional). Sobre essa questão, Fernandes (1979) sintetizou:

Os primeiros resultados dessa efervescência, pela qual a revolução voltou às suas origens e o *idealismo revolucionário* da década de 1960 se reformulou, apareceram, no início da década de 70 e, especialmente, no grande experimento político de Matanzas, em 1974, sobre a organização do poder popular. Em seguida, em 1976, o que fora um teste político agora é aplicado em escala nacional... (p. 191, itálicos originais)

Mesmo esta tentativa de institucionalizar definitivamente os processos eleitorais e as instâncias de um suposto poder popular real em meados da década de 1970 não continha em sua essência os elementos que poderiam consubstanciar o exercício efetivo de uma democracia proletária típica da primeira etapa de uma sociedade comunista, denominada por Marx como ditadura revolucionária do proletariado. A solução que se apresentava, concernente à edificação desse novo aparato estatal e de uma nova institucionalidade assentados em um sistema político popular e democrático, não era de fato uma novidade na história, tampouco respondia aos anseios de uma classe trabalhadora organizada: tratou-se muito mais de uma tentativa do governo revolucionário de atender à demanda de outros grupos sociais que almejavam alcançar maior grau de participação sobre os desdobramentos daquela Revolução. De acordo com Florestan Fernandes:

(...) não houve tempo para que esse emergente estado democrático-popular demonstrasse todo o seu potencial de desempenho revolucionário<sup>13</sup>. Além disso, ele não é, por si mesmo, tão inovador quanto parece. Primeiro, porque ele não nasce de um processo bem-sucedido de maturação interna: resulta de

<sup>13</sup> Florestan Fernandes escreve esse texto no ano de 1979.

um visível esforço de conciliação ou de harmonização de grupos de forças revolucionárias divergentes (embora a composição leve a uma maior tensão construtiva entre o elemento centralização e o elemento democratização no âmbito específico da transição para o socialismo). Segundo, porque *ele apenas formaliza*, por assim dizer, *princípios revolucionários que permanecem intocáveis em sua substância* (como, por exemplo: *o poder real reside no povo; liberdade de discussão com unidade de comando; controle democrático da administração e das decisões governamentais em todos os níveis e esferas*; etc.) (1979, p. 198, itálicos meus)

O que se pode depreender dos comentários e análises de Florestan Fernandes relacionados aos primeiros vinte anos da Revolução Cubana é que, malgrado o incipiente (talvez inexistente) estágio de desenvolvimento de uma verdadeira ditadura revolucionária do proletariado em Cuba - em que, inequivocamente, os trabalhadores estariam no comando direto e orgânico do movimento de transformação do modo de produção e da sociedade (tal como preconizaram Marx, Engels e Lênin) - o teórico brasileiro esperava ao menos, para aquela sua época histórica (final dos anos 1970), o início de um verdadeiro processo de democratização socialista da sociedade cubana, muito embora já se evidenciasse as limitações daquelas iniciativas governamentais<sup>14</sup> que supostamente objetivavam a estruturação do novo Estado democrático-popular administrado pelo poder real do povo.

Florestan Fernandes afirma, num dos textos que compõem o seu livro sobre a Revolução Cubana escrito no final dos anos 1970, que, ineludivelmente, o proletariado cubano ainda não havia desenvolvido a sua consciência comunista até aquela época. Isto posto, pode-se asseverar que nem as forças produtivas materiais nem as forças produtivas humanas (e, por conseguinte, as relações de produção) encontravam-se em um estágio requerido para a construção de uma sociedade comunista. Pode-se tentar compreender essa falta de ímpeto comunista dos cubanos justamente por não terem tido a oportunidade de vivenciar o comunismo nem na sua primeira etapa, a da ditadura revolucionária do proletariado, cuja oportunidade histórica descortinou-se a eles assim que o poder foi tomado da burguesia pela vanguarda guerrilheira comandada por Fidel Castro em 1959.

Sem um partido revolucionário comunista para auxiliá-los na formação ideológica e no processo de conscientização que deveria se desenrolar no duro embate contra o capital (tanto antes quanto depois da revolução) em prol de uma sociedade socialista e mediante a impossibilidade de exercer efetiva e intensivamente a democracia proletária através da ditadura revolucionária de sua classe - que acabou por até hoje não se concretizando - como

---

<sup>14</sup> 1975: primeiro congresso do Partido Comunista de Cuba. 24 de fevereiro de 1976: proclamação na nova Constituição.

esperar uma consciência, uma moral e uma atitude imanentemente comunistas dos trabalhadores de Cuba? De acordo com Fernandes (1979, p. 196):

Parece óbvio que a consolidação da transição para o socialismo exige um partido da revolução muito forte. (...) Além disso, é óbvio que os trabalhadores, como a classe revolucionária, malgrado todos os avanços, ainda não absorveram plenamente, em sua consciência social e em suas orientações de comportamento, os valores essenciais do socialismo e do comunismo (...) a revolução, sob esse aspecto, incorporou-se à sua natureza humana e humanizou-os politicamente, conquistou a sua lealdade, mas o socialismo revolucionário, em sua variedade marxista-leninista, ainda não conta como fator básico de socialização política...

Portanto, não havia (não há ainda) em Cuba uma formação política ou um tipo de organização da participação dos trabalhadores que seja considerada fruto de uma concepção das teorias comunistas da transição de Marx-Engels ou de Lênin. Em que pese o processo de democratização observado na sociedade cubana pós-1959, não se pode afirmar que os trabalhadores de Cuba tornaram-se, *de fato ou de direito*, a classe dominante do país. Obviamente têm mais voz e mais liberdade do que tinham outrora, entretanto, nunca estiveram próximos de viver em uma ditadura revolucionária do proletariado que serviria como a organização social através da qual os proletários cubanos poderiam consolidar a sua emancipação política e construir a sua definitiva emancipação econômica. "A baixa densidade da socialização política propriamente socialista transparece em diversos níveis." (FERNANDES, 1979, p. 222)

Segundo Florestan Fernandes, era apropriado à Revolução Cubana naquele final da década de 1970 fazer com que o processo de transição ao comunismo ganhasse definitivamente as massas trabalhadoras, pois somente com elas no comando efetivo e direto daquelas radicais transformações é que o movimento revolucionário cubano poderia garantir a sua perenidade. Através do controle democrático dos trabalhadores cubanos livremente associados, a Revolução poderia criar os sólidos fundamentos que a tornariam capaz de desenvolver-se plena e infinitamente na busca pela emancipação política, econômica e cultural da classe trabalhadora sem flertar em nenhum momento com uma potencial reversibilidade daquele complexo processo de transição comunista. Assim asseverou o sociólogo brasileiro sobre o que caberia à Revolução Cubana naqueles idos de 1979:

(...) universalizar uma socialização política socialista consistente no seio da classe revolucionária - o único equivalente e substituto eficaz dos revolucionários históricos - e contar assim, na base social da revolução, com os dinamismos e os controles políticos que tornam a construção do socialismo irreversível. (...) **só há um caminho - o que passa pelo controle direto das massas de todas as instâncias de manifestação do poder real,**

ainda que este seja, por sua origem, por sua forma e por seu conteúdo um *poder popular*. Esta seria a maneira marxista-leninista de levantar e resolver a questão. (FERNANDES, 1979, p. 197, itálicos originais, negritos meus)



## Capítulo 7 - Fidel Castro: Voluntarismo e Humanismo Revolucionário

Neste derradeiro capítulo da tese pretende-se demonstrar como as concepções teóricas, a ideologia e as idiossincrasias do líder da Revolução Cubana Fidel Castro estavam presentes em todas as grandes decisões tomadas pelo governo revolucionário durante os quarenta e sete anos em que o comandante-em-chefe do Exército Rebelde esteve à frente do poder de seu país. Desde a sua postura eminentemente patriótica e a inconformidade com que via de tirania, desigualdade e injustiça na sociedade cubana até os seus modestos conhecimentos do pensamento de Marx (e do marxismo em geral), tudo, de alguma forma, acabou por se materializar no tipo de desenvolvimento que Cuba estabeleceu após o triunfo da revolução de 1959.

A própria formação acadêmica no curso de Direito da Universidade de Havana parece ter impellido Castro a uma concepção ligeiramente legalista - sempre crítica, mas um tanto quanto legalista - do que é moralmente correto ou não. Como uma espécie de paradigma em alguns momentos, utilizou o instrumental jurídico para defender a legalidade e a legitimidade do assalto ao quartel Moncada, organizado e liderado por ele em 26 de julho de 1953, assim como, já no século XXI, para reiterar a justiça existente nos atos em que o Estado cubano decidia executar, após julgamento, alguns de seus prisioneiros. Sempre alegou que nunca houve uma execução extrajudicial cometida pelo governo revolucionário cubano. Em uma entrevista coletiva de imprensa na Associação de Correspondentes das Nações Unidas em Nova York, no dia 22 de abril de 1959, Castro afirmou: "Minha profissão não é a de militar, minha única profissão é a lei, a qual estou muito interessado". (2008, p. 150, minha tradução)

Outrossim, é inegável o componente moral e ético - "sentimentos de humanidade e dever cívico" (CASTRO, 2013, p. 51) - encarnado no revolucionário e humanista Fidel Castro que, apesar de afirmar no seus discursos que ali em Cuba se vivia o socialismo ao mesmo tempo em que se caminhava ao comunismo, nunca se esmerou de fato no objetivo de ajudar a construir uma sociedade cubana assentada e organizada em Comunas, tal qual pensada e teorizada por Marx e Engels principalmente. A partir de um espírito indômito e solidário e de um conhecimento técnico-teórico assentado precipuamente na observação da realidade, na legalidade e na questão da soberania nacional, Castro personificou um dos movimentos populares mais importantes de sua época e levou Cuba (e o próprio Fidel) a despertar as mais contraditórias e diferentes sensações entre seus admiradores e seus detratores espalhados por

todo o globo. A questão da pátria e o nacionalismo, inspirados no pensamento e na conduta do "apóstolo" José Martí - um dos heróis e maior teórico da segunda guerra de independência de Cuba (1895-1898) - também se coloca como uma questão-chave e central na práxis de Fidel Castro.

Dentre os seus principais escritos, consta - inequivocamente - o impressionante *A História me absolverá*, que constitui a peça de defesa pronunciada por Fidel Castro em 16 de outubro de 1953 no Hospital Saturnino Lora, situado na cidade de Santiago de Cuba. Nessa ocasião o rebelde cubano estava sendo julgado por ter liderado o levante, já citado, contra o quartel Moncada. Neste texto, além de ficar evidente a erudição e a ilustração de Fidel, já é possível apreender os princípios humanistas e patrióticos e as concepções revolucionárias que irão acompanhar Castro por toda a sua vida, muito graças ao seu "índice muito elevado de consciência cívica" (CASTRO, 2013, p. 51). Ao reclamar, já no início do julgamento, a respeito da proibição de que chegasse a ele, Fidel Castro, qualquer tipo de livro - principalmente os de direito penal e os escritos martianos, evidencia-se imediatamente a fonte mais importante a embasar a formação teórica e ideológica do comandante da Revolução Cubana de 1959, a saber, o pensamento do revolucionário independentista cubano José Martí. Nas palavras do próprio Castro (2013):

De igual modo, se proibiu que chegassem às minhas mãos os livros de Martí; parece que a censura os considerou demasiadamente subversivos. Ou será porque eu disse que Martí era o autor intelectual do 26 de julho? (...) Não importa em absoluto! Trago no coração as doutrinas do Mestre e no pensamento as nobres ideias de todos os homens que defenderam a liberdade dos povos. (p. 25, minha tradução)

Muito embora não transpareça claramente a partir da análise desse seu opúsculo, Castro afirma, em entrevista concedida ao jornalista francês Ignacio Ramonet, que nessa época já possuía acumulada, além da base teórica martiana, uma grande bagagem de literatura socialista adquirida através de leituras de autores críticos ao sistema capitalista. Mesmo se considerando socialista, Castro pouco usa a categoria classe trabalhadora no seu livro-defesa que implode e traz à tona toda a miséria e a violência proporcionada pela ditadura de Fulgêncio Batista. Fidel assim asseverou a Ramonet (2006, p. 42):

Meu primeiro pensamento político foi martiano; mas quando houve o assalto ao quartel Moncada, em 1953, eu já havia lido o suficiente sobre o socialismo, tinha um pensamento martiano desenvolvido e, além disso, ideias socialistas radicais. (...) Claro, eu sou socialista, sou marxista e sou leninista, não deixei nem nunca deixarei de sê-lo. Claro, primeiro eu fui martiano e depois fui martiano, marxista e leninista.

Nesse discurso ante o tribunal de exceção de Santiago de Cuba, Fidel Castro, ao expor as cinco leis revolucionárias que seriam imediatamente proclamadas no caso de sucesso da empreitada por ele liderada e devido a qual estava então sendo julgado, já demonstra, ao nosso ver, uma tendência a preconizar a concentração de poder na chamada vanguarda revolucionária. Inicialmente, sinaliza a restituição da Constituição de 1940 de Cuba que, desde o golpe de Estado de Fulgêncio Batista em 10 de março de 1952, havia sido praticamente inutilizada e descartada em prol da conformação de um governo ditatorial. Entretanto, alude que quem poderia realizar esse restabelecimento constitucional do país seria o movimento revolucionário que teria defenestrado Batista e desmontado a sua sanguinária autocracia. Embora ressalte que apenas a população poderia - se assim o quisesse - alterar aquela Constituição, Castro deixa claro que somente o agrupamento revolucionário vanguardista poderia, naquele contexto, fazer com que a carta magna da nação cubana ("*Ley Suprema de la República*") fosse efetivamente cumprida. Conforme declarou Fidel no texto/discurso *A História me absolverá*, de 1953:

No sumário desta causa devem constar as cinco leis revolucionárias que seriam proclamadas imediatamente depois da tomada do quartel Moncada e divulgadas pelo rádio à nação. (...) A primeira lei revolucionária devolveria ao povo a soberania e proclamaria a Constituição de 1940 como a verdadeira lei suprema do Estado, enquanto o povo decidia se iria modificá-la ou trocá-la; e com o objetivo de implantá-la e castigar exemplarmente todos que a houveram traído, não existindo órgãos de eleição popular para fazê-lo, o movimento revolucionário, como encarnação momentânea dessa soberania, única fonte de poder legítimo, assumiria todas as prerrogativas que são inerentes a ela, exceto a de modificar a própria Constituição: faculdade de legislar, faculdade de executar e faculdade de julgar. Essa atitude não poderia ser mais transparente e despojada de bobagens e charlatanismos estéreis: um governo aclamado pela massa de combatentes receberia todas as atribuições necessárias para proceder a implantação efetiva da vontade popular e da verdadeira justiça. (CASTRO, 2013, p. 73 e p. 75, minha tradução).

Em certo momento de seu discurso, Fidel igualmente parece revelar uma visão personalista e simplificadora do multideterminado e multifacetado processo de desenvolvimento histórico ao imputar a responsabilidade de toda a desgraça cubana daqueles últimos anos à figura do ditador Fulgêncio Batista - não há referência, tampouco análise, da classe social que o suportava e era beneficiada diretamente pelo seu cleptocrático e discricionário regime. Talvez esse tipo de abordagem da história auxilie na compreensão e na explicação da ulterior centralização do poder levada a cabo por Castro na Cuba pós-Revolução de 1959. Não é improvável que sobrevalorize o papel do indivíduo na história em detrimento das "múltiplas determinações" que a compõem de fato. Nesse sentido, pode-se

pensar se esse seu prisma não acabou por superdimensionar o seu próprio papel como condutor do movimento revolucionário cubano, fazendo com que ele passasse a se considerar sempre imprescindível para o sucesso daquele longo e profundo processo de transformação que se descortinava sobre o solo de sua pátria.

A problemática capitalista-comunista e a questão da emancipação dos trabalhadores se mostra tão distante do pensamento de Castro nessa época que não se consegue observar, nessas cinco primeiras leis que seriam promulgadas - e que, evidentemente, muito iluminam os objetivos que norteavam os rebeldes liderados por Fidel -, nada que se refira à necessidade de fazer do proletariado a nova classe dominante da sociedade cubana. A centralidade daquele processo de transformação radical, o seu *leitmotiv*, não se encontrava na classe trabalhadora, não obstante a intenção de proceder à reformas políticas (democratização) e econômicas que a beneficiariam diretamente. Uma das propostas desse conjunto de leis versa justamente sobre como melhorar a vida dos operários obrigando os proprietários capitalistas a elevarem a participação obreira sobre o lucro obtido nas suas empresas: "A terceira lei revolucionária outorgava aos operários e empregados o direito à participação de trinta por cento nos lucros em todas as grandes empresas industriais, mercantis e mineiras, incluindo as centrais açucareiras." (CASTRO, 2013, p. 77, minha tradução)

Uma outra concepção fundamental da teoria marxista que embasa a revolução comunista, concernente à necessária extinção da divisão existente entre trabalho intelectual e trabalho manual - típica da sociedade burgo-capitalista desde os seus primórdios -, mostra-se igualmente desconhecida por Fidel Castro, que, ao exaltar os principais pontos da Constituição de 1940 de Cuba, coloca com naturalidade (sem nenhum tipo de questionamento, crítica ou divagação filosófica) a *responsabilidade do Estado* cubano em propiciar aos trabalhadores (sejam eles intelectuais ou manuais) emprego e boas condições de vida.

Todas essas regulamentações e outras estariam inspiradas no estrito cumprimento de dois artigos essenciais de nossa Constituição, um dos quais manda que se extinga o latifúndio e, depois de efetuada a sua desapareição, a lei assinale a máxima extensão de terra que cada pessoa ou entidade pode possuir para cada tipo de exploração agrícola, (...) e o outro ordena categoricamente o Estado a empregar todos os meios que estejam ao seu alcance para proporcionar ocupação a todo aquele que necessite de emprego e para assegurar a cada trabalhador manual ou intelectual uma existência decorosa. (CASTRO, 2013, p. 79 e p. 80, minha tradução)

Outros apontamentos que merecem ser ressaltados deste trecho do discurso de Fidel Castro imediatamente supracitado se encontram na centralidade e na universalidade do Estado

como grande organizador e viabilizador da vida social (intermediação que não desaparecerá com o desenvolvimento ulterior de seu pensamento: o Estado centralizado e centralizador comandará e mediará as relações entre as pessoas durante o seu governo) e na Reforma Agrária como grande panaceia para a questão da terra e para os problemas sociais oriundos do campo. Distante de qualquer elaboração teórica mais radical (cooperativismo, por exemplo), Castro acredita na fórmula que divide mais equanimemente as terras agriculturáveis, conformando a criação de muitos pequenos proprietários agrícolas, como o meio de chegar a maior justiça social em Cuba. A questão do controle social e da propriedade coletiva dos meios de produção e de vida (mesmo ainda a *propriedade estatal* das forças produtivas materiais) não é nem superficialmente tangenciada, o que demonstra o horizonte pequeno-burguês do ideário de Fidel à época - não obstante o caráter revolucionário e progressista de seu pensamento e de suas intenções.

No trecho a seguir, Fidel Castro sintetiza os fatores e os problemas observados no seu país que fomentaram e serviram de inspiração tanto para os rebeldes do fracassado assalto ao quartel Moncada de 1953 como para os exitosos revolucionários que, a partir da guerrilha iniciada na *Sierra Maestra* em finais de 1956, tomaram o poder em Havana no dia 1º de janeiro de 1959.

O problema da terra, o problema da industrialização, o problema da moradia, o problema do desemprego, o problema da educação e o problema da saúde do povo; eis aí resumidos os seis pontos cuja solução se encaminharam resolutamente nossos esforços, junto com a conquista das liberdades políticas e da democracia política. (CASTRO, 2013, p. 81, minha tradução)

Em outra frase simples e direta, Fidel define o que ele almejava ao organizar a insurreição contra a ditadura de Batista: "O que eu queria era a Revolução, o exército, a luta." (RAMONET, 2006, p. 197). A notar a ausência da tipificação comunista na definição do objetivo perseguido pelo movimento revolucionário. Mesmo a ideia do socialismo, ou de uma revolução com esse caráter, não compunha - malgrado a sua afirmação contrária - o ideário fidelista ao menos até a década de 1960.

Fidel Castro, ao retratar como a sociedade e a economia cubanas de então (1953) estavam majoritariamente apoiadas na produção agrícola e no trabalho dos camponeses (que compunham a maior parte da população), acaba por trazer à tona novamente a centralidade que, ao seu ver, deveria ter o Estado como grande condutor e organizador social. Autogestão, cooperativismo e autonomia do proletariado não eram vistos pelo comandante revolucionário como as formas mais adequadas para se lograr o desenvolvimento econômico e social do país.

Ato contínuo, a preocupação com a emancipação dos trabalhadores não existia no seu horizonte intelectual, tampouco a imprescindibilidade de fazer da classe trabalhadora a classe dominante capaz de construir para si mesma uma realidade com seres sociais emancipados e desalienados, sujeitos históricos ativos do devir comunista.

Se Cuba é um país eminentemente agrícola, se sua população é em grande parte camponesa, se a cidade depende do campo, se o campo fez a independência, se a grandeza e prosperidade de nossa nação depende de um campesinato saudável e vigoroso que ame e saiba cultivar a terra, de *um Estado que o proteja e o oriente*, como é possível que continue esse estado de coisas? Salvo algumas indústrias alimentícias, madeireiras e têxteis, Cuba segue sendo uma fábrica produtora de matéria-prima. (CASTRO, 2013, p. 83, minha tradução e meus itálicos)

A partir desse diagnóstico referente ao subdesenvolvimento econômico e industrial da ilha, Fidel já prescreve, naquela conjuntura, a industrialização de Cuba como um dos principais meios de proporcionar o progresso tão ansiado pela população do país. Em que pese a clareza e a convicção com que Castro advoga a imperiosa necessidade de industrializar a nação, sabe-se que poucos anos após chegar ao poder ele teve de abdicar desse vital projeto devido à pressão da URSS para que Cuba se concentrasse na monocultura da cana-de-açúcar para exportação. Dessa forma sentenciou Castro (2013):

Todo mundo está de acordo que a necessidade de industrializar o país é urgente, que fazem falta indústrias metalúrgicas, indústrias de papel, indústrias químicas, que se deve melhorar as criações, os cultivos, a técnica e a elaboração de nossas indústrias alimentícias para que possam resistir à concorrência danosa que fazem as indústrias europeias (...) mas os possuidores do capital exigem que os trabalhadores passem sob as *horcas caudinas*, o Estado cruza os braços e a industrialização fica para as calendas gregas. (p. 83-5, minha tradução)

No trecho acima e na frase extraída do mesmo local ("O Estado cruza os braços e o povo segue sem casas e sem luz"), novamente fica demonstrada a centralidade do Estado no processo de desenvolvimento social e econômico de Cuba segundo Fidel. É responsabilidade dessa instituição intermediar as relações sociais, organizando, controlando e fomentando o progresso do país: o Estado interventor e planejador guiará e comandará as transformações na sociedade, não cabendo aos produtores mais do que a simples execução do que fora concebido pelo aparelhamento estatal. Castro (2013) assim prossegue a descrição de seus ambiciosos planos para Cuba:

Um governo revolucionário, com o respaldo do povo e respeito da nação, depois de limpar as instituições de funcionários venais e corrompidos, procederá imediatamente a industrializar o país, mobilizando todo o capital inativo que passa atualmente de mil e quinhentos milhões através do Banco

nacional e do Banco de Fomento Agrícola e Industrial... (p. 93, minha tradução)

Tal concepção marcada pela concentração da dinâmica social no Estado, órgão propulsor do desenvolvimento econômico e ente fundamental da orquestração e da organização da sociedade, igualmente ressurgiu na Reforma Agrária proposta por Fidel: a redivisão igualitária ao estilo clássico burguês seria manejada pelo Estado no intuito de criar milhares de produtores rurais como proprietários individuais de pequenos pedaços do solo cubano, cuja dimensão seria estipulada e controlada pela burocracia estatal do país.

Um governo revolucionário, depois de assentar como donos sobre as suas parcelas os cem mil pequenos agricultores que hoje pagam arrendamento, procederá a concluir definitivamente o problema da terra. Primeiro estabelecendo, como ordena a Constituição, um máximo de extensão para cada tipo de empresa agrícola e adquirindo o excesso pela via da expropriação (...) segundo: repartindo o resto disponível entre as famílias camponesas, preferencialmente as mais numerosas, fomentando cooperativas de agricultores para a utilização comum de equipamentos muito caros (...) facilitando, por último, recursos, equipamentos, proteção e conhecimentos úteis ao campesinato. (CASTRO, 2013, p. 93, minha tradução)

Empresas privadas e lotes de terra particulares estão presentes na abordagem revolucionária, porém ainda pequeno-burguesa, de Fidel Castro sobre a Reforma Agrária em Cuba: "o ideal no campo é que cada família possua sua própria parcela" (CASTRO, 2013, p. 95). A própria cooperativa aparece então não como forma autônoma da produção coletiva de trabalhadores livremente associados que possuem, em conjunto, uma determinada propriedade de terra autogerida independentemente por eles, mas sim como uma maneira solidária de comprar máquinas necessárias à produção que não conseguiriam fazer, face ao alto custo, isoladamente. Ademais, seria o Estado ainda o maior responsável por proteger os camponeses e viabilizar, financeira e tecnicamente, a sua produção. Estado e propriedade privada dos meios de produção e de vida permanecem - apesar de revolucionados e transformados - como eixos fundamentais da nova sociedade cubana vislumbrada pelo revolucionário Fidel Castro em 1953.

Fidel, ao recordar o dia em que foi assinada a primeira Reforma Agrária em Cuba (17 de maio de 1959), comenta a respeito de sua predileção por formas cooperativas de produção no campo, onde, em detrimento do minifúndio (que, segundo ele, apresentava baixa produtividade e mantinha o agricultor em condições de isolamento), deveriam prevalecer propriedades maiores, todas estatizadas e controladas pelo governo revolucionário. Evidencia-se novamente o fato de Fidel só conceber a administração da grande propriedade através do Estado. A autogestão dos trabalhadores livremente associados não se mostra como uma

hipótese para o líder revolucionário. Não obstante essa sua crença e preferência demonstradas na citada entrevista a Ignacio Ramonet, as pequenas propriedades rurais acabaram sendo estabelecidas em grande número<sup>15</sup> como importantes unidades de produção no campo após a Revolução, tal qual propugnava o jovem Fidel no julgamento de 1953. No início da década de 2000, Castro afirmou a Ramonet (2006, p. 234):

Eu era partidário das cooperativas e não simpatizava muito com o minifúndio, porque limita a produtividade do trabalho, as pessoas ficam isoladas. Procurávamos desenvolver as cooperativas. Também éramos partidários das empresas estatais; porque aqueles enormes latifúndios, bem desenvolvidos, como íamos distribuí-los, em quantos pedaços?

Em Cuba hoje há tanto a produção por meio de cooperativas (cujas terras eram estatais, assim como as empresas que deram origem a elas) quanto há produção camponesa individual em pequenas propriedades. Sobre esse tema da terra e das cooperativas, Fidel Castro afirmou a Ramonet (2006, p. 236-7):

As grandes empresas foram deixadas como empresas coletivas estatais; hoje são cooperativas. (...) As cooperativas surgiram das empresas estatais, e aos trabalhadores foram entregues as terras estatais. As outras eram cooperativas criadas por alguns camponeses individuais, que se uniam, faziam uma casa, uma escola, tinham muitas vantagens e funcionavam. Aos camponeses individuais que restaram, demos as terras e viviam em cooperativas de créditos e serviços, isto é, estão unidos para pedir créditos, mas a produção é individual. Nessas cooperativas de créditos e serviços, são produtores individuais que se mantêm nesses 46 anos [de Revolução]. (...) Não fizemos como na União Soviética, onde realizaram uma coletivização forçada, muito custosa e sangrenta. Nós nunca obrigamos duas pessoas a se unir. A Revolução Cubana estabeleceu, desde o primeiro dia, que sempre se respeitaria a vontade dos camponeses e que jamais nenhum camponês seria pressionado a unificar suas terras para criar unidades agrícolas de maior tamanho.

Naturalmente que não deveriam ser pressionados ou obrigados a produzirem coletivamente em pedaços de terra maiores. Não obstante, poderia ser demonstrado empiricamente aos camponeses - ao se gerar resultados positivos objetivos e palpáveis - os benefícios materiais imediatos que seriam desfrutados por todos, caso se optasse pela associação e pela produção coletiva. Ademais, se se quer mesmo construir uma sociedade comunista, a propriedade privada da terra (grande ou pequena) deveria ser extinta em prol de um tipo de propriedade comunitária, pertencente, no caso, a toda a comunidade cubana e a ninguém ou a nenhum grupo isoladamente, a não ser como posse provisória - a propriedade integral e definitiva só caberia ao povo cubano. A existência de produção autônoma e

---

<sup>15</sup> "Em Cuba sempre houve, no campo, mais de 100 mil proprietários individuais. A primeira coisa que fizemos, em 1959, foi conceder a propriedade aos que eram arrendatários e trabalhadores precários." (Fidel Castro *apud* RAMONET, 2006, p. 352).



particular - proveniente do sistema de propriedade estabelecido em Cuba, baseado em doações (definitivas) estatais - pode criar, e acabou criando, um grupo de camponeses proprietários de terra ricos e prósperos em contraposição a uma massa de agricultores pobres que, com muita dificuldade, apenas desenvolvem a sua cultura de subsistência.

Em discurso feito em Santiago de Cuba no dia 1º de janeiro de 1959, Fidel ressalta o *papel do povo na escolha de quem irá governá-lo*, sem mencionar ou expressar claramente uma intenção de construir uma sociedade em que a população exerça direta e diuturnamente a sua cidadania mediante participação consciente e determinante sobre os processos decisórios públicos - políticos, sociais e econômicos- que afetam e fazem parte da vida de todos os indivíduos. Isto é, a democracia representativa no molde tradicional burguês era a tônica do ideário político de Castro àquela época. Conforme asseverou:

(...) aqui quem tem que decidir definitivamente quem deve governar é o povo e ninguém mais que o povo (...). Se existe um governo ruim, que rouba e que faz mais de quatro coisas malfeitas, simplesmente se espera um pouco e quando chegam as eleições se troca o mau governo; porque para isso os governos nos regimes constitucionais democráticos têm um período de tempo limitado, porque se são ruins o povo os troca e vota por outros melhores. (CASTRO, 2008, p. 5, minha tradução)

Note-se que esse princípio de democracia representativa não inclui ainda o processo de revogabilidade dos mandatos, ideia corrente na teoria da ditadura revolucionária do proletariado de Karl Marx, segundo a qual, na democracia proletária, não desapareceriam as eleições nem a representação política, não obstante a óbvia mudança de caráter e de funcionalidade de ambas quando realizadas em um contexto de efervescência social característica da etapa primeira da construção da sociedade comunista. Além dos mandatos serem todos revogáveis pela coletividade a qualquer tempo, os eleitos, sem nunca se distanciarem da comunidade que os elegeu, teriam que seguir de maneira restrita - quase que apenas como porta-vozes - os desígnios daqueles que os fizeram representantes, a soldo de trabalhador comum. Ao longo do tempo, e dentro do princípio da rotatividade que assegura a eleição da maior parte dos membros da coletividade para a execução da administração pública, todos os componentes da sociedade tornar-se-iam futuramente responsáveis momentâneos pelo zelo com as querelas sociais.

Em Cuba, a representação política ainda será a pedra de toque da abordagem que se esmera em demonstrar que os cubanos terão melhores representantes do que tinham outrora, não cabendo a eles próprios um outro tipo de democracia mais participativa e direta. Fidel

Castro professou as seguintes palavras em discurso que fez na cidade de Camagüey em 4 de janeiro de 1959:

Nós somos amigos das eleições, mas das eleições que representam verdadeiramente a vontade do povo, mediante procedimentos que ponham fim à politicagem, à maquinaria política, uma lei bem estudada (...) Temos que buscar elementos eleitorais que tornem possível a política sem corrupção, a política sem desmoralização, a política sem vacilação; organismos eleitorais que tornem possível - o que tem sido o problema fundamental - que a vontade do povo possa de verdade se expressar, sem controles de maquinaria, sem questões de dinheiro; que sobressaia o que tenha mérito, o que tenha simpatia, não o que tem milhões de pesos, que a impunidade parlamentar se acabe terminantemente. (CASTRO, 2008, p. 12, minha tradução)

A questão da existência do Estado nem é trazida à baila, assim como a própria categoria classe trabalhadora/proletariado mal aparece nas intervenções primeiras de Fidel Castro após o sucesso da revolução que alçou os comandantes do Exército Rebelde ao poder em Cuba. Constam sempre, com muito mais relevo e centralidade, os termos povo, pátria e nação: "não há outro compromisso que com o povo, que com a nação cubana." (CASTRO, 2008, p. 6, minha tradução)

Na capital Havana, no dia 6 de março de 1959, Fidel Castro, além de estabelecer a dualidade povo-governo na sociedade de uma forma natural (não como uma construção histórica que, inegavelmente, é), afirma que já àquela época o novo governo revolucionário significava e simbolizava o povo cubano no poder. Na sua visão, a vanguarda da revolução por ele liderada era o que mais fidedignamente representava os anseios da população por mudanças no país. Pode-se depreender dessa constatação/diagnóstico de Castro uma espécie de autolegitimação do poder tomado pelos revolucionários do Exército Rebelde no início daquele ano, o que sugere uma tendência do grupo vanguardista de se manter no comando da nação enquanto descortinam-se as esperadas transformações radicais na economia e na sociedade cubanas. Se se veem como o povo no poder, por que então efetivamente buscar maneiras de apoderar a classe trabalhadora através da criação de mecanismos democráticos que viabilizem a participação decisiva e determinante dos cidadãos de Cuba no que concerne às questões de cunho coletivo?

(...) hoje, povo e governo são a mesma coisa, povo e governo marcham juntos, povo e governo têm o mesmo pensamento, a mesma vontade, a mesma alma; povo e governo são uma coisa só na Revolução. Já não se pode dizer governo e povo, senão povo e governo, ou mais bem dito ainda: povo que governa, porque aqui é unicamente a vontade majoritária do povo que leva adiante a Revolução. (CASTRO, 2008, p. 107, minha tradução)

Destarte, Fidel Castro realmente acreditava na legitimidade do governo revolucionário liderado por ele. Cria que a presença maciça do povo mobilizado nos atos e assembleias convocados pela vanguarda era a maior evidência da adesão popular ao movimento que transformava o país. Assim, o poder soberano emanado do povo poderia ser, legal e democraticamente, exercido pelo governo revolucionário. Em 2 de setembro de 1960, Castro (2008, p. 282, minha tradução) asseverou: "(...) possivelmente, poucas vezes na história um grupo de homens governantes se viu tão correspondido pelo povo como se tem visto os homens do Governo revolucionário cubano!". Ainda:

Ah! O que quer dizer isso? Que o povo marcha unido, porque o povo sabe que seus interesses são os que contam, que sua vontade é a que conta, que em sua pátria hoje não se faz absolutamente nada que não seja para o seu bem. E assim devem ser todos os governantes, todos os governantes devem existir para fazer o bem ao seu povo, não para trair seu povo! (2008, p. 279, minha tradução)

Em 2005, Fidel Castro mantinha a convicção de que o governo cubano liderado por ele ainda representava fidedignamente os anseios da população: "E as ideias que defendemos são, já faz tempo, as ideias de todo o povo." (RAMONET, 2006, p. 540)

Fidel Castro não identifica o sistema capitalista e a inserção subalterna de Cuba nele como a raiz primeira da maioria das desgraças vividas pela população do país desde a chegada de Cristóvão Colombo naquelas plagas paradisíacas. A falta de democracia (constitucionalista, representativa e eletiva) junto à malversação do erário (que indubitavelmente contribuem para a conformação daquele difícil contexto social que se pretendia transformar), pairam paradigmaticamente no pensamento de Fidel como os dois grandes males da sociedade cubana que deveriam ser extintos pelo movimento revolucionário em marcha. Não estava posta na visão de mundo de Fidel Castro a antinomia capitalismo-comunismo como cerne e estrutura fundamental de qualquer organização social contemporânea.

Nos seus discursos e textos as oposições justiça-injustiça, igualdade-desigualdade, democracia-tirania não se encontram relacionadas ou atreladas a qualquer modo de produção, mas sim a sistemas políticos mais ou menos corruptos e mais ou menos democráticos (no sentido que remete à democracia burguesa clássica, que apenas serve para a classe capitalista legitimar o seu totalitário poder sobre a sociedade). Diante da catástrofe social e econômica vivida em Cuba nos tempos imediatamente pré e pós-revolucionários, a demanda de Fidel não deixa de ter um viés assaz progressista - ainda que não comunista, em que pese o fato de enxergar no trabalho da população cubana a fonte da riqueza produzida no país:

E deve ser nossa a liberdade, porque a liberdade nos custou muitos sacrifícios conquistá-la; e deve ser nossa e plena a soberania, porque pela soberania nosso povo vem lutando há um século; e deve ser nossa a riqueza de nossa terra e o fruto de nosso trabalho, porque foi por isso que muito se sacrificou nosso povo; e tudo o que foi criado aqui de riqueza a produziu nosso povo, com seu suor e seu trabalho. (CASTRO, 2008, p. 274-5, minha tradução)

Ao mesmo tempo em que defende a ideia de que o povo tem que ser o senhor e o sujeito histórico de seu próprio destino, Castro não tira de sua órbita o paradigma de que isso necessariamente deverá ser feito com a intermediação do Estado e dos governantes que o comandam. Segundo essa sua concepção, é um governo democraticamente eleito e sem nenhuma mácula de corrupção que seria o principal responsável por proteger (militar e economicamente) a população. À classe trabalhadora cubana operária e camponesa caberia apenas votar regularmente nos membros que governariam o país e decidiriam os rumos políticos e econômicos do futuro da nação caribenha. Em discurso proferido na Assembleia Geral do Povo de Cuba, ocorrida em Havana no dia 2 de setembro de 1960, Fidel assim afirmou:

Nosso povo tinha o direito de ser um dia um povo livre; nosso povo tinha direito a reger um dia os seus próprios destinos; nosso povo tinha o direito de contar um dia com governantes que não defendessem os monopólios estrangeiros, com governantes que não defendessem os interesses privilegiados, com governantes que não defendessem os exploradores, mas sim com governantes que colocassem os interesses de sua pátria e de seu povo acima dos interesses do estrangeiro voraz; com governantes que pusessem os interesses do povo, os interesses dos seus camponeses, os interesses de seus operários, os interesses de seus jovens, os interesses de suas crianças, os interesses de suas mulheres, os interesses dos seus idosos acima dos interesses dos privilegiados e dos exploradores. (CASTRO, 2008, p. 275, minha tradução)

Castro dá a entender na entrevista que concede a Ignacio Ramonet que muito provavelmente foi a radicalidade e a dimensão daquela primeira Reforma Agrária promulgada pelos revolucionários em 1959 que provocou a onda de ataques e a pressão cada vez maior dos EUA contra Cuba e sua Revolução. A nacionalização das terras das grandes empresas norte-americanas levou o conflito doméstico-regional a um novo patamar internacional, cuja complexidade e gravidade só pôde ser sentida e constatada ao longo dos meses, com o esgarçamento paulatino - até a ruptura total - da relação entre Estados Unidos e Cuba. Fidel Castro assim afirmou:

(...) eu propus uma reforma agrária muito mais radical. Aqui havia latifúndios com 200 mil hectares e eram latifúndios norte-americanos. Algumas empresas norte-americanas possuíam 200 mil hectares. Em muitos países essas empresas tinham terras; mas aqui eram, historicamente, muito poderosas e influentes. Tivemos de nacionalizar. O processo se acelerou, na

realidade, não porque tivéssemos a ideia de acelerá-lo ou de criar conflitos com os norte-americanos, mas porque a primeira lei de Reforma Agrária era muito dura. (RAMONET, 2006, p. 235)

Para se ter uma ideia aproximada do tipo de pressão e de ataques sofridos por Cuba, principalmente nos primeiros anos da Revolução, vale a pena acompanhar a descrição que Fidel Castro faz a Ignacio Ramonet a respeito da guerra econômica e do terrorismo organizado, financiado e praticado através e/ou com o suporte do governo ianque:

Nosso país foi objeto da mais longa guerra econômica da História, e de uma incessante e feroz campanha de terrorismo que já dura mais de 45 anos. (...) Desde os primeiros anos do triunfo da Revolução, em toda a extensão do território nacional foram também disseminados grupos armados que assassinaram camponeses, operários, professores e alfabetizadores; queimaram casas e destruíram centros agrícolas e industriais. Nossos portos, navios mercantes e pesqueiros foram alvos de constantes ataques. (...) De novembro de 1961, depois de *Playa Girón*, até janeiro de 1963, ou seja, quatorze meses, houve um total de 5780 ações terroristas contra Cuba, e delas 717 ataques sérios contra nossos equipamentos industriais. Tudo isso causou a morte de 234 pessoas. Aquele terrorismo, no total, provocou mais de 3500 vítimas e mais de 2 mil mutilados. Cuba é um dos países que mais teve de enfrentar o terrorismo. (RAMONET, 2006, p. 240-1)

À medida em que se intensificavam os ataques e as sabotagens estadunidenses contra Cuba e o governo dos revolucionários, mais Castro estimulava o patriotismo de seus conterrâneos, pois reconhece esse traço histórico característico dos cidadãos do seu país. Nesse sentido, Fidel passa a apelar para a necessidade imperiosa de se defender a nação do iminente ataque estrangeiro, o que, a partir dessa época, condicionará e limitará muitas das mudanças arquitetadas pelo comando dirigente do movimento para Cuba: agora a construção do novo país terá que ser feita à sombra do beligerante e inescrupuloso império dos Estados Unidos, cada vez mais disposto a liquidar a Revolução Cubana e a eliminar fisicamente os seus principais líderes.

Ainda não há aqui, isto é, não está posto sobre a mesa de possibilidades de desenvolvimento da Revolução Cubana, um eventual esforço coletivo para a edificação de uma sociedade socialista ou comunista: apenas adiciona-se, com forte tempero, no grosso caldo das transformações radicais e progressistas desejadas pelos revolucionários (democracia política e justiça social, mormente), o componente patriótico já existente em Cuba muito antes da bem-sucedida Revolução de 1959. No mesmo discurso de 2 de setembro de 1960, Castro instou os cubanos a defenderem a nação contra os ataques ianques: "(...) que vocês têm deveres grandes com a sua pátria, e que vocês tem que defender a sua pátria, e vocês tem que pôr o nome da pátria bem alto, e que vocês tem que se levantar contra a calúnia." (2008, p. 278, minha tradução)

O líder máximo cubano, em discurso proferido na capital da nação por ocasião das celebrações do dia internacional do trabalho de 1961, asseverou à multidão atenta que, naquele momento no país - e graças à vitoriosa Revolução de 1959 -, todo o povo vivia finalmente uma verdadeira democracia, onde, de forma direta, podiam escolher e definir os rumos políticos, econômicos e sociais da ilha. Fidel propugnava e acreditava efetivamente que através do Estado cubano, governado pela vanguarda revolucionária, a população encontrava-se em pleno exercício de seu poder soberano. Daí deriva a razão pela qual Castro não conseguia vislumbrar outras formas de organização de uma democracia proletária, tal como os conselhos proletários de Lênin. Com efeito, considerava aquele tipo de relação política, estabelecida entre a vanguarda guerrilheira e a população durante os grandes atos civis da coletividade cubana, a forma mais direta e verdadeira de democracia:

Porque a Revolução mudou simplesmente o conceito da democracia falsa, da pseudodemocracia como meio de exploração das classes dominantes, por um *sistema de governo direto do povo*, pelo povo e para o povo, *como o demonstram os fatos*. (...) *Esta classe está no poder*, e como essa classe está no poder, não interessam as aspirações da minoria exploradora. (...) Pode algum governo da América se considerar mais democrático que o Governo Revolucionário cubano, de maior apoio do povo que o Governo Revolucionário cubano? *Pode se conceber uma forma de democracia mais direta que esta?* (CASTRO, 2008, p. 300-1, minha tradução e meus itálicos)

Em fala proferida em 1º de dezembro de 1961 no evento 9º ciclo da Universidade Popular "Os organismos da Revolução" ocorrido em Havana, Fidel coloca o Partido revolucionário como centro dirigente do processo de transformação deslindado em Cuba naquela época. Para ele, naquele momento "transitório" pelo qual passava a Revolução Cubana, o sistema de governo assentado no comando desse Partido (que, teoricamente, teria uma direção coletiva) era perfeito. Nesse sentido, e em oposição flagrante às concepções de Lênin e de Marx, Castro privilegia o poder concentrado no Partido em detrimento do poder exercido direta e autonomamente pelos trabalhadores organizados. Ademais, com esse tipo de organização política cujo eixo encontra-se no Partido, este tende a perder a sua independência teórica e prática e afundar cada vez mais no burocratismo estatal que passa a consumir a maior parte de sua existência. Disse Fidel (2008, p. 304, minha tradução):

Portanto, creio que o sistema ideal, perfeito, encontrado pelos homens para governar um país (...) é o sistema de governo baseado em um partido revolucionário, democraticamente organizado e com direção coletiva. Quero dizer, esse partido deve exercer as funções dirigentes. (...) se se mantêm os princípios fundamentais da democracia interna e da direção coletiva é, sem dúvida alguma, o método mais perfeito de governo e, sobretudo, de governo de um país em uma etapa de transição revolucionária.

Em discurso feito na cidade de Santa Clara, no dia 21 de outubro de 1964, Fidel ainda sintetizou a esse respeito: "Claro está que hoje temos nosso partido, temos nossos dirigentes políticos; nosso partido é o cimento da Revolução, isto é, o que une, o que aglutina, o que resolve. (...) Hoje as massas depositam sua fé na Revolução, depositam sua fé nos dirigentes..." (CASTRO, 2008, p. 314, minha tradução)

Ao Partido, destarte, fica destinado o poder decisório e burocrático-executivo que cabe ao governo revolucionário, o que, fatalmente, inviabilizará a construção de uma verdadeira democracia operária. Na verdade, ao Partido da Revolução deveria caber uma participação ativa junto à classe trabalhadora no poder, tentando, a partir de sua posição e de suas resoluções teóricas, influenciar o comportamento e as decisões das massas proletárias para que elas, conscientemente, construíssem o caminho que, de forma deliberada, constataram ser o mais benéfico para a sua coletividade. O Partido, numa revolução que se quer comunista ou socialista, não poderia e não deveria ser o motor principal e o protagonista daquelas transformações radicais desejadas: a construção da emancipação dos trabalhadores deve ser obra da própria classe trabalhadora. A vanguarda ou o Partido, inspirados pela teoria (esta, por sua vez, sempre autônoma e independente), podem apenas iluminar e mostrar o caminho, mas a decisão de segui-lo ou não, e o próprio ato efetivo de segui-lo, só deverá pertencer ao proletariado.

Ato contínuo, a vanguarda deve caminhar junto à massa, não à sua frente. O Partido (vanguarda) não pode ser um grupo dirigente supostamente responsável por conceber, abrir e trilhar os caminhos que, inapelavelmente, só poderão ser seguidos pelos trabalhadores (se se quer construir a sua emancipação). O Partido, ao assumir o papel de dirigente burocrata do movimento revolucionário - reunindo em si as prerrogativas de conceber, executar e administrar as transformações radicais ensejadas por aquele virtuoso processo - descola-se do motor propulsor da revolução comunista (proletariado) e passa a ser ele (e não a classe trabalhadora) o edificador do então novo sistema econômico e social que se quer chamar de socialista ou de comunista.

Desde Marx e Engels já é sabido que somente os trabalhadores, consciente e deliberadamente, sujeitos autônomos e ativos da história que se desenrola à sua frente, poderão construir o comunismo e a sua emancipação. Não é o Estado, nem a vanguarda revolucionária ou o Partido revolucionário que poderão cumprir essa tarefa destinada historicamente à classe trabalhadora. Talvez um Estado proletário (Lênin) de fato - inventado na primeira etapa da edificação do comunismo (a fase da transição) para possibilitar a

concretização da insurreição operária e para fincar as bases da nova sociedade comunista que será construída pela ditadura revolucionária do proletariado - e um Partido que no mesmo diapasão do proletariado se propõe a tentar colaborar, educar e orientar os trabalhadores, possam, de maneira marginal e coadjuvante, contribuir e ser instrumentos eficazes dos protagonistas proletários durante o longo processo que vai desde os primeiros embates contra o capital até a consolidação do comunismo como modo de produção e como nova civilização engendrada pelos seres humanos.

Na citação a seguir, extraída de um discurso proferido durante a celebração do 6º aniversário da Revolução, no dia 2 de janeiro de 1965, Castro define claramente o Partido revolucionário como sendo a vanguarda da classe trabalhadora que está no poder dirigindo a Revolução. Isto é, na sua concepção, os trabalhadores (o povo em geral) está comandando o processo de transformação da sociedade cubana através dos membros escolhidos e retirados das massas para compor a vanguarda - o que, a seu ver, é suficiente para afirmar e garantir que é a população que dita os rumos do movimento revolucionário. Assim sentenciou Castro (2008, p. 316, minha tradução):

Temos que chegar ao mais cabal desenvolvimento da ideia do papel do partido e ao desenvolvimento de instituições que garantam a mais estreita ligação entre as massas e seu partido de vanguarda. E nos sentimos muito satisfeitos de que essa vinculação cresça dia após dia e seja cada vez maior, na mesma medida em que as massas trabalhadoras participam na formação e na seleção de sua vanguarda. Porque se o partido é a vanguarda dos trabalhadores, se o partido é a representação dos trabalhadores, esse partido não pode se organizar na ausência das massas...

Se o partido, segundo o pensamento de Fidel, deve dirigir a Revolução, ao garantir que ele seja formado por membros da classe dos trabalhadores selecionados entre eles e por eles mesmos - para conformar a vanguarda proletária - cria-se a garantia de que os trabalhadores estão no poder de fato, não obstante a pequena fração dos proletários que compõem o contingente vanguardista. Escapa mais uma vez à compreensão de Castro de que a classe trabalhadora só pode ser representada por ela mesma - não poderá sê-lo apropriadamente nem pelo Partido nem por nenhum outro agrupamento ou instituição. A vanguarda não deve representar estatal e politicamente os trabalhadores, a sua função não é essa num processo de transição ao comunismo e de emancipação do proletariado.

Ainda no mesmo discurso, de janeiro de 1965, Fidel define o socialismo - assim como Lênin já o houvera feito no clássico *O Estado e a Revolução* - como uma *etapa de transição* do capitalismo para o comunismo que deve ser chamada de ditadura do proletariado. Partindo da ideia original de Marx, mas se apoiando principalmente nas interpretações de Lênin a



respeito desta teoria marxiana e engelsiana, Castro tenta didaticamente explicar à multidão que o ouve o conceito de que esse sistema de governo é uma ditadura apenas para a burguesia que tenta resistir aos novos tempos trazidos pelos fortes ventos da revolução proletária. Ressalta que para os trabalhadores trata-se de um grande sistema democrático através do qual o proletariado organizado deve determinar o rumo daquelas transformações. De acordo com Castro:

O marxismo-leninismo contém o conceito de ditadura do proletariado; e, efetivamente, o socialismo é uma etapa de trânsito que politicamente se caracteriza por ser a ditadura do proletariado. (...) é necessário estabelecer as instituições onde funcione cabalmente o conceito de democracia proletária, dentro do conceito de ditadura do proletariado, dentro do conceito de ditadura de classe. E essas instituições devem ser formadas. Elo e essência dessas instituições há de ser o nosso partido. É por isso que devemos seguir avançando, seguir desenvolvendo estas ideias até chegar à organização de toda a sociedade, de todo o Estado sobre essa base, sobre a concepção da democracia dos trabalhadores dentro da ditadura dos trabalhadores. Porque o regime socialista deve ser ditadura para os exploradores e deve ser, ao mesmo tempo, uma democracia proletária. (CASTRO, p. 316-7, minha tradução)

Mesmo evidenciando o conhecimento que notadamente possuía sobre a teoria da ditadura do proletariado concebida por Marx e Engels e muito bem interpretada e desenvolvida por Lênin, Fidel Castro tão-somente consegue vislumbrá-la sendo aplicada e vivenciada através de um Estado e de suas instituições. Agora distante da concepção marxiana-engelsiana que advoga a liquidação do "entulho estatal" em prol de um tipo completamente novo de organização coletiva, Castro insiste na centralidade de um Estado para mediar e organizar as relações sociais e econômicas entre os membros de uma comunidade. Nem mesmo os conselhos proletários de Lênin servem como referencial para Castro pensar e propor um sistema em que vigore e prevaleça o poder autônomo e consciente dos trabalhadores livremente associados. Na verdade, seu parâmetro - a despeito da inspiração vinda de Marx e Lênin, permanece sendo a democracia burguesia clássica, seu tradicional Estado e sua institucionalidade: "Depois já teremos que começar a trabalhar no nível superior do Estado nacional e elaborar as formas constitucionais do Estado socialista cubano." (CASTRO, 2008, p. 321)

A busca por uma Constituição "socialista" formalizada com a anuência da população coloca-se para Fidel mais importante do que efetivamente criar formas originais para que a democracia operária, através da ditadura do proletariado, possa finalmente realizar-se sobre o revolucionário solo de Cuba. Parece que ao criar toda uma institucionalidade e aparelhamento estatal doravante chamado socialista é o suficiente para garantir que toda a sociedade tenha

sido verdadeiramente revolucionada no sentido comunista. Não percebe, finalmente, que aquela organização social que está em sua cabeça e que prescreve aos cubanos é a forma política que surgiu com a burguesia - isto é, foi concebida para que os seus interesses de acumulação de capital e de domínio/controlado social sejam mantidos. Para o comunismo - ou para, na sua apreensão, uma sociedade socialista controlada democraticamente pelos trabalhadores - há de se pensar sobre novos formatos políticos (ou não políticos) que extrapolam e estão muito além do engendrado pelo e para o sistema capitalista.

Conquanto se observe essa confiança de Fidel no Partido como representante legítimo dos anseios das massas, o dirigente número um da Revolução Cubana reconhece a necessidade de institucionalizar esse poder que emana do povo dentro de um Estado socialista. Vislumbra para Cuba um tipo de organização social e política centralizada na figura do indelével Estado e de sua respectiva institucionalidade. Peregimento e desaparecimento do Estado - mesmo este sendo ou se declarando socialista - não é uma possibilidade sequer aventada por Castro; nesse futuro cubano não comunista (termo/ideologia, inclusive, pouco citada por ele) prognosticado, os trabalhadores poderão opinar e intervir na sua comunidade, porém o farão sempre mediante o aparato estatal "socialista" que se quer institucionalizar. Fidel não consegue enxergar uma maneira dos trabalhadores se emanciparem (outra concepção/termo pouco presente nas suas formulações) e exercer essa emancipação que não seja através do Estado. No discurso de Santa Clara, Fidel declarou:

(...) há problemas do futuro para resolver, de como será nossa vida no futuro, de como será nosso Estado socialista, de quais serão as instituições de nosso Estado socialista. (...) Mas marcharemos em frente e no futuro - não imediato, porque no imediato temos determinadas tarefas, determinados problemas - teremos nossa Constituição socialista<sup>16</sup>. E essa Constituição socialista será a lei fundamental de nosso Estado, estarão assinalados os direitos e deveres de cada cidadão, o papel das massas na vida do país. (...) E quando a Revolução se institucionalizar, ou seja, quando o Estado socialista se organizar em instituições, tem-se que garantir de maneira não formal nem formalista, mas de uma maneira funcional, de uma maneira séria, a participação das massas trabalhadoras em todos os problemas da sociedade e em todos os problemas do país. (CASTRO, 2008, p. 314-5, minha tradução)

Pode-se perceber que em pouco mais de dez anos - desde a elaboração do célebre *A História me absolverá* - pouco mudou a concepção de democracia (participação popular nos desígnios da sociedade) de Fidel Castro, ainda mormente assentada num suposto imprescindível Estado e na sua respectiva carta magna. Os ideais igualitários e de justiça

---

<sup>16</sup> A primeira Constituição socialista de Cuba foi aprovada em referendo no dia 15 de fevereiro de 1976.

social permanecem como as grandes preocupações do revolucionário cubano, adicionada apenas a nomenclatura "socialista" na qualificação do tipo de aparato estatal que seria responsável por efetivá-los no solo histórico de Cuba.

O próprio Fidel Castro, em discurso proferido na cidade de Santa Clara em 26 de julho de 1965, no ato de celebração do 12º aniversário do assalto ao quartel Moncada, reconhece a grande centralização do poder político que existia naqueles primeiros anos da Revolução. Cria que organizando e institucionalizando órgãos de poder popular, o processo revolucionário poderia se desenrolar de maneira mais democrática. Para tanto, devia-se avançar na formalização das organizações políticas locais e provinciais. Aqui não é mencionada a participação direta dos trabalhadores na gestão econômica da empresa em que trabalha nem da sociedade cubana como um todo, o que parece sinalizar uma tendência do governo revolucionário de concentrar em suas mãos o poder decisório nessa esfera fundamental para o desenvolvimento do país e para o sucesso da Revolução. Conforme assinalou Castro (2008, p. 319, minha tradução):

Isto quer dizer que nos primeiros tempos da Revolução, a inexperiência, a falta, muitas vezes - além de experiência -, de sentido comum, a falta de um aparato político organizado e eficiente, a falta de quadros, promoveram uma tendência muito centralizadora, promoveram um excessivo centralismo. E o que devemos propor, porque se ajusta mais à natureza das coisas, porque é um sistema de organização superior, é descentralizar tudo o que possa ser descentralizado e desenvolver ao máximo as administrações municipais e regionais.

Nada muito diferente da organização estatal burguesa. A ideia da Comuna nem de longe passa pelas considerações de Fidel. Essa descentralização invocada por Castro coloca-se muito mais no sentido de dividir a *administração* das questões públicas do que de ampliar o poder de *decisão*, em todas as esferas e por todos os meios possíveis, da população. Ato contínuo, o comando central decisório de Cuba permanecerá - em suas querelas fundamentais, concernentes à economia, à cultura, à educação e à política do país - com o governo revolucionário. Este que, mediante a criação de leis e de uma Constituição socialista, fará prevalecer os seus desígnios e concepções ao longo de toda a ilha, conquanto cada província, município e bairro tenham relativa autonomia para *administrar* a vida social de sua comunidade. Por conseguinte, gozarão de certa autonomia na gestão pública, mas não terão independência e liberdade para fazer valer plenamente os anseios dos cidadãos daquela região específica. Prossegue Castro (p. 320):

O governo central deve administrar o que pertence à esfera nacional e já tem bastante coisa para se ocupar e já tem bastante questões a atender para

pretender a administração pelo governo central das questões que são de esfera regional e municipal. E é nosso propósito fazer leis baseadas nas experiências que temos tido, porque nossa Revolução se caracterizou, indiscutivelmente, pelos fatos marchando à frente das teorias, por sorte.

Ou seja, não há teoria que possa guiar as transformações ensejadas pela Revolução Cubana; na visão de Castro, ela estava à frente das concepções teóricas socialistas e comunistas desenvolvidas até aquele momento histórico. Essa constatação abre a possibilidade de Fidel liderar e organizar uma revolução socialista sem recorrer à produção teórica deste campo - é um socialismo totalmente novo, totalmente concebido pelo líder máximo do movimento que expulsou o tirano Fulgêncio Batista do poder. A teoria é relegada ao ocaso em prol da *experiência* obtida dia após dia com os desdobramentos do processo revolucionário cubano:

(...) em todas as províncias tem-se feito experiências a respeito da administração regional e municipal e, baseados nessas experiências, vamos agora desenvolver um plano de organização do Poder local. Baseados nessa experiência temos tido a paciência de observar e de ver, de analisar que coisas devem passar à administração local e que coisas não devem passar, que coisas devem ser resolvidas pela localidade. (CASTRO, 2008, p. 320, minha tradução)

Muito embora possa-se facilmente constatar o genuíno caráter radical da Revolução liderada por Castro - principalmente quando se observa a profundidade de sua Reforma Agrária e as suas medidas concernentes à estatização da maior parte dos meios de produção e de vida cubanos - e não obstante o seu franco desejo de transformar aquela miserável realidade de seu país mediante desenvolvimento econômico e espraiamento da igualdade e da justiça social, é patente o seu apego às formas constitucionais, legislativas e partidárias nessa tentativa de concretizar tais intenções. O espectro comunista nunca foi de fato a fonte de inspiração de Fidel: baseado na experiência da Revolução e no seu histórico acadêmico-profissional de homem das leis, o líder cubano vislumbrava na nova estrutura jurídica do chamado Estado socialista a garantia da perenidade daquelas mudanças trazidas no bojo do movimento revolucionário.

Quando fizermos nossa Constituição Socialista, queremos que seja não uma Constituição formal, mas de fundo e forma, que responda às realidades e que seja expressão jurídica do pensamento revolucionário; então será nossa Constituição e nosso Estado socialista. Nessa Constituição deverá ser definido qual é o papel do partido, sem formalismo, e os conceitos serão definidos; qual será o papel do partido, segundo nossa concepção marxista; o que é o partido e o que é administração. E desde logo deixar bem estabelecido que o poder político pertence ao partido dos trabalhadores. (CASTRO, 2008, p. 322, minha tradução)

Cinco anos após o discurso em que reafirmara a importância da participação popular nos desdobramentos do processo revolucionário cubano - principalmente através das administrações regionais e locais que ainda seriam institucionalizadas -, Fidel, em fala de 28 de setembro de 1970, ainda trata a democratização da sociedade como uma das questões prementes não resolvidas nem encaminhadas pela Revolução. O vir a ser democrático de Cuba tem dificuldade em tomar forma e se tornar real para a população, mesmo dentro da concepção conservadora de democracia (em relação à democracia operária que aspira ao comunismo) de formato e institucionalidade tipicamente burgueses.

(...) as organizações de massas também entrarão em uma nova fase. Entrarão, entre outras coisas, na importantíssima e decisiva fase da democratização do processo revolucionário. (...) Daí que, nos apoiando nessas organizações de massas - movimento operário, Comitês de Defesa, organizações femininas, organizações juvenis, organizações estudantis e organizações camponesas -, temos as bases para os passos subsequentes, que consistem em uma participação muito mais direta das massas em decisões e nas soluções dos problemas e uma participação multifacetada em todas as partes: no aspecto territorial, nos problemas que têm relação direta com elas. (CASTRO, 2008, p. 322-3, minha tradução)

Fidel consegue em certo momento enxergar a burocracia e o alijamento das massas das decisões pertinentes aos rumos da Revolução como alguns dos grandes pontos negativos que surgem ao se observar o desenvolvimento do processo revolucionário cubano. Não chega ao ponto de maldizer o Estado como estrutura básica de organização social, tampouco vislumbra um futuro onde ele não exista. Todavia, aponta já os problemas que podem advir de um tipo de democracia cujo centro é a simples administração do cotidiano coletivo.

Igualmente, de forma diferente do que havia expressado em anos anteriores, constata na relação próxima Partido revolucionário - administração um potencial apartador das massas dos processos decisórios da comunidade. Demonstra assim a mesma preocupação de Lênin no momento em que este alerta os seus pares sobre as consequências devastadoras para o processo revolucionário quando se apodera o Partido e não a povo, quando o Partido, extrapolando as suas funções originais e precípuas - na verdade as abandonando -, assume a direção legislativa e executiva do aparato estatal-burocrático que se pretendia radicalmente revolucionado. De acordo com Castro (2008, p. 323 e p. 325, minha tradução):

O próprio processo revolucionário tem demonstrado os inconvenientes dos métodos burocráticos e, por sua vez, também dos métodos administrativistas. (...) Assim, quando partido e administração em algum setor ou em algum ponto em concreto começam a se identificar, imediatamente se veem as consequências negativas; quando uma organização de massas começa a se debilitar, imediatamente se veem as consequências negativas.

Ainda:

E o papel de nosso partido - o papel de nosso partido, entenda-se bem - não pode ser, nem jamais poderá ser, o de substituir as organizações de massas, mas sim o de dirigir esse fenômeno, o de dirigir esse processo, o de dirigir essa formidável revolução de massas.

Desse modo, há uma reiteração da clara divisão existente entre as funções do Partido e as prerrogativas das massas. Cabe ao primeiro o que poderíamos chamar de trabalho intelectual, cuja função primordial é conceber e planejar os próximos passos da sociedade cubana. Ao segundo estariam relegados especificamente as funções de administrar os serviços públicos e trabalhar nas fábricas e campos sempre de acordo com os preceitos e as diretrizes arquitetadas pela vanguarda da Revolução presente no Partido e no governo revolucionário. Ainda seriam de responsabilidade do povo organizado a fiscalização, a inspeção e o controle daquilo que deveria estar sendo produzido, oferecido e distribuído de acordo com o planejado pelo Estado socialista comandado pelo Partido, este que também teria que ser fiscalizado pelos organismos de massa. Nas palavras de Fidel Castro:

Pode-se supor que exista algum outro meio mais efetivo para controlar essa atividade do que as próprias massas? (...) Estamos elaborando a forma de como, partindo de nossas organizações de massas, vamos criar essas organizações em que estejam representados os trabalhadores como trabalhadores, os Comitês de Defesa da Revolução, as mulheres, os jovens, enfim, todo o povo para que exerçam uma forte fiscalização dessas atividades a nível territorial. Além das fiscalizações, os controles e as participações que exerçam nos centros produtivos que tenham já algum desenvolvimento, que tenham alguma concentração operária. De maneira que nada poderá escapar à fiscalização e ao controle das massas. (...) Há que se dizer que, apesar de nosso partido ser uma organização de seleção e de vanguarda, quem pode controlar nosso partido melhor que as próprias massas (...). Quer dizer que a massa deve cuidar do partido e velar para que o partido seja exemplar em tudo, e velar para que o partido possa desempenhar seu papel de vanguarda. (CASTRO, 2008, p. 325-6, minha tradução)

A despeito da estatização quase total da economia e da sociedade cubanas, que tirou o mercado do centro da organização social e colocou o Estado como principal intermediário nas relações sociais do país - o que, por si só, já redundava necessariamente na burocratização e na centralização do poder que acaba por refletir-se também no alijamento da população/classe trabalhadora dos processos decisórios da nação e na impossibilidade sequer de se construir algo parecido com uma democracia operária ou uma ditadura revolucionária do proletariado em Cuba -, Castro, a seu modo, recoloca o fundamental conceito de Marx concernente à imprescindibilidade de que a emancipação dos trabalhadores seja obra dos próprios trabalhadores. De acordo com o que afirmou a Ignacio Ramonet (2006, p. 328): "Sempre respeitamos um princípio: a construção do socialismo é tarefa de homens livres que queiram

construir uma sociedade nova". Ressalte-se aqui a plena ciência então que tem Fidel da importância da participação direta, como sujeitos históricos livres e conscientes, de toda a coletividade no processo de construção do devir socialista, malgrado a aguda centralização do poder decisório no Estado cubano liderado por ele durante quase cinco décadas.

Não obstante esse princípio há pouco supracitado, inspirado, ao que parece, pelos Estatutos da Internacional e ignorando todo o arcabouço teórico arquitetado e erigido por Marx, Engels e Lênin a respeito do candente e central tema da transição comunista, Fidel Castro afirma a Ignacio Ramonet (2006, p. 350) que "a teoria e a prática do socialismo ainda estão por ser desenvolvidas e escritas." Tal atitude atesta imediatamente duas coisas: por um lado, que Fidel não conhece ou deprecia a teoria da construção do comunismo escrita pelos Mestres do materialismo dialético; por outro, traz à tona a verdade inequívoca de que o socialismo (na própria acepção de Castro e de grande parte do marxismo do século XX como a fase de transição do capitalismo para o comunismo) nunca foi de fato uma realidade em nenhuma das sociedades modernas, tampouco em Cuba naturalmente.

Dentro da mesma lógica, Castro minimiza e subestima a importância axial e transcendental do principal texto de Marx que versa sobre a transição ao comunismo (*Crítica do Programa de Gotha*). Faz isso - assim como o fazem os grandes nomes do marxismo do século XX quando nomeiam esta etapa transitória de "socialismo" (termo praticamente nunca usado nas obras marxianas com este significado) - utilizando conceitos não oriundos do pensamento do revolucionário comunista alemão. Parece que mesmo para Fidel Castro, líder autoproclamado comunista da autoproclamada socialista Revolução Cubana, as definições de socialismo e comunismo não se mostram plenamente claras e objetivas. O grau de incompreensão ou de desconhecimento da teoria marxiana da transição salta aos olhos mais uma vez quando Castro qualifica o texto em questão de Marx como uma simplória introdução ao socialismo (*sic*) que, justamente, não poderia ser mais profunda e substancial para não se configurar como uma utopia. Nas palavras de Fidel Castro: "Marx fez apenas uma breve tentativa na *Crítica do Programa de Gotha* de definir como seria o socialismo, porque era um homem muito sábio, muito inteligente e realista para imaginar que se poderia escrever uma utopia sobre como seria o socialismo." (RAMONET, 2006, p. 351)

Mesmo reafirmando a fundamental importância do atendimento das necessidades materiais dos seres humanos para que se possa realizar o seu pleno desenvolvimento intelectual e moral, Castro não deixa de colocar essa problemática como uma questão menor ao asseverar que um apropriado e anterior desenvolvimento ideológico e do grau de

conhecimento são suficientes para garantir uma existência física satisfatória e qualitativamente superior. O que configura o fato de que para Fidel ainda são as ideias que geram uma boa qualidade de vida em Cuba, independentemente das condições materiais e objetivas de pauperismo e escassez vivenciadas dia após dia pela maioria dos cubanos. De acordo com o que Castro afirmou em entrevista a Ignacio Ramonet:

Eu não diminuo, de forma alguma, a importância das necessidades materiais, é sempre preciso colocá-las em primeiro lugar, porque, para poder estudar, para adquirir mais qualidade de vida, é preciso satisfazer determinadas necessidades que são físicas, que são materiais; mas a qualidade de vida está nos conhecimentos, na cultura. São os valores que constituem a verdadeira qualidade de vida, a suprema qualidade de vida, ainda mais que alimentos, teto e roupa. (RAMONET, 2006, p. 360)

O desprezo e o alijamento da teoria comunista revolucionária como guia e parâmetro que poderia auxiliar a construção de uma sociedade socialista ou comunista em Cuba evidencia-se, mais uma vez e com o máximo de clareza possível, quando Fidel Castro assume o "erro" de ter buscado um referencial teórico que pudesse apontar os caminhos que deveriam ser trilhados pela Revolução Cubana em seus primórdios. Segundo sua concepção, não havia teoria que à época pudesse consubstanciar e iluminar um pretenso desenvolvimento do socialismo em Cuba - foi a vanguarda revolucionária, no centro do poder do novo Estado proclamado socialista que, empiricamente e no calor da Revolução, pôde forjar e criar, concomitantemente, a teoria e a prática do socialismo na insurrecta ilha caribenha. Nas palavras de Castro:

Eu disse numa ocasião que um dos nossos maiores erros no início, e muitas vezes ao longo da Revolução, foi acreditar que alguém sabia como se construía o socialismo. Hoje temos ideias, na minha opinião, bastante claras, de como se deve construir o socialismo, mas necessitamos de muitas ideias bem claras e muitas perguntas sobre como se pode preservar ou se preservará o futuro do socialismo. (RAMONET, 2006, p. 540, *itálicos meus*)

Portanto, para Castro, as elaborações teóricas de Marx, Lênin e Engels concernentes à transição do capitalismo para o comunismo não tinham serventia nenhuma de aplicação na Revolução Cubana que pretendia construir o seu futuro a partir do socialismo. Concluindo a sua concepção anti-teoria (e, conseqüentemente, anti-científica e anti-conhecimento), Fidel sentencia que grandes teóricos marxistas e leninistas, não obstante o seu profundo conhecimento, cometeram muitos erros crassos concernentes à problemática da transição e do socialismo. Isto posto, Fidel parece então assumir uma posição francamente de aversão e veto à teoria e ao pensamento crítico no processo de construção pretensamente socialista da Revolução Cubana: "tenho uma infinidade de exemplos de que os que se diziam teóricos



deram muita bola fora, que se entupiram até o último fio de cabelo dos livros de Marx, de Engels, de Lênin e de todos os outros." (RAMONET, 2006, p. 540)

## Considerações Finais

Alguns anos após o desmoronamento do bloco soviético, Cuba praticamente abandonou a sua produção de açúcar, eixo de sua economia autoproclamada socialista durante mais de quarenta anos. Ao relatar quão contraproducente se tornou a sua fabricação em larga escala nacional, Castro praticamente chancela as críticas que foram feitas a ele pela adesão cubana ao sistema de divisão internacional do trabalho existente no bloco socialista. Diante da ruína do principal setor da economia cubana, fica patente o equívoco de Castro ao desistir do processo de industrialização do país em meados dos anos 1960 quando sob pressão direta e dependência da URSS. Liquefeita a indústria do açúcar e não desenvolvida a agricultura de bens de consumo básicos, restou à Cuba apostar cada vez mais na exportação de serviços médicos e no turismo como formas de obter as divisas necessárias para a aquisição de quase todos os produtos (agrícolas e manufaturados) que a sua população diariamente consome.

Conforme questionou e pontuou o próprio Ignacio Ramonet (2006) no livro que contém a biográfica entrevista que fez com Fidel Castro, Cuba saiu de um extremo (monocultura do açúcar como centro da sua economia) a outro (redução drástica de terras dedicadas à cana-de-açúcar e fechamento de muitas centrais açucareiras). Fatos esses assaz ilustrativos da falta de qualquer planejamento bem-feito de médio e longo prazos para o país, que, de maneira pragmática e também devido à sua condição de estar sempre sob bloqueio e iminente ataque, acabou tendo que se submeter aos ditames dos soviéticos na elaboração de sua política econômica. Sobre essa questão Fidel respondeu:

A indústria açucareira antes produzia 8 milhões de toneladas e hoje chega a apenas 1,5 milhão. Foi preciso suspender radicalmente a aração de terra e a semeadura, porque o combustível estava a 40 dólares o barril, e estava causando a ruína do país. (...) Foram desativadas setenta fábricas açucareiras, as menos eficientes, cujos custos em divisas convertíveis superavam a renda que produziam. (RAMONET, 2006, p. 502-3)

Impressiona igualmente a total falta de controle sobre os custos da produção do açúcar, mesmo Cuba tendo apoiado toda a sua economia nessa cultura durante tantos anos: nem onde tinham se especializado deliberada e planejadamente nos últimos tempos podia-se encontrar uma aplicação intensiva de conhecimento e tecnologia. Diante desse fato, cabe o questionamento sobre por onde se teria esvaído todo o saber científico e empírico acumulados em 40 anos de produção organizada pelo Estado socialista? O próprio Fidel Castro demonstra estupefação quando narra essa situação de desorganização e prejuízo na indústria do açúcar:

(...) o preço do açúcar no mercado mundial era de apenas sete centavos. Um dia fiz a pergunta sobre o preço do açúcar e outra sobre a produção a uma empresa comercializadora de açúcar. E não sabiam sequer quanto açúcar estavam produzindo! E, ao perguntar sobre o custo em divisas de uma tonelada de açúcar, ninguém sabia responder. Só se soube quase um mês e meio depois. Pois veja só. (...) O país tinha muitos economistas, muitos, e não quero criticá-los, mas com mesma franqueza que falo dos erros da Revolução, posso perguntar por que não descobrimos que a manutenção daquela produção trazia prejuízos. Quando já fazia tempo que a União Soviética havia afundado, que o petróleo valia 40 dólares o barril e que o preço do açúcar estava no chão. Por que não se racionalizava aquela indústria? (RAMONET, 2006, p. 502-3)

Castro, ao fazer um balanço da Revolução Cubana e apontar as suas futuras tendências, sintetiza os seus maiores feitos na grande formação ou "acumulação" de capital humano ocorrida durante o grande processo de transformação da sociedade iniciado na segunda metade do século XX. Não desenvolvida a sua indústria e destruído o principal pilar de sua economia durante muito tempo - a produção, para exportação, do açúcar - pouco restou ao governo cubano senão tentar obter divisas e recursos financeiros para o país utilizando esse "capital humano acumulado", majoritariamente mediante exportação de serviços médicos para quase todo o mundo. Assim Fidel Castro asseverou na entrevista que concedeu à Ignacio Ramonet:

Nós oferecemos às Nações Unidas 4 mil médicos; agora já estão lá mais de 3 mil. Então isso nos dá uma certa satisfação; neste país bloqueado, neste país que tem sofrido mais de quarenta anos de bloqueio e dez anos de período especial. Criamos capital humano, e capital humano não se cria com egoísmo, estimulando o individualismo na sociedade. (...) Viveremos do capital humano. Com esse capital humano podemos ajudar muitos, com nossa experiência podemos ajudar muitos, e com essa experiência podemos ajudar a nós mesmos... (RAMONET, 2006, p. 539 e p. 541)

Apesar de grande parte das terras terem sido nacionalizadas e estatizadas logo nos primeiros meses do governo revolucionário através da contundente Reforma Agrária de 1959, uma considerável parcela do que formava outrora os antigos latifúndios transformou-se em pequenas propriedades de famílias individuais de agricultores. Todavia, e conquanto o evidente caráter progressista da medida tomada pela vanguarda guerrilheira no poder, não se consegue observar uma orientação comunista (ou socialista) neste tipo de Reforma Agrária que criou milhares de proprietários particulares simultaneamente à criação das grandes propriedades então pertencentes ao Estado. Não houve de fato na Revolução Cubana uma socialização dos meios de produção e de vida existentes no território que conforma a maior ilha do Caribe; o que se observou foi, na verdade, uma simples redivisão das terras antes concentradas nas mãos de poucos proprietários, muitos deles estrangeiros.

Foi assim que os meios de vida permaneceram sendo propriedade privada do Estado ou de famílias individuais, fato que, por sua vez, ajudou a edificar uma realidade em que a classe trabalhadora não conseguia exercer o seu poder político nem econômico de maneira livre e direta. Caso se quisesse seguir os preceitos do comunismo, a propriedade da terra não seria outorgada ou concedida definitivamente a ninguém: nem aos camponeses tampouco ao Estado; antes consolidar-se-ia como o que é de fato, um bem comum, de propriedade social e coletiva cujo usufruto temporário dar-se-ia mediante a posse momentânea daqueles meios de produção para a efetivação do plantio e da colheita da safra.

Safra esta que também pertenceria à toda comunidade, não importando se o resultado da produção foi obtido através de trabalho individual familiar numa pequena propriedade ou através da livre e voluntária associação de muitos trabalhadores que compartilham determinados pedaços de terra maiores e instrumentos de produção enquanto executam a atividade produtiva em conjunto, de forma coletiva e cooperada. Claro que a tendência é que a forma cooperada, em que vários trabalhadores organizados auxiliam-se mutuamente no processo produtivo, prevaleça paulatinamente - mediante ampliação da consciência proletária e da percepção dos ganhos de produtividade que a comunidade obtém quando a produção é feita de maneira coletiva e em larga escala. Por conseguinte, fundamental e primordial mesmo é desintegrar qualquer forma de propriedade privada dos meios de produção em prol da propriedade coletiva definitiva da comunidade juntamente à posse provisória que viabilize a produção - individual familiar em minifúndios ou associada e cooperada em latifúndios - dos trabalhadores usufrutuários historicamente temporários daqueles meios de vida universais.

Na incessante busca por respostas que iluminem as difíceis questões concernentes aos conteúdos filosóficos, econômicos, históricos e sociais que moldaram a realidade cubana pós-Revolução de 1959 e que assim podem, mesmo que em pequeno grau, aproximar e facilitar a compreensão das recentes mudanças descortinadas na ilha a partir do início deste século XXI, frequentemente deparamo-nos com uma ou outra definição dos grandes pensadores alemães (cujas reflexões neste trabalho nos propusemos estudar), que imaginamos poder ser algo útil no intuito de desvendar o complexo sistema socioeconômico legado por Fidel Castro e seus comandados ao povo de Cuba. Muito embora acreditemos que a dialética (imanentemente contraditória e paradoxal) da realidade histórica e social dos homens dificulte - e até impeça - a rotulagem de um episódio ou movimento histórico dentro de um conceito, as definições de Marx a respeito da social-democracia e da pequena burguesia, presentes no clássico *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, podem ser elencadas nesse momento para apontar mais um dos

caminhos - obviamente não o principal (a questão deve ser posta no plano da teoria e da política nacional e internacional) - a partir do qual podemos tentar modestamente continuar desenvolvendo as nossas explicações concernentes a tão espinhoso tema. Vejamos o que escreveu Marx:

O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de *enfraquecer seu antagonismo* e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam *enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias*, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da burguesia. (...) O que os torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida, de que são conseqüentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição impelem, na prática, a pequena burguesia. (2002b, p. 54-5, itálicos meus)

Isto posto, nos parece lícito aventar a hipótese de que a Revolução Cubana tenha muito mais essa influência socialdemocrata pequeno-burguesa do que, de fato, influência socialista ou comunista no sentido de apoiar-se no legado de Marx - fato que, na verdade, pouca repercussão teve nos desdobramentos históricos seguintes, mas que, a nosso ver, vale a menção e o simples registro. Isto pode tentar ser explicado pela vida e experiência de seus principais arautos e pelo abandono da questão teórica que poderia efetivamente dar um rumo - realmente radical e profundamente revolucionário - àquele movimento liderado por Fidel Castro. Destarte, a retórica e o discurso são anti-imperialistas - anticapitalistas e até socialistas eventualmente -, mas a prática (distante da correta base teórica conseqüente) não acompanha a revolução já iniciada através das palavras e dos gritos de guerra.

A ausência do componente teórico comunista de base marxiana ou mesmo leniniana no processo de desenvolvimento da Revolução Cubana pode ser compreendida ao se observar a constatação do próprio Fidel Castro concernente à composição heterogênea - mas essencialmente não comunista - do Movimento 26 de Julho, organismo central na condução da luta revolucionária em Cuba cujo epicentro encontrava-se no Exército Rebelde reunido em Sierra Maestra. Na entrevista a Ignacio Ramonet, Fidel assim sintetizou a composição média do movimento revolucionário por ele comandado:

No início da Revolução, como se combateu o anticomunismo exaltado que foi fomentado em algumas pessoas? Um anticomunismo que deu lugar a deserções e coisas do tipo, porque muitos estavam envenenados; porque aqui não havia uma consciência, uma cultura socialista. Foram as leis, foi o discurso, o exemplo, que criaram essa consciência. Noventa por cento dos que estiveram conosco na luta não eram comunistas, não eram do Partido

Comunista; do Partido não havia muitos chefes, porque não estavam ali; apesar de terem sido muito bons alguns dos que enviaram. O 26 de Julho tinha 90 por cento dos chefes... (RAMONET, 2006, p. 498)

Nesse sentido, não era então o comunismo o objetivo maior a ser conquistado pela Revolução, pois a maioria absoluta dos partidários do movimento que a alicerçava - a começar por seu principal líder - não coadunava, ao menos explícita e claramente, com os preceitos comunistas propugnados por Marx e Engels no seu famoso *Manifesto* de 1848, já àquela época tradicionais bandeiras das classes trabalhadoras que se sublevavam contra a imanente opressão capitalista. Como o próprio Fidel reconhece, não havia no Movimento 26 de Julho uma cultura comunista, pelo contrário, com o desenrolar da Revolução ainda foi-se obrigado a lutar com um enraizado e vigoroso anticomunismo que existia em Cuba.

Conforme vimos em outra parte deste estudo, Cuba só se tornou um Estado necessariamente socialista pelo fato dessa qualificação significar uma oposição ao imperialismo dos Estados Unidos e uma adesão ao bloco socialista capitaneado pela União Soviética em pleno auge da época histórica que convencionou-se chamar de Guerra Fria. Isto é, não era socialista porque ali em Cuba supostamente se estava buscando de forma consciente construir a transição para o modo de produção comunista (a despeito de Marx nunca ter mencionado "Estado socialista" como forma de se transitar ao comunismo; tal transição em Marx, chamada de primeira etapa da sociedade comunista, deveria ser levado a cabo pelos trabalhadores de modo democrático e autônomo durante a sua ditadura revolucionária do proletariado, forma de exercício do poder da nova classe dominante, a classe trabalhadora).

Com efeito, o que Fidel Castro parecia buscar era algo similar a uma espécie de revolução burguesa clássica para Cuba - e continuou com esse objetivo em mente, não obstante ter adicionado o termo "socialista" à sua legítima empreitada revolucionária e malgrado a disposição dos EUA de nunca permitir que a Revolução Cubana levasse a cabo esse seu grande objetivo. A emancipação da classe trabalhadora e a organização da sociedade em Comunas a partir da livre associação dos trabalhadores - proprietários coletivos dos meios de produção - não era a linha de chegada no horizonte a ser alcançada por Fidel. O comandante maior da Revolução Cubana desejava antes e tão-somente viver em uma sociedade mais democrática e menos desigual e miserável. Felizmente foi bem-sucedido na consecução desses seus dois propósitos e isto é demonstrado por qualquer índice social e de qualidade de vida de Cuba, em que pese o fato das dificuldades econômicas e da pobreza (não miséria) não terem desaparecido da maior e mais próspera ilha do Caribe.

A nossa impressão, quase certeza, é que Cuba poderia estar em uma situação econômica mais confortável caso não houvesse o bloqueio comercial imposto pelos EUA à nação de Fidel. Ademais, anos de sabotagens e ataques mercenários organizados pela CIA fizeram com que o país tivesse que dedicar grande parte de seus recursos, de sua energia e de seus homens à defesa de sua sempre ameaçada Revolução. O pensamento de Fidel Castro, portanto, é um pensamento deveras progressista face à realidade que viviam os cubanos sob a ditadura de Fulgêncio Batista, presidente títere do governo dos EUA desde o golpe que liderara em 10 de março de 1952 e que motivou a famosa tentativa de assalto ao Quartel Moncada pelos combatentes organizados pelo próprio Castro e por Abel Santamaría - este último que acabaria sendo preso e barbaramente torturado até sua morte após esse ataque às forças militares batistianas detonado na cidade de Santiago de Cuba.

Ao dissertar sobre o processo gradual de inchaço do Estado burguês, Marx, de forma obviamente involuntária, acaba por contribuir para a compreensão de semelhante processo que se observou em Cuba após a sua Revolução de 1959, onde quase tudo foi colocado sob a guarda e responsabilidade do Estado. Em vez de se destruir o Estado burguês então herdado para imediata criação de uma nova forma (quicá imprevista e inédita) de organização social da coisa pública, preferiu-se aparelhar e "aperfeiçoar" o Estado, tornando-o uma máquina burocrática e *leviatânica*. No livro *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx asseverou:

Todo interesse *comum* (*gemeinsame*) era imediatamente cortado da sociedade, contraposto a ela como um interesse superior, *geral* (*allgemeins*), retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade do governo, desde a ponte, o edifício da escola e a propriedade comunal de uma aldeia, até as estradas de ferro, a riqueza nacional e as universidades... Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destruí-la. Os partidos que disputavam o poder encaravam a posse dessa imensa estrutura do Estado como o principal espólio do vencedor. (MARX, 2002b, p. 126, *italicos originais*)

Marx, conforme foi demonstrado neste trabalho, chegou a apontar, poucos anos antes de morrer, para a possibilidade de Cuba (ou qualquer outro país) realizar a sua Revolução Industrial através de um novo roteiro. Cuba, portanto, haveria perdido a oportunidade (ou a ela, na verdade, nem foi dada essa possibilidade, conforme vimos) de dar um enorme salto de desenvolvimento econômico propiciado pela ligação que tinha com a União Soviética, segunda maior potência econômica do pós-II Guerra, e pela nova condição de liberdade então alcançada pelo seu proletariado a partir de 1959. A Revolução Russa de 1917 realizou o desenvolvimento industrial do país, mas a Revolução Cubana de 1959 não o fez - o que acabou por determinar a perpetuação do subdesenvolvimento econômico de Cuba até os dias

de hoje. A partir de Marx, pode-se inferir que Cuba não conseguiu, embora tenha visto nascer a sua revolução socialista em grande momento de desenvolvimento industrial e capitalista e de sua parceria com a URSS, realizar a sua revolução fundamental.

Não obstante os louváveis índices de desenvolvimento social que Cuba tem demonstrado historicamente no período pós-revolucionário - e que devem ser ainda mais valorizados ao se analisar o contexto de sabotagem econômica e militar vivenciadas na ilha desde a vitória de Fidel Castro e seus comandados em 1959 -, acredito que caiba a indagação básica pertinente a outro imaginado e possível desenvolvimento histórico pelo qual poderia ter passado Cuba nas últimas décadas: um desenvolvimento, de fato, comunista. Comunista ao menos no sentido das colônias norte-americanas retratadas e analisadas por Engels no século XIX, onde conseguiu-se estabelecer um sistema social, econômico e político mais próximo daquilo que foi teorizado pelos pais do materialismo dialético.

A questão se apresenta tanto no sentido da organização política quanto no da organização da produção e, mais especificamente neste particular, no sentido da abundância nunca experienciada pela maioria absoluta dos cidadãos cubanos. Pelo contrário, escassez e pobreza formaram o binômio que perseguiu o desenvolvimento da ilha, principalmente a partir do fim da URSS - sua grande parceira comercial -, decretando aquilo que se convencionou chamar no país de "Período Especial". Alicerçado na iniciativa de um pretense Estado desenvolvimentista (que não possuía capital para financiar o seu desenvolvimento e, por isso, veio a se submeter à divisão internacional do trabalho imposta pela URSS ao bloco socialista), a vanguarda revolucionária cubana não foi capaz de materializar o seu intento de criar uma pátria soberana e plenamente desenvolvida.

Cuba não conseguiu desenvolver-se, nem ao menos nos moldes comunistas das colônias supracitadas no texto de Engels de 1845, muito devido ao grande vazio teórico que lá existia - que existia, na verdade, em quase todo o marxismo do século XX - e que foi preenchido pela concepção soviética oficial de Estado, Partido e Economia "comunistas". Será tão utópico imaginar a possibilidade dessa grande comunidade de bens e pessoas ser criada em um país a partir de uma revolução nacional? Na verdade, nem as medidas básicas que poderiam indicar um caminho diferente rumo a uma legítima sociedade comunista foram tomadas, tal como o fim das transações mediante troca direta através de moeda ou tais como o fim do mercado (e da mercadoria) e o fim dos salários (item dispensável em uma sociedade em que todos podem usufruir e ter acesso livremente a tudo o que deseja e necessita).



A própria questão da abundância e da autogestão não foram devidamente estimuladas no território cubano, prevalecendo, em primeiro lugar, uma estatização completa da economia e da sociedade, onde o mercado - submetido pelo Estado - não deixou de existir e intermediar grande parte das relações sociais. Nesse sentido, o centro da sociedade cubana passou a ser o Estado ao invés do mercado (como ocorre nas economias tipicamente capitalistas). Todavia, essa inversão não eliminou o poder dessas duas instituições - historicamente submetidas ao capital e sua lógica - dentro de Cuba, o que auxilia a compreensão da causa do não protagonismo do povo cubano mesmo na etapa posterior à *instauração do seu* (pois idiossincrático) sistema socialista.

Outrossim, todo o grande aparelhamento estatal burocrático cubano acabou por não contribuir para a conquista da almejada situação de abundância e de satisfação material real do povo de Cuba, haja vista que drenava grande parte do valor produzido na sociedade para realizar a sua manutenção, então inviabilizando e impedindo a destinação dos recursos para a produção industrial que poderia propiciar o desenvolvimento econômico do país e a disponibilização dos bens desejados pela população. O desenvolvimento industrial e econômico era incipiente e, mesmo assim, parte da riqueza criada era destinada para manter em funcionamento o Estado, sua burocracia e o seu exército.

Tratou-se, destarte, apenas de uma variante da realidade capitalista: nos EUA e no Brasil, por exemplo, a centralidade da reprodução do capital repousa indubitavelmente no mercado; diferentemente de Cuba, onde essa centralização encontra-se no Estado - a despeito da existência e influência (minoritária) do mercado e de sua lógica dentro da maior ilha do Caribe. Desse modo, a classe trabalhadora, o povo, a população cubana como um todo, nunca foram, com efeito, o centro e os protagonistas das profundas mudanças que pretendia-se realizar ali (algumas, ineludivelmente, se materializaram).

Agora, no século XXI, paulatinamente, tenta-se colocar os trabalhadores cubanos no centro do processo e com total autonomia decisória, porém ainda agindo sob um Estado forte e centralizador e com o apelo à chamada "livre-iniciativa" e ao "empreendedorismo" dos cidadãos. É o "cada um por si" a que estão sujeitos hoje os cubanos, fiscalizados pelo Leviatã e concorrendo com o mercado muito mais desenvolvido das multinacionais que, pouco a pouco, promovem a bem-sucedida invasão não conseguida por Kennedy no início dos anos 1960 (*Playa Girón*) e nem por nenhum dos seus sucessores na presidência dos Estados Unidos.

## Referências

- CASTRO, Fidel. *La Historia me absolverá*. La Habana: Editora Política, 2013.
- CASTRO, Fidel. *Pueblo y Democracia. Selección temática 1959-1986*. Tomo I. La Habana: Editora Política, 2008.
- DA SILVA, Newton F. *Che Guevara e a construção do homem novo na Revolução Cubana*. Santos: Editora Leopoldianum, 2013.
- EDWARDS, Jorge. *Adeus poeta - uma biografia de Pablo Neruda*. São Paulo: Editora Siciliano, 1993.
- EDWARDS, Jorge. *Persona non grata*. Buenos Aires: Alfaguara, 2006.
- ENGELS, F. *Descripción de las colonias comunistas creadas en los últimos tiempos y que aún existen (1845)*. Disponível em : [www.salta21.com/IMG/pdf/comunas-1.pdf](http://www.salta21.com/IMG/pdf/comunas-1.pdf). Acesso em 19/09/2014.
- ENGELS, F. Carta de Engels a N. Danielson. In: MARX, Karl & ENGELS, F. *A Comuna de Paris*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979a.
- ENGELS, F. Carta de Engels a ph. Van Patten. In: MARX, Karl & ENGELS, F. *A Comuna de Paris*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979b.
- ENGELS, F. Carta de Engels a Theodor Friedrich Cuno. In: MARX, Karl & ENGELS, F. *A Comuna de Paris*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979c.
- ENGELS, F. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. 4ª ed. São Paulo: Global Editora, 1981.
- ENGELS, F. Introdução à Guerra Civil na França de Karl Marx (1891). In: MARX, K. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- ENGELS, F. Cartas de Friedrich Engels a August Bebel. In: MARX, K. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012a.
- ENGELS, F. *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. In: *Germinal - Marxismo e Educação em Debate*. Salvador, v.4, n.2, p. 131-166, dez., 2012b.
- ENGELS, F. Literatura de Refugiados (V) - Questões Sociais da Rússia. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Luta de Classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013a.
- ENGELS, F. Questões Sociais da Rússia - Posfácio (1894). In: MARX, K. & ENGELS, F. *Luta de Classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013b.
- FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. *A Utopia Russa*. 25 de julho de 1918. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1918/07/25.htm>. Acesso em 20/04/2015.
- GRAMSCI, Antonio. La revolución contra El capital. In: LÊNIN, V. I. *La transición en la revolución socialista*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2013.

- GUEVARA, Ernesto Che. O Sistema Orçamentário de Financiamento. In: *Textos Econômicos para a Transformação do Socialismo*. São Paulo: Edições Populares, 1982a.
- GUEVARA, Ernesto Che. Uma Atitude Comunista frente ao Trabalho. In: *Textos Econômicos para a Transformação do Socialismo*. São Paulo: Edições Populares, 1982b.
- GUEVARA, Ernesto Che. O que deve Ser um Jovem Comunista. In: SADER, Eder (org.). *Che Guevara – Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- LÊNIN, V. I. *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005a.
- LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005b.
- LÊNIN, V. I. Sobre la cooperación. In: *La transición en la revolución socialista*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2013.
- LÊNIN, V. I. *Últimos Escritos (Testamento Político) & Diário das Secretárias*. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1979.
- LUKÁCS, György. *Lenin - um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- MARX, Karl & ENGELS, F. *A Comuna de Paris*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.
- MARX, Karl & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MARX, Karl & ENGELS, F. O Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- MARX, Karl & ENGELS, F. *Luta de Classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MARX, Karl & ENGELS, F. *Luta de Classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013a.
- MARX, Karl & ENGELS, F. Prefácio à Edição Russa do Manifesto Comunista (1882). In: MARX, K. & ENGELS, F. *Luta de Classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013b.
- MARX, Karl. *Discurso inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*. 28 de dezembro de 1864. Disponível em: [www.pco.org.br/biblioteca](http://www.pco.org.br/biblioteca). Acesso em 04/03/2014.
- MARX, Karl. *Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores*. 24 de outubro de 1871. Disponível em: [www.marxists.org](http://www.marxists.org). Acesso em 04/03/2014.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. Lisboa: Avante!, 1994.
- MARX, Karl. Cartas de Marx a Kugelmann (Livro Segundo). In: MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002a.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte (Livro Primeiro). In: MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002b.

- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política. Livro II: O processo de circulação do capital*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 2v.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da Economia Política. Livro III: O processo global de produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 3v.
- MARX, Karl. GLOSAS CRÍTICAS AO ARTIGO "'O rei da Prússia e a reforma social'. De um prussiano". In: MARX, K. & ENGELS, F. *Luta de Classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- MARX, Karl. Carta à Redação da Otechestvenye Zapiski, 1877. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Luta de Classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013a.
- MARX, Karl. Primeiro ao quarto esboços e carta a Vera Ivanovna Zaslitch. In: MARX, K. & ENGELS, F. *Luta de Classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013b.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- RAMONET, Ignacio. *Fidel Castro: biografia a duas vozes*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.